



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 017 - QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL			
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)	
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza (19) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT (21,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares (28) Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (21,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (22) Anibal Diniz (23) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (20) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (28) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (5,33) Lúcia Vânia (32) Mário Couto (31) Paulo Bauer (7,30) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,30) Flexa Ribeiro (5,33) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR (18)	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (17)
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

*****GZRGFKIP VG	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005. 04277

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 80, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso pelos 45 anos da Suframa. 04278

Nº 81, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação. 04278

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico*. 04279

1.2.4 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 8, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *altera as alíneas a e b do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para determinar a realização de eleições diretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais e assegurar a participação dos juízes vitalícios*. 04280

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comentários acerca do novo valor do piso salarial nacional para os professores de educação básica; e outros assuntos..... 04285

SENADOR MÁRIO COUTO – Críticas aos prefeitos corruptos que tentam reeleição. 04287

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Anúncio do encaminhamento, por S. Exª, de ofício ao Procurador-Geral da República no qual solicita audiência para tratar dos desdobramentos da Operação Mãos Limpas, no Estado do Amapá..... 04288

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Indignação com a insuficiência de recursos e de servidores na Defensoria Pública da União... 04288

SENADOR CASILSO MALDANER – Apoio às ações de defesa civil implementadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. 04296

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Convite ao juiz Rodrigo Capez para que compareça à audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a discutir ações policiais para reintegração de posse de imóveis; e outro assunto..... 04297

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem à memória do ex-Governador de Sergipe, Seixas Dória, falecido em 31 de janeiro último..... 04299

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Elogios à empresa catarinense que estabeleceu a meta de tornar-se, até 2014, a primeira indústria do ramo de refrigeradores no mundo a reduzir a zero o envio de resíduos industriais para aterros sanitários. 04301

SENADOR CYRO MIRANDA – Preocupação com a segurança das bagagens dos passageiros usuários da aviação civil no Brasil. 04302

SENADORA MARTA SUP LICY – Comentários acerca da Programação Orçamentária do Governo Federal para 2012..... 04303

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Indignação com o aumento da violência praticada, em especial, contra os moradores de rua. 04305

SENADORA LÍDICE DA MATA – Agradecimentos à bancada do PSB que indicou S. Exª como Líder do Partido no Senado..... 04307

SENADOR PAULO DAVIM – Registro da realização hoje, no Auditório Petrônio Portela, do VI Fórum Nacional de Saúde Ocular, promovido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia. 04308

SENADORA ANGELA PORTELA – Elogios ao governo pelo anúncio do Ministério da Educação acerca do novo piso salarial dos professores..... 04309

SENADOR MÁRIO COUTO – Apresentação de requerimento de voto aplauso ao jornal **Correio Braziliense** pela matéria “Viva o Pará”. 04310

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 82, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de aplauso ao jornal **Correio Braziliense**. 04311

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR HUMBERTO COSTA – Lamento pelo assassinato do Bispo anglicano Robinson Cavalcanti e sua esposa, em Olinda, Pernambuco; e outro assunto. 04312

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Ape-lo em favor da apreciação do projeto que extingue a contribuição de 10% sobre o FGTS..... 04313

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 544, de 2011). **Aprovado** com voto contrário dos Senadores Aécio Neves e José Agripino, após **Parecer nº 84, de 2012-PLEN**, proferido pelo Senador Fernando Collor (Relator revisor), tendo usado da palavra os Senadores José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Mário Couto, Alvaro Dias, Aécio Neves, Eduardo Suplicy e Lúcia Vânia. À sanção. (Prejudicada a Medida Provisória nº 544, de 2011)..... 04314

1.3.2 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2011 (nº 60/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009. **Aprovado**. À promulgação. ... 04336

1.3.3 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando a criação de Comissão Externa do Senado Federal, composta por doze Senadores, destinada a representar o Senado Federal no âmbito das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg. 04336

1.3.4 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de Comissão Externa do Senado Federal, composta por doze Senadores titulares e igual número de suplentes, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. **Aprovado**. 04336

1.3.5 – Matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Fala da Presidência (Senador José Sarney) – Solicitação de que os Senadores assinem, amanhã, livro de presença em decorrência de problemas no painel eletrônico.

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 85, de 2012, de autoria do Senador Lícide da Mata, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 5 a 11 de março próximo. 04337

Nº 86, de 2012, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a republicação do discurso pronunciado por S. Ex^a. em 17 de fevereiro último, em razão de revisão procedida no texto. **Deferido**..... 04337

Nº 87, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes. 04342

Nº 88, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 1º de junho próximo, destinada a celebrar o centenário de Janary Nunes. 04345

Nº 89, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Borba. 04347

Nº 90, de 2012, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2008. **Deferido**. 04347

Nº 91, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011. 04347

1.4.3 – Discursos

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Relato da reunião realizada ontem com governadores, para tratar de pontos relevantes para os estados; e outro assunto..... 04347

SENADOR WELLINGTON DIAS – Manifestação em defesa de um grande debate sobre o pacto federativo. 04348

SENADORA KÁTIA ABREU, como Líder – Protesto contra os que querem taxar a exportação do boi em pé..... 04353

1.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 85, de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Aprovado**..... 04355

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR EDUARDO BRAGA – Destaque para o apoio do PMDB ao projeto de autoria de S. Ex^a que fixa novo indexador para dívidas dos estados; e outros assuntos..... 04356

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Lamento pelo acidente ocorrido, ontem, com a queda de um avião na maior avenida da cidade de Manaus; e outro assunto..... 04359

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da realização, ontem, de reunião com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, e líderes partidários para apoio à votação do Projeto

de Resolução de autoria de S. Ex^a, que prevê a uniformização da alíquota de ICMS de produtos importados; e outros assuntos..... 04361

SENADOR JAYME CAMPOS – Considerações sobre a apreensão dos servidores estaduais de Mato Grosso e a situação pré-falimentar do Plano de Saúde mantido pelos mesmos. 04362

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Registro do lançamento, amanhã, da campanha publicitária sobre o planejamento urbano; e outro assunto..... 04363

SENADOR BENEDITO DE LIRA – Relato sobre a presença, hoje, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Ministro Aloízio Mercadante, para tratar do plano nacional de educação. 04366

SENADOR JORGE VIANA, como Líder – Agradecimentos pela solidariedade recebida em virtude da situação enfrentada pela população acreana; e outro assunto. 04369

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Preocupação com as condições da educação no Estado do Piauí; e outros assuntos. 04371

1.4.6 – Leitura de requerimento

Nº 92, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Helly Batista. 04377

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADORA ANA RITA – Balanço da participação de S. Ex^a na reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, Suíça; e outros assuntos. 04377

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Registro do artigo do economista Ivan Ramalho sobre preocupações com o ICMS e a descentralização do comércio exterior; e outros assuntos..... 04380

1.4.8 – Leitura de requerimento

Nº 93, de 2012, de autoria do Senador Raulo Rodrigues, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amílcar da Silva Pereira. 04384

1.4.9 – Comunicação

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando o Aviso nº 1.818, de 2011, na origem, do Tribunal de Contas da União. (Ofício nº 5, de 2012-CRA) 04385

1.4.10 – Pareceres

Nº 85, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011..... 04391

Nº 86, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011..... 04402

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 8/2012-CCJ) 04414

1.4.12 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2012 (nº 48/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010..... 04414

1.4.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2012, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição. 04414

1.4.14 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 10/2012 (nº 152/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 351, de 2012-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 9/2011, do Senado Federal (TC 019.723/2011-3). 04419

1.4.15 – Avisos do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 25, de 2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.137, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Petecão..... 04425

Nº 27, de 2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.339, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana..... 04425

Nº 28, de 2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 927, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Petecão. 04425

1.4.16 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Sergipe, Seixas Dória..... 04425

1.4.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 1º, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 04425

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29.2.2012

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 18ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 29 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, das Sras. Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin,
dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Braga, Benedito de Lira e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 21 horas e 35 minutos.)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

SENADO FEDERAL
2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília 29 de Fevereiro de 2012
Sessão nº 18ª

☒ Deliberativa Ordinária
☐ Deliberativa Extraordinária

☒ LISTA DE COMPARECIMENTO
☐ LISTA DE VOTAÇÃO

		C	S	N	A
PDT	BAHIA				
PSB	- João Durval				
PT	- Lídice da Mata				
	- Walter Pinheiro				
	RIO DE JANEIRO				
PP	- Francisco Dornelles				
PT	- Lindbergh Farias				
PRB	- Marcelo Crivella				
	MARANHÃO				
PTB	- Epitácio Cafeteira				
PMDB	- Lobão Filho				
DEM	- Clóvis Fecury				
	PARÁ				
PSDB	- Mário Couto				
PSDB	- Flexa Ribeiro				
PMDB	- Jader Barbalho				
	PERNAMBUCO				
PMDB	- Jarbas Vasconcelos				
PTB	- Armando Monteiro				
PT	- Humberto Costa				
	SÃO PAULO				
PT	- Eduardo Suplicy				
PSDB	- Aloysio Nunes Ferreira				
PT	- Marta Suplicy				
	MINAS GERAIS				
Sem Partido	- Clésio Andrade				
PSDB	- Aécio Neves				
PDT	- Zeze Perrella				
	GOIÁS				
PSDB	- Cyro Miranda				
DEM	- Demóstenes Torres				
PSDB	- Lúcia Vânia				
	MATO GROSSO				
DEM	- Jayme Campos				
PR	- Blairo Maggi				
PDT	- Pedro Taques				
	RIO GRANDE DO SUL				
PMDB	- Pedro Simon				
PP	- Ana Amélia				
PT	- Paulo Paim				
	CEARA				
PCdoB	- Inácio Arruda				
PMDB	- Eunício Oliveira				
PT	- José Pimentel				
	PARAÍBA				
PSDB	- Cícero Lucena				
PMDB	- Vital do Rego				
PSDB	- Cássio Cunha Lima				
	ESPIRITO SANTO				
PT	- Ana Rita				
PR	- Magno Malta				
PMDB	- Ricardo Ferreira				
	PIAUÍ				
PTB	- João Vicente Claudino				
PP	- Ciro Nogueira				
PT	- Wellington Dias				
	RIO GRANDE DO NORTE				
PMDB	- Ivonete Dantas				
PV	- Paulo Davim				
DEM	- José Agripino				
	SANTA CATARINA				
PMDB	- Casildo Maldaner				
PMDB	- Lutz Henrique				
PSDB	- Paulo Bauer				
	ALAGOAS				
PTB	- Fernando Collor				
PP	- Benedito de Lira				
PMDB	- Renan Calheiros				
	SERGIPE				
DEM	- Maria do Carmo Alves				
PSB	- Antonio Carlos Valadares				
PR	- Lauro Antonio				
	AMAZONAS				
PR	- Alfredo Nascimento				
PMDB	- Eduardo Braga				
PCdoB	- Vanessa Grazziotin				
	PARANÁ				
PSDB	- Alvaro Dias				
PMDB	- Sérgio Souza				
PMDB	- Roberto Regalado				
	ACRE				
PT	- Aníbal Diniz				
PT	- Jorge Viana				
PSD	- Sérgio Petecão				
	MATO GROSSO DO SUL				
PR	- Antonio Russo				
PT	- Delcídio do Amaral				
PMDB	- Waldemir Moka				
	DISTRITO FEDERAL				
PTB	- Gilm Argello				
PDT	- Cristovam Buarque				
PSB	- Rodrigo Rollemberg				
	RONDÔNIA				
PDT	- Acir Gurgacz				
PP	- Ivo Cassol				
PMDB	- Valdir Raupp				
	TOCANTINS				
PSD	- Kátia Abreu				
PR	- João Ribeiro				
PR	- Vicentinho Alves				
	AMAPÁ				
PMDB	- José Sarney				
PSB	- João Capiberibe				
PSOL	- Rândolfe Rodrigues				
	RORAIMA				
PTB	- Mozarildo Cavalcanti				
PT	- Angela Portela				
PMDB	- Romero Jucá				

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2 / PRB-1)..... 26
BLOCO
(PMDB-18 / PP-5 / PV-1)..... 24
BLOCO
PSDB-10 / DEM-5..... 15
PTB..... 7
P-SOL..... 2
PR..... 2
PSD..... 1
SEM PARTIDO..... 01
TOTAL..... 81

2ª atualização em 15/02/2012
Elaborado pela Secretaria da Ata

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005**, do

Senador Valdir Raupp que acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).

Tendo sido rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infraestrutura a matéria vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 80, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 45 anos da Suframa, comemorado no dia 28 de fevereiro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Superintendente da Suframa senhor Thomaz Nogueira, no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio, 555 – Distrito Industrial 2: CEP, 69075-830.

Justificação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus – ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Com quatro décadas de existência, a Suframa viabilizou a implantação dos três pólos que compõem a ZFM – comercial, industrial e agropecuário – e promove a interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, identificando oportunidades de negócios e atrai investimentos para a região tanto para o Pólo Industrial de Manaus quanto para os demais setores econômicos da sua área de atuação.

Ao completar 45 anos de existência, em 28 de fevereiro de 2012, a Suframa tem o desafio de confirmar a eficiência na administração dos incentivos fiscais e a eficácia na elevação do nível de emprego e geração de renda local e regional. A clareza, no entanto, do funcionamento da atual política econômica mundial e nacional criou uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica.

O papel da Suframa diante dessa oportunidade está fundamentado na sua história política e estratégica. A crise econômica atual em parte da Europa, o crescente desemprego nos Estados Unidos e a luta do mundo asiático pela manutenção do desempenho das suas economias produzem um cenário a ser analisado pelo Governo Brasileiro, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, via revisão dos planos de desenvolvimento regionais. Essa é a grande oportunidade da Suframa.

Em 2012, ao completar 45 anos de enfrentamento de desafios e conquistas de sucessos, a Superintendência da Zona Franca de Manaus tem evoluído no cenário amazônico, onde ela mesma nasceu. A Amazônia atual não possui economia baseada no extrativismo como acontecia até o início do século XX. Os resultados dos faturamentos dos diferentes pólos industriais da Zona Franca de Manaus revelam sistemas produtivos tecnologicamente integrados às demandas do mundo capitalista.

Parabéns, a Suframa pelo seu aniversário e seus dirigentes pelas seguidas vitórias a frente do órgão. Meus parabéns à Suframa, meus parabéns ao Superintendente Dr. Thomaz Nogueira.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2012

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Senhor Aloizio Mercadante, as seguintes informações:

a) Qual a atual situação do Programa Mais Educação no Estado do Piauí, quantas escolas são atendidas, elencadas individualmente pelo nível de ensino, unidades administrativas, quantidade total de alunos e a quantidade de alunos contemplados pelo Programa Mais Educação?

b) Quantas escolas são registradas hoje como sendo de Ensino Integral no Estado do Piauí?

c) O Ministério da Educação considera que as escolas beneficiadas pelo Programa Mais Educação são de ensino integral, por quê?

d) O Governo Federal investe em ensino integral nas escolas da rede estadual do Piauí através de quais outros programas ou apenas através do Programa Mais Educação?

e) A adesão dos estados e municípios ao programa é feita por meio de convênio com o Ministério da Educação?

f) De que forma é feito o acompanhamento físico-financeiro das ações do programa nos estados, especificamente no Estado do Piauí?

g) O Programa Mais Educação é integralmente mantido pelo Governo Federal ou há contrapartida dos estados e municípios participantes?

h) Qual o montante de recursos investido no Programa Mais Educação no Estado do Piauí desde o início de sua implementação até hoje?

i) Qual é a programação de recursos do Programa Mais Educação no Estado do Piauí para os próximos 12 meses e de que forma esses recursos serão liberados?

j) O Programa Saúde na Escola já foi implementado no Estado do Piauí, com quais ações, em quais unidades de ensino?

Justificação

O presente requerimento visa esclarecer diversas questões relativas à aplicação de recursos públicos destinados à educação integral e ampliação de jornada escolar no Estado do Piauí, por meio do Programa Mais Educação, do Governo Federal, tendo em vista o grande número de manifestações de professores, dirigentes e pais de alunos da rede estadual de ensino que têm chegado ao meu gabinete, dando conta da má qualidade das instalações físicas das escolas, atraso no pagamento das gratificações dos professores que duplicaram suas jornadas de trabalho, as péssimas condições de trabalho, manifestações que se contra-põem às informações e números oficiais apresentados pelos Órgãos Estaduais competentes.

Quando indagado sobre a quantidade atual de escolas em tempo integral no Estado do Piauí, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, órgão do Ministério da Educação, forneceu apenas dados do Censo Escolar de 2010, que não refletem a situação apresentada pelo Governo do Estado à população em matérias veiculadas na imprensa local e na Mensagem do Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí à Assembleia Legislativa do estado como sendo a atual.

Acrescento ainda, que diante dos fatos, tenho o dever de buscar informações precisas do Ministério da Educação para elucidar quaisquer dúvidas quanto à boa aplicação dos recursos públicos no Estado do Piauí, em conformidade com as competências fiscalizadoras do Congresso Nacional, estabelecidas na Constituição Federal.

Sala das sessões, 29 de fevereiro de 2012. – Senador **João Vicente Claudino**.

(À Mesa para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regulamento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Concessões), passa a vigorar

acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 7º-A.

§ 1º

§ 2º As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.

§ 3º O envio do documento de cobrança por meio eletrônico não dispensa a concessionária da obrigação de enviá-lo pelos meios convencionais, salvo manifestação expressa nesse sentido por parte do usuário.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Uma das virtudes da rede mundial de computadores (internet) é a facilitação das relações entre fornecedores de produtos e serviços e seus consumidores.

Com este projeto, visamos proporcionar maior comodidade ao usuário de serviços públicos, sem que a medida proposta represente ônus excessivo para as concessionárias.

O extravio de documentos enviados e até mesmo as greves dos Correios muitas vezes resultam em inadimplência por parte do usuário de serviços públicos, que poderá, em muitos casos, ser evitada com a regra que propomos.

Cabe registrar que o usuário que optar pelo recebimento do documento de cobrança por meio eletrônico poderá dispensar ou não a concessionária de continuar enviando o documento de cobrança pelos Correios.

Por acreditarmos que a proposta contribui para o aperfeiçoamento das relações entre concessionários de serviços públicos e seus usuários, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Capítulo III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I – receber serviço adequado;

II – receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III – obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.

IV – levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo

de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2012

Altera as alíneas a e b do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para determinar a realização de eleições diretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais e assegurar a participação dos juizes vitalícios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º As alíneas a e b do inciso I do art. 96 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se as atuais alíneas b a f como c a g:

“Art. 96.

I-.....

a) eleger seus órgãos diretivos, assegurando-se a participação dos juizes vitalícios da respectiva jurisdição nas eleições do Presidente e do Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais;

b) elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição altera a Constituição Federal para assegurar a participação dos juizes vitalícios da respectiva jurisdição nas eleições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais.

A nosso ver, a medida contribuirá para democratizar os tribunais e criar oportunidade para que juizes de primeiro grau possam participar da discussão e definição dos rumos da magistratura e das prioridades necessárias à melhoria da prestação dos serviços judiciários à população, como vem sustentando a Associação dos Magistrados Brasileiros.

Ademais, a participação dos juizes na escolha do Presidente e do Vice-Presidente dos tribunais referidos conduzirá a uma ampla fiscalização da gestão administrativa, bem como ao compartilhamento da responsabilidade pela administração dos tribunais.

Embora proposição assemelhada já tenha sido arquivada nesta Casa em outra legislatura – PEC nº 62, de 1999, entendemos que já decorreu tempo razoável para se alterar o entendimento sobre o tema. Acresce que a sociedade brasileira igualmente evoluiu seu entendimento, além da própria magistratura, o que nos autoriza a concluir pela aprovação da medida, que cremos ser altamente oportuna por valorizar a magistratura de primeiro grau e promover democracia interna e a integração entre as instâncias do Judiciário.

A medida ora proposta, que chegou às nossas mãos por intermédio do Dr. Moisés Anderson Rodrigues da Silva, é defendida por inúmeros magistrados e juristas de expressão, entre eles Dalmo de Abreu Dallari, que, na obra *O Poder dos Juizes*, Ed. Saraiva, 1996, p. 147, argumenta nos seguintes termos:

***Não é democrática uma instituição cujos dirigentes, pelo modo como são escolhidos e por seu relacionamento com os níveis inferiores da hierarquia administrativa, comportam-se como aristocratas privilegiados. Isso tem aplicação ao Poder Judiciário, cujas cúpulas dirigentes são escolhidas apenas pelos**

membros dos órgãos de nível superior. Não é dada qualquer oportunidade para que os integrantes dos níveis inferiores, muito mais numerosos e igualmente integrantes do Judiciário, possam manifestar-se sobre a escolha dos dirigentes ou sobre outros assuntos que interessem a todos."





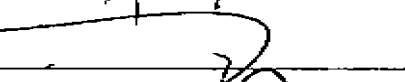
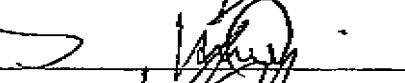

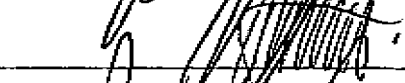
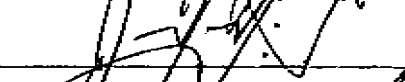






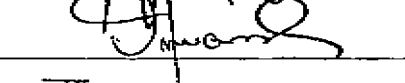
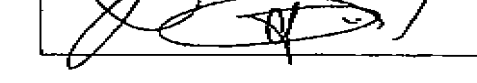
Na Proposta que ora apresentamos, tivemos o cuidado de não prever a participação dos juízes vitalícios como eleitores dos corregedores dos referidos Tribunais, já que esses últimos são responsáveis pelo conhecimento de reclamações em face das atribuições jurisdicionais e administrativas dos juízes a eles vinculados, bem como pela aplicação das penalidades cabíveis, de forma que sua imparcialidade poderia ser fragilizada caso dependessem da votação de juízes de primeiro grau para serem eleitos.


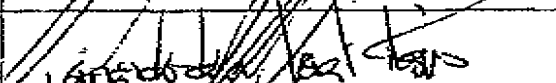
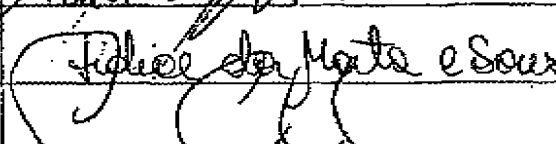

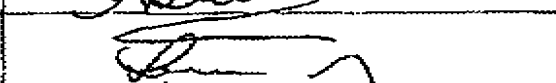


Esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

SENADOR(A)	ASSINATURA
(PEC – Democratiza Eleições nos Tribunais)	
DINDBERGH FARIA	
Laurício Med	
AUGUSTO RANDEIRO	
SILVIO R. VIEIRA	
Aurelio Diniz	Aurelio Diniz (PT-AC)
Jorge Faria	Jorge Faria
WELLINGTON DIM	
ANA RITA ESGARID	
Decisão de Aurelio Diniz	
Aurelio Diniz	
Jorge Faria	
Regio Sargan	
BOAVIDA	
Mitsuyuki	Mitsuyuki
	RANOLFE
ALVARO DIAS	
Jorge Faria	
JOÃO VICENTE GABRINO	
Jorge Faria	
Jorge Faria	João Donal
	CARLOS KOBRA

SENADOR(A)	ASSINATURA (PEC – Democratiza Eleições nos Tribunais)
WILSON ROCHA	
FLEX RIBEIRO	
ÍDICE DA NATA E SOUZA	
CASSIO C. LIMA	
Ângela Portilho	
LAURO ANTONIO	
LYNO WYRANK	

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
- b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;
- c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;
- d) propor a criação de novas varas judiciárias;
- e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;
- f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Já está na mesa minha indicação para falar pela Liderança do PTB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Está desde ontem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Comunicação inadiável... Senador Mário Couto, primeiro.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o segundo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu iria falar como orador inscrito. Eu sou o décimo terceiro. Como não há ninguém, cedi a vez ao nobre Senador Paim, e ele me cedeu sua vez na comunicação inadiável: um contrato de cavalheiros.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então... Bom, então começamos...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Entendeu?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais ou menos. Mas acho que está bem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu estou inscrito em décimo terceiro, não há nenhum orador para falar por primeiro. A senhora teria de chamar o Senador Mário Couto, eu dei a vaga para Paulo Paim. Certo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É isso mesmo. Eu acabei de ver que realmente não se encontram presentes os doze primeiros Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto. Pronto. E agora eu falo no seu lugar para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não se encontram presente os doze primeiros Senadores. O décimo terceiro é V. Exª que cede sua vaga a Paulo Paim, perfeitamente como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, que muito orgulha esta Casa, São Paulo e o Brasil.

Eu quero aqui fazer um registro quanto ao Piso Nacional dos Professores. Recebi um documento do MEC em que informa a esta Casa e ao Brasil que o piso salarial do magistério deve ser reajustado em 22,22%, conforme determina o art. 5º da Lei 11.738 de 16 de junho de 2008, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionado o projeto pelo Presidente Lula. O novo valor passa a ser de R\$1.451,00. O piso salarial foi criado em cumprimento ao que estabelece o art. 60, III, e, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Conforme a legislação vigente, a correção reflete... Muitos estão perguntando o porquê dos 22%. Porque, conforme a legislação vigente, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de 2011.

Em relação ao valor de 2010, eleva a remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais, repito, para R\$1.451,00. Portanto, Srª Presidenta, cumprimento o Governo Federal e o Ministério da Educação que, aos poucos, vêm resgatando a dignidade dos nossos mestres, dos nossos professores. Trabalhar na valorização da educação é uma obrigação de todos nós, iniciada a partir do mandato do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e continuada com a Presidenta Dilma.

Sei, Srª Presidenta, que alguns Estados, se não me engano seis, ainda não cumprem o piso salarial dos professores. Sou daqueles que estão torcendo muito, estou torcendo muito, para que esses Estados encontrem o seu caminho e paguem o piso salarial dos professores. Que façam um organograma, que construam um entendimento, mas é fundamental que o piso seja pago. Às vezes repito, já o fiz da tribuna, que um funcionário aqui do nosso gabinete de Brasília tem como piso menor o valor de R\$ 2.090,00. Então, é mais do que justo que um professor que trabalha 40 horas semanais tenha direito a receber pelo menos esse salário mínimo, que corresponde a R\$ 1.451,00.

Parabéns ao MEC, parabéns ao nosso Governo por ter firmado posição exigindo que os Estados paguem os R\$ 1.451,00, mais do que justo, aos professores!

Aproveitando ainda o meu tempo, Srª Presidenta, quero discorrer um pouco sobre a produção de alho no Brasil. Já fiz pronunciamento semelhante no ano passado e volto à tribuna. A produção de alho no Brasil, que é uma atividade expressiva, mais do que alguns imaginam, dentro da agricultura brasileira. Lamentavelmente, essa cultura tem sofrido com as práticas irregulares, principalmente a partir da China, ou seja, a comercialização chinesa. O alho chinês chega ao País a preços muito baixos, inferiores ao custo de produção no Brasil, atingindo, é claro, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, sem qualquer chance de competição para o produtor nacional.

Em 2011, foram cultivados no Brasil oito mil hectares a menos do que no início da década de 90.

A cultura de alho, segundo correspondências recebidas de sindicatos de produtores, está atravessando uma das piores crises da sua história. Desde 2003, o volume importado do alho chinês triplicou, provocando uma queda considerável, infelizmente, na produção e, conseqüentemente, queda também na geração de empregos.

Apesar da melhoria na qualidade do produto e do aumento na produtividade do alho brasileiro o nosso agricultor foi obrigado a reduzir o plantio.

Segundo Sr. Rafael Corsino, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa), o alho brasileiro é de excelente qualidade:

O alho nacional contém 40% a mais de alicina do que o chinês, seu principal ativo composto, responsável pela maioria das propriedades farmacológicas, com ação antioxidante e antibiótica, além de combater bactérias, fungos e vírus.

Segundo dados da Anapa, o Brasil importou da China em agosto de 2011 mais de um milhão e meio de caixas de alho no valor de US\$10,3/caixa e em agosto de 2010. Foram, assim, 955 caixas com preço médio de US\$15,16.

Diante desses dados, deduz-se que, além do aumento no volume das importações chinesas, houve também significativa redução no valor da caixa, trazendo prejuízos enormes para o nosso produtor brasileiro.

Geramos mais de 30 mil empregos na Argentina e outros 30 mil empregos diretos na China, com um volume de alho importado desses países.

No ano passado, com a baixa do preço do alho no mercado interno, resultado da oferta do produto

oriundo das importações da China e da Argentina, nós, mais uma vez, vimos que o valor do quilo do alho caiu muito. Um prejuízo de R\$30 mil, em média, por hectare plantado, segundo os agricultores e trabalhadores.

A produção interna supre 30% do mercado brasileiro; a China, 45% e a Argentina, 25%. Ou seja, a Argentina e a China juntas chegam a 70% do que nós consumimos em matéria de alho.

O maior problema é a entrada ilegal, sem recolhimento de tributos. De acordo com dados divulgados pelo jornal *O Estadão*, o Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio estima que, no período entre 2001 e 2006, apenas 23% do alho chinês foram tributados.

Outra preocupação dos produtores e técnicos que atuam no setor é a renovação da taxa antidumping que vence no ano de 2012. A renovação da taxa é uma imposição para uma fiscalização maior na entrada do produto, que poderá ser o suspiro que o produtor espera para uma recuperação em médio prazo.

Por isso, faço mais uma vez este alerta ao Secretário da Receita Federal, Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto, e ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o nosso colega Fernando Pimentel, porque confio que, tecnicamente, farão o possível na defesa do emprego e do produto nacional e dos nossos produtores.

Termino, Srª Presidenta, dizendo que, falando hoje com os Senadores Vital do Rêgo, Mozarildo, Mário Couto – só não falei com os outros Senadores que chegaram depois que eu estava na tribuna –, nós vamos tentar formatar um grupo formado, principalmente Senadores, e fazer uma visita ao Ministro da Previdência e ao Ministro da Fazenda, se for necessário, porque queremos retomar a discussão do reajuste dos aposentados, que receberam somente 6,2%, enquanto o mínimo recebeu, corretamente, 14,06%.

A diferença cada vez aumenta mais. Há cerca de dez a quinze anos atrás, eram aproximadamente 12 milhões de aposentados ganhando um salário mínimo, hoje são 20 milhões de aposentados que estão ganhando salário mínimo, no universo de 28 milhões. Rapidamente todos estarão ganhando o salário mínimo, se nós não buscamos uma política permanente, como foi acordado na discussão do Orçamento com todos os líderes no Congresso, para termos uma proposta de garantia a recuperação efetiva dos benefícios dos aposentados ou, pelo menos, algo semelhante ao que é dado ao salário mínimo, como ocorreu no ano de 2010 – a inflação e 80% do PIB.

Na mesma linha, essa comissão vai continuar aprofundando a negociação e o debate para acabarmos

com o fator previdenciário, cujo fim o Senado já aprovou e que se encontra agora na Câmara dos Deputados.

O Presidente Marco Maia também montou um grupo especial naquela Casa para discutir o reajuste dos aposentados e também o fim do fator, algo que nós, na mesma linha, haveremos de fazer no Senado. Esses dois grupos poderão se encontrar e dialogar com o Executivo, para que a gente resolva, de uma vez por todas, essa chaga que atinge diretamente tanto aquele que já está aposentado, como aquele que vai se aposentar, por não haver reajuste acompanhando a inflação e pelo menos próximo ao real do que é dado ao mínimo e, ao mesmo tempo, o fator que corta pela metade o salário daquele que vai se aposentar, principalmente a mulher. A mulher perde 51% daquilo que teria como direito.

Era isso, Sr^a Presidenta.

Muito obrigado pela tolerância.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, ia eu falar, hoje, meu querido Pará e meu querido Brasil, sobre o corte de R\$7,5 bilhões na área da saúde e na área da educação, fatores fundamentais para o povo brasileiro. A Presidenta Dilma corta exatamente nas áreas de maiores necessidades.

Pretendia falar eu, também, sobre o meu Estado, que volta a crescer, Mozarildo. Bati tanto nessa tecla, pedi tanta mudança para o meu Estado.

O meu querido povo entendeu, mudou e, hoje, o Estado começa a dar uma nova alavancada para o seu desenvolvimento.

Mudei os dois temas por um tema imprescindível, por um tema de que jamais eu poderia deixar de falar na tarde de hoje, por um tema que me causa revolta, por um tema que me causa indignação.

Ao ver, Senador Paulo Paim, a aproximação das eleições municipais, a oito meses, e ver que prefeitos ladrões, patifes, que enganaram o povo durante esses quatro anos, que não fizeram nada, que prometeram tudo nas eleições, começam agora a voltar, com a cara mais cínica, a visitar o povo e a tentar enganar novamente o povo.

Eu estou falando aqui e vou citar um exemplo nominal na minha terra, um exemplo de um prefeito ladrão. E comigo não tem esse negócio de chamar de corrupto não. Tem que chamar é de ladrão, porque o ladrão é aquele que rouba o povo, que engana o povo, Senador Paim.

Eu tenho o exemplo de vários prefeitos, mas há um que abusa mais. Há um que eu jamais conheci um ladrão igual. O ladrão que rouba com mais perfeição do que um gato à noite, chamado Vagner Curi, Prefeito de Salinópolis, de uma das cidades mais belas da minha terra, de uma cidade de gente ordeira, de uma cidade de gente humilde, de uma cidade de pescadores, que lutam pela sobrevivência dos seus filhos, que lutam pelas suas famílias, para não passarem fome. E esse bandido, esse prefeito, vive a enganar aquela população.

Roubou tanto, que construiu um hospital chamado Samaritana. E ali, se dizendo médico – eu tenho minhas dúvidas se o é, porque quantas pessoas ele já matou naquele hospital! –, não fez nada, roubou comprovadamente. Tenho eu provas na mão, provas que encaminhei ao Tribunal de Contas do Município do meu Estado. E aqui faço a cobrança ao Sr. Presidente:

Senhor Presidente,

Confiante na competência e constante vigilância do Tribunal de Contas dos Municípios como defensor dos interesses públicos, dirijo-me a V.Ex^a para encarecer-lhe as medidas necessárias no sentido de que seja acelerado o andamento das investigações de possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito municipal de Salinópolis, Sr. Vagner Santos Curi.

Já vou descer, Presidenta.

Aproximam-se as eleições, e os bandidos voltam às ruas. Aqueles que nada fizeram, aqueles que enganaram o povo agora se preocupam em pegar na mão do povo, agora se preocupam em fazer alguma coisa, quando roubaram um ano, roubaram dois anos, roubaram três anos, roubaram quatro anos e não se envergonham. Com a cara mais cínica, apertam a mão do povo agora para pedir voto. Esse cidadão, esse prefeito de Salinópolis vai ficar conhecido no Brasil inteiro, porque, assim como batalhei para tirar o seu Pagot, assim como batalhei para tirar o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, que agora pensa em renunciar, assim vou trabalhar com muito afinco para colocar esse patife, esse ladrão desse prefeito na cadeia, para que o povo saiba que ladrão é falta de respeito ao povo têm que ser guardados na cadeia.

Presidenta, desço desta tribuna, anunciando ao povo de Salinópolis, Município de Salinas, melhor dizendo, melhor falando, as minhas providências junto ao Tribunal de Contas dos Municípios. Não estou de mãos cruzadas; estou na luta, ao lado de vocês, meu querido povo. E estou entrando, agora, no Ministério da Saúde para uma ampla fiscalização no hospital desse prefeito ladrão.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador João Capiberibe, como orador inscrito, em permuta com o Senador Raulo Rodrigues.

Prazer em vê-lo, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, venho a esta tribuna para comunicar à Casa que encaminhei ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, o Ofício nº 028, de 28 de fevereiro, no qual peço audiência para tratar da questão que passo a relatar.

Em setembro de 2010, a Polícia Federal desencadeou a Operação Mãos Limpas no Amapá. O objetivo foi coibir e punir o desvio criminoso de verbas públicas da União provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e também do fundo que antecedeu o Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A Operação Mãos Limpas levou à prisão as principais autoridades do Estado do Amapá: o governador em exercício, o ex-Governador Waldez Góes, o Prefeito de Macapá Roberto Góes, o Presidente do Tribunal de Contas, além de secretários do governo do Estado, secretários municipais e empresários.

A Assembleia Legislativa do Estado também não foi poupada pela Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão em gabinetes de deputados estaduais e em residências de funcionários.

A Operação Mãos Limpas prendeu 27 pessoas, ouviu uma centena de outras e recolheu significativa quantidade de documentos em empresas, repartições públicas e residências. A Polícia Federal constatou que a maioria dos contratos de obras e serviços não respeitava as formalidades legais e beneficiava empresas previamente selecionadas.

Passado quase um ano e meio da Operação Mãos Limpas, objetivamente, ainda não há conclusão dos inquéritos policiais, nem indiciados, tampouco qualquer denúncia ministerial.

A demora para se conhecerem os desdobramentos próprios a uma operação policial de tamanha envergadura, além de frustrar as aspirações da maioria dos cidadãos e cidadãs, cria dificuldades para a atuação do Governo Estadual, em virtude de restrições impostas a diversos órgãos estaduais, particularmente no que diz respeito à obtenção de documentos apreendidos necessários à gestão.

Urge, portanto, apresentar informações amplas e transparentes, além de punir severamente os res-

ponsáveis. A impunidade – através da falta de solução para mais este evidente episódio de corrupção e apropriação indébita de bens públicos – somente contribui para desacreditar ainda mais os valores republicanos e democráticos!

Justiça que tarda não é justiça! É urgente que a Procuradoria-Geral da República e o STJ prestem contas dessa operação à sociedade brasileira e, em particular, ao povo do Amapá.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB, seu partido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, no Brasil, é muito comum se ouvir falar, em qualquer que seja a região, que, neste País, só vai preso quem é pobre. Aliás, complemento com duas outras categorias: não só necessariamente pobre. E por quê? Porque o Governo Federal e os Governos Estaduais não cumprem a Constituição Federal no que tange a dar advogados aos pobres por meio das defensorias públicas.

Hoje, quero falar mais da Defensoria Pública Federal, porque os dados que me mandaram os defensores públicos da União são alarmantes em relação à situação da Justiça do Brasil, Senadora Marta.

Por exemplo, quanto a recursos. O orçamento da Justiça da União, e aí entenda os Tribunais Superiores, é de R\$29,7 bilhões; Ministério Público, R\$4 bilhões; Advocacia-Geral da União, R\$3 bilhões; e a Defensoria Pública, R\$130 milhões. Quer dizer: 0,056% do orçamento. O órgão que tem por finalidade defender o pobre não tem dinheiro. Mas, mais do que não ter dinheiro, vejam os números com relação às pessoas que compõem a Defensoria Pública. São 480 defensores federais, em todo o Brasil – em todo o Brasil –, para 3,7 mil juízes trabalhistas, 12 mil juízes federais, 1,8 mil membros do Ministério Público e 8 mil advogados da União. Quer dizer, advogados para defender o Governo têm de sobra, e o Governo é aquele que cobra do cidadão o pagamento do INSS etc. Mas, para defender o pobre contra o Governo ou contra quem quer que seja, não há advogado. São 480 defensores públicos federais no Brasil para defender, repito, na área trabalhista junto à Justiça Federal, junto aos diversos órgãos da Justiça Federal.

Com esses dados, fiquei curioso, Senador Paim, para saber como estaria a situação no meu Estado. E a situação lá é alarmante. Há apenas dois defensores públicos federais de segunda categoria, que são

os que atuam junto à população, no atendimento, no ajuizamento de demanda. Foram abertos 3 mil procedimentos de assistência jurídica em 2011, apenas com dois defensores, sem contar os procedimentos abertos em 2008, 2009 e 2010.

Portanto, no meu Estado, desde meados 2010, está sendo adotado o agendamento para atendimento na unidade. Incrível, hoje, quem vai à Defensoria Pública de Roraima só é atendido em 8 de maio. Nesse caso, realmente, não tem jeito. O pobre termina sendo condenado, sendo preso ou fica preso aguardando julgamento.

Pior é que excelentes profissionais de direito, que são os defensores públicos, não têm estrutura adequada nem há quantidade necessária para preencher as vagas. No meu Estado, ainda há mais um fato alarmante: há uma vaga no quadro de defensor público, mas a vaga está contingenciada.

Se esse quadro é assim, realmente é de indignar. Então, não dá para entender como é – e aqui vai um apelo à Presidente Dilma – que se fala tanto em atender os pobres, em atender os mais necessitados, se, no que tange a alguma coisa fundamental, que é a Justiça, não damos aos mais necessitados, àqueles que não têm condições de pagar o advogado a condição de tê-lo. E como é que tem? É só fazer com que realmente sejam preenchidos os cargos. Existem concursos pendentes de nomeação, e é preciso que haja também abertura.

Senadora Marta, aqui, eu tenho um arrazoado, listando coisas que precisam ser feitas, porque a Defensoria age junto ao INSS, à Caixa Econômica, à SPU, ao Incra, ao Ibama etc. Na verdade, existe uma PEC, a PEC nº 82/2011, que estende à...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – ...Defensoria Pública da União autonomia administrativa indispensável para que, de fato, ela possa ter condições de funcionar.

Ao mesmo tempo, quero deixar aqui um apelo à Presidente Dilma para que envie uma proposta de estruturação da Defensoria Pública da União com a criação de cargos de Defensores e, ao Presidente

desta Casa, Senador José Sarney, para que paute em plenário a Emenda Constitucional nº 82, de 2011.

Eu quero, para não ultrapassar em muito o meu tempo, já que a Senadora Marta me concedeu mais dois minutos, apenas registrar, repetindo os números: são 1,8 mil membros do Ministério Público da União, 8 mil procuradores públicos para defender os interesses do Estado e 470 defensores públicos para defender 130 milhões de carentes. Então, isso é realmente um contrassenso, num País que, de fato, quer priorizar os mais necessitados.

Portanto, quero pedir a V. Ex^a a transcrição do ofício que recebi da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais e do apanhado que fiz desses detalhes, inclusive o referente ao meu Estado de Roraima, para que nós possamos aqui, a partir de hoje, fazer uma mobilização no Senado em favor daqueles que têm, como disse Jesus, fome e sede de justiça, que são justamente os mais pobres.

Como é que podemos pensar em ter um país que seja de fato uma República, que defenda os interesses dos cidadãos, se não temos, para os mais pobres, o advogado? Se as coisas continuarem com estão, vamos perpetuar esse jargão, esse ditado de que neste País só vai preso quem é pobre, preto ou... Não quero dizer o nome aqui.

É lamentável constatar isso, mas a situação pode mudar. Basta que a Presidente Dilma tome essa iniciativa e que o Presidente do Senado paute a emenda, para que possamos mudar essa realidade. Não dá para haver esta desproporção: 8 mil advogados defendendo os interesses da União, do Governo, e 480 defendendo os interesses de 130 milhões de brasileiros e brasileiras.

Peço a transcrição.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício ANADEF/Presidência-Biênio 2011-2013/ nº 004/2011

Brasília/DF segunda-feira, 10 de outubro de 2011

**A Sua Excelência
Mozarildo Cavalcanti
Senador da República**

Assunto: Estruturação e autonomia da DPU

Excelentíssimo Senhor Senador da República,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência o apoio ao tratamento diferenciado à Defensoria Pública da União, Função Essencial à Justiça, no tocante a estruturação emergencial do órgão bem como o envio imediato dos anteprojetos de criação de cargos de Defensor Público Federal e carreira de apoio em trâmite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ainda, requer-se seja considerada e apoiada por este Ministério a extensão da autonomia administrativa, orçamentária e financeira já dada as Defensorias Públicas Estaduais por meio da Emenda Constitucional 45/04 à Defensoria Pública da União, por meio da aprovação da PEC n. 82-2011 em trâmite no Senado Federal.

Justifica-se o pleito ante a necessidade de instalar efetivamente a Defensoria Pública da União como órgão oficial do Estado, autônomo e independente, nos termos do preconizado pela Resolução AG/RES. 2656 (XLI-0/11) da Organização dos Estados Americanos – OEA - "Garantias para o acesso à Justiça" -, que visa, dentre outros, a promoção e proteção dos Direitos Humanos e a prestar assistência jurídica gratuita nas matérias afetas ao Poder Judiciário da União (Justiças Federal, Trabalhista, Eleitoral e Militar).

Hoje, a Defensoria Pública da União, em que pese a incremento de mais de 450% no número de membros no espaço de 10 anos, vê-se ainda muito aquém de suprir minimamente a sua enorme e potencial demanda. A DPU está presente em cerca de 55 subseções, com apenas 470 Defensores Públicos Federais. Outras 264 subseções não contam sequer com um defensor público. A comparação com outras instituições, que também são consideradas essenciais à Justiça, demonstra a fragilidade que a DPU apresenta atualmente. A Advocacia Geral da União, em seus três ramos (Advocacia Geral da União, Procuradoria Geral Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional) conta com cerca de 8.000 mil membros e está em todas as subseções da Justiça Federal. A disparidade segue com os demais Estados da Federação, tendo o Estado de São Paulo

500 Defensores, o Estado do Rio de Janeiro, 800 Defensores, e o Estado do Paraná, em sua estrutura recém instalada, aproximados 350 Defensores.

Oportunamente, consigno que o Estado brasileiro outorgou autonomia às Defensorias Públicas Estaduais, por meio da Emenda Constitucional 45/04, e, a partir daí, parte da Instituição una passou a ter avanços em sua organização e estruturação, o que tem trazido significativa melhora na prestação da assistência jurídica no âmbito dos Estados membros e das Justiças Estaduais. Ainda, no âmbito internacional, as Defensorias Públicas do Paraguai, Argentina, República Dominicana, dentre outros, já contam com suas Defensorias Autônomas e independentes, a fim de permitir paridade de armas entre a força policial e fiscalizatória do Estado e a do cidadão.

Nesta senda, postulamos a Vossa Excelência o **empenho no sentido de se ser aprovada a PEC 82-2011** em trâmite no Senado da República que estende, em respeito ao equilíbrio do Pacto Federativo e igualdade de serviços prestados pela União e Estados, a autonomia orçamentária à Defensoria Pública da União.

Ainda, postulamos a **intervenção para a imediata nomeação** dos cargos vagos de Defensores que se encontra desde o mês de maio na Presidência da República (16 cargos vagos).

Por fim, solicitamos seja solicitado ao Poder Executivo mediante o **envio de ofício à Casa Civil, Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, dos ante projetos de lei que criam cargos de Defensores Públicos Federais (03000.006273-2010-36), e carreira de apoio (03000.004495/2009-81) em trâmite no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aproveitamos a oportunidade para, mais uma vez, colocar a ANADEF, representação associativa dos Defensores Públicos Federais, a disposição de Vossa Excelência para buscar, em conjunto, os objetivos de nossa República Federativa expressados na meta governamental de erradicação da pobreza.

Por fim, consigno nossos votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,



Gabriel Faria Oliveira

Presidente da ANADEF



Thiago Tavares <thiago_tavares2002@yahoo.com.br>

29 de fevereiro de 2012

11:15

Responder a: Thiago Tavares <thiago_tavares2002@yahoo.com.br>

Para: "mozarildo@gmail.com" <mozarildo@gmail.com>

Prezado Senador Mozarildo,

Primeiramente, muito obrigado pela atenção dada a DPU/RR. Realmente estávamos precisando.

Seguem os dados:

Somos 02 Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria (Defensores que atuam junto a população - atendimento, ajuizamento de demandas e etc);

Abrimos quase 3000 Procedimentos de Assistência Jurídica no ano de 2011, apenas com 02 Defensores, sem contar com os abertos em 2008/2009/2010...

Hoje, estamos com uma carga de trabalho insuportável, o que nos obrigou desde meados de 2010 adotar o **agendamento para atendimento na unidade**.(incrível: hoje quem vai a DPU/RR somente é atendido para 08/MAIO). A insatisfação é geral e não é para menos. Obs: sequer atuamos na Justiça do Trabalho por falta de Defensor.

Senador, os atuais Defensores Públicos Federais são excelentes profissionais do Direito: digo isso porque, já fui **ADVOGADO DA UNIÃO(AGU)** e Procurador em **SERGIPE**, e escolhi a DPU, mas, sinceramente, perdi a motivação com tamanho descaso do governo com os Defensores e com a população carente.

E o pior, num Estado em que demandas federais são constantes, que é Roraima, temos uma vaga de Defensor Federal **CONTINGENCIADA** pelo MP^{RR}, sem quaisquer explicações a população. **Simplesmente não nomearam uma vaga que aqui restou.**

A Defensoria Pública, instituição constitucionalmente criada para levar a Justiça aos menos favorecidos.

O Fortalecimento da Defensoria Pública da União é de suma importância e necessita da união de esforços na área política para que o órgão de Defesa dos Direitos dos cidadãos possa, em paridade de armas, prestar seus serviços a todos aqueles que necessitarem e em todas as Comarcas e Subseções Judiciárias deste País.

Por certo que o sentimento de nossa sociedade caminha no sentido de que a Justiça brasileira é elitista, uma Justiça que prende apenas os pobres. De outro lado, na área não penal permite que o rico se valha dela, ou para ganhar tempo processual, ou para rapidamente obter seus direitos. A disparidade, sem dúvida, de armas entre os mais abastados e os hipossuficientes é uma realidade ainda de intensa presença.

Apenas a título ilustrativo, no âmbito da União a Justiça recebe um orçamento ano de R\$ 29,7 bilhões, já o Ministério Público R\$ 4 bilhões, a AGU de R\$ 3 bilhões e a Defensoria Pública da União de R\$ 130 milhões de reais (0,056% DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO).

O número de Defensores também ilustra e ratifica a Justiça elitista, uma vez que temos 480 Defensores Federais em contraposição a 3.700 Juízes trabalhistas, 2.000 juízes federais, 1.800 membros do Ministério Público e 8.000 Advogados Públicos. A Defensoria da União, Exas., está presente em apenas 55 das 320 Subseções da Justiça Federal.

No âmbito Estadual, também, ainda é pouco o número de Defensores, num total de 5.200, mas em número consideravelmente superior ao número de Defensores Federais.

Portanto, faz-se necessário a aprovação das matérias em tramitação no Congresso Nacional para a mudança deste cenário, uma vez que com apoio desta Casa, poderemos dar encaminhamento as propostas que, fortalecendo a Defensoria Pública da União, darão justiça aos que não podem pagar por ela. O acesso à justiça com fortalecimento das Defensorias representa o instrumento de democratização do Estado, de igualdade social e da construção de um País sem miséria.

Nesta casa tramita a PEC 82-2011 que estende à Defensoria Pública da União a autonomia orçamentária e administrativa já outorgada pelo Congresso Nacional às Defensorias Estaduais, sendo este, acredito, um dos principais projetos a ser encampado pelo Senado.

Não é possível que para uma instituição haja tratamento diferenciado deixando a Defensoria Pública do ente mais forte financeiramente a míngua.

480 Defensores Federais é muito pouco para um País continental como o nosso.

A Defensoria Pública da União, representando o interesse dos necessitados, litiga muitas vezes contra a União e seus órgãos, como INSS, CEF, SPU, INCRA, IBAMA, etc., o que não significa que é contrária as políticas públicas de Governo – ao contrário participa dela na salvaguarda de sua aplicação e no seu aperfeiçoamento -, mas nesta senda, quando se vê o Estado diante da necessidade de eleição de suas prioridades, os dados demonstram que a DPU amarga um triste, reiterado e proposital desprezo.

Para que Vossas Excelências tenham a noção da importância da extensão da autonomia administrativa orçamentária e financeira à

DPU, registro que no meu Estado a DPU conta com apenas 2 Defensores Federais.

Mas além da autonomia, o que o povo brasileiro deseja, e é seu direito, é ver a Defensoria da União presente em todas as Subseções onde houver um Juiz Federal e um Juiz Trabalhista, prestando um serviço de qualidade ao cidadão e levando a Justiça aos mais necessitados nas áreas de Saúde, da Previdência, do Sistema Financeiro de Habitação, na área ambiental, nos litígios agrários, nos litígios relacionados à regulamentação da Pesca, na defesa dos vulneráveis (indígenas, quilombolas, idosos, criança e adolescente, dentre outros), no combate à tortura, ao trabalho escravo, na busca da efetivação dos direitos humanos, enfim, em todas as áreas de atuação da Defensoria Pública da União.

Em 2005, o então Presidente Lula, constitui um Grupo de Trabalho Interministerial que concluiu que o número mínimo de Defensores seria de 1.280, cumulado com a carreira de apoio especializada, com determinação da LC 80-84, de 4.600 servidores. O mesmo se deu com recomendação pelo TCU no acórdão 725-2005 que se reitera a cada ano em avaliações que infelizmente não renderam frutos. De lá pra cá, 6 (seis) anos passados foram criados 200 cargos de Defensores e ao mesmo tempo 1.800 de Advogados públicos para defender a União. A estruturação da DPU custaria aos cofres públicos R\$ 500 milhões de reais ano, valor que entendemos razoável e possível para a estruturação uma Função Essencial à Justiça consideravelmente importante pelo seu objeto de atuação. A razoabilidade se justifica pelo orçamento das demais funções essenciais já aqui exposto, pelo valor gasto em publicidade no ano passado (1,6 bilhões) e também com a estimativa de que R\$ 40 bilhões escorrem pela vala da corrupção.

Sendo assim, rogo a Presidente da República que envie a proposta de estruturação da Defensoria Pública da União, com a criação de cargos de Defensores, e ao Presidente da casa que pautem em plenário a PEC 82-2011.

Por fim, só para não falar mal de tudo, nossa estrutura física é boa, mas não adianta pq não temos mão-de-obra para fazer o serviço fluir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, como orador inscrito, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Srª Presidente, caros colegas, Santa Catarina deu, na semana passada, um vigoroso passo na direção de uma nova postura frente à iminente questão da Defesa Civil, que deve servir de exemplo em todo o País.

O governador Raimundo Colombo, que já merece nosso reconhecimento por ter criado a Secretaria de Estado da Defesa Civil, sob responsabilidade do competente ex-Senador Geraldo Althoff, fez o lançamento de um amplo plano de ações de prevenção às enchentes no alto Vale do Itajaí, no alto, no médio Vale e na foz do rio Itajaí, nas três regiões. Esta região, como todo o Brasil sabe, já sofreu muito com as cheias, trazendo prejuízos incalculáveis.

E é conhecida, nobres colegas, essa situação que temos vivenciado nos últimos anos. A cada pouco, a região de Blumenau, de Brusque, de Itajaí, o alto Vale, compreendendo o rio do Sul e seus Municípios, todos do alto Vale, como ainda há pouco vivenciamos, com calamidades de toda sorte, insegurança para as famílias, insegurança para as pessoas, insegurança para as empresas que estão ali estabelecidas. E, assim, surgindo uma intranquilidade quase que permanente.

Este é o drama que estamos vivenciando.

E, na última semana, um arrojado plano de trazer uma nova expectativa de ânimo, de esperança, de concretude em toda essa vasta região, com características muito claras, foi lançado e que passo a descrever: em toda essa vasta região, foi lançado com características muito claras, que passo a descrever:

O Plano de ação prevê investimentos de aproximadamente R\$1,5 bilhão, implantados ao longo de cinco anos. Na fase inicial, serão aplicados R\$512 milhões em três ações principais: a primeira é a compra de um radar meteorológico que permitirá prever eventos climáticos com até três horas de antecedência. O radar permitirá controle, 24 horas por dia, das áreas de risco e elaboração de um plano de contingência. Com isso, as autoridades poderão alertar as pessoas para que se protejam ou, em alguns casos, deixem suas residências.

Outra medida será a sobrelevação das barragens de Taió e Ituporanga. São as vertentes do Itajaí que formam a Bacia do Grande Itajaí.

O estudo realizado apontou a necessidade de ampliação de dois metros em cada uma delas. Com

isso, o total de aumento da capacidade das duas será de 35 bilhões de litros.

O terceiro ponto será para a construção de diques no canal antigo do Rio Itajaí-Mirim. Posteriormente, serão feitas ainda obras de prevenção de deslizamentos em rodovias, construção de barragens de pequeno e médio portes e melhorias ao longo do curso do rio.

Para a segunda fase do plano do governo catarinense, serão investidos outros R\$ 970 milhões, com obras e melhorias que abrangem toda a extensão do Vale do Rio Itajaí, nos municípios do Alto e Médio Vale, até a foz, no litoral. Com a conclusão dessa etapa, teremos enfim a solução perene, tão esperada, que permitirá a pavimentação de um caminho de desenvolvimento.

Vale destacar a participação do ex-Governador catarinense, hoje Senador Luiz Henrique da Silveira, que deu início às tratativas com a Jica, Agência Japonesa de Cooperação Internacional, que realizou, ao longo de dois anos, o estudo que deu todo embasamento técnico a este plano de ação, que não teve qualquer custo aos cofres estaduais.

Lembro, ainda a importante participação do governo federal, que entra, nesta primeira etapa, com R\$ 310 milhões, e do BNDES, que financia o Estado, R\$ 141 milhões. Sem esta postura republicana, nada disso seria possível.

As repercussões na Região, que concentra 25% da população e do PIB catarinense – vejam bem, 25% –, são extremamente relevantes, ramificando-se em diversos aspectos, anunciando um futuro alvissareiro não só no Vale, mas em todo Estado.

Acima de tudo, o maior beneficiado será o cidadão, que terá garantido seu direito fundamental da vida – até então em permanente risco.

Os setores produtivos comemoram: estarão livres da permanente ameaça da perda de suas fábricas, galpões, estoques, lavouras, casas, prédios, enfim... O setor imobiliário vive, desde já, um momento de ânimo – é outra vontade que a gente já nota. Eu que tive a honra de participar no lançamento do programa na Foz do Itajaí e também na região de Blumenau no médio vale, a gente sente no semblante, não só ali do Alto Vale também, dos empresários, das pessoas, dos empreendedores esse novo raio de novas expectativas de segurança nas questões que vão se enfrentar. Há segurança para investir, construir, olhar para frente. As seguradoras, por exemplo, que antes eram reticentes em assegurar bens na região, voltam a atuar – e com preços bem menores, já que o risco de enchentes será reduzido praticamente à zero.

Essa é a expectativa até então. As seguradoras não queriam nem fazer o seguro em função dos ris-

cos, eminências e perigos, e além de ser bem mais encarecido o seguro.

Por meio da prioridade dada pelo governo catarinense às ações de prevenção em Defesa Civil, o poder público cumpre sua verdadeira função e coloca a região nos trilhos do progresso!

Falo dos trilhos, pois já posso vislumbrar o desenvolvimento harmônico e sustentável que viveremos. Penso na duplicação da BR-470, esta rodovia tão importante para a região, mas também na construção de uma linha férrea, que dará nova dinâmica à infraestrutura logística catarinense.

As sirenes que antes convocavam para a lida das indústrias extrativas madeireiras anunciarão a passagem do trem que transportará em seus vagões os produtos do trabalho catarinense, desde o oeste, meio-oeste, Vale do Itajaí, conectados em estações intermodais até nossos portos e de lá para todo o mundo.

Então, essa é a expectativa. Se antes as sirenes anunciavam à indústria madeireira, no amanhecer do dia, a ordem de começar o trabalho, teremos essa grande substituição em que as mesmas anunciarão a passagem dos trens transportando produto por suas intermodais. Essa é expectativa de toda região.

Empresas e pessoas que por força da falta de oportunidades deixaram seus municípios voltarão, com o surgimento dessa nova era. Mais adiante, teremos medidas definitivas também na região oeste, que sofre anualmente com a estiagem, em uma ação preventiva plena, com a construção de barragens e sistemas de captação de água da chuva aliados a modernas técnicas de irrigação, além do reflorestamento, que cumpre função econômica, social e ambiental de forma sustentável. Por essa razão, caros colegas, tenho insistido nesse tema.

No ano passado, concluímos os trabalhos da Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, presidida pelo nobre Senador acreano Jorge Viana. O Acre hoje sofre com as enchentes, afetando cerca de 120 mil pessoas.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC.) – Eu concluo em seguida, nobre Presidente.

As propostas apresentadas por esta comissão, convertidas do Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011, organizadas em dez pilares essenciais, visam a garantir recursos e estrutura para investimento em prevenção de forma séria, planejada, com aplicação de longo prazo.

Para concluir, digo que depois dessa nova era, das novas medidas que o Governo catarinense lança compreendendo todos esses valores, daqui a cinco

anos teremos uma região com mais credibilidade, firmeza, estabilidade e um futuro não somente para os atuais empreendedores e para as pessoas, não só para as empresas, mas para o amanhã, os nossos filhos e netos. Que seja perene.

Para encerrar, eminentes colegas,

O apóstolo Mateus disse ser prudente o homem que edifica sua casa sobre a rocha, pois “caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa que não caiu porque fora edificada sobre a rocha.”

Essa rocha, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a prevenção. Resume-se nisso. Essa verdadeira rocha é...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Encerro por aqui, nobre Presidente, trazendo essa notícia alvissareira para nós, catarinenses, quiçá para o Brasil se despertar de um novo momento, de uma nova era de expectativa de vida a longo prazo.

Esse é o caminho, nobre Presidente e caros colegas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sempre inspirador, Senador.

Agora com a palavra o Senador Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, eu quero aqui registrar o Dia Nacional de Doenças Raras, mas diante do artigo publicado hoje pelo juiz assessor da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Sr. Rodrigo Capez, publicado na *Folha*, no dia de hoje, na página 3, “Pinheirinhos: ideologias e fatos”, eu aqui quero reiterar o convite ao Juiz Rodrigo Capez.

Acabo de conversar com o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, para que ele compareça amanhã, às 9 horas, à Comissão de Direitos Humanos. Ele foi convidado para lá estar na quinta-feira passada; disse que já tinha a passagem comprada, mas se ausentou. Não pôde vir, dizendo que tinha compromissos inadiáveis junto ao Juiz Ivan Sartori.

Pois bem, diante do que ele aqui mencionou, é importantíssimo que venha aqui, responda às perguntas.

Há a documentação que eu quero mostrar a ele, inclusive a, por exemplo, filmada pelo cineasta José Padilha, que permaneceu durante uma semana ali. Durante o dia 22, filmou as cenas que eu gostaria de mostrar, amanhã, ao Juiz Rodrigo Capez na Comissão.

Diz o seguinte. Ele acaba de escrever:

O Juiz Rodrigo Capez, em seu artigo na Folha de S.Paulo, usa de retórica e malabarismo jurídico para tentar justificar o que é injustificável.

A operação de desapropriação dos moradores da comunidade do Pinheirinho foi levada a cabo como uma operação de guerra e tratou moradores indefesos, crianças, adolescentes e idosos como se tivessem cometido os piores crimes de guerra.

Desde crianças de 10 dias até idosos de 70 anos ou mais foram desalojados à base de bala, bombas, gás de pimenta e toda sorte de repressão que a tropa de choque do Estado de São Paulo dispunha.

E o Sr. Rodrigo Capez estava ao lado do Coronel Messias, que comandava a operação. E, em diálogo com o Governador Geraldo Alckmin, ao lado de quem eu estive, liguei para ele, quando o Governador procurava me dizer que tudo iria ser feito com respeito, civilidade.

No Pinheirinho [diz o cineasta José Padilha, que é homônimo do grande cineasta José Padilha premiado], em nome do capital especulativo, o Estado guerreou contra cidadãos, crianças e idosos. O juiz Capez, em momento algum, do ponto de vista jurídico, esclarece que a decisão judicial, da Juíza Márcia Loureiro, trata-se de uma decisão precária, de uma medida liminar, e que sequer respeita as condições do conceito que deve nortear a concessão da medida.

Onde está o risco iminente que a massa falida corria e a necessidade imperiosa de a medida ser cumprida naquele domingo?

Inclusive, tendo ciência de que estava em curso o acordo visando à solução pacífica do conflito, qual o prejuízo judicial ou financeiro de que se aguardassem as negociações serem finalizadas, para só então tomar outras medidas?

Nenhum.

O que ocorreu no Pinheirinho foi um verdadeiro ataque do Estado contra a pobreza, visando ao extermínio dos pobres e menos favorecidos.

O Juiz Capez, a Juíza Márcia, o Governo do Estado e a PM foram protagonistas de um atentado contra a humanidade.

Assina o José Padilha, cineasta que filmou as cenas às quais quero convidar o Sr. Rodrigo Capez para vir assistir, na Comissão de Direitos Humanos, amanhã.

E gostaria, Sr. Presidente, de dizer, inclusive, que não é verdade o que o Sr. Juiz Rodrigo Capez men-

ciona no artigo: “O Pinheirinho vale R\$500 milhões. Ninguém quis pagar a desapropriação. Só discursaram o planejamento da ação que evitou a exploração política de cadáveres”.

Ora, há um documento do advogado da massa falida da Selecta S/A o Sr. Waldir Helu, de dezembro de 2006, dizendo que aquele terreno do Pinheirinho, em junho de 2007, valeria algo como R\$8,2 milhões. De onde se tirou esse valor R\$500 milhões o Sr. Rodrigo Capez? Ele omite que, junto ao Governo Federal, à União, em verdade, a massa falida tinha um débito da ordem de R\$11 milhões e não R\$311 mil e omite também que o Prefeito Eduardo Cury procurou evitar os esforços de entendimento porque o Governo Federal e o Governo do Estado já tinham chegado e protocolaram junto à prefeitura um documento indicando a disposição dos dois níveis de governo de chegar a um entendimento para resolução daquele problema.

Prezado Sr. Juiz Rodrigo Capez, com todo o respeito a V. Ex^a – o mesmo que V. Ex^a diz ter por mim – convido V. Ex^a e o Presidente Paulo Paim para estarem aqui amanhã e conversarmos a respeito.

Sr^a Presidenta, quero aqui também saudar o Dia Nacional de Doenças Raras. A questão delicadíssima das pessoas com doenças raras no País deve ser vista como urgente e prioritária. É delicadíssima porque envolve o bem maior, sagrado da vida humana, que não pode ser analisado como um peso para o Estado, mas como um dever. A vida, por ser sagrada, deve ser preservada: que a saúde, como diz a Campanha da Fraternidade deste ano, se estenda sobre a Terra!

É urgente, porque foi durante muito tempo deixada de lado. O primeiro marco legal vem do Japão e data de 1972, ou seja, faz quarenta anos. O Brasil vivia em regime de exceção. Quando o Congresso dos Estados Unidos estabeleceu a Lei de Drogas Órfãs, em 1983, o Brasil, novamente, não cedeu a seus cidadãos com doenças raras o direito a diagnóstico e tratamento devido. Quando, finalmente, a Europa regulou seu Ato sobre doenças raras, em 2000, mais uma vez o governo brasileiro não seguiu a mesma trilha. Durante todo este tempo, as associações têm lutado, mas, finalmente agora, por iniciativa do Instituto Baresi e da Professora Adriana de Abreu Magalhães Dias, apresentei, no ano passado, o Projeto de Lei do Senado nº 159, que institui o Dia Nacional de Doenças Raras, a ser celebrado no último dia do mês de fevereiro, dia 29, que é hoje, e o Projeto de Lei está na Comissão de Educação, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Doença Rara.

Peço para os Presidentes Roberto Requião, Jayme Campos, ao Presidente José Sarney, das Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e do Senado

respectivamente que deem prioridade à tramitação desse projeto que agora será objeto do diálogo porque estarei lá no auditório...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador, por favor.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – ...Gabrili e todos que estão empenhados na questão relativa às pessoas com necessidades especiais.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Essa batalha do Pinheirinho é algo realmente muito sério que ocorreu em nosso Estado e V. Exª tem feito um trabalho, e eu tenho testemunhado, de ir pessoalmente conversar com as pessoas, com as mulheres que foram abusada, com as violências que ocorreram e que tentam tapar o sol com a peneira em uma situação que nos deixa muito indignados como brasileiros que temos a sensibilidade pelas pessoas mais carentes deste País.

Com a palavra, o Senador inscrito Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Lauro Antonio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidenta...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Marta, eu pediria a palavra, posteriormente ao grande Senador Valadares, para uma comunicação urgente. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, no dia 31 de janeiro deste ano, faleceu na cidade de Aracaju, o ex-Governador Seixas Dória, figura histórica da política brasileira.

Eu e o Senador Lauro Antonio, que é também do Estado de Sergipe, pretendíamos fazer uma sessão especial pela figura do que representou Seixas Dória na política do nosso País, no combate à ditadura e na defesa das instituições políticas e democráticas. No entanto, há uma resolução recente do Senado Federal que só permite uma sessão especial em homenagem a qualquer figura de âmbito nacional depois de 25 anos de seu falecimento. Sendo assim, eu e Lauro Antonio, nosso Senador por Sergipe, que ocupa com muito brilho o lugar do Senador Eduardo Amorim, que, tenho certeza, se estivesse aqui, estaria fazendo a mesma coisa, resolvemos, nesta sessão, relembrar a figura imortal de Seixas Dória.

Tive a honra de ter Seixas Dória como Secretário de Estado, Secretário dos Transportes, quando fui Governador entre 1987 e 1991, e pude sentir de perto a sabedoria, os conhecimentos técnicos e também a sua desenvoltura como administrador. Muito me hon-

rou tê-lo ao meu lado, não só na administração, realizando obras as mais diversas no setor rodoviário, como recebendo os seus aconselhamentos, através da experiência que vivenciou no Parlamento e como Governador de Estado, defenestrado do poder pelos militares, porque teve a coragem cívica de não se entregar aos poderosos do momento e resolveu tomar uma posição aberta em favor da democracia no Brasil, combatendo a ditadura que ali estava se instalando. Foi preso e levado à Ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por muito tempo com outra figura admirável, político de escol, político exemplo de dignidade, de coragem, o ex-Governador Miguel Arraes.

Portanto, é, para mim, um momento de muita emoção, de muita saudade de Seixas Dória, que deu exemplos edificantes de como um homem deve se comportar nos momentos decisivos, mesmo naqueles em que se coloca em risco a própria vida, mesmo naqueles momentos em que as bandeiras que defendemos estejam sendo soterradas pelas forças das baionetas. A minha palavra é, portanto, de admiração, de respeito, e os nossos pêsames – que já foram demonstrados em outra oportunidade! – à família enlutada, à Dona Meire, à sua inesquecível esposa, companheira diletta de todas as horas.

O Estado de Sergipe tem Seixas Dória como um verdadeiro monumento da sua política, tem Seixas Dória como um exemplo de vida. Ele escreveu, durante o seu calvário, *Eu, Réu sem Crime*, para demonstrar ao povo brasileiro e à sociedade do nosso País que o único crime que cometeu – se isso representa algum crime – foi defender as instituições democráticas do nosso País, o mandato que foi conseguido através da vontade popular de João Goulart e também o seu próprio mandato.

Pude também testemunhar, Senador Lauro Antonio, o quanto ele era grato aos seus amigos, o quanto ele era cioso da responsabilidade de edificar as amizades através dos benefícios que recebeu para alcançar o poder.

Pedro Valadares, por exemplo, que era o meu pai, era Deputado Estadual, na época em que os militares mandaram que a Assembleia Legislativa caçasse o seu mandato. Eu estava lá, ainda um jovem estudante, nas galerias da Assembleia Legislativa, participando daquele momento histórico, em que Pedro Valadares, ao depositar o voto, não traiu o seu amigo. Permaneceu ao seu lado, construindo um exemplo que devemos seguir durante todo o sempre contra a cassação de mandato de Seixas Dória.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Seixas Dória foi preso e, certa vez, já em liberdade, foi me visitar em minha cidade. Eu lhe perguntei: “Quando o senhor vai voltar à política?”. Ele me disse: “Valadares, eu tão cedo não volto à política”. Eu lhe disse: “Mas se o senhor voltar, terá o meu apoio”. Respondeu-me: “Valadares, o momento é difícil agora. Vamos aguardar os acontecimentos. Um dia, quem sabe, eu voltarei”. Voltou! Foi candidato a Senador, e eu candidato a Governador em outra chapa. Ele perdeu para Senador da República, e eu ganhei para Governador. Meu adversário, mas eu o convidei para ser meu secretário, porque a família Valadares tinha uma estima ímpar por Seixas Dória, um reconhecimento do seu valor. E quanto eu me beneficiei, do ponto de vista pessoal, político, ético e moral, com a presença daquele monumento no Governo de Antonio Carlos Valadares.

Senador Luiz Henrique, eu quero dar um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Também gostaria de um aparte, Senador.

O Sr. Lauro Antonio (PR – SE) – Gostaria de um aparte, Senador.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a enriquece o Plenário desta Casa hoje, invocando uma das figuras maiúsculas da política brasileira. Um verdadeiro homem público. O que é que distingue o homem público? O que o define? O que o separa do homem da iniciativa privada? Ambos servem ao desenvolvimento do País. Aquele empreendedor da iniciativa privada tem um objetivo: o de dar lucro a suas empresas para ampliar a produção e ampliar os empregos. Agora, o lucro do homem público é outro: é sua credibilidade pela prestação do serviço para a comunidade, sem olhar para interesses privados e particulares. E Seixas Dória era um desses que se guiava pelo espírito comunitário e pela dedicação à causa pública.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e peço licença para incorporar suas palavras ao meu discurso.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Antonio, nosso Laurinho e, em seguida, ao Senador Rollemberg.

O Sr. Lauro Antonio (PR – SE) – Obrigado, Senador. Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso, que já está encerrando. Quero dizer que Seixas Dória foi um homem tão especial que recebeu em vida um documentário intitulado *Um herói sergipano*. Então quero agradecer o aparte, deixando V. Ex^a completar o seu discurso, as suas palavras. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao companheiro e amigo Lau-

rinho. Em seguida, nosso Senador do PSB, Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Valadares, se a Presidenta permitir mais dois minutos, não posso deixar de cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que me enche de alegria porque, como V. Ex^a sabe, a minha origem é de Sergipe. Seixas Dória foi uma referência para todos nós, para a nossa família. Eu me orgulho muito de dizer que meu pai, embora fosse à época um deputado do Partido Republicano, do PR, que mantinha, inclusive, uma aliança tradicional com o PSD, foi o grande articulador da candidatura de Seixas Dória ao governo de Sergipe. Portanto V. Ex^a faz hoje aqui um registro da maior importância em relação a um dos maiores homens públicos da história de Sergipe. V. Ex^a, com a sua trajetória, vem honrando as melhores tradições da política sergipana. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Ao encerrar, Sr^a Presidenta, gostaria de dizer que Seixas Dória inscreveu um momento especial na vida política de Sergipe não só como deputado estadual, deputado federal, participando da cruzada em favor da criação da Petrobrás e como governador do Estado. O seu nome ilustre hoje faz parte do histórico da vida dos grandes homens públicos do Brasil. Para nós, sergipanos, é um privilégio ter Seixas Dória, ter seu nome sendo lembrado na mais alta Casa do Congresso Nacional, porque ele merecia e merece as homenagens maiores que podem ser feitas a um homem público honrado e trabalhador.

Como eu não pude fazer a leitura do discurso escrito, achei melhor falar de improviso, peço que a íntegra deste discurso possa fazer parte dos Anais desta Casa.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente desta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro a missão dolorosa de comunicar a esta Casa o falecimento, no final da tarde da última terça-feira, do ex-governador de Sergipe Seixas Dória, que neste mês de fevereiro completaria 95 anos.

Nascido em Própria, em 23 de fevereiro de 1917, Seixas Dória começou sua vida pública como secretário da Prefeitura de Aracaju, foi deputado estadual por duas vezes, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), com sua primeira eleição no ano de 1946.

Exerceu o mandato de deputado federal também por duas vezes, sendo sua primeira eleição em 1954 e a segunda em 1958. Defensor da democracia, Seixas Dória ladeou o então candidato Jânio Quadros na disputa pela Presidência da República, em 1960.

Seixas Dória foi governador de Sergipe no período em que se iniciou a ditadura militar sendo deposto pelo regime de exceção. No dia seguinte à eclosão da revolução, foi retirado do Palácio do Governo à força e levado para a prisão, no arquipélago de Fernando de Noronha. Perdeu os Direitos Políticos. Teve, assim, sua voz silenciada, mas não desistiu, deixou a prisão após quatro meses de detenção, devido a concessão de um habeas corpus.

O Ato institucional nº2 provocou a cassação dos seus direitos políticos em 1966, por um período de dez anos. Enquanto estava com os direitos políticos cassados, publicou o livro que se tornaria uma referência histórica do período da ditadura brasileira, “Eu, réu sem crime”, onde relata sua vivência na prisão em Fernando de Noronha, ao lado do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Além da longa carreira política – deputado estadual, deputado federal e governador -, Seixas era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói e membro da academia de letras local, autor também de “Sílvio Romero, jurista” e hoje pertence ao rol dos imortais da Academia Sergipana de Letras.

Enquanto governador de Sergipe, defendia os mesmos ideais do então presidente, João Goulart, tendo participado ativamente do bloco que defendia as mudanças em prol da melhoria da vida do povo brasileiro. Em 13 de março de 1964, Seixas Dória discursou no célebre comício da Central do Brasil, em que os maiores nomes da política progressista estavam ao lado do presidente Goulart.

Seixas Dória fez da UDN uma voz solidária, criando com outros parlamentares a Frente Parlamentar Nacionalista, que ampliou no Brasil o discurso denunciando manobras internacionais, formando uma opinião pública para cobrar do Governo ações de proteção e defesa da riqueza nacional. Pequeno de estatura, franzino, frágil, Seixas Dória agigantava-se na luta em favor do Brasil e do futuro dos brasileiros. Referência do nacionalismo, sem radicalizações, Dória integrou, com outros políticos, a “Bossa Nova da UDN”, conquistando simpatia da mídia e aplausos da população.

Assim, iluminou o Brasil com suas orações patrióticas, dando consciência aos brasileiros para o que ocorria no País, após a II Guerra Mundial. O Brasil, que participou do campo de batalha, possuía muitas e variadas riquezas minerais, cobiçadas pelos Estados Uni-

dos e por outros países aliados, segundo as denúncias que fez Seixas Dória, nos auditórios universitários, nas tribunas do Parlamento, nos artigos de jornais e nas entrevistas que mobilizaram a atenção dos brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, registro neste momento os nossos mais sentidos pensamentos a todos os seus familiares, a sua esposa Dona Meire Dória e ao povo de Sergipe, que tanto o respeitava e admirava, pela perda desse ilustre homem público, que deixou uma saudade enorme no coração de cada sergipano.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – De acordo com o Regimento, Senador Valadares, V. Ex^a será atendido. Foi uma belíssima homenagem. Os seus pares também colocaram palavras que acrescentaram ao discurso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Henrique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para solicitar à Presidência que, em nome da Liderança do PMDB, eu me inscreva como liderança.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Henrique, pela Liderança do seu partido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Nobre Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, é para uma comunicação inadiável. Coloquei de forma errada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobres Senadoras e Senadores, ocupo esta tribuna para uma comunicação inadiável, um assunto da maior relevância.

No Município de Joinville, do qual fui prefeito por três mandatos, localiza-se a maior fábrica de geladeiras do mundo, que produz as marcas Consul e

Brastemp. Vejamos por que ocupo a tribuna para esta comunicação inadiável.

O jornal *Valor Econômico* traz uma manchete muito importante:

A subsidiária da Whirlpool em Joinville (SC), onde são produzidos os refrigeradores Consul e Brastemp, estabeleceu uma meta ambiental audaciosa para 2014. Tornar-se a primeira fábrica no mundo em seu segmento de negócios a reduzir a zero o envio de resíduos industriais para aterros.

Hoje a unidade já consegue destinar para a reciclagem 94% dos resíduos de seu processo produtivo e 80,7% dos materiais de geladeiras e freezers recolhidos em seu programa de logística reversa, porcentagem superior aos 75% exigidos pela legislação ambiental da União Europeia, a mais rigorosa do mundo.

Para zerar os resíduos, a empresa procura uma destinação adequada de alguns tipos de óleos, gases e materiais, como espumas de polimento, utilizadas para isolar os refrigeradores, etiquetas, rótulos, plásticos e bolhas.

Em 2011, a companhia recolheu 382 toneladas de materiais recicláveis. Segundo o Gerente de Assuntos Ambientais da empresa, temos no Brasil uma cultura de repassar os eletrodomésticos utilizados. Enquanto os brasileiros devolvem para os fabricantes menos de 1% dos eletrodomésticos dos eletrodomésticos, os canadenses devolvem 70%, os europeus, 25%, e os japoneses, 48%.

Apesar de ter um canal para o consumidor destinar para reciclagem eletrodomésticos usados, não é por esse caminho que Whirlpool mantém ativo o seu programa de logística reversa, pelo qual reaproveita 87% dos resíduos das geladeiras usadas; é por meio de parcerias com distribuidoras de energia elétrica, que são obrigadas a adotar políticas de eficiência energética. A prática mais comum entre as distribuidoras são os programas de trocas de geladeiras antigas por novas. O avanço tecnológico garante que um refrigerador atual consuma 60% a menos de energia do que um modelo com dez anos.

Faço esta comunicação para ressaltar que este é um case que devemos levar à Conferência Rio+20, em junho. Hoje, na audiência em que foi ouvida a Ministra Izabella Teixeira, na Comissão de Meio Ambiente, onde S. Ex^a fez uma dissertação precisa sobre a política ambiental brasileira e as tratativas para a Conferência Rio+20, sugeri ao Ministério do Ambiente que, em conexão com a CNI, identificássemos os casos semelhantes de eficiência ambiental das nossas empresas,

para demonstrar que o sistema produtivo brasileiro está buscando tecnologias que levam à melhoria das condições do desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg. Em seguida, a palavra será do Senador Ricardo Ferraço, pela Liderança do seu partido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza do Senador Rollemberg.

Há determinadas coisas que fogem ao bom senso e me parecem acontecer somente no Brasil.

Senador Ferraço, veja que nas instruções oferecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil, no impresso “Dicas da Anac”, existe uma recomendação, que merece atenção: “Evite despachar bagagens que contenham objetos de valor, tais como: joias, dinheiro e eletroeletrônico (celulares, *notebooks*, filmadoras, etc). Esses objetos devem ser transportados, de preferência, na bagagem de mão.”

Ora, essa recomendação, quando feita pela própria Anac, é o reconhecimento público da incapacidade de as autoridades brasileiras oferecerem a devida segurança a quem utiliza transporte aéreo no País.

Isso é grave!

E reafirma o que se tem tomado rotina nos aeroportos brasileiros: o risco de o passageiro ter a bagagem roubada ou objetos que estejam dentro delas furtados é muito grande.

O mais irônico e inaceitável em relação a essa recomendação é que o passageiro também não está seguro se resolver transportar os objetos na bagagem de mão. Por quê? Porque já existem quadrilhas especializadas em se aproveitar do descuido do passageiro nos saguões dos aeroportos, para lhe furtar a bagagem de mão.

Por outras palavras, Sr^a Presidente, se nada for feito, os aeroportos brasileiros podem se transformar num cenário caótico, a exemplo das emergências de hospitais, do transporte público, entre tantas mazelas que ocorrem na sociedade brasileira.

A Copa se avizinha. Nós vamos passar vergonha.

Da mesma forma que, hoje, os pacientes nunca estão certos de que serão bem atendidos nas emergências dos hospitais, sejam públicos ou privados, os passageiros usuários da aviação civil começam a viver o drama diário de ver as bagagens extraviadas ou roubadas.

Ontem, uma grande reportagem, na televisão, mostrou o desalento pelo descaso feito com os passageiros que tiveram suas bagagens furtadas.

Mas as Dicas da Anac trazem outra curiosidade: “A empresa deverá, no momento da compra da passagem, avisar o passageiro se o seu voo nacional será feito em área internacional.”

Caso isso aconteça, você estará sujeito a restrições de transporte de líquidos em bagagem de mão (as mesmas exigidas para passageiros de voos internacionais)."

Tenha paciência! Mas isso é uma brincadeira! Primeiro, porque quem viaja com frequência sabe como mudam os portões de embarque de uma hora para outra. Aí o cidadão que vai embarcar pela ala doméstica resolve comprar um perfume para dar um presente. Mas, na hora do embarque, há uma mudança repentina para a ala internacional. E, então, Sr^a Presidente, como é que fica? Joga o perfume fora? Dá o perfume para a atendente?

Essas histórias e trapalhadas depõem muito contra a imagem do Brasil e geram uma descrença quanto à capacidade mínima de organização das autoridades públicas.

Mas não é só, Sr^{as} e Srs. Senadores. Esta Lei da Copa também é um desafio ao bom-senso. Como é que, ao longo de décadas, temos feito inúmeras propagandas para evitar o consumo de álcool e a violência nos estádios brasileiros e, agora, por um capricho da Fifa, vamos permitir a venda de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa do Mundo?

Esse é o nítido exemplo do favorecimento explícito. A mensagem é clara: olhe, você não pode beber nos estádios, durante os campeonatos regionais e nacionais. Mas, sabe como é, trata-se de um jogo da Copa. Então, tudo pode. Isso é como dizer: você não pode matar de segunda a sexta, mas, sábado e domingo, você pode.

Está-se gastando muito dinheiro com a Lei Seca, para transformar isso numa cultura. Agora, nós vamos levar aos estádios um estopim. Nós vamos mudar inclusive com jogos internacionais. Sabemos que vamos ter torcidas violentas, como a dos ingleses, a dos irlandeses, a dos próprios alemães, e nós vamos, então, fomentar isso com bebida. Agora, depois da Copa do Mundo, não pode mais.

Como é que faz o cidadão que bebe e entra no carro? E a Lei Seca? Quer dizer, é um contraditório.

Isso é de uma subserviência inadmissível para um país que tem a expressão do Brasil no cenário mundial. Nós não podemos nos curvar aos caprichos e desejos da Fifa, que, aliás, entra no País, faz o evento, colhe lucros fabulosos, mas não quer ser responsabilizada

por praticamente nada, sendo o Governo brasileiro responsável por tudo.

É verdade que o Brasil tem inúmeros problemas e desafios para a consolidação do Estado de Direito, mas não somos uma terra sem lei. É preciso, portanto, que se tenha extremo cuidado no exame da Lei da Copa, caso contrário, seremos motivo de chacota aqui e lá fora.

Passamos da hora de superar essa têmpera do improviso e do jeitinho que supera tudo. Passamos da hora de aceitar tacitamente regras sem sentido como as Dicas da Anac. Precisamos exigir nossos direitos e o devido cumprimento da lei.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

Senador Mozarildo, V. Ex^a podia assumir a Presidência enquanto faço uso da palavra como oradora inscrita?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – (*Fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Eu estou trocando com o Randolfe. V. Ex^a trocou com o Cyro Miranda e foi para o lugar do Cyro Miranda, que é o sexto. Eu troquei com o Randolfe, que é o quinto, e avisou que não vai poder estar aqui neste momento.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, do PT de São Paulo.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezados Senador Mozarildo Cavalcanti, no exercício da Presidência, Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio e da TV Senado. Hoje eu gostaria de falar sobre a programação orçamentária de 2012, anunciada pelo Governo há cerca de duas semanas. Mais uma vez, o Governo da Presidenta Dilma reitera seu compromisso de consolidar a âncora fiscal como importante mecanismo de estabilização econômica, tão importante para todos nós. E, principalmente, ela vai fazer isso sem comprometer o gasto social e o investimento.

Antes de tudo, precisamos ter clareza quanto às vantagens da âncora fiscal frente a outros mecanismos semelhantes. Nesse sentido, acho importante que relembremos um pouco de nossa história econômica recente.

No Brasil, desde o início do Plano Real, já utilizamos vários tipos de âncoras de estabilização. A primeira

foi a âncora cambial, representada pelos regimes de câmbio fixo e administrado, que vigoraram entre 1994 e 1998. A despeito de ter sido um remédio necessário à época, quando o Brasil tentava se livrar do mal hiperinflacionário, ele foi usado, diria, por mais tempo que o desejável e trouxe grandes distorções e vulnerabilidades ao nosso País. Seu fim se deu com uma grave crise cambial que obrigou a adoção do câmbio flutuante – devem estar lembrados – a partir de 1999.

Em seguida, adotamos a âncora monetária, configurado no regime de metas inflacionárias e que representou um grande avanço para a nossa política econômica.

No entanto, ela sobrecarregou excessivamente a taxa básica de juros Selic, que era utilizada como único mecanismo de estabilização. Nessa mesma época, também começou a ser construída a âncora fiscal com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000. Mas foi a partir de 2003 que ela começou a ter maior efetividade, permitindo uma contínua e sólida redução da taxa básica de juros.

Vale alertar que não devemos confundir o uso da âncora fiscal com política fiscal restritiva. Aliás, foi o não uso de uma política fiscal responsável e consistente ao longo dos anos que hoje obriga aos países europeus em dificuldades a adotar um radicalismo fiscal que certamente os levará a alguns anos de recessão e desemprego.

Quem está lendo o que está acontecendo está vendo um filme em retrocesso.

O ajuste fiscal anunciado pelo Governo mostra bem como a âncora fiscal deve ser usada. São R\$55 bilhões de cortes de despesa primária, com o objetivo de se alcançar a meta de superávit primário de quase R\$140 bilhões neste ano, ou cerca de 3,1% do PIB. É uma meta – diria – ousada, representando a continuidade do maior esforço fiscal já empreendido, que vem se tornando a marca da política econômica da Presidenta Dilma.

E a principal virtude é que o esforço fiscal se dá, sem comprometer o gasto social e o investimento. Na verdade, as políticas de saúde, educação e combate à pobreza receberão até mesmo um volume maior de recursos em 2012. Para a saúde, por exemplo, serão R\$72 bilhões, um incremento de 13% em relação a 2011. E está sendo feito bom uso. Eu estava lendo os dados do Ministério da Saúde em relação ao programa Cegonha: é maravilhoso o que estamos conseguindo em termos de redução da mortalidade materna. Lembro que foi no dia da mulher, no mês da mulher, em março do ano passado, que a Presidenta lançou o programa Cegonha, e agora os primeiros números já

estão indicando as consequências dessa injeção de recursos, dessa prioridade.

Para a educação, também, serão R\$33 bilhões, quer dizer, um aumento de 34%; e, para o Brasil sem Miséria, serão R\$27 bilhões, 37% a mais que no ano passado.

No caso das despesas de investimento, também haverá ampliação significativa dos recursos dirigidos ao PAC, que receberá mais de R\$31 bilhões, cerca de 30% a mais que em 2011.

É particularmente importante fomentarmos o investimento. É claro, porque do investimento é que podemos ter um ritmo de crescimento superior a 5% ao ano e os empregos serem mantidos e aumentados. Como disse o Ministro da Fazenda, o investimento é a “locomotiva do crescimento”, e é fundamental impulsionarmos a taxa de investimento da economia brasileira.

Em 2002, ela era de 16% do PIB, hoje está em quase 20% e buscamos superar os 24% até o final do mandato da Presidenta Dilma. Aliás, é o elevado nível de investimento, superior a 40% do PIB, que está por trás do milagre chinês, onde o PIB cresce em média a 9% por ano já há algum tempo. Quarenta por cento do PIB em investimento é realmente uma barbaridade. Um dia a gente chega lá, Senador Mozarildo Cavalcanti. E vamos crescer 9%. Aliás, o Nordeste cresceu 9% alguns anos atrás, mas manter isso é bastante difícil.

Enfim, essa é a forma correta de utilizar a âncora fiscal, buscando localizar o esforço das contas públicas onde não só não compromete o desempenho econômico, mas também o promove, apoiando o setor produtivo e a geração de emprego e renda.

É a forma também de aumentar a eficiência do gasto público e reduzir desperdícios. Em 2011, o Governo conseguiu economizar, por exemplo, cerca de R\$2,2 bilhões do custeio administrativo, ou seja, os gastos com diárias, passagens e administração de imóveis, automóveis e outros equipamentos de uso da União.

Para finalizar, quero reiterar que o avanço em 2012 do Plano de Consolidação Fiscal, lançado pela Presidenta Dilma no primeiro ano de seu mandato, é algo que deve ser comemorado bastante. Representa o fortalecimento da âncora fiscal como mecanismo de estabilização, aliviando a carga sobre a política monetária e permitindo a contínua redução da taxa básica de juros, que deverá cair abaixo dos 10% ainda este ano.

Então, Senadora Angela, Senador Rollemberg, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Davim, finalmente, neste ano, vamos comemorar a taxa de juros com menos de dois dígitos neste País.

Representa também a contínua melhora das contas públicas, fazendo com que cheguemos a resultados

fiscais excepcionais, como um déficit nominal próximo a 1% em relação à dívida/PIB de 35%.

Esses números destacam-se ainda mais em um ambiente global, onde as grandes economias registram hoje déficit em torno de 5% e nível de endividamento superior a 100% do PIB. Quer dizer, quando vemos a nossa proporção dívida/PIB em 35%, os países que estão passando por essa crise – lemos todos os dias nos jornais – estão com dívidas acima de 100%. Aí dá para perceber como foi correta toda a política econômica do Governo Lula, e como a Presidenta Dilma, com todas as dificuldades internacionais que está enfrentando, com todas as pressões – nós mesmos – que ela tem como Presidente ao responder, como ela está conseguindo manter a rédea e fazer com que o Brasil cresça com os investimentos necessários, sem tirar dinheiro de onde é muito importante: saúde, educação e PAC. Sem infraestrutura também não conseguiremos dar conta do crescimento que esse investimento vai propiciar. Se crescermos 4%, 5% ou 6% – não estou falando sequer de 9% – precisará de infraestrutura em portos, aeroportos, estradas para essa mercadoria, para essa produção, algo que, hoje, estamos com muita dificuldade em fazer tudo escoar. Então, o PAC é imprescindível nesse sentido.

O Brasil, hoje, é um grande exemplo de responsabilidade e sustentabilidade fiscais no mundo. Essa é uma das principais razões da nossa baixa vulnerabilidade externa e alta resistência aos efeitos da crise financeira.

Mas, acima de tudo, representa a manutenção dos importantes avanços sociais alcançados, principalmente no Governo Lula e agora no Governo Dilma Rousseff, da redução de uma taxa de pobreza de 27%, em 2002, para 13% hoje. Da inclusão de quase 40 milhões de brasileiros na classe média. De uma renda *per capita* anual que saltou de US\$2,8 mil, em 2002, para os atuais US\$13,3 mil. Essa é a principal mudança estrutural em curso na sociedade brasileira, e a política fiscal tem exercido um papel fundamental nesse sentido.

Era isso que eu queria colocar, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, por permuta com o Senador Cyro Miranda, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Prezada Presidenta, Senadora Marta Suplicy; prezados Senadores, prezadas Senadoras, mais uma vez, o Distrito Federal presencia uma barbárie que marca a história da cidade, como já tive oportunidade de registrar esta semana, há menos de 15 anos da morte do índio Galdino.

Incendiaram, neste fim de semana, dois moradores de rua, em Santa Maria, que dormiam numa praça. Primeiro, atearam fogo num sofá, espantando os mendigos que ali estavam. Depois de sete horas, voltaram ao local e, com atroz requinte de crueldade, queimaram os dois que permaneceram dormindo no local. Tudo indica que o crime foi praticado por adolescentes.

Esse é mais um fato inaceitável na história da nossa cidade e do nosso País, que não deve ser tratado aqui como caso isolado, a exemplo dos diversos homicídios e agressões que jovens brasileiros têm inescrupulosamente praticado contra moradores de rua, homossexuais, travestis, prostitutas, negros e indígenas. Isso acontece em todo o Brasil.

Ainda este mês, em Recife, um mendigo também teve o corpo queimado enquanto dormia. Em agosto do ano passado, o mesmo ocorreu em Uberaba. No Rio de Janeiro, em julho de 2011. Em Jundiá, dois moradores de rua foram incendiados em abril. Em dezembro do ano passado, uma criança indígena de oito anos foi queimada em Arame, no interior do Maranhão.

No caso dos homossexuais, Srª Presidenta, o Brasil está entre os países com um dos maiores registros de óbitos por homofobia, com um assassinato a cada três dias, segundo dados do Grupo Gay da Bahia. Para a população negra, a situação também é vergonhosa. Nos últimos oito anos, a morte de negros por homicídio subiu 23,4%, segundo dados do IBGE. Para as mulheres, apesar de a Lei Maria da Penha ter atenuado significativamente as estatísticas de agressão e óbitos, cerca de dez mulheres são assassinadas a cada dia no Brasil, segundo o Datasus.

Esses são alguns exemplos de uma lista enorme, que cada vez mais confirma o crescimento exponencial da violência, marcada pelo sadismo e pela crueldade.

Fomos acostumados a analisar a violência sob o prisma da exceção, ou seja, em seu aspecto transgressor, permanentemente associado à marginalidade.

O que dizer quando a exceção parece ganhar a incidência de normalidade? Hoje são 137 assassinatos por dia no Brasil, que, posso dizer, crescem na mesma proporção do sentimento de indiferença e negligência no País.

Por isso, fatos como esses são muito mais complexos do que parecem ser. Refletem não só a delinquência dos criminosos, mas a doença de uma sociedade.

Doença em que todos têm sua responsabilidade. São adolescentes que fazem na prática o que muitas vezes ouviram ao longo da vida. Foram ensinados a perceber essas pessoas como o lado invisível e descartável da sociedade. São pessoas completamente alienadas de seus direitos e deveres, numa prática perniciosa que sustenta a exclusão. E os moradores de rua são o elo mais frágil desse processo, o lado mais desprezível para a sociedade e para o Estado.

Segundo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, no Brasil, há quase 32 mil pessoas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, entre outros. Só aqui, no Distrito Federal, são quase 2.400 pessoas em situação de rua, que contam apenas com 500 vagas no único albergue da cidade. Sem contar que muitos deles se recusam a ficar nesses abrigos, devido ao histórico de violência nesses ambientes. É preciso rever as medidas de implementação e manutenção desses espaços, assim como o conjunto das políticas de assistência social.

Lembro que, na época da morte do índio Galdino, um dos adolescentes de classe média justificou-se dizendo que matou porque não sabia que era um índio, pensava ser um mendigo, tornando explícitos o descaso e a desumanização que sofrem os indigentes. Junto a isso, soma-se a naturalização da violência pela sociedade. Naturalizam a morte como rotina; e a exclusão social, como regra. Os direitos tornam-se cada vez mais itens de consumo. Quem tem direito é quem pode pagar. Pessoas são aceitas socialmente pelo que têm, mas não pelo que são. Um padrão ético completamente invertido e anticivilizatório.

A histórica impunidade no Brasil é outro alicerce dessa anomalia social. Só para citar um exemplo, todos os maiores de idade envolvidos na morte do índio Galdino foram presos, mas acabaram não cumprindo os 14 anos de reclusão em regime fechado. Detidos apenas até 2004, ganharam liberdade condicional da Justiça. Antes disso, gozaram de benefícios e desrespeitaram autorizações judiciais. Como o País pode avançar efetivamente no combate à violência, se não consegue conter essa cultura de impunidade?

Quero lembrar, neste momento, o extraordinário texto que deixou Paulo Freire um pouco antes de morrer, sobre o assassinato do índio Galdino. Ele falava da posição do pobre, do mendigo, do negro, da mulher, do camponês, do operário, nesse pensar cultural transmitido nos lares, nas escolas, na mídia; falava da mentalidade materialista da posse das coisas, do descaso pela decência, da fixação pelo prazer, do desrespeito pelas coisas do espírito; falava do todo-poderosismo.

Falava da ética do mercado comparada a ética humana; esta alicerçada nos princípios fundamentais da vida.

E a pergunta que todos devemos nos fazer hoje é sobre o nosso próprio lugar nesse pensar. A expressão brutal da violência começa pela intolerância. Até que ponto a nossa intolerância é também parte desse problema maior? Até que ponto o problema da violência é só um problema do Estado, da qualidade dos serviços de segurança oferecidos no País? Até que ponto a excessiva espetacularização do noticiário sobre crimes não é também um fio condutor desse processo? É preciso refletir sobre todas essas questões. A violência não está só nas mãos de quem pratica, mas no pensar culturalmente transmitido por gerações. Quando a violência passa a ser mais normal do que transgressora, temos a certeza de que o combate deve ser muito maior do que a dimensão do fato em si. Deve ser um amplo combate à complexa trama social e cultural que a sustenta, considerando também as responsabilidades sociais, e não apenas as individuais nesse processo.

Quero encerrar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, manifestando a minha confiança no fato de que a polícia do Distrito Federal saberá encontrar os responsáveis e prendê-los, e que a Justiça da nossa cidade e do nosso País será implacável com esses criminosos.

Quero citar outra frase do grande mestre Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Indignação*, que diz:

Se a nossa opção é progressista, estamos a favor da vida e não da morte; a favor da equidade e não da injustiça; a favor do direito e não do arbítrio; a favor da convivência com o diferente e não com a sua negação. Não temos outro caminho senão viver plenamente com a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. Não é possível refazer esse país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério com adolescentes brincando de matar gente.

Que possamos nos inspirar nesse grande pensador ao lidar com o problema da violência no Brasil. Enquanto continuarmos a nos enxergar pelo que temos, e não pelo que somos, não poderemos nos perceber por inteiro, como Nação, um corpo social orgânico, em toda a nossa diversidade.

Eis o nosso maior desafio para construirmos efetivamente uma sociedade mais justa e uma nova civilidade, sustentada por uma cultura de paz.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rollemberg, e parabênizo-o

por esse discurso tão sensível frente a isso que temos observado. Acho que foi ontem que um Senador, nosso colega, colocou o papel da televisão e dos vídeos extremamente violentos que as crianças têm acesso. E eu lembrava, como psicóloga, de pesquisas que mostram como não ter modelos de solução de conflito, a não ser quando se dá um soco ou se explode uma bomba, leva a comportamentos dessa forma. Então suas palavras são extremamente importantes em virtude do que temos observado em todas as áreas que V. Ex^a colocou tão bem. Parabéns.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, por permuta com o Senador Francisco Dornelles.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio hoje meus pronunciamentos deste ano, de 2012, no Senado. E quero fazer isso agradecendo a confiança que recebi da bancada do meu Partido, que me escolheu para a função de Líder do PSB no Senado neste ano de 2012. Portanto, agradeço aos Senadores Rodrigo Rollemberg, João Alberto Capiberibe e ao Senador Antonio Carlos Valadares, o mais antigo Senador da nossa bancada, nosso sempre líder, a quem especialmente agradeço a atenção, o apoio que dele recebi, desde o primeiro momento em que entrei nesta Casa como Senadora, bem como à sua liderança generosa, que se abriu à participação dos seus companheiros.

É também para mim muito importante que, ao fazer isso, eu me torne a primeira mulher líder do PSB no Senado. Nós já tivemos líderes na Câmara, mas pela primeira vez no Senado o PSB será, por um ano, liderado por uma mulher, coincidentemente neste momento em que todas nós comemoramos os 80 anos da conquista do direito do voto feminino, uma data extraordinariamente importante para o movimento de mulheres e para as mulheres brasileiras. São 80 anos da conquista do direito do voto, o que nos dá a possibilidade de fazer um balanço do que conquistamos em termos de legislação no nosso País até então e ficar muito felizes com o que pudemos alcançar e muito tristes em saber que fizemos isso com tão poucas integrantes no Parlamento brasileiro.

Nunca, nesses 80 anos, chegamos a 20% do Parlamento nacional. Somos hoje pouco mais de 10% no Senado e apenas 10% na Câmara dos Deputados. Portanto, esses 80 anos tornam obrigatório o compromisso do Parlamento brasileiro, em especial das suas mulheres, das mulheres que representam as mulheres brasileiras no Parlamento, o dever de lutar por uma reforma política que crie, como V. Ex^a já o fez com a lei da política de cotas, uma política compensatória, capaz de compensar a nossa ausência no Parlamento duran-

te esses anos todos e que seja, portanto, indutora de uma presença maior, mais vigorosa e mais rápida da participação feminina no Parlamento nacional.

Tenho a honra de estar, portanto, neste momento, representando o meu Partido, um Partido que tem uma representação de poucos Senadores, numericamente, mas homens tão honrados e competentes quanto os três que tenho orgulho de compartilhar como companheiros de bancada, entre eles o Senador Rodrigo Rollemberg, que acabou de fazer um belo pronunciamento e está neste momento aqui em plenário.

Isso me dá consciência da enorme responsabilidade que representa o exercício da liderança de um Partido com a história do PSB, Senador Rodrigo, um Partido que tem, entre seus fundadores e inspiradores brasileiros, a estatura de João Mangabeira, de Antonio Cândido, de Sérgio Buarque de Holanda, de Jamil Haddad, de Miguel Arraes, e, hoje, de tantos governadores que marcam as suas administrações pela modernidade, pela inovação e também pelos compromissos com a melhoria da qualidade de vida do povo de cada um dos seus Estados.

Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, e dizer que me sinto muito honrado, como Senador do PSB, do Partido Socialista Brasileiro, de ter V. Ex^a como líder. Quero aproveitar para cumprimentar também o Senador Antonio Carlos Valadares por todo o seu período de liderança, pois ele, com sua experiência, conduziu-nos tão bem ao longo do ano passado. V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande. Disse aqui, num debate com o Senador Pedro Taques, que o PSB é um Partido que vem crescendo, vem crescendo de forma consistente; elegeu seis governadores na última eleição e tem, entre os três governadores melhor avaliados no Brasil, dois que estão entre os três primeiros, sendo que o nosso presidente, o governador de Pernambuco, está com 82% de aprovação. Eu me sinto muito feliz de estar tão bem representado por V. Ex^a, eu, que nunca tive outro Partido na minha vida, desde 1985, sou filiado ao PSB, mais da metade da minha vida filiado a esse Partido, e compartilhei todo esse processo de reorganização do Partido, que tive, nas figuras de Antônio Houaiss, Evandro Lins e Silva e Jamil Haddad, grandes brasileiros à frente desse processo. Portanto, desejo muito sucesso a V. Ex^a. V. Ex^a, com toda a sua experiência, de ex-constituente, ex-Prefeita, ex-Deputada, agora Senadora, certamente saberá conduzir bem a nossa bancada aqui no Senado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg. Tenho certeza de que o sucesso dessa tarefa só será possível se ela

expressar a unidade política que caracteriza a atuação da nossa bancada neste Senado Federal. Porque todos nós, por sermos um Partido aqui no Senado pequeno, de apenas quatro Senadores, temos a consciência e a enorme responsabilidade de garantir e honrar a herança desses líderes políticos que foram aqui citados por nós, bem como o exemplo de vida de cada um deles, e dar continuidade a essa herança de tradição histórica, política do nosso País que eles representaram, com uma atuação no Senado que possa se basear essencialmente nos princípios do nosso Partido: de defesa da liberdade e da democracia.

Aliás, o PSB, que tem como *slogan* “Socialismo e Liberdade”, inovou como a esquerda democrática na organização histórica do Brasil – a utilização dessas duas palavras unidas –, quando, no momento em que nós fomos criados, como uma força política partidária de esquerda, era muito difícil falar em democracia no campo da esquerda como um valor. E o PSB ousou se constituir como Partido de esquerda, levantando a bandeira do socialismo e da liberdade, àquele tempo, para alguns, duas bandeiras contraditórias.

Nós acreditamos no valor da democracia como um valor universal, como um valor dos novos tempos do nosso País. Hoje podemos estar aqui comemorando que todo o campo socialista no nosso País, e de muitas correntes do mundo, unam as duas ideias do socialismo e da democracia. O meu tempo vai se esgotando, mas serviu para que eu pudesse aqui registrar o nosso agradecimento à nossa bancada e afirmar o compromisso, como Líder do Partido, de prosseguir no trabalho destacado do nosso Senador Valadares, na manutenção dos princípios do nosso Partido e no fortalecimento do programa e do projeto da Presidente Dilma no Senado Federal.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senadora Lídice da Mata. Quero parabenizá-la com alegria pela nomeação, eleição, de Líder do PSB nesta Casa, primeira mulher a exercer o cargo de liderança pelo PSB.

Parabéns e estaremos juntas na torcida.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, como orador inscrito.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está acontecendo por todo o dia de hoje o VI Fórum Nacional de Saúde Ocular, promovido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que tem ações elogiáveis, contribuindo para construção de um sistema de saúde mais acessível, mais resolutivo.

Todos nós acreditamos que construir um sistema de saúde que queremos não é uma responsabilidade apenas dos gestores, mas de toda a sociedade, e o CBO – Conselho Brasileiro de Oftalmologia tem se comportado desta forma, participando dos debates no Ministério da Saúde, participando de câmaras técnicas e trazendo o debate para dentro do Legislativo, em cima dos dados publicados pela Organização Mundial de Saúde em 2011, a estimativa global e por região da magnitude da deficiência visual, da cegueira e de suas causas, a partir de dados reunidos em 2010. Globalmente o número de pessoas de todas as idades com deficiência visual é estimado em 285 milhões, dos quais 39 milhões são cegos – 82% dos cegos têm 50 anos ou mais. Essa estatística não inclui a presbiopia não corrigida, cuja prevalência ainda é desconhecida de todos nós.

De acordo com a IAPB (Agência Internacional para Prevenção da Cegueira), os padrões globais de causas de cegueira diferem substancialmente entre os países, mas é possível associar sua prevalência às condições econômicas e de desenvolvimento humano, já que quase 90% dos casos de cegueira estão em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Por exemplo, a proporção de cegueira devido à catarata é de 5% em economias de mercado estabelecidas, mas chega a 50% nas regiões mais pobres do mundo. Portanto, o progresso no combate à cegueira evitável não pode ser medido apenas pela existência de medidas preventivas e curativas: depende da disponibilidade e aplicação efetiva de soluções, apropriadas e recursos para melhorar as condições de vida em regiões pobres.

Também as principais causas de cegueira em adultos estão associadas ao envelhecimento da população. E o Brasil apresenta a terceira maior taxa de crescimento da população idosa entre os países mais populosos do mundo. Atualmente, existem 5,3 milhões de brasileiros com perda visual grave.

De acordo com os dados do CBO, 90% dos casos de cegueira ocorrem nas áreas pobres do mundo; 60% das cegueiras são evitáveis; 40% das cegueiras têm conotação genética (são hereditárias); 25% das cegueiras têm causa infecciosa; 20% das cegueiras já instaladas são recuperáveis.

E temos ainda o cálculo da prevalência de cegueira no Brasil.

Da população indigente, em torno de 21.598.495, tem uma prevalência de aproximadamente 1,2%, ou seja, são 259.182.

Da população pobre, em torno de 58.699.440, com 0,95% de prevalência, 557.645 são cegos.

Da população da classe média, que corresponde a aproximadamente 114,325 milhões, as estatísticas

aproximadas apontam que 685.953 brasileiros sofrem de cegueira.

Enquanto isso, o número de cirurgias de catarata no Brasil sempre foi menor do que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

Defendemos que o impacto social da cegueira e a grande prevalência da catarata entre a população mais idosa devem ser levados em conta na formulação de políticas públicas. Com uma população de pouco mais de 190 milhões de habitantes, precisamos que o SUS, responsável exclusivo pelo atendimento de 65% da população garanta a realização de pelo menos 390 mil cirurgias de catarata por ano, enquanto que outras 180 mil devem ser realizadas pelo setor privado, chegando-se, no mínimo, a um total de 540 mil cirurgias de catarata/ano. Entretanto, esse número seria suficiente apenas para eliminar a cegueira instalada. Para evitar que mais brasileiros cheguem à condição de cegueira por catarata, estima-se que seriam necessárias 720 mil cirurgias por ano.

Mas, em compensação, houve um aumento de 140% nos últimos 10 anos nos transplantes de córnea no Brasil. Só em 2011, foram realizados 14.800 transplantes de córnea no Brasil, graças ao esforço do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e a sua presença constante e incansável nos debates da Câmara Técnica do Ministério da Saúde.

Neste VI Fórum que está acontecendo no Auditório Petrônio Portella, aqui, no Senado Federal, do qual participei pela manhã e fui convidado a compor a Mesa sobre catarata, apesar de não ser oftalmologista, mas por ter militado em várias entidades médicas nacionais, por ter me dedicado e ser um estudioso, um curioso do tema de saúde pública, o que percebo, nesses debates, é que, apesar desses esforços do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, há um problema crônico. Existe um gargalo no avanço das cirurgias de catarata, até porque todos nós compreendemos que, num País como o Brasil, que tem 5,3 milhões de brasileiros com catarata, ou sofrendo de cegueira por catarata, a cirurgia corretiva é sobretudo um resgate da cidadania desse brasileiro, sabendo ainda que a cegueira por catarata acontece em torno de 50% nas populações mais pobres, mais um motivo para o Governo envidar esforços e recursos, para que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia estabeleça um cronograma de cirurgia de catarata no Brasil.

Isso não deixa de ser um resgate da cidadania. Um cidadão que não enxerga, um cidadão que não tem condição de trabalhar, porque lhe falta um dos sentidos mais primordiais que um ser humano pode ter, que é a visão, não goza, em sua plenitude, da cidadania que tanto buscamos.

Portanto, quero aqui parabenizar essa iniciativa do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que realiza hoje o VI Fórum Nacional de Saúde Ocular, sempre preocupado em debater as condições do nosso povo, sempre apontando caminhos novos a serem seguidos para resolvermos os problemas graves de saúde pública do Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, a Senadora Angela Portela.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vou deixar a Senadora Angela Portela falar. Prefiro deixar que ela fale antes, para, depois, pedir consentimento a V. Ex^a para fazer a leitura de um pequeno requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Educação acaba de comunicar, em caráter oficial, que o novo piso salarial dos professores será de R\$1.451,00.

Isso reflete uma justa correção de 22,22%, baseada na variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundeb.

Esse piso salarial resulta de uma longa batalha travada não apenas pela categoria profissional dos professores, a que pertencço, mas por todos os que se preocupam com a educação neste país.

Conseguimos aprovar por unanimidade, na Câmara dos Deputados, a aplicação do piso salarial como parte de um conjunto de normas modernas. Na verdade, a lei vai além de garantir o piso, mas proporcionar reais condições para se ministrar ensino de qualidade.

Aprovado pela Câmara, o projeto foi votado também pelo Senado Federal e, sancionado pelo presidente Lula, tornou-se então a Lei nº 11.738, de 2008. Não foi aplicada de imediato, porém. Governadores que não desejavam arcar com esse tipo de despesa recorreram ao Judiciário.

Para nossa extrema satisfação, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucionais todos os dispositivos da Lei nº 11.738. Foi uma vitória memorável, ainda que se possa facilmente perceber que a resistência permanece.

A qualidade do ensino nunca estará separada dos direitos dos educadores. Só teremos educação digna deste nome caso mudem as condições de trabalho

dos professores. Foi desse conceito que partimos ao elaborar a lei.

Nos seus termos, a União vinculou a si própria, aos Estados, Municípios e Distrito Federal ao piso nacional de educação, ao mesmo tempo em que definia a carga horária máxima de 40 horas semanais. Definiu também o vencimento inicial, que corresponde ao salário-base, mais gratificações.

Estabeleceu-se o conceito de profissional do magistério, abrangendo todos os que trabalham em atividades correlatas, desde que contem com a formação mínima determinada pela Lei de Diretrizes e Bases. Estendeu ainda o piso salarial e demais vantagens aos aposentados, uma questão de justiça social.

Reconheceu também um pré-requisito básico para a busca de qualidade de ensino: definir o que venha a ser a real carga horária do professor. A lei estabelece que, na composição da jornada de trabalho deve-se observar o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, há pouco, tivemos aqui, no Congresso Nacional, no Senado Federal, governadores que procuraram o Congresso, prefeitos, para pedir mudanças na Lei nº 11.738. Alegam que não terão recursos financeiros para cobrir os gastos por ela determinados, assim como para as correções a se fazerem de acordo com o modelo estabelecido. Alegam que também os Municípios terão problemas.

Reconhecemos que todos os governos, em um País como o Brasil, enfrentam dificuldades orçamentárias. Somos um País jovem, com muito ainda a ser feito nas mais diversas áreas, principalmente na educação. Precisamos, porém, estabelecer prioridades.

Hoje, tivemos a grata alegria de ouvir, na Comissão de Educação do Senado Federal, o Ministro Aloizio Mercadante. Ele qualificou a educação como o maior desafio do Brasil. Isso não apenas justificaria, mas exigiria tratamento prioritário, vinculando-o ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Disse o Ministro Aloizio Mercadante que contamos hoje com um ambiente educacional do séc. XVIII, professores do séc. XX e estudantes do séc. XXI. É preciso, portanto, qualificar os professores e estabelecer uma meritocracia. O Ministro Aloizio Mercadante afirmou ainda que, se a carreira não recebeu a devida motivação, os melhores professores não irão para a sala de aula. Comparou ainda o piso dos professores ao salário mínimo, hoje um dos instrumentos de elevação de renda que permite ao Brasil “crescer para dentro”, nas palavras do Ministro. Assim como foi possível aumentar o salário mínimo acima da inflação, contrariando o que muitos previam, é possível fazer frente ao desafio representado pelo piso profissional da educação.

Na avaliação feita pelo Ministro Mercadante, com a qual concordo, podem até surgir problemas pontuais. É inegável que alguns Estados terão dificuldades, em geral decorrentes da carreira docente. Essas unidades da Federação contariam hoje com passivos previdenciários que se agravariam com a aplicação do piso. Entretanto, destacou o Ministro, “trata-se de um problema mais profundo, um problema de gestão do Estado”.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, governar é administrar orçamentos e, em consequência, definir prioridades. Desconheço, como o Ministro Mercadante também desconhece, prioridade maior do que a educação.

O Poder Público terá, é claro, outros desafios além desse. O grande desafio dos brasileiros, porém, é pensar o futuro. Isso só se fará com a educação; e com a educação de qualidade. Aplicar e preservar o piso profissional dos educadores constitui um requisito indispensável para atingirmos essa meta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Fiquei com muita vontade, por tudo que ouvi dessa reunião de hoje na Comissão de Educação, de estar presente. Infelizmente, tinha que estar na CCJ e não pude comparecer.

Concordo com a análise do Ministro Mercadante e com a de V. Ex^a também, de que, sem professores educados e sem o retorno dessa profissão, da glória que era no passado, do orgulho que era no passado, não vamos conseguir sair da situação em que estamos na área educacional.

Então, a esperança que temos com o Ministro Mercadante é bastante grande.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a me permite?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me. V. Ex^a tinha pedido a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por pouco tempo, Presidenta, prometo.

Requerimento dedicado ao jornal *Correio Braziliense*.

Fulcrado no que preceitua o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplausos ao jornal *Correio Braziliense* pela reportagem especial sobre as belezas do meu querido Estado do Pará, intitulada “Viva o Pará”, publicada em cinco páginas no caderno de turismo da edição desta quarta-feira, dia 29 de fevereiro.

A reportagem é assinada pela jornalista Carolína Cotta, que destaca os mais importantes pontos turísticos da capital de Belém e da Ilha do Marajó. O meu Pará volta a crescer novamente, graças a Deus!

Com ênfase para os atrativos turísticos de origem natural, entre os quais o Mangal das Garças, o Bosque Rodrigues Alves, as fazendas de búfalos, as praias fluviais e marinhas e os passeios de barco, a reportagem destaca ainda a arte e a cultura do Pará, oferecendo interessante roteiro para os turistas.

Pela importância da reportagem na divulgação do turismo paraense para todo o Brasil e para o mundo é que requeiro votos de aplausos ao jornal *Correio Braziliense* em nome do Diretor Presidente do jornal, Álvaro Teixeira da Costa; do Diretor de Redação, Josemar Gimenez, votos extensivos à jornalista Carolína Cotta pela brilhante reportagem feita no meu Estado do Pará, que hoje, graças a Deus, vive dias melhores e felizes, vendo o paraense o Pará retomar o verdadeiro crescimento que merece.

Muito obrigado, minha Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2012

Fulcrado no que preceitua o Art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Aplausos ao jornal *Correio Braziliense* pela reportagem especial sobre as belezas do Pará, intitulada “Viva o Pará, publicada em cinco páginas do Caderno “Turismo”, da edição desta quarta-feira, dia 29 de fevereiro.

A reportagem é assinada pela jornalista Carolína Cotta, que destaca os mais importantes pontos turísticos da capital, Belém, e da Ilha do Marajó, com ênfase para os atrativos turísticos de origem natural, entre os quais o Mangai das Garças, o Bosque Rodrigues Alves, as fazendas de búfalo, as praias fluviais e marinhas e os passeios de barco. A reportagem destaca ainda a arte e a cultura do Pará, oferecendo um interessante roteiro para os turistas.

Pela importância da reportagem na divulgação do turismo paraense para todo o Brasil e para o mundo é que requeiro o Voto de Aplausos ao *Correio Braziliense*, em nome do diretor-presidente do jornal, Álvaro Teixeira da Costa; e do diretor de Redação, Josemar Gimenez. Voto esse extensivo à jornalista Carolína Cotta, pela brilhante reportagem.

Justificação

“Quem vai ao Pará, parou; tomou açaí, ficou”. É o que diz um dos carimbós mais tocados no Pará, que, definitivamente, vem se consolidando como o

Estado da Amazônia que mais atrai turistas do Brasil e de todo mundo.

Sem dúvida, um motivo de enorme orgulho para todos nós, paraenses, que em outros tempos éramos alvos de forte preconceito e fomos considerados até mesmo como um povo “atrasado”. Mas isso, agora, faz parte do passado, cada vez mais distante. Atualmente, o Pará recebe, em média, 600 mil turistas, ao ano. Com as recentes ações que começaram a ser desenvolvidas pelo governador Simão Jatene (PSDB), inclusive com a criação o Sistema de Gestão do Turismo (Segetur), o objetivo é triplicar esse número em oito anos em termos de mercado nacional, com investimentos nos cinco grandes pólos turísticos do Pará: Belém, Tapajós, Araguaia-Tocantins, Marajó e Xingu.

É preciso reconhecer e destacar que o turismo no Pará começou a ser alavancado justamente no primeiro Governo do PSDB, com o ex-governador Almir Gabriel, responsável por grandes obras em Belém, como a construção do Projeto Feliz Luzitânia, da Estação das Docas, do Parque da Residência, do Museu São José Liberto, do Mangai das Garças, entre tantas outras.

Mas não são apenas as belas obras que atraem para o Pará turistas de todos os cantos. A gastronomia do Estado ganhou o mundo e hoje é apreciada inclusive pela nobreza européia. São os grandes chefs de cozinha que afirmam: é no Pará que se encontra a mais autêntica culinária brasileira. Da culinária à arte e à cultura, tudo desperta atenção no Pará por suas peculiaridades; por sua localização em plena Amazônia. Inclusive, o próprio povo paraense merece destaque por sua enorme hospitalidade e alegria. Paraense gosta que o turista se sinta em casa por ter orgulho da sua terra.

É com esse espírito que a reportagem do *Correio Braziliense* retrata o turismo no Pará, onde o Marajó novamente mereceu destaque não apenas por ser a maior ilha fluviomarinha do planeta, mas porque foi escolhida para ser cenário da novela das 6h, da TV Globo, que irá estreiar em março próximo, com o título de “Amor, Eterno Amor”.

Em reconhecimento à importância da reportagem do *Correio Braziliense* para o turismo do nosso Pará é que requeiro Voto de Aplauso ao matutino, na certeza que as belezas e atrações turísticas das demais regiões do Estado também serão motivo de novas e brilhantes matérias jornalísticas.

Sala das sessões, 29 de fevereiro de 2012. – Senador **Mário Couto**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Flexa Ribeiro. *(Pausa)*
Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*
Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*
Jayme Campos. *(Pausa.)*
Eduardo Braga. *(Pausa.)*
João Vicente Claudino. *(Pausa.)*
Eunício Oliveira. *(Pausa.)*
Benedito de Lira. *(Pausa.)*
Jorge Viana. *(Pausa.)*
Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu gostaria de abordar, na tarde de hoje, a visita realizada pela Presidenta Dilma ao Estado de Pernambuco no dia ontem, mas gostaria, inicialmente, de fazer aqui um registro muito triste para todos nós pernambucanos, para mim especificamente.

O Brasil tomou conhecimento de uma tragédia familiar que estremeceu o País nesses últimos dias, especialmente a nós, pernambucanos: o assassinato do bispo anglicano Robinson Cavalcanti e da sua esposa, Miriam Nunes Cavalcanti, que foram brutalmente mortos a facadas em sua residência no bairro dos Bultrins, em Olinda. E o mais triste: foram assassinados pelo filho de dezenove anos. Ao que tudo indica, o rapaz esteve envolvido com drogas no período em que morrou nos Estados Unidos, treze anos, tendo inclusive sido deportado, após ter entrado na criminalidade, participando de gangues que existem nas grandes cidades daquele país.

É uma tragédia que choca e preocupa todas as pessoas e todas as famílias. Eu gostaria de expressar nesta tribuna a minha preocupação com situações como essa, envolvendo juventude perdida com as drogas, famílias destruídas, atos bárbaros.

Lamento muito a morte do Bispo Robinson e de sua esposa. Particularmente, lamento mais ainda por tê-lo conhecido de perto.

Tive a felicidade de tê-lo como meu assessor parlamentar durante quatro anos, no período em que fui Deputado Federal, de 95 a 99.

Tratava-se de uma pessoa dedicada e trabalhadora. Foi coordenador de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e chefe do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Miriam Nunes Machado, assim como o marido, foi uma mulher dedicada à caridade. Ambos trabalhavam para a Igreja Anglicana, da qual Robinson foi bispo.

O velório foi realizado ontem, em um clima de forte comoção, e teve a participação de centenas de pessoas, na capela da Paróquia Anglicana Emanuel.

Hoje, os corpos do bispo Robinson e de Miriam já estão sendo sepultados no cemitério Morada da Paz, em Paulista.

Eu gostaria de fazer, aqui, o meu voto de pesar e expressar a minha solidariedade aos familiares e amigos.

Sr^a Presidenta, o principal motivo da minha fala, hoje, é dizer que tivemos oportunidade de acompanhar, na segunda e na terça-feira, a visita da Presidenta Dilma ao Estado de Pernambuco. Foi a segunda passagem da Presidenta ao nosso querido Estado, somente neste mês de fevereiro. A primeira foi no início do mês, para vistoriar as obras da transposição do rio São Francisco e as obras da Transnordestina.

Foi com muita satisfação que tivemos oportunidade de acompanhar, ontem, a Presidenta Dilma, o Prefeito de Recife, João da Costa, e o Governador Eduardo Campos na entrega de obras importantes para a população recifense, resultado de um trabalho conjunto realizado pelas administrações federal e municipal, que atuam em completa sintonia para atender aos anseios do nosso povo.

Foram entregues 480 moradias, que completam o Residencial Via Mangue, localizado no bairro do Pina, zona sul do Recife. Trata-se da última etapa dos três residenciais, que, somados, oferecem 992 apartamentos e que estão contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os habitacionais Via Mangue I, II e III são parte de uma obra mais ampla, a Via Mangue, a maior intervenção viária na capital pernambucana nos últimos 30 anos, feita, agora, pelo Prefeito João da Costa.

A Via Mangue inclui obras de habitação, saneamento e urbanização, realizadas não somente para a Copa do Mundo de 2014, mas pensando, sobretudo, no bem-estar da população recifense.

O empreendimento atende aos anseios da nossa população e mudará de forma permanente a vida do nosso povo. Ele faz parte das intervenções em curso para melhorar o problema de mobilidade urbana, que afeta atualmente grandes cidades no mundo. Com investimentos de R\$556 milhões, a Via Mangue vai desafogar o fluxo de veículos em um dos percursos mais importantes do Recife, que liga o centro da cidade ao bairro de Boa Viagem, vai aumentar a qualidade de vida da população do entorno, inclusive de muitas pessoas que moravam em palafitas e que agora estão passando a ocupar esses apartamentos. Entre as comunidades contempladas estão Combinado, Beira-Rio, Pantanal, Xuxa, Paraíso, Deus nos Acuda, entre outras.

Com essas obras, vimos também os resultados gerados pelo programa Minha Casa, Minha Vida para a população da capital do nosso Estado. Programa criado

ainda no governo Lula e ampliado na administração da Presidenta Dilma, permitindo que os brasileiros mais pobres tenham acesso à moradia.

Como bem disse a Presidenta em seu discurso, em Pernambuco, assim como o Governador Eduardo Campos, o PAC é um programa fundamental não somente por facilitar o acesso à moradia, como por movimentar, junto com outras iniciativas do Governo federal, o emprego na construção civil. Emprego e casa – dois direitos que não podem ser negados à nossa população.

Estamos todos trabalhando para oferecer isto: mais dignidade, melhores oportunidades, moradia, saúde e uma vida melhor para os pernambucanos e as pernambucanas, brasileiros e brasileiras, apesar dos enormes desafios vividos neste País continental, diante de uma economia global frágil e de décadas de omissão, sobretudo com as regiões mais carentes do Brasil.

O Governo da Presidenta Dilma, a Prefeitura do Recife e o Governo de Pernambuco estão de mãos dadas por um Estado mais desenvolvido, com melhor qualidade de vida à população. Vamos, assim, fazer avançar Recife, Pernambuco e o Brasil.

Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Com a palavra a Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Dornelles. *(Pausa.)*

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só para fazer uma consulta à Mesa.

V. Ex^a poderia me informar se hoje tem Ordem do Dia? Já são 16h23.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós teremos Ordem do Dia, Senador. Estamos esperando acabar uma reunião do PMDB, na qual se encontra o Presidente Sarney. Então, vamos aguardar mais uns minutos, porque eu acho que já deve estar terminando.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas vamos ter Ordem do Dia, sim. Apesar de que o painel, como V. Ex^a observou, está com um problema técnico; então, acho que será impossível votação nominal. Mas vamos ver se conseguimos votar outros assuntos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Lauro Antonio. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Senador Dornelles e abrimos, em seguida, a Ordem do Dia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em 2001, como Ministro do Trabalho, tive oportunidade de participar com as centrais sindicais de um amplo acordo que visava ressarcir aos trabalhadores do País algumas perdas que tiveram em decorrência da aplicação de planos econômicos de governos anteriores.

De acordo com o entendimento ocorrido naquela época, os trabalhadores concordaram em abrir mão de uma parcela desse ressarcimento, principalmente aqueles que tinham direito a um ressarcimento mais elevado. E o Governo criou duas contribuições: uma de 0,5 sobre a folha salarial e a outra de 10%, de dez pontos percentuais, um adicional ao que seria devido ao FGTS, cada vez que um trabalhador fosse dispensado.

Esses recursos permitiram que o acordo fosse amplamente implementado, considerado na época mesmo o maior acordo do mundo, porque envolveu quase 40 milhões de trabalhadores.

Esses recursos permitiram que todos fossem ressarcidos e que o fundo recuperasse a perda que teve, de modo que, em julho do ano passado, o fundo realmente tinha sido totalmente recuperado das despesas que teve com o ressarcimento aos trabalhadores.

Entretanto, Sr^a Presidente, as contribuições não foram revogadas. Ou seja, a contribuição de 0,5 sobre a folha foi revogada, e o adicional de 10% continua ainda. E o que ocorreu? Está ocorrendo agora que o Governo está utilizando esse percentual de 10% em relação às despesas – e sem justa causa – e destinando não ao FGTS, mas ao próprio Orçamento.

Eu queria dizer à Casa que o Senador Renato Casagrande apresentou projeto, já aprovado pelas comissões desta Casa, que extingue essa contribuição de 10%, que hoje não faz nenhum sentido, porque o fundo já foi ressarcido, os trabalhadores já receberam o ressarcimento, e realmente ele é hoje apenas um tributo sem qualquer razão de existir.

Esse projeto do Senador Casagrande já foi incluído na pauta do Senado Federal, e espero que ele possa ser votado e que venhamos a acabar com a contribuição que está onerando o custo Brasil e que não tem mais razão de ser, porque todos os compromissos do acordo já foram cumpridos.

Sr^a Presidente, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Dornelles.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aberta a

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 544, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, que *estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.*

Transcorre hoje a segunda sessão da matéria constando da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Collor, Relator revisor da matéria, para proferir parecer sobre ela.

PARECER Nº 84, DE 2012–PLEN

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Exmª Srª Presidenta Marta Suplicy, Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, leio o Parecer de Plenário sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.

I – Relatório

Vem ao exame do Senado Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, que prevê um regime diferenciado para as compras e contratações no setor de defesa nacional que tenham por objeto a aquisição e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa. Tal regime não exclui a aplicação complementar da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993). Assim, dispõe a Medida Provisória sobre as normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou de seu desenvolvimento, e sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, e dá outras providências.

Ao todo, foram apresentadas trinta emendas à Medida, sendo oito acatadas no Projeto de Lei de Conversão da Câmara e as demais rejeitadas por aquela Casa.

Passo diretamente à leitura da análise da matéria, Srª Presidenta, tendo em vista que o relatório foi distribuído no prazo de quarenta e oito horas de antecedência, nos termos acordados pelas Lideranças, já sendo, portanto, do conhecimento das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

II – Análise

Uma vez que não foi instalada a Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, tem aplicação o art. 6º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, por força do qual deve ser oferecido parecer de Plenário à MPV nº 544, de 2011.

Como ressaltado na Exposição de Motivos Interministerial que a acompanha, a Medida provisória atende ao pressuposto de relevância, uma vez que:

1 – é patente a necessidade de estabelecer marco legal que retire do Estado os problemas decorrentes da fragmentação de demandas por regulamentação oriunda do setor privado, os quais levam o governo a adotar medidas pontuais que não encontram eficácia ao longo do tempo;

2 – a criação de um novo marco legal no setor permitirá a melhor definição de prioridades e uma aplicação mais adequada de recursos públicos com forte impacto na área social, seja pela capacitação de mão de obra e pela ampliação de postos de trabalho, com a consequente melhoria da remuneração.

Já no que concerne ao pressuposto de urgência, como assinalado na Exposição de Motivos Interministerial, também ele está presente, dada:

1 – a necessidade de dar imediata concretude aos enunciados da Estratégia Nacional de Defesa, assegurando a sobrevivência e evitando a estagnação da indústria nacional de defesa;

2 – a existência de uma demanda de capacitação para fazer face ao ciclo de grandes eventos e desafios dirigidos ao Poder Público, tais como o Plano Estratégico de Fronteiras e os programas afetos às áreas nuclear, cibernética e espacial, além da efetiva participação nas atividades de segurança da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016;

3 – a necessidade de o Brasil se contrapor a possíveis ameaças advindas de nova arquitetura do mercado internacional de defesa, em fase de consolidação no biênio 2011/2012, com possibilidades de se instalar predatoriamente no mercado nacional, diminuindo-lhe a capacidade de desenvolvimento.

Quanto à constitucionalidade formal, seja na parte que cuida das licitações de contratos, seja na que dispõe sobre os incentivos fiscais, não identificamos vício na Medida Provisória. Com efeito, a União detém competência tanto para editar normas gerais (de acordo com o art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal), quanto para editar normas específicas (como ente federado que é, observadas as normas gerais) sobre licitações e contratos. A matéria comporta regulação por meio de lei e não figura no rol daquelas sobre as quais a disciplina por intermédio de medida provisória é vedada (art. 62, §1º, da Carta Magna). A idêntica conclusão se pode chegar quanto ao capítulo da Medida Provisória que trata dos incentivos fiscais. A iniciativa da Chefe do Poder Executivo para dispor sobre tributos da competência da União como Cofins, Cofins-Importação, Contribuições ao PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação, é dada pelo art. 195, inciso I, alínea “b”, e inciso IV, e também pelo art. 239, ambos da Constituição Federal. Ademais, compete à União assegurar a defesa nacional e legislar sobre o assunto (de acordo com o art. 21, inciso III, e o art. 22, inciso XXVIII, da Carta Magna).

Em relação aos aspectos da responsabilidade fiscal, a Exposição de Motivos informa que as medidas propostas conduzirão a uma renúncia de receita da ordem de R\$11,52 milhões para o ano de 2011, R\$49,46 milhões para o ano de 2012 e R\$55,38 milhões para o ano de 2013. Nos anos-calendário de 2011 e 2012, o impacto da medida será compensado com o aumento da arrecadação obtido com a elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos sobre Valores Mobiliários (IOF), operada pelo Decreto nº 7.458, de 7 de abril de 2011. Sobre 2013, a Exposição de Motivos informa que a renúncia fiscal será considerada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo para as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para aquele ano. Assim, mesmo com o aumento da abrangência do regime especial tributário para a indústria aeronáutica brasileira e para a indústria aeroespacial feito pelo novo art. 16 do projeto de lei de conversão, entende-se que o orçamento da União tem condições de suportar os benefícios concedidos, sem que sejam postas em risco as metas fiscais fixadas pelas leis orçamentárias.

Feita essa análise inicial quanto à observância dos pressupostos de relevância e urgência, à constitucionalidade formal e à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, passaremos ao exame da constitucionalidade material e do mérito da medida.

No que concerne à Defesa Nacional, a MPV compreende iniciativa associada à Estratégia Nacional de

Defesa (END), aprovada na forma do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. A END determina a organização da indústria de defesa para que possa ser assegurada ao País autonomia operacional necessária ao exercício das competências atribuídas às Forças Armadas, sob o pressuposto de que a organização, o preparo e o emprego da Marinha, do Exército e da Aeronáutica devem corresponder ao desenvolvimento econômico e tecnológico nacional.

É nessa ordem de ideias que a END situa a reorganização da indústria de defesa como um de seus eixos estruturantes, assegurando que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas esteja atrelado ao desenvolvimento de tecnologias sob domínio nacional. Para tanto, faz-se necessário capacitar a indústria para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa do País. Note-se, nesse sentido, que o Brasil já possuiu, particularmente na década de 1980, um dos principais complexos industriais de defesa do mundo.

Na última década do século passado, a situação da indústria de defesa brasileira deteriorou-se, o que colocou o País em posição secundária nesse relevante mercado. A presente iniciativa é, pois, mecanismo importante para se tentar recuperar posições para o País, constituindo fundamental instrumento para o desenvolvimento de uma indústria de defesa eminentemente nacional, e consentânea com o papel de destaque que o Brasil vem ocupando no contexto das nações.

Nesse sentido, convém assinalar a significativa fragilidade do País na área de defesa. A título de exemplo, o Brasil é o único dos BRIC (conjunto das quatro grandes chamadas economias emergentes: Brasil, Rússia, China e Índia) que não possui uma indústria de defesa forte e pujante.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, a Rússia destina, em seu orçamento, 4,4% de seu Produto Interno à defesa; a Índia, 2,8%; e a China 2,2% do seu Produto Interno. Apenas a África se assemelha ao nosso patamar, que está hoje na casa de 1,3% do PIB.

A média mundial, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisas da Paz de Estocolmo, é de 2,6%; a média mundial de aplicação de recursos na indústria da defesa e para a aplicação no correto ordenamento das Forças Armadas é de 2,6%. O Brasil encontra-se hoje na casa de 1,3%. Em 2012, o orçamento de nossas Forças Armadas estará situado ao redor de 1,39% do PIB.

Após esse breve comentário, volto à leitura do relatório. Não se trata aqui de subscrever discurso belicista; muito pelo contrário. Nesse sentido lembramos

as palavras do Barão de Rio Branco, segundo o qual não se pode ser pacífico sem ser forte.

Quanto às regras sobre licitações e contratos, devemos reconhecer que o art. 3º da medida provisória, em seu §1º, incisos I e II, permite a limitação do universo de licitantes. Isso se pode dar pela restrição a que participem do certame empresas com determinadas características e previamente cadastradas pelo Ministério da Defesa. A redução do universo de licitantes também pode ocorrer em face da exigência de que o produto de defesa ou o sistema de defesa a ser contratado seja produzido ou desenvolvido no território nacional, ou ainda, utilize insumos nacionais. Sem embargo, tais restrições não ofendem, a nosso ver, a Constituição.

Em face dos valores protegidos pela regra constitucional da licitação (art. 37, inciso XXI, da Carta Magna), só se pode conceber o afastamento do processo licitatório quando presentes ponderáveis razões e interesses igualmente protegidos pelo Texto Constitucional. Em diversos dispositivos, a Constituição Federal eleva a promoção da defesa nacional, o resguardo da independência e soberania nacionais, o desenvolvimento científico e tecnológico e a segurança da sociedade a objetivos e missões de Estado. Ademais, a Lei Geral de Licitações prevê nada menos que cinco casos de dispensa de licitação envolvendo a contratação de produtos e serviços vinculados às atividades de defesa (art. 24, incisos IX, XVIII, XIX, XXVIII e XXIX).

Ora, se a própria Lei Geral permite a dispensa de licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional e para fornecimento de bens e serviços que envolvam cumulativamente alta complexidade tecnológica e defesa nacional, não nos parece cabível a impugnação de uma lei que, em lugar de simplesmente dispensar o certame, apenas limite, com a observância de critérios razoáveis, o universo de licitantes. Se o Estado pode até mesmo realizar a contratação direta, pode também promover uma licitação com número menor de competidores.

Não bastasse isso, a legislação que rege as licitações já prevê medidas atributivas de preferências a determinadas categorias de licitantes e a bens produzidos no País. É o que se dá no setor de informática e automação (art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991) e com as micros e pequenas empresas (arts. 44 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), podendo o Poder Público até mesmo promover licitações das quais somente participem tais empresas.

Ainda no campo das previsões legislativas de preferências nas licitações, a Lei nº 8.666, de 1993, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.349, de 15 de

dezembro de 2010, dispõe, em seu art. 3º, *caput* e §§ 5º a 13, ser um dos objetivos da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, admitindo o estabelecimento de margem de preferência em favor de produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, equivalente ao montante de até 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. A Lei chega mesmo a limitar a aquisição de bens e serviços àqueles com tecnologia desenvolvida no País e produzida de acordo com o processo produtivo básico definido na Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, quando se tratar de contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo Federal.

Como assinala Marçal Justen Filho, *a utilização dos recursos estatais (inclusive por meio de contratações administrativas) como instrumento de defesa do interesse nacional é um dever do governante, diretamente derivado dos princípios fundamentais: soberania nacional, [...] dever de redução do desemprego e assim por diante, segundo os Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, do Professor Marçal Justen Filho, publicado pela Editora São Paulo, Dialética, em 2010, à página 91.

No plano do Direito comparado, o estabelecimento de preferências para produtos nacionais também não constitui novidade. Apenas para citar um exemplo, vige nos Estados Unidos da América, desde 1933, o *Buy American Act*, que prevê a preferência, nas compras governamentais, para bens produzidos em território nacional. No caso de produtos relacionados à defesa, o *Defense Federal Acquisition Regulation Supplement* autoriza seja dada preferência a produtos produzidos nacionalmente, ainda que com valor 50% superior ao de produtos estrangeiros – ainda que com valor 50% superior ao de produtos estrangeiros. Importante ressaltar esse ponto.

Quanto às cláusulas obrigatórias dos editais e contratos referentes a Produto Estratégico de Defesa e Sistema de Defesa, previstas no § 2º do art. 3º da medida provisória, entendemos que elas se harmonizam com os objetivos indicados na exposição de motivos que acompanha esse ato normativo. Com efeito, nos termos da referida exposição, a *Estratégia Nacional de Defesa situa a reorganização da indústria de defesa como um de seus eixos estruturantes, assegurando que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas esteja atrelado ao desenvolvimento de tecnologias sob domínio nacional*. Assim, regras de continuidade produtiva, transferência de direitos de propriedade intelectual e industrial, além de

capacitação de terceiros em tecnologia para Produto Estratégico de Defesa, atuam no sentido de *capacitar a indústria para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa do País*.

Igualmente importante é a autorização para que as contratações de Produtos de Defesa e Sistema de Defesa sejam feitas na forma de parceria público-privada (art. 5º). Essa modalidade contratual, além de possibilitar que o Estado somente efetue desembolsos quando o objeto de contrato já seja fruível, permite uma melhor alocação dos riscos contratuais e a adoção do modelo *turn-key*, no qual o contratado se responsabiliza pela concepção, construção, operação e manutenção da infraestrutura.

O Projeto de Lei de Conversão aprovado pela Câmara dos Deputados mantém a essência da medida provisória nessa parte, fazendo apenas adaptações redacionais e acrescentando parágrafos aos arts. 3º e 4º, para, em primeiro lugar, permitir que o edital e o contrato de Produto de Defesa ou Sistema de Defesa determinem percentual mínimo de agregação de conteúdo nacional; e, dois, determinar que conste dos editais de certames que envolvam importação de Produto de Defesa ou Sistema de Defesa que explicita o objeto da compensação, o cronograma e o detalhamento da possível inovação. A primeira inovação dota o administrador de maior maleabilidade, para que, à vista do caso concreto, fixe o percentual mínimo de conteúdo nacional exigido do contratado. Já a segunda inovação, ao determinar que os licitantes apresentem, em suas propostas, um detalhado plano de compensação, oferece melhores condições à comissão de licitação para realizar o julgamento.

No mérito, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, parece-nos claro que o regime especial de tributação representará importante estímulo às empresas estratégicas de defesa, ao promover as exportações de seus produtos e serviços, aumentando a sua competitividade e viabilidade, já que, no âmbito interno, sua clientela é quase sempre restrita às Forças Armadas. Conforme assinalado na exposição de motivos, o estímulo permitirá, ainda, a diversificação da balança comercial de exportação, evitando, de imediato, a importação de produtos de alto valor agregado e estimulando o potencial econômico interno a se transformar em exportador neste seleto nicho de produtos de arrasto nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. A medida representa importante estímulo para reverter o atual quadro do segmento, em que, enquanto a participação do Brasil no mercado mundial de defesa se resume a apenas 1 bilhão de dólares, o movimento global representa aproximadamente 1,5 trilhão de dólares americanos.

E, por fim, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, o voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 544, de 2011, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2012.

Esse é o relatório e o voto, Srª Presidenta.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2012

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Fernando Collor**

I – Relatório

Vem ao exame do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 544, de 29 de setembro de 2011, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.

O Capítulo I, composto por dois artigos, trata das disposições preliminares. O art. 1º enuncia o objeto desse diploma normativo, já referido em sua ementa. Por seu parágrafo único, o artigo determina serem aplicáveis as normas especiais aos órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e privadas, sociedades de economia mista, órgãos e entidades públicas fabricantes de produtos de defesa e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

O art. 2º veicula as definições de: produto de defesa (PRODE), produto estratégico de defesa (PED), sistema de defesa (SD), empresa estratégica de defesa (EED), inovação, compensação, acordo de compensação, instituição científica e tecnológica, sócios e acionistas brasileiros e estrangeiros.

A MPV prevê, portanto, um regime diferenciado para as compras e contratações no setor de defesa nacional que tenham por objeto a aquisição e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa. Tal

regime não exclui a aplicação complementar da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993). Assim, dispõe a MPV sobre as normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou do seu desenvolvimento, e sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, e dá outras providências.

Alguns conceitos apresentados pela MPV merecem destaque. São eles:

1) Produto de Defesa (PRODE): todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizado nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo.

2) Produto Estratégico de Defesa (PED): todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como:

a) recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais;

b) serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; e

c) equipamentos e serviços técnicos especializados para a área de informação e inteligência.

3) Sistema de Defesa (SD): conjunto inter-relacionado ou interativo de PRODE que atenda a uma finalidade específica.

4) Empresa Estratégica de Defesa (EED): toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:

a) ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condição de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção da PED no País, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas.

b) ter no País a sede, a sua administração e o estabelecimento industrial ou equiparado a industrial;

c) dispor, no País, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementarmente, por meio de acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, relacionado à atividade desenvolvida, observado o disposto no inciso VIII do caput; e

d) assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou

acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral, número de votos superior a dois terços do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes.

5) Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo que resulte em novos PRODE; em PRODE fabricados a partir de novos insumos, de maior conteúdo tecnológico ou, ainda, em novos processos de produção de PRODE. Esta última parte, foi introduzida com o PLV para considerar Produto de Defesa (PRODE) todos aqueles fabricados a partir de novos insumos, de maior conteúdo tecnológico ou, ainda, em novos processos de produção de PRODE. Dessa maneira, justifica-se, é possível ampliar o conceito de inovação, “que não se restringe a produtos novos, mas pode se aplicar, também, a aplicação de desenvolvimentos científico-tecnológicos à escolha de insumos ou processos de produção de produtos existentes”. Ao aprimorar o conceito a iniciativa amplia as possibilidades de PRODE, estendendo-se também aos produtos fabricados a partir de novos insumos benefícios como os dos arts. 3º e 10.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) que acompanha a MPV, seu objetivo é, portanto, “estabelecer regimes jurídico, regulatório e tributário especiais que inibam os riscos do imediatismo mercantil e assegurem a regularidade das compras públicas a partir de um planejamento criterioso, racional e voltado à eficácia das contratações das Forças Armadas”. E completa a EMI assinalando que “em contrapartida a esse regime, o Estado exercerá prerrogativas sobre esse sensível mercado, até então sem um marco regulatório”.

Convém observar, ainda segundo a EMI, que “o marco legal pretendido permitirá, ainda, a diversificação da balança comercial de exportação, evitando, de imediato, a importação de produtos de alto valor agregado e estimulando o potencial econômico interno a se transformar em exportador neste seleto nicho de produtos de arrasto nas áreas de ciência, tecnologia e inovação”. Afinal, é pífia a atual participação brasileira no mercado mundial de defesa, compreendendo US\$1 bilhão, em um movimento global de aproximadamente US\$ 1,5 trilhão. Estrategicamente, portanto, a iniciativa parece finalmente desenvolver esforços para aumentar a participação do Brasil em área de tão significativa relevância.

O Capítulo II da MPV, composto pelos arts. 3º a 5º, cuida do regime de compras, contratações e desenvolvimento de PED e SD. O art. 3º da MPV contém:

a) autorizações ao Poder Público para: (i) promover licitações das quais somente participem EED, quando o contrato envolver fornecimento e desenvol-

vimento de PED; (ii) limitar os PRODE e SD objeto de contratação àqueles produzidos ou desenvolvidos no Brasil ou que utilizem insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País; (iii) exigir do contratado que assegure a empresa nacional produtora Prode ou a ICT a transferência do conhecimento tecnológico empregado ou a participação na cadeia produtiva no percentual e nos termos fixados no edital de licitação e no contrato; (iv) incluir, entre os critérios de seleção das propostas, a avaliação das condições de financiamento oferecidas pelos licitantes; (v) prever, nos editais dos certames, a possibilidade de participação de empresas em consórcio; (vi) determinar no edital do certame e contratualmente a segregação de área reservada para pesquisa, projeto, desenvolvimento, produção ou industrialização de PRODE ou SD;

b) determinações para que constem dos editais e contratos referentes a PED ou SD regras: (i) de continuidade produtiva; (ii) de transferência de direitos de propriedade intelectual ou industrial; (iii) que autorizem o Poder Executivo a dispor sobre a criação ou alteração de PED que envolva ou não o País e sobre a capacitação de terceiros em tecnologia para PED.

O art. 4º da MPV determina que os editais e contratos envolvendo a importação de Prode e SD contenham regras, elaboradas pelo Ministério da Defesa, quanto a acordos de compensação tecnológica, industrial e comercial. Na impossibilidade comprovada de previsão de tais acordos de compensação e caracterizada a urgência ou relevância da operação, permite a importação sem tais acordos, a critério do Ministério da Defesa. Nesse último caso, poder-se-á exigir, quando se tratar de PED, o envolvimento, em sua importação; de EED capacitada para realizar ou conduzir, em território nacional, pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção do PED. A regra geral é, portanto, a previsão de acordos de compensação nas importações de Prode e SD. Não se revelando possível tal previsão, o Ministério da Defesa poderá, ainda assim, autorizar a importação, desde que caracterizada relevância ou urgência na operação.

O art. 5º faculta a contratação e o desenvolvimento de Prode e SD sob a forma de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, observado, quando couber, o regime jurídico aplicável aos casos que possam comprometer a segurança nacional. Concessão administrativa é, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei nº 11.079, de 2004, o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Embora não integrante do Capítulo II, o art. 15 também se relaciona com a matéria, ao prever que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, terá aplicação complementar às licitações e contratos regulados pela MPV.

Na Câmara dos Deputados, o Relator da proposição promoveu, no PLV que apresentou, diversas alterações no Capítulo II. A maior parte delas é de caráter redacional e de técnica legislativa. Há também as seguintes mudanças de mérito: (i) inserção do § 6º no art. 3º, dispondo que o edital e o contrato poderão determinar percentual mínimo de agregação de conteúdo nacional; e (ii) inclusão de novo parágrafo ao art. 4º, prevendo que conste dos editais de certames que envolvam importação de Prode ou SD a exigência de apresentação de Plano de Compensação que explicita o objeto da compensação, o cronograma e o detalhamento da possível inovação.

Quanto ao art. 15, o PLV substituiu a referência à “aplicação complementar” da Lei nº 8.666, de 1993, às licitações e contratos referidos na MPV, pela expressão “aplicação subsidiária” da Lei nº 8.666, de 1993, o que, de resto, não altera a substância da norma.

O Capítulo III da MPV nº 544, de 2011, intitulado Do incentivo à área estratégica de defesa, estende-se do art. 6º ao art. 12.

A MPV cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), voltado para as empresas que compõem a cadeia produtiva de produtos estratégicos de defesa e determina o acesso a financiamentos para o desenvolvimento de programas, projetos ou ações afetas a produtos estratégicos de defesa.

O regime, segundo revela a EMI a ela referente, utiliza como paradigma o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (RETAERO), instituído pela MPV nº 472, de 15 de dezembro de 2009, convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Ele beneficiará as empresas estratégicas de defesa e aquelas que participem da cadeia produtiva dos produtos estratégicos de defesa produzidos ou desenvolvidos pelas empresas estratégicas. Nesse último caso, somente poderá ser habilitada ao RETID a pessoa jurídica preponderantemente fornecedora de empresas estratégicas de defesa. Para ser considerada como tal, setenta por cento ou mais de da receita total de venda de bens e serviços dessa pessoa jurídica, no ano-calendário imediatamente anterior ao da habilitação, terá de ter sido decorrente de exportação e do somatório das vendas a empresas estratégicas de defesa (EEDs) e a pessoas jurídicas fabricantes de bens de defesa nacional definidos por ato do Poder Executivo.

Na prática, em um primeiro momento, o regime especial suspende a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para

o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e das Contribuições PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação sobre as vendas de insumos destinados à fabricação de produtos de defesa – mais especificamente no fornecimento para as Forças Armadas e nas operações de exportação de produtos estratégicos de defesa, necessárias para sustentar os planos de produção das indústrias –, bem como na importação dos insumos indispensáveis à fabricação, em qualquer fase de sua cadeia produtiva. Comprovado o emprego ou utilização dos bens adquiridos ou importados no âmbito do RETID, a suspensão é convertida em alíquota zero.

Ainda como incentivo para as indústrias de defesa, a MPV nº 544, de 2011, garante a cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) à que se refere a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para as operações de seguro de crédito às exportações de produtos estratégicos de defesa realizadas por empresas estratégicas.

Poucas foram as mudanças promovidas pela Câmara no Capítulo III da MPV, que resultaram na redação final do PLV nº 2, de 2012. Além das meramente redacionais, destacamos, no art. 8º, as seguintes alterações de mérito:

1 – a nova redação do inciso I, bem como o novo inciso II inserido no art. 8º, que ampliaram o alcance do artigo, estendendo a condição de beneficiário à EED que desenvolva bens de defesa definidos em ato do Poder Executivo;

2 – o novo inciso IV do § 2º do artigo estabelece que as receitas decorrentes de vendas para o Ministério da Defesa e suas entidades vinculadas também compõem o montante de receitas no ano-calendário imediatamente anterior ao da habilitação necessário para que a pessoa jurídica possa ser considerada preponderantemente fornecedora; e

3 – o novo § 4º possibilita a habilitação de pessoa jurídica em início de atividade ou que não se enquadre como preponderantemente fornecedora, nos termos do § 2º, desde que assuma compromisso de atingir o percentual mínimo referido no § 2º até o término do ano-calendário seguinte ao da habilitação.

Ao art. 9º foi acrescentada, no final do inciso I do § 2º, a possibilidade de conversão em alíquota zero da suspensão dada, nos termos do RETID, para os casos “definidos em ato do Poder Executivo como de interesse estratégico para a Defesa Nacional”.

No § 3º do mesmo artigo, acrescenta-se às hipóteses de descumprimento da finalidade para a qual foi criado o RETID situação em que uma empresa

habilitada na forma do novo § 4º do art. 8º deixe de satisfazer aos requisitos de empresa “preponderantemente fornecedora”.

Na mesma toada, a alteração aprovada para o art. 10 acrescenta ao seu § 2º a obrigação de pagamento integral dos tributos suspensos com base no RETID para os casos de descumprimento do compromisso, assumido por ocasião da habilitação ao regime, de atingir o percentual mínimo referido no § 2º do art. 8º no ano-calendário seguinte ao da habilitação.

Nas disposições finais, a principal novidade do PLV nº 2, de 2012, é a extensão dos benefícios do RETAERO, antes restritos à indústria aeronáutica, à indústria aeroespacial como um todo, feita, no art. 16 por meio de alteração dos respectivos dispositivos do capítulo V da Lei nº 12.249, de 2010.

II – Análise

Uma vez que não foi instalada a Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, tem aplicação o 6º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, por força do qual deve ser oferecido parecer de Plenário à MPV nº 544, de 2011.

Como ressaltado na Exposição de Motivos Interministerial (EMI) que a acompanha, à MPV atende ao pressuposto de relevância, uma vez que: (i) é patente a necessidade de estabelecer marco legal que retire do Estado os problemas decorrentes da fragmentação de demandas por regulamentação oriunda do setor privado, os quais levam o governo a adotar medidas pontuais que não encontram eficácia ao longo do tempo (ii) a criação de um novo marco legal no setor permitirá a melhor definição de prioridades e uma aplicação mais adequada de recursos públicos, com forte impacto na área social, seja pela capacitação da mão de obra e pela ampliação de postos de trabalho, com a consequente melhoria da remuneração.

Já no que concerne ao pressuposto de urgência, como assinalado na EMI, também ele está presente, dada: (i) a necessidade de dar imediata concretude aos enunciados da Estratégia Nacional de Defesa, assegurando a sobrevivência e evitando a estagnação da indústria nacional de defesa; (ii) a existência de uma demanda de capacitação para fazer face ao ciclo de grandes eventos e desafios dirigidos ao poder público, tais como o Plano Estratégico de Fronteiras e os programas afetos às áreas nuclear, cibernética e espacial, além da efetiva participação nas atividades de segurança da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016; (iii) a necessidade de o Brasil se contrapor a possíveis ameaças advindas da nova arquitetura do mercado internacional de defesa, em fase

de consolidação no biênio 2011-2012, com possibilidades de se instalar predatoriamente no mercado nacional, diminuindo-lhe a capacidade de desenvolvimento.

Quanto à constitucionalidade formal, seja na parte que cuida das licitações e contratos, seja na que dispõe sobre os incentivos fiscais, não identificamos vício na MPV. Com efeito, a União detém competência tanto para editar normas gerais (art. 22, XXVII, da Constituição Federal), quanto para editar normas específicas (como ente federado que é, observadas as normas gerais) sobre licitações e contratos. A matéria comporta regulação por meio de lei e não figura no rol daquelas sobre as quais a disciplina por intermédio de medida provisória é vedada (art. 62, § 1º, da Carta Magna). A idêntica conclusão se pode chegar quanto ao capítulo da MPV que trata dos incentivos fiscais. A iniciativa da Chefe do Poder Executivo para dispor sobre tributos de competência da União como Cofins, Cofins-Importação, Contribuições ao PIS/Pasep e PIS/PASEP-Importação é dada pelos arts. 195, I, b, e IV, e 239, ambos da CF. Ademais, compete à União assegurar a defesa nacional e legislar sobre o assunto (arts. 21, III, e 22, XXVIII, da Carta Magna).

Em relação aos aspectos de responsabilidade fiscal, a EMI informa que as medidas propostas conduzirão a uma renúncia de receita da ordem de R\$11,52 milhões (onze milhões, quinhentos e vinte mil reais) para o ano de 2011, R\$49,46 milhões (quarenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) para o ano de 2012 e R\$ 55,38 milhões (cinquenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para o ano de 2013. Nos anos-calendário de 2011 e 2012, o impacto da medida será compensado com o aumento da arrecadação obtido com a elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), operada pelo Decreto nº 7.458, de 7 de abril de 2011. Sobre 2013, a Exposição de Motivos informa que a renúncia fiscal será considerada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo para as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para aquele ano. Assim; mesmo com o aumento da abrangência do Retaero para a indústria aeroespacial feito pelo novo art. 16 do PLV, entende-se que o orçamento da União tem condições de suportar os benefícios concedidos, sem que sejam postas em risco as metas fiscais fixadas nas leis orçamentárias.

Feita essa análise inicial quanto à observância dos pressupostos de relevância e urgência, à constitucionalidade formal e à adequação financeira e orçamentária da MPV, passaremos ao exame da constitucionalidade material e do mérito da medida.

a) A relevância da iniciativa para o fomento à Defesa Nacional

No que concerne à Defesa Nacional, a MPV compreende iniciativa associada à Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada na forma do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. A END determina a organização da indústria de defesa para que possa ser assegurada ao País autonomia operacional necessária ao exercício das competências atribuídas às Forças Armadas, sob o pressuposto de que a organização, o preparo e o emprego da Marinha, do Exército e da Aeronáutica devem corresponder ao desenvolvimento econômico e tecnológico nacional.

É nessa ordem de idéias que a END situa a reorganização da indústria de defesa como um de seus eixos estruturantes, assegurando que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas esteja atrelado ao desenvolvimento de tecnologias sob domínio nacional. Para tanto, faz-se necessário capacitar a indústria para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa do País. Note-se, nesse sentido, que o Brasil já possuiu, particularmente na década de 1980, um dos principais complexos industriais de defesa do mundo.

Nos anos 1990 e 2000, a situação da indústria de defesa brasileira tornou-se drástica, sem investimentos e com empresas fechando, o que colocou o País em posição secundária nesse relevante mercado. A iniciativa da MPV é, pois, mecanismo importante para se tentar recuperar posições para o País.

Assim, a MPV pode constituir importante instrumento para o desenvolvimento de uma indústria de Defesa eminentemente nacional, e consentânea com o papel de destaque que o Brasil vem ocupando no contexto das nações. Nesse sentido, convém assinalar a significativa fragilidade do País na área de Defesa. A título de exemplo, o Brasil é o único dos BRIC (conjunto das quatro grandes chamadas economias emergentes: Brasil, Rússia, China e Índia) que não possui uma indústria de Defesa forte e pujante. Não se trata aqui de subscrever discurso belicista, muito pelo contrário. Nesse sentido, lembramos as palavras do Barão do Rio Branco, segundo o qual não se pode ser pacífico sem ser forte.

b) Normas sobre licitações e contratos

Quanto às regras sobre licitações e contratos, devemos reconhecer que o art. 3º da MPV, em seu § 1º, I e II, permite a limitação do universo de licitantes. Isso se pode dar pela restrição a que participem de certame empresas com determinadas características e previamente cadastradas pelo Ministério da Defesa. A redução do universo de licitantes também pode ocorrer em face da exigência de que o Prode ou SD

a ser' contratado seja produzido ou desenvolvido no território nacional, ou ainda utilize insumos nacionais. Sem embargo, tais restrições não ofendem, a nosso ver, a Constituição.

Em face dos valores protegidos pela regra constitucional da licitação (art. 37, XXI, da Carta Magna), só se pode conceber o afastamento do processo licitatório quando presentes ponderáveis razões e interesses igualmente protegidos pelo texto constitucional.

Em diversos dispositivos, a Constituição Federal eleva a promoção da defesa nacional, o resguardo da independência e soberania nacionais, o desenvolvimento científico e tecnológico e a segurança da sociedade a objetivos e missões do Estado (ex.: art. 1º, I, 3º, II, 4º, I, 5º, XXXIII e XXIX, 17, 21, III e IX, 78, 91, § 1º, IV, 142, 170, I, 173, 174, § 1º, 218, 219, 231, § 5º). Ademais, a Lei Geral de Licitações prevê nada menos que cinco casos de dispensa de licitação envolvendo a contratação de produtos e serviços vinculados às atividades de defesa (art. 24, IX, XVIII, XIX, XXVIII, XXIX).

Ora, se a própria Lei Geral permite a dispensa de licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional e para fornecimento de bens e serviços que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, não nos parece cabível a impugnação de uma lei que, em lugar de simplesmente dispensar o certame, apenas limite, com a observância de critérios razoáveis, o universo de licitantes. Se o Estado pode até mesmo realizar a contratação; direta, pode também promover uma licitação com número menor de competidores.

Não bastasse isso, a legislação que rege as licitações já prevê medidas atributivas de preferências a determinadas categorias de licitantes e a bens produzidos no País. É o que se dá no setor de informática e automação (art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991) e com as micro e pequenas empresas (arts. 44 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), podendo o Poder Público até mesmo promover licitações das quais somente participem tais empresas.

Ainda no campo das previsões legislativas de preferências nas licitações, a Lei nº 8.666, de 1993, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, dispõe, em seu art. 3º, caput e §§ 5º a 13, ser um dos objetivos da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, admitindo o estabelecimento de margem de preferência em favor de produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, equivalente ao montante de até 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. A Lei chega mesmo a limitar a aquisição de bens e serviços àque-

les com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico definido na Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, quando se tratar de contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal.

Como assinala Marçal Justen Filho, a utilização dos recursos estatais (inclusive por meio de contratações administrativas) como instrumento de defesa do interesse nacional é um dever do governante, diretamente derivado dos princípios fundamentais: soberania nacional, República, dever de redução do desemprego e assim por diante (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Dialética, 2010, p. 91).

No plano do Direito comparado, o estabelecimento de preferências para produtos nacionais também não constitui novidade. Apenas para citar um exemplo, vige nos Estados Unidos da América, desde 1933, o *Buy American Act*, que prevê a preferência, nas compras governamentais, para bens produzidos em território nacional. No caso de produtos relacionados à defesa, o *Defense Federal Acquisition Regulation Supplement* autoriza seja dada preferência a produtos produzidos nacionalmente, ainda que com valor 50% superior ao de produtos estrangeiros.

Quanto às cláusulas obrigatórias dos editais e contratos referentes a PED e SD, previstas no § 2º do art. 3º da MPV, entendemos que elas se harmonizam com os objetivos indicados na EMI que acompanha esse ato normativo. Com efeito, nos termos da EMI, a Estratégia Nacional de Defesa situa a reorganização da indústria de defesa como um de seus eixos estruturantes, assegurando que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas esteja atrelado ao desenvolvimento de tecnologias sob domínio nacional. Assim, regras de continuidade produtiva, transferência de direitos de propriedade intelectual e industrial, capacitação de terceiros em tecnologia para PED atuam no sentido de capacitar a indústria para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa do País.

Igualmente importante é a autorização para que as contratações de PRODE e SD sejam feitas na forma de parceria público-privada (art. 5º). Essa modalidade contratual, além de possibilitar que o Estado somente efetue desembolsos quando o objeto de contrato já seja fruível, permite uma melhor alocação dos riscos contratuais e a adoção do modelo turn-key, no qual o contratado se responsabiliza pela concepção, construção, operação e manutenção da infraestrutura.

O PLV aprovado pela Câmara dos Deputados mantém a essência da MPV nessa parte, fazendo apenas adaptações redacionais e acrescentando parágrafos aos arts. 3º e 4º, para: (i) permitir que o edital e o contrato de PRODE ou SD determinem percentual mínimo de agregação de conteúdo nacional; e (ii) determinar que conste dos editais de certames que envolvam importação de PRODE ou SD a exigência de apresentação de Plano de Compensação que explicita o objeto da compensação, o cronograma e o detalhamento da possível inovação. A primeira inovação dota o administrador de maior maleabilidade, para que, à vista do caso concreto, fixe o percentual mínimo de conteúdo nacional exigido do contratado. Já a segunda inovação, ao determinar que os licitantes apresentem, em suas propostas, um detalhado plano de compensação, oferece melhores condições a comissão de licitação para realizar o julgamento.

c) Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa

No mérito, parece-nos claro que o regime especial de tributação representará importante estímulo às empresas estratégicas de defesa, ao promover as exportações de seus produtos e serviços, aumentando a sua competitividade e viabilidade, já que, no âmbito interno, sua clientela é quase sempre restrita às Forças Armadas. Conforme exposto na EMI, o estímulo permitirá, ainda, a diversificação da balança comercial de exportação, evitando, de imediato, a importação de produtos de alto valor agregado e estimulando o potencial econômico interno a se transformar em exportador neste seleto nicho de produtos de arrasto nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. A medida representa importante estímulo para reverter o atual quadro do segmento, em que, enquanto a participação do Brasil no mercado mundial de defesa se resume a apenas 1 bilhão de dólares, o movimento global representa aproximadamente 1,5 trilhões de dólares americanos.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da MPV nº 544, de 2011, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 2, de 2012. – Senador **Fernando Collor**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Fernando Collor, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002; no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária.

Pois não, Senador Mário Couto? V. Exª quer encaminhar?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não. Quero me inscrever para discutir o mérito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O mérito?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – A urgência e relevância.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Então, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço minha inscrição para discutir mérito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mérito. E, para encaminhar, o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, com todo respeito ao Relator, Senador Fernando Collor, que se debruçou sobre a matéria e elaborou um circunstanciado relatório, quero fazer uma observação que impede meu partido de votar favorável a essa matéria na urgência e na relevância, por uma razão muito simples: essa medida provisória objetiva conceder incentivos para a indústria voltada para a defesa. O Brasil praticamente não tem indústria bélica e está concedendo incentivos, a partir de uma END, que é a Estratégia Nacional de Defesa, baseado num decreto de 2008, o Decreto nº 6.703, de 2008. Esse Decreto foi emitido em 2008. Estamos em 2012, e só agora a medida provisória estabelece incentivos para a indústria bélica, a indústria voltada para a defesa. Ou seja, em 2009, poderia ter sido feito um projeto de lei bem feito e remetido ao Congresso, com o mesmo teor, para ser debatido, para ser apreciado, para ser melhorado, não o foi. Em 2009 também não, em 2010 também não, em 2011 também não, em 2012 estão colocando uma medida provisória. Onde está a urgência e a relevância da matéria se a proposta está embasada numa estratégia nacional de defesa baseada num decreto de 2008?

Acho que esse tipo de iniciativa, com todo respeito ao relatório, desmerece, desqualifica o Congresso Nacional com a edição de medidas provisórias descabidas, que não têm sentido. A urgência e a relevância são descabidas.

Com relação ao mérito não tenho observações, em princípio, a fazer. Agora, com relação à urgência e à relevância, o nosso voto é contra, pelas razões que acabei de expor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, com os votos contrários do Senador Aécio e do Senador Agripino Maia.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, estão inscritos os Senadores Aloysio Nunes, Mário Couto e Alvaro Dias.

Com a palavra, então, o Senador Aloysio Nunes.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o ilustre Senador Fernando Collor fez uma competente defesa do Projeto de Lei de Conversão 544, que vamos votar logo mais. S. Exª ressalta a importância dessa medida para preencher lacuna legal e criar marco legislativo para a produção de insumos para a nossa defesa, tendo como objetivo reorganizar as bases industriais da defesa nacional.

S. Exª ressaltou a relevância da indústria da defesa não apenas nos aspectos que dizem respeito diretamente à defesa do País, da soberania nacional, da defesa do nosso território, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Presidente Nacional do Democratas, Senador Jose Agripino, fez um comentário, ao relatório, dizendo que de 2008, data da adoção da estratégia nacional de defesa, até a presente data nada ou pouca coisa havia sido feita para fortalecer as bases da nossa indústria nacional de defesa.

Eu diria, Srs. Senadores, que foi feito pouco e muito aquém das nossas necessidades. Vejam V. Exªs a situação do orçamento da Defesa do nosso País. V. Exª faz a comparação como o orçamento da defesa da Rússia, que é, se não me engano, coisa de 4% do PIB daquele país. A participação do orçamento da Defesa no PIB brasileiro é uma das menores do mundo, 0,2% do PIB de um País desta importância, uma das menores do mundo. E mais, nos últimos anos o orçamento da Defesa vem tendo um ponto de partida inicial bastante inferior ao que havia sido há uma década. As

despesas globais de Defesa atingiram montante anual de 43 bilhões no início da década de 2000, essa média caiu para 33 bilhões nos últimos anos. Um corte bastante significativo no orçamento da Defesa. Além do mais, o orçamento, em grande parte, é teórico, como, aliás, é o orçamento do nosso País, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, ele é majoritariamente aplicado no pagamento de pessoal ativo e inativo, cuja folha tem hoje cerca de um milhão de pessoas, sendo que apenas 300 mil se encontram em atividade. Apesar de a folha de pagamento do setor ser responsável por 80% dos recursos, é preciso ressaltar que os militares da ativa têm um salário médio de R\$1.942,00, o menor valor entre os quadros dos funcionários dos servidores da União; entre os civis da administração direta a média salarial é de R\$6.301,00. E não apenas o orçamento, a dotação orçamentária inicial que já é curta, vem sendo contingenciada ao longo do tempo, como também as dotações que compõem alguns fundos como o Fistel e os royalties da Marinha, que têm sido contingenciados de uma maneira brutal.

Para resumir, apenas 13% do orçamento das Forças Armadas vai para outros custeios – pessoal ativo e inativo que consome, como já disse, 80%-, e apenas 6,7% para investimentos, incluindo projetos de inovação tecnológica. O fundo da Marinha, em 2009, por exemplo, tinha um orçamento de 1 bilhão e 800 milhões. Sofreu um contingenciamento de mais de R\$ 1 bilhão, restando somente 780 milhões para investimento e custeio. O restante vai para fazer superávit primário.

Nós sabemos e o Senhor ressaltou, Presidente Fernando Collor, o quanto o investimento na defesa é importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. É importante para o Brasil hoje e será, cada vez mais, no futuro, como é nos demais países que aspiram a ter uma base industrial, baseada em tecnologia de ponta. Eu quero lamentar, Sr. Presidente, que a situação orçamentária da defesa seja essa, cujas linhas, brevemente, acabo de traçar nesse meu breve pronunciamento.

Então, o que lamento, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é a exiguidade dos recursos destinados à defesa. Lamento também que se repitam nesta matéria, quando se trata de incentivar a indústria de defesa nacional, os mesmos mecanismos que nós já assistimos, em outras ocasiões, que é a famosa barretada com o chapéu alheio: a lógica de a União abocanhar recursos de tributos, cujos produtos ela deveria compartilhar com os Estados e os municípios. É o caso do IPI, que se destina, em boa parte, aos municípios e aos Estados do nosso país.

Existe, e V. Exª bem ressaltou, previsão de uma compensação financeira. Retiram-se recursos que advi-

riam do IPI, de outros tributos e de contribuições, mas, por outro lado, repõem com recursos provenientes do imposto sobre operações financeiras, o IOF.

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que o IOF é um imposto regulatório; que varia segundo a conjuntura econômica; que é calibrado segundo as necessidades da política monetária do país. Não dá base para sustentar tantas renúncias fiscais.

Aqui, no caso do Projeto de Lei de Conversão que estamos analisando, o impacto fiscal, em 2011, é de R\$11 bilhões. Em 2012, é de R\$49 bilhões. Em 2013, R\$56 bilhões, melhor dizendo, a ser compensado com IOF.

Acontece que já aprovamos várias Medidas Provisórias, onde se utiliza do mesmo artifício: concedem-se incentivos fiscais, cuja avaliação, aliás, nunca é feita – e os incentivos fiscais se acumulam. No Orçamento deste ano, são R\$145 bilhões de incentivos fiscais, cujo impacto nunca é avaliado como deveria – como, aliás, a Constituição manda que seja – e se remete a uma compensação, digamos, platônica com o IOF, porque não há tanto IOF que chegue para tanta renúncia fiscal.

Mas, Sr. Presidente, esses são os comentários que faria ao Projeto de Lei de Conversão que vamos votar. Quero dizer a V. Ex^a que vou votar a favor, embora não concorde com o encaminhamento através de Medida Provisória, porque esta é uma boa direção a seguir: incentivar a indústria de defesa não apenas pelo que ela representa para a defesa do nosso País, mas também, repito, na esteira do pronunciamento de V. Ex^a, pelas incontáveis e benéficas repercussões que ela tem no mundo civil.

Basta lembrar, por exemplo, que a *internet* surgiu de uma aplicação de conhecimentos advindos da indústria da defesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP.) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma Medida Provisória, mais uma facilidade para o Governo aprovar o que quer.

Apesar do esforço do relator, apesar de ter feito um relatório brilhante, nota-se que o relator estudou, aprofundou-se e fez um relatório bem discriminado e que se dá para entender bem.

Mas, meu nobre relator, com respeito que tenho por ter sido Presidente deste nosso querido Brasil, não posso aceitar e não votarei mais aqui – a não ser que tenha uma determinação do meu partido – em mais nenhuma medida provisória votarei “Sim”.

Senador Aécio Neves não se pode aceitar que a cada dia o Governo sinta uma facilidade enorme de aprovar o que quer nesta Casa.

O Congresso Nacional, na sua parte, o Senado Federal, desmoraliza-se a cada medida provisória que vem aqui votar.

Esse tipo de medida provisória, meu Senador Collor de Mello, seria muito bem aquinhoadada numa reforma tributária e não precisaria de uma medida provisória.

A medida provisória é determinante, ela é chocante, ela massacra a respeitabilidade do Senado e do Congresso Nacional, ela diz a todos nós que temos de obedecer o que vem do Planalto, ela diz a todos nós que a cada dia que passa ela arranha a democracia deste País. Ela diz a cada dia que passa que os Senadores da base governista têm que obedecer cada vez mais às ordens que vêm do Planalto.

Ora, Brasil, há poucos dias, a nossa Presidenta, preocupada com a situação deste País, faz um corte de R\$7.4 bilhões na saúde e na educação. Fez um corte nas emendas dos parlamentares. E aí, Presidente Collor de Mello, vem a grita: os jornais publicam que a base governista está aborrecida com o Planalto. Isso se torna, na realidade, uma vergonha nacional.

A primeira coisa, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que se deveria adotar, na prática do relacionamento entre os poderes, era acabar com essa história de emendas para Deputados e Senadores. Isso é uma moeda de troca. Não adianta Aécio Neves, não adianta Sarney tentar fazer modificações no processo de medidas provisórias para moralizar e para melhorar o conceito democrático deste Parlamento, porque lá estão as emendas para servirem de moeda de troca. Tem que votar com o Governo, seja qual for a medida provisória.

Daqui a alguns dias mais, meu caro Senador Aécio Neves, estará entrando nesta Mesa para votação uma emenda provisória cheia de retalhos, que muitos mexeram e colocaram os seus interesses dentro dela. E aqui ela será aprovada, porque os Senadores não podem perder as suas emendas para fazer politicagem em suas bases.

Este é o Brasil que devia cortar essa história de emendas vergonhas para que o Senador aqui tivesse o caráter de votar por sua vontade própria, não pela imposição de emendas do Orçamento. Apesar, meu nobre relator, de saber que V. Ex^a teve o trabalho de fazer um parecer simples, mas explicativo. E lhe confesso que se não fosse a imposição do Governo, se não fosse a obrigação da base governista em votar pior, pior, meu Senador Collor de Mello, essa matéria ainda é passável. Tenho apenas um ponto de discordância

no seu relatório, que são os 50% na comparação dos preços. Acho que, dessa forma, se incentiva a subir o preço dos produtos de defesa.

Mas o meu voto será “não”. Será “não” em forma de repúdio; será “não” pela imposição do Governo a este Poder; será “não” pelo respeito à democracia do meu País; será “não” em repúdio a essa história de emendas vergonhosas com que o Governo compra os Parlamentares neste País, obriga os Parlamentares a votarem no que o Governo quer.

Quando o País, meus Senadores, meu Senador Jayme, meu Senador Pedro Taques; quando o nosso País disser à população brasileira que acabou a politicagem, que os Parlamentares não têm mais direito a emenda nenhuma como troca de moeda, o Parlamento brasileiro poderá ser moralizado, e a democracia ser respeitada neste País.

Não voto, não voto mais em nenhuma medida provisória! Votarei “não” em todas até que o processo do Senador Aécio Neves, com o Senador José Sarney seja votado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, Relator Fernando Collor, é evidente que faço minhas as palavras dos colegas que me antecederam em relação às medias provisórias.

A cada votação é preciso que se recupere o tema e se cobre da Câmara dos Deputados a votação da matéria que lá se encontra, de autoria do Presidente Sarney, com o relatório do Senador Aécio Neves, que muda o rito para a deliberação das medidas provisórias.

Em relação a esta, é uma matéria que terá o voto da oposição, por tratar-se de uma medida benéfica. Mesmo que seja para um setor específico, terá o nosso apoio. Mas, obviamente, temos ressalvas a fazer, porque, mais uma vez, o Governo prefere conceder subsídios localizados, ao invés de propor uma reforma tributária ampla, que diminua a carga fiscal de toda a economia, sem protecionismo.

Mais uma vez, é preciso destacar: esse é um compromisso esquecido pelo Governo. É possível que alguém diga: mas só deste Governo? Outros governos também não realizaram a reforma tributária. Há quanto tempo ela é debatida no Congresso Nacional?

Isso é verdade. Nós não estamos fixados no atual Governo. O que nós constatamos é que o governante tem como horizonte temporal a duração do seu mandato e teme perder receita, num primeiro momento, se a reforma tributária ocorrer. Não imagina ou, não tendo visão estratégica de futuro, não avalia que, a

médio e longo prazo, a reforma tributária fará com que a receita pública cresça extraordinariamente. O povo pagará menos imposto, o contribuinte não será explorado como é hoje e o Governo arrecadará mais. Mas é necessário que se tenha visão estratégica de futuro.

Outros poderão responsabilizar o Congresso Nacional por não realizar a reforma tributária. Responsabilidade parcial tem o Congresso. A responsabilidade primeira é da Presidência da República, porque estamos sob a égide de um presidencialismo forte, e quando a Presidência da República não deseja, não articula, não assume a liderança do processo, as grandes reformas não acontecem. E a reforma tributária, que tem o objetivo de oferecer um modelo tributário compatível com a modernidade, é uma reforma de profundidade, que diz respeito ao pacto federativo, que diz respeito a esse sistema federativo extremamente desequilibrado e injusto, estabelecendo privilégios e definindo que o princípio da isonomia é apenas uma imposição legal descumprida na Federação brasileira. Há nove anos, portanto, estamos debatendo a hipótese de uma reforma tributária que não acontece.

Outro ponto diz respeito à definição constante do art. 2º, de empresa estratégica de defesa, que, no final, será a beneficiária do regime especial. São ressalvas que nós estamos apresentando, destacando, evidentemente, o esforço e a competência do relator, o Senador Fernando Collor de Mello, para que essa matéria possa ser aprovada.

Segundo o projeto, toda empresa jurídica será credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo de algumas condições estabelecidas no texto, ou seja, ficará a cargo do Governo decidir qual empresa se enquadrará nos critérios estabelecidos.

Poderia haver, inclusive, mudanças nos critérios a fim de beneficiar essa ou aquela empresa, de acordo com interesses específicos. Portanto, o Governo assume prerrogativas para definir privilégios.

A fim de eliminar essa subjetividade na definição dos critérios é que apresentamos destaque para a Emenda nº 10, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que propõe a inclusão de novos critérios para credenciamento de empresas somente mediante a lei. A definição de novos critérios para que uma nova empresa seja enquadrada nesse sistema privilegiado deve passar pelo Poder Legislativo, conforme a emenda do brilhante Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. O Congresso Nacional não pode ser alijado da definição desses critérios.

Podemos também criticar mais um afrouxamento da Lei de Licitações.

Primeiro, foi o Regime Diferenciado de Contratação, cuja constitucionalidade estamos questionando no Supremo. Agora, estamos votando essa medida provisória que estabelece mais um modelo diferenciado de licitação para um setor específico. Portanto, estamos definindo novos nichos de privilegiados neste País – a critério de quem governa, sem ouvir a sociedade representada pelo Congresso Nacional.

Cria-se um capítulo específico para tratar das compras e contratações de produtos de defesa e de sistemas de defesa como, por exemplo, procedimentos licitatórios destinados exclusivamente à participação de empresas estratégicas de defesa. E já se comenta, nos escaninhos do Congresso Nacional, que novos benefícios virão para o setor de Tecnologia da Informação. E o Governo expõe sua incapacidade de gestão, sua incompetência gerencial.

A Lei de Licitações é boa. Concordamos que ela precisa de ajustes para se adequar às mudanças que ocorreram desde a sua edição. Mas não é fazendo movimentos pontuais e setoriais que avançaremos na modernização da lei.

E os outros setores não contemplados, como ficam? Terão que continuar batendo às portas do Governo para buscar benefícios, ou terão que contratar o Consultor/Ministro Fernando Pimentel, como fez o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais?

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso estabelece privilégios a setores mais organizados da economia nacional. Aqueles setores que têm organização para influir e influenciar no Parlamento e no Executivo conseguem vantagens especiais. Os que não possuem organização competente para tal acabam ficando no segundo plano, e o chamado princípio da isonomia fica apenas para deleite dos estudiosos da legislação vigente no País.

O que falta é projeto ao Governo, falta gestão. É a mais pura tradução da incompetência afrouxar a Lei das Licitações para favorecer setores específicos e não para todo o conjunto da economia. Há ainda que se questionar também os prejuízos para Estados e Municípios provenientes das suspensões e isenções de tributos que compõem os regimes especiais instituídos nos últimos anos.

E, ao final, também apoiamos a Emenda nº 15, de autoria do Senador Aécio Neves, que obriga a União a contabilizar em separado, para efeito de compensação, aos Estados e Municípios...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concluindo.

Apoiamos a Emenda nº 15, de autoria do Senador Aécio Neves, que obriga a União a contabilizar em

separado, para efeito de compensação aos Estados e Municípios, os valores resultantes do incentivo proposto por esta medida provisória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cabe uma palavra de respeito ao sério e correto trabalho feito pelo Senador Fernando Collor em torno desta matéria. Trata-se de matéria extremamente relevante, e o trabalho do Senador Fernando Collor em vários aspectos chama atenção para a relevância do tema.

Mas cabe, Sr. Presidente, não obstante a profundidade desse trabalho, fazer aqui uma observação de fundo.

Há cerca de dois anos, foi apresentado pelo Governo Federal, Senador Aloysio Nunes, o plano estratégico de defesa; quase dois anos. Tempo absolutamente suficiente para que a matéria pudesse vir a esta Casa regulamentada por meio de projeto de lei, por meio de discussão ordinária, caminho que deveria ser usual, e não pelo caminho extraordinário das medidas provisórias.

Na verdade, Presidente José Sarney, nós estamos permitindo – conscientemente, alguns; inconscientemente, outros – que o caminho extraordinário seja exatamente o da apresentação de projetos de lei, sejam ou não em regime de urgência, que venham a ser debatidos nas comissões temáticas desta Casa para o fim da discussão, aprimorados pela experiência dos Srs. Parlamentares e discutidos no plenário das Casas do Congresso Nacional. E o que se torna ordinário é exatamente aquilo que deveria ser extraordinário, Sr. Presidente: o uso das medidas provisórias.

Já não vejo empenho em Parlamentares, tanto do Senado, quanto especialmente da Câmara dos Deputados, em apresentar e discutir os seus projetos; é muito mais cômodo e fácil – e o Governo Federal tem incentivado essa prática – buscar carona em determinada medida provisória, independentemente da correlação do tema proposto com o tema originário. Estaremos, na sequência desta matéria especificamente, discutindo a Medida Provisória nº 545, que trata, Sr. Presidente, de temas extremamente relevantes, como aquele que altera a incidência da contribuição de PIS e Cofins na cadeia produtiva do café. Medida correta que, na sua essência e no seu mérito, contará com o nosso apoio. Mas, pasmem, Srs. Senadores, que a medida provisória que iremos examinar a seguir, além de tratar do

sistema tributário na cadeia produtiva do café, traz também questões relativas à renovação da Marinha Mercante, do próprio Fundo de Marinha Mercante e também institui o programa Cinema Perto de Você.

Não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa não é a razão do nosso mandato. Permitir da forma como estamos permitindo a violação da Constituição de forma absolutamente passiva não faz jus ao mandato que recebemos da população brasileira. Disse mais de uma vez desta tribuna e aqui repito: as prerrogativas desta Casa não nos pertencem; pertencem à população brasileira, que nos elegeu para aqui fazê-las serem respeitadas.

Portanto, fica, mais uma vez, este alerta: outras medidas provisórias com outros contrabandos estão chegando a esta Casa no ano de 2012, quase seis meses após a aprovação do projeto de autoria do Presidente da Casa, do qual tive a honra de ser o relator, propondo um novo rito de tramitação dessas MPs.

Portanto, Sr. Presidente, a cada dia mais, no momento em que, independentemente do mérito extremamente nobre daquilo que está aqui sendo discutido, nós aceitamos o caminho mais curto e transversal das medidas provisórias para quaisquer assuntos, nós estamos violentando, na essência, a razão de existência Casa.

Trago também uma segunda preocupação – permita-me, Presidente Fernando Collor – extremamente relevante: somos todos aqui representantes da Federação; para isso fomos eleitos. A política econômica do Governo tem primado por desconsiderar a deterioração do nosso parque industrial. Vivemos um gravíssimo processo de desindustrialização, que se agrava a cada mês, e o Governo Federal, de forma abusiva, exatamente por não ter uma política clara do ponto de vista do fortalecimento dos setores industriais onde somos efetivamente competitivos, caminha pelo caminho fácil dos incentivos verticais a determinados segmentos, sempre, permanentemente, aqueles mais organizados. Mais uma vez, Senador Pedro Taques, o Governo Federal faz aqui bondade com o chapéu alheio.

Apresentei uma emenda, ilustre relator, Senador Fernando Collor, que busca corrigir, mais uma vez, esse equívoco. Ele ocorre em relação ao setor automotivo e, corriqueiramente, em relação à linha branca e a variados setores da economia, repito, cujos grupos de pressão conseguem adentrar os gabinetes do Ministério da Fazenda. Mais uma vez, a proposta que aqui tramita hoje traz no seu art. 9º a previsão de que no caso de venda no mercado interno de importação de bens de que trata o art. 8º, ficam suspensos – vou direto ao inciso III – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente na saída do estabelecimento industrial, ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiada

do Retide e o inciso IV diz que o IPI incidente na importação quando efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiada do Retide.

Nós sabemos, e sabe V. Ex^a, digno representante do Nordeste brasileiro, assim como o Presidente José Sarney, da importância do Fundo de Participação na construção das receitas dos Estados brasileiros. E nós sabemos que o componente mais vigoroso do Fundo de Participação é exatamente o IPI.

Ao permitir essa isenção, nós estamos, mais uma vez, alcançando as finanças combalidas de Estados e Municípios brasileiros.

Faço, Sr. Relator e Sr. Presidente, a proposta para que no art. 9º passemos a ter a seguinte redação:

No caso de venda no mercado interno ou de importação dos bens de que trata o art. 8º, sem prejuízo das transferências estabelecidas pelo art. 159 da Constituição Federal, cujas reduções decorrentes desta Lei serão compensadas pela União, ficam suspensos.

O que quero dizer, em linhas bastantes gerais, é que a parcela de Estados e Municípios fique preservada nessas isenções aqui propostas e em todas as outras que ainda vierem a ser propostas pela União.

O que assistimos, Srs. Senadores, Sr. Senador Aloysio, ao longo dos últimos anos, é a um crescimento vertiginoso das receitas da União. Mais de 65% de tudo que se arrecada no Brasil se concentra nas mãos da União, com a fragilização permanente dos Estados e dos Municípios e, por fim, da própria Federação.

Mais uma vez, a bondade do Governo alcança os Estados e alcança os Municípios.

Portanto, feita a primeira consideração de que o caminho natural para regulamentação desta matéria seria o de projeto de lei, que seria aqui discutido, certamente, com toda a atenção e com a prioridade que o tema merece. Mas não! Busca-se, novamente, o caminho fácil das medidas provisórias.

Fiz o segundo alerta. Estaremos discutindo, em seguida, medidas provisórias com outros contrabandos servindo a interesses sei lá quais.

E o terceiro. No mérito da proposta de V. Ex^a, cuja seriedade do trabalho mais uma vez reconheço.

É preciso que o Governo compreenda que não pode, de forma permanente, impactar negativamente ainda mais, repito, as combalidas e frágeis finanças dos Estados e dos Municípios.

Esse é o objetivo, essa é a contribuição que trazemos ao Projeto de Conversão de V. Ex^a, esperando que essa emenda possa ser acatada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Senador Relator Fernando Collor de Mello, há uma notícia na imprensa hoje, no jornal *O Estado de S. Paulo*, muito relevante para a matéria que estamos examinando:

A Força Aérea americana cancela compra de US\$355 milhões em aviões da Embraer.

Numa guinada inesperada para a Embraer e para o mercado, a Força Aérea dos Estados Unidos cancelou ontem sua decisão de comprar 20 aviões A-29 Super Tucano, a serem destinados ao Afeganistão. O valor desse contrato, ainda não assinado, é de US\$355 milhões.

Embora justificada por “problemas de documentação”, a decisão foi motivada, sobretudo, pela pressão política da oposição republicana e de políticos do Estado de Kansas, onde está instalada a sede da Hawker Beechcraft, a rival norte-americana da Embraer derrotada na escolha da aeronave de ataque leve e apoio aproximado à tropa terrestre.

Seguem inúmeras notícias: por exemplo, como a opção da Embraer foi atacada nos Estados Unidos:

Desde a escolha da Embraer para fornecimento de 20 aviões A-29 Super Tucano, oficializada em 30 de dezembro, a decisão da Força Aérea dos Estados Unidos tem sido criticada duramente por políticos republicanos. Também tornou-se fonte de atritos entre os governos dos Estados da Flórida, que abriga instalações da Embraer, e do Kansas, onde se encontra a sede da Hawker Beechcraft.

Por que cito isso, Presidente José Sarney e prezado Relator, Senador Fernando Collor? No seu parecer, está ali assinalado:

No plano do Direito comparado, o estabelecimento de preferências para produtos nacionais também não constitui novidade. Apenas para citar um exemplo, vige nos Estados Unidos da América, desde 1933, o Buy American Act, que prevê a preferência, nas compras governamentais, para bens produzidos em território nacional. No caso de produtos relacionados à defesa, o Defense Federal Acquisition Regulation Supplement autoriza seja dada preferência a produtos produzidos nacionalmente, ainda que com valor 50% superior ao de produtos estrangeiros.

Pois bem. Eu quero aqui assinalar que V. Ex^a teve a preocupação de levar em conta episódios como esses, que podem ter a sua ocorrência de alguma maneira aqui, no Brasil.

Então, creio, Senador Fernando Collor de Mello, que o parecer de V. Ex^a leva em conta problemas tais como esses que estão ocorrendo agora com a indústria Embraer brasileira. E, em alguns momentos, conforme o relatório de V. Ex^a assinala, deve haver a prevalência do interesse nacional e da própria indústria nacional brasileira, em especial na hora em que forem realizadas compras de materiais e equipamentos, levando em conta todo o parque da indústria brasileira, a sua capacitação, bem como aquilo que seja oferecido no exterior.

Avalio que, nesta medida provisória, estão sendo tomados os cuidados necessários. Por isso, expresso o meu voto favorável ao parecer de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/ PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei de Conversão n^o 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória n^o 544, de 2011, que estabelece normas especiais para as compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, entre outras providências.

Na Câmara, a matéria sofreu alterações, em sua maior parte redacionais e de técnica legislativa, passando a incorporar um novo artigo, de forma a compor o PLV que ora apreciamos.

Por força do que dispõe a Constituição Federal, temos o dever de analisar essa matéria em duas etapas.

Neste momento, discute-se sua admissibilidade, em que se analisa essencialmente sua constitucionalidade e juridicidade. Para tanto, é preciso observar se a medida provisória preenche claramente os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Evidentemente, não há como ser contrário ao mérito dessa proposta. A defesa nacional é essencial para a preservação do Estado democrático. Vale dizer: a matéria é relevante, reconhecemos. Porém, temos de retomar a pauta crítica e imparcial e avaliar em que medida essa matéria seria urgente a ponto de justificar, mais uma vez, a edição desse que deveria ser um excepcional instrumento legislativo.

Estamos tratando, evidentemente, de um setor estratégico para o País. Não há grande nação que não tenha um bom sistema de defesa de suas fronteiras e de seu povo. No entanto, temos que atentar para o fato

de que essa medida provisória institui, a um só tempo, dois regimes especiais: um de tributação e um regime diferenciado de licitação, para aquisições de produtos e serviços pelo Governo Federal.

Ambos os regimes, por suas próprias naturezas, deveriam ser propostos por meio de projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, ainda que sob tramitação de urgência, mas não por meio de medida provisória.

Ora, em sua exposição de motivos, o Governo Federal justificou a relevância, reconhecendo tratar-se da definição de um novo marco legal para o setor de defesa nacional e, para explicar a urgência da proposta, fundamentou em três premissas: dar “concretude” aos enunciados da estratégia nacional de defesa; maior proteção do Estado e da sociedade brasileira, em face da projeção internacional do Brasil, inclusive no Mercosul; e protecionismo comercial para empresas que atuam no setor de defesa nacional.

Ora, estamos aqui diante de uma questão de racionalidade. Medidas provisórias não são meios próprios para estabelecimento de marcos legais ou regulatórios, ou, ao menos, não deveriam ser. Marcos legais são aqueles definidores de sistemas jurídicos complexos, que regulam questões sociais de grande relevância. É precisamente por isso que não se pode furtar ao debate parlamentar profundo, inclusive com a participação da sociedade organizada.

Lamentavelmente, como a MP está sendo apreciada às vésperas de seu prazo final, não restará tempo hábil para tanto. Talvez, por isso mesmo, deveríamos reconsiderar sua aprovação.

A defesa nacional merece, sim, nossa atenção, e ela é garantidora de nossas instituições sociais, econômicas e políticas, além de preservadora de nosso território. Digo e repito: não somos contrários ao mérito dessa medida provisória. Quero aqui, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Collor de Mello, Relator da matéria, que tem sido incansável na defesa dos interesses nacionais. Mas criticamos, como há muito vimos fazendo, a forma como certas matérias são impostas ao Legislativo, sem debate, e com pressa.

Apenas a título de destaque, não se está discutindo a que custo se pretende conceder essas benesses tributárias do regime especial proposto pela medida provisória. Quem irá pagar essa conta? A proposta concede suspensão de exigências de contribuições para o PIS e o Cofins, tributos federais, mas também trata de suspensão do IPI, ou seja, mais uma vez, o Governo Federal interfere nas finanças públicas dos Municípios brasileiros.

Enfim, Sr. Presidente, por tais razões, por não concordar com a postura do Governo Federal em insistir no encaminhamento de medidas provisórias sem o atendi-

mento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência é que votaremos pela sua inadmissibilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Não está presente.

Sem haver mais oradores, encerro a discussão, e vamos começar a votação.

Há, sobre a mesa, um requerimento de destaque para votação em separado das Emendas nºs 10 e 15, de autoria do Senador Alvaro Dias e do Senador Aécio Neves.

São os seguintes os requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2012

Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaque para a votação em separado da emenda nº 10, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, oferecida à Medida Provisória nº 544/2011.

Justificação

Segundo o PLV, toda empresa jurídica será credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo de algumas condições estabelecidas no texto.

Ou seja, ficará a cargo do governo decidir qual empresa se enquadrará nos critérios estabelecidos. Poderiam haver, inclusive, mudanças nos critérios a fim de beneficiar essa ou aquela empresa, de acordo com interesses específicos.

A fim de eliminar essa subjetividade na definição dos critérios é que apresentamos destaque para a emenda nº 10, de autoria do deputado, Antonio Carlos Mendes Thame, que propõe a inclusão de novos critérios para credenciamento de empresas somente mediante lei.

A definição de novos critérios para que uma nova empresa seja enquadrada nesse sistema privilegiado deve passar pelo Poder Legislativo. O Congresso Nacional não pode ser alijado da definição desses critérios.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2012. – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda 15 à MPV nº 544, de 2011 que obteve parecer contrário pelo Relator da Câmara dos Deputados. – Senador **Aécio Neves**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou submeter ao Plenário os dois requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o Senador...

Vamos conferir aqui... dos Partidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é votação simbólica de Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Renan. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Em votação o requerimento do art. 9º, de autoria do Senador Aécio Neves.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Rejeitados os requerimentos, passamos à votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 544, de 2011)

Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime especial de compras, de contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e privadas, as sociedades de economia mista, os órgãos e as entidades públicas fabricantes de produtos de defesa e demais entidades controladas, direta ou indiretamen-

te, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados:

I – Produto de Defesa – PRODE – todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo;

II – Produto Estratégico de Defesa – PED – todo Prode que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como:

a) recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais;

b) serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

c) equipamentos e serviços técnicos especializados para as áreas de informação e de inteligência;

III – Sistema de Defesa – SD – conjunto inter-relacionado ou interativo de Prode que atenda a uma finalidade específica;

IV – Empresa Estratégica de Defesa – EED – toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:

a) ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços referidos no art. 10, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de PED no País, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas;

b) ter no País a sede, a sua administração e o estabelecimento industrial, equiparado a industrial ou prestador de serviço;

c) dispor, no País, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementado por acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, relacionado à atividade desenvolvida, observado o disposto no inciso X do **caput**;

d) assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembléia geral número de votos superior a 2/3 (dois terços) do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes; e

e) assegurar a continuidade produtiva no País;

V – Inovação – introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo de Prode;

VI – Desenvolvimento – concepção ou projeto de novo Prode ou seu aperfeiçoamento, incluindo, quando for o caso, produção de protótipo ou lote piloto;

VII – Compensação – toda e qualquer prática acordada entre as partes, como condição para a compra ou contratação de bens, serviços ou tecnologia, com a intenção de gerar benefícios de natureza tecnológica, industrial ou comercial, conforme definido pelo Ministério da Defesa;

VIII – Acordo de Compensação – instrumento legal que formaliza o compromisso e as obrigações do fornecedor para compensar as compras ou contratações realizadas;

IX – Plano de Compensação – documento que regula a especificidade de cada compromisso e permite controlar o andamento de sua execução;

X – Instituição Científica e Tecnológica – ICT – órgão ou entidade da administração pública definida nos termos do inciso V do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

XI – Sócios ou Acionistas Brasileiros:

a) pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior;

b) pessoas jurídicas de direito privado organizadas em conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede e a administração, que não tenham estrangeiros como acionista controlador nem como sociedade controladora e sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata a alínea a; e

c) os fundos ou clubes de investimentos, organizados em conformidade com a lei brasileira, com sede e administração *no País* e cujos administradores ou condôminos, detentores da maioria de suas quotas, sejam pessoas que atendam ao disposto nas *alíneas a e b*;

XII – Sócios ou Acionistas Estrangeiros – as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas no inciso XI do *caput*.

Parágrafo único. As EED serão submetidas à avaliação das condições previstas no inciso IV do caput na forma disciplinada pelo Ministério da Defesa.

CAPÍTULO II

Das Compras, das Contratações e do Desenvolvimento de Produtos e de Sistemas de Defesa

Art. 3º As compras e contratações de Prode ou SD, e do seu desenvolvimento, observarão o disposto nesta Lei.

§ 1º O poder público poderá realizar procedimento licitatório:

I – destinado exclusivamente à participação de EED quando envolver fornecimento ou desenvolvimento de PED;

II – destinado exclusivamente à compra ou à contratação de Prode ou SD produzido ou desenvolvido no País ou que utilize insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País, e, caso o SD envolva PED, aplica-se o disposto no inciso I deste parágrafo; e

III – que assegure à empresa nacional produtora de Prode ou à ICT, no percentual e nos termos fixados no edital e no contrato, a transferência do conhecimento tecnológico empregado ou a participação na cadeia produtiva.

2º Os editais e contratos referentes a PED ou a SD conterão cláusulas relativas:

I – à continuidade produtiva;

II – à transferência de direitos de propriedade intelectual ou industrial; e

III – aos poderes reservados à administração pública federal para dispor sobre:

a) a criação ou alteração de PED que envolva ou não o País; e

b) a capacitação de terceiros em tecnologia para PED.

§ 3º Os critérios de seleção das propostas poderão abranger a avaliação das condições de financiamento oferecidas pelos licitantes.

§ 4º Poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio, inclusive sob a forma de sociedade de propósito específico, desde que formalizada a sua constituição antes da celebração do contrato, observadas as seguintes normas:

I – quando houver fornecimento ou desenvolvimento de PED, a liderança do consórcio caberá à empresa credenciada pelo Ministério da Defesa como EED; e

II – se a participação do consórcio se der sob a forma de sociedade de propósito específico, a formalização de constituição deverá ocorrer antes da celebração do contrato, e *seus* acionistas serão as empresas consorciadas com participação idêntica à que detiverem no consórcio.

§ 5º O edital e o contrato poderão determinar a segregação de área reservada para pesquisa, projeto, desenvolvimento, produção ou industrialização de Prode ou SD.

6º O edital e o contrato poderão determinar percentual mínimo de agregação de conteúdo nacional.

Art. 4º Os editais e contratos que envolvam importação de Prode ou SD disporão de regras definidas

pelo Ministério da Defesa quanto a acordos de compensação tecnológica, industrial e comercial.

§ 1º Constará dos editais de que trata o **caput** deste artigo a exigência de apresentação de Plano de Compensação que explicita o objeto da compensação, o cronograma e o detalhamento da possível inovação.

§ 2º Na impossibilidade comprovada de atendimento ao disposto no **caput** deste artigo e caracterizada a urgência ou relevância da operação, a importação poderá ser realizada, independentemente de compensação, a critério do Ministério da Defesa.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o Ministério da Defesa poderá exigir que a importação de PED seja feita com envolvimento de EED capacitada a realizar ou conduzir, em território nacional, no mínimo, uma das atividades previstas na alínea a do inciso IV do **caput** do art. 2º.

Art. 5º As contratações de Prode ou SD, e do seu desenvolvimento, poderão ser realizadas sob a forma de concessão administrativa a que se refere a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, observado, quando couber, o regime jurídico aplicável aos casos que possam comprometer a segurança nacional.

§ 1º O edital definirá, entre outros critérios, aqueles relativos ao valor estimado do contrato, ao período de prestação de serviço e ao objeto.

§ 2º O edital e o contrato de concessão administrativa disciplinarão a possibilidade e os requisitos para a realização de subcontratações pela concessionária.

§ 3º Caso as contratações previstas no **caput** envolvam fornecimento ou desenvolvimento de PED, mesmo que sob a responsabilidade dos concessionários, suas aquisições obedecerão aos critérios e normas definidos por esta Lei.

CAPÍTULO III

Do Incentivo à Área Estratégica de Defesa

Art. 6º As EED terão acesso a regimes especiais tributários e financiamentos para programas, projetos e ações relativos, respectivamente, aos bens e serviços de defesa nacional de que trata o inciso I do **caput** do art. 8º e a PED, nos termos da lei.

Art. 7º Fica instituído o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID, nos termos e condições estabelecidos neste Capítulo.

Art. 8º São beneficiárias do Retid:

I – a EED que produza ou desenvolva bens de defesa nacional definidos em ato do Poder Executivo ou preste os serviços referidos no art. 10 empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos referidos bens;

II – a pessoa jurídica que produza ou desenvolva partes, peças, ferramentais, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas

a serem empregados na produção ou desenvolvimento dos bens referidos no inciso I do **caput**; e

III – a pessoa jurídica que preste os serviços referidos no art. 10 a serem empregados como insuflas na produção ou desenvolvimento dos bens referidos nos incisos I e II do **caput**.

§ 1º No caso dos incisos II e III do **caput**, somente poderá ser habilitada ao Retid a pessoa jurídica preponderantemente fornecedora para as pessoas jurídicas referidas no inciso I do **caput**.

§ 2º Considera-se pessoa jurídica preponderantemente fornecedora, de que trata o § 1º, aquela que tenha pelo menos 70% (setenta por cento) da sua receita total de venda de bens e serviços, no ano-calendário imediatamente anterior ao da habilitação, decorrentes do somatório das vendas:

I – para as pessoas jurídicas referidas no inciso I do **caput**;

II – para as pessoas jurídicas fabricantes de bens de defesa nacional definidos no ato do Poder Executivo de que trata o inciso I do **caput**;

III – de exportação; e

IV – para o Ministério da Defesa e suas entidades vinculadas.

§ 3º Para os fins do § 2º, excluem-se do cálculo da receita o valor dos impostos e as contribuições incidentes sobre a venda.

§ 4º A pessoa jurídica em início de atividade ou que não se enquadre como preponderantemente fornecedora, nos termos do § 2º, poderá habilitar-se ao Retid, desde que assuma compromisso de atingir o percentual mínimo referido no § 2º até o término do ano-calendário seguinte ao da habilitação.

§ 5º Condiciona-se a fruição dos benefícios do Retid ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos pela pessoa jurídica:

I – credenciamento por órgão competente do Ministério da Defesa;

II – prévia habilitação na Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

III – regularidade fiscal em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 6º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do **caput** do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem habilitar-se ao Retid.

§ 7º O Poder Executivo disciplinará em regulamento o Retid.

Art. 9º No caso de venda no mercado interno ou de importação dos bens de que trata o art. 8º, ficam suspensos:

I – a exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retid;

II – a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retid;

III – o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retid;

IV – o IPI incidente na importação, quando efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retid.

§ 1º Deverá constar nas notas fiscais relativas:

I – às vendas de que trata o inciso I do **caput** a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e

II – às saídas de que trata o inciso III do **caput** a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota O (zero):

I – após o emprego ou utilização dos bens adquiridos ou importados no âmbito do Retid, ou dos bens que resultaram de sua industrialização, na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional definidos no ato do Poder Executivo de que trata o inciso I do **caput** do art. 8º, quando destinados à venda à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo, ou os definidos em ato do Poder Executivo como de interesse estratégico para a Defesa Nacional; ou

II – após exportação dos bens com tributação suspensa ou dos que resultaram de sua industrialização.

§ 3º A pessoa jurídica que não utilizar o bem na forma prevista no 2º, ou não tiver atendido às condições de que trata o § 4º do art. 8º ao término do ano-calendário subsequente ao da concessão da habi-

litação ao Retid, fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação – DI, na condição:

I – de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI incidente no desembaraço aduaneiro de importação; e

II – de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 10. No caso de venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, destinados a empresas beneficiárias do Retid, fica suspensa a exigência:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita de prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando prestados para pessoa jurídica beneficiária do Retid; e

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre serviços, quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Retid.

§ 1º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota O (zero) após o emprego ou utilização dos serviços nas destinações a que se referem os incisos I a III do **caput** do art. 8º.

§ 2º A pessoa jurídica que não empregar ou utilizar os serviços na forma prevista no § 1º, ou não tiver atendido às condições de que trata o § 4º do art. 8º ao término do ano-calendário subsequente ao da concessão da habilitação ao Retid, fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão de que trata o **caput**, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da lei, contados a partir da data:

I – do pagamento, do crédito, da entrega, do emprego ou da remessa de valores, na condição de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e para a Cofins-Importação; e

II – da aquisição, na condição de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 3º O disposto no inciso I do **caput** aplica-se também à hipótese da receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, quando contratados por pessoas jurídicas habilitadas ao Retid.

§ 4º A fruição do benefício de que trata este artigo depende da comprovação da efetiva prestação do serviço nas destinações a que se refere o art. 8º.

Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 9º e 10 poderão ser usufruídos em até 5 (cinco) anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas após a habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo Retid.

Art. 12. As operações de exportação de Frade realizadas pelas EED poderão receber a cobertura de garantia do Seguro de Crédito à Exportação, por intermédio do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, a que se refere a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, compreendidas as garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito interno para a produção de PED.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 13. O disposto nesta Lei não exclui o controle e as restrições à importação, à exportação, à fabricação, à comercialização e à utilização de produtos controlados.

Art. 14. As compras e contratações a que se refere esta Lei observarão as diretrizes de política externa e os compromissos internacionais ratificados pelo Brasil na área de defesa, em especial os referentes às salvaguardas.

Art. 15. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será aplicada de forma subsidiária aos procedimentos licitatórios e aos contratos regidos por esta Lei.

Art. 16. O Capítulo V da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CAPÍTULO V

Do Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira – RETAERO”(NR)

“Art. 29. Fica instituído o Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira – RETAERO, nos termos desta Lei.”(NR)

“Art. 30.

I – a pessoa jurídica que produza partes, peças, ferramentais, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, ou preste serviços referidos no art. 32, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM;

§ 2º

II – a pessoas jurídicas fabricantes de produtos classificados na posição 88.02 da NCM; e

§ 8º Excetua-se do disposto no § 7º a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, dos produtos classificados na posição 88.02

da NCM, que continua sujeita a alíquotas O (zero) da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. ” (NR)

“Art. 31.

§ 2º

I – após o emprego ou utilização dos bens adquiridos ou importados no âmbito do Retaero, ou dos bens que resultaram de sua industrialização, na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM;

..... ” (NR)

“Art. 32.

§ 3º A fruição do benefício de que trata este artigo depende da comprovação da efetiva prestação do serviço para produção, reparo e manutenção de produtos classificados na posição 88.02 da NCM.” (NR)

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor:

I – a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação ao art. 16;

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, quero aqui manifestar um voto de pesar que, tenho certeza, V. Ex^a, assim como o Senador Capiberibe, vão se associar a mim.

É um voto de pesar, nos termos do art. 318 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo falecimento, esta semana, do Dr. Amílcar da Silva Pereira, segundo governador do então Território Federal do Amapá, aos 93 anos. S. Ex^a se despede desta vida no decorrer desta semana, e, pela importância que teve S. Ex^a o Dr. Amílcar da Silva Pereira para a história do Amapá, nos anos 50 e nos anos 60, tendo sido inclusive o segundo governador do então território federal no período entre 1956 e 1958 e pelos serviços prestados ao Amapá naquele período, ele merece do povo amapaense e de todas as autoridades todas as homenagens.

Então, solicito, Excelência, nos termos do art. 318 do Regimento Interno da Casa, que conste da Ata desta sessão o voto de pesar pela passagem do Dr. Amílcar Pereira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

Quero associar-me às manifestações de pesar de V. Ex^a, em nome de todos nós do Estado do Amapá, pelo falecimento do ex-Governador Amílcar Pereira, que realmente prestou excelentes e grandes serviços ao Estado, principalmente naquele tempo de sua estruturação.

A pauta continua trancada porque há uma terceira medida provisória. Mas podemos votar os decretos legislativos e requerimentos.

Consulto as Lideranças se estão de acordo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 3:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2011 (nº 60/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 29, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Luiz Henrique.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Sem manifestação contrária do Plenário, considero aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2011

(Nº 60/2011, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I

do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do tratado encontra-se publicado no **DSF**, de 4-10-2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Dois requerimentos no mesmo sentido, no sentido de constituir uma comissão externa do Senado Federal composta por 12 Senadores destinada a representar o Senado no âmbito das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável da Rio+20.

Os Requerimentos nºs 40, Item 5 da pauta, e 39, também na mesma direção. Um é da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e outro requerimento, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o mesmo objetivo.

São os seguintes os itens:

Item 4:

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando a criação de Comissão Externa do Senado Federal, composta por doze Senadores, destinada a representar o Senado Federal no âmbito das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.*

Item 5:

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de Comissão Externa do Senado Federal, composta por doze Senadores titulares e igual número de suplentes, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.*

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar a votação, Senador Armando Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Perdão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, inicialmente, que essa proposição é do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e que foi encampada conjuntamente pela Comissão de Meio Ambiente. E ela se dá em função da importância desse evento, certamente o evento internacional mais importante que vai acontecer este ano, na cidade do Rio de Janeiro, e que tem como objetivo discutir novos paradigmas para o desenvolvimento mundial, com o tema Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e na Erradicação da Pobreza, que pretende discutir como organizar a economia diante de novos pressupostos na relação com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, construir uma nova governança mundial, que crie condições para isso.

Ainda hoje, tivemos a presença, na Comissão de Meio Ambiente, da Ministra Izabella Teixeira. Ela falou sobre esse tema, que está envolvendo todo o Governo brasileiro. Daí a importância dessa comissão para representar o Senado Federal no âmbito da Rio+20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votação, em globo, dos dois requerimentos.

As Senadoras e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a Ordem do Dia.

É a seguinte a matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 3, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012, que *altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos*

das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social # COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, primeiro orador inscrito, como Líder.

Antes, porém, com sua licença, Senador, estamos tendo problema com o nosso painel eletrônico, que há alguns dias vem apresentando algum defeito – estamos providenciando que seja restaurado, de forma a que possa funcionar normalmente, embora a sua tecnologia já esteja superada e necessitemos de uma mudança mais profunda. Então, pediria a todos os Senadores e Senadoras que amanhã assinassem o livro de presença, que ficará aqui na mesa, de modo que pudéssemos computar o seu comparecimento a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, na feira “ITB BERLIN 2012”, que terá lugar em Berlin, Alemanha.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 5 a 11 de março do corrente ano, para o desempenho desta missão. – Senadora **Lídice da Mata**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que sejam determinados providências quanto à republicação do discurso que pronunciei da tribuna do Senado Federal na sexta-feira, dia 17 de fevereiro de 2012, em razão

de revisão procedida no texto por este gabinete após a publicação da correspondente Sessão do Senado Federal. – Senador **Pedro Simon**

**TEXTO DO DISCURSO PRONUNCIADO
PELO SENADOR PEDRO SIMON NA SESSÃO
DO SENADO FEDERAL
DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2012
(Para republicação)**

Senhor Presidente
Senhoras Senadoras
Senhores Senadores,

Quero tratar aqui da visita da Presidente da República a Caxias do Sul no dia de ontem, quando foi realizada mais uma Festa da Uva, uma festa das mais tradicionais da história do Brasil. Sou caxiense, nasci em Caxias, uma terra de colonização italiana.

O Rio Grande do Sul era fronteira com o Uruguai e a Argentina, planícies. Toda a história do Rio Grande do Sul – Vargas, Oswaldo Aranha, Borges de Medeiros, Julio de Castilhos, Pinheiro Machado – aconteceu na região da fronteira, rica, próspera, desenvolvida. Foi da fronteira que vieram os grandes líderes que se impuseram ao Rio Grande e ao Brasil.

A zona da montanha, da colônia, da minha terra, Caxias do Sul, a duas horas de Porto Alegre, era uma zona abandonada. Havia monos e mais morros; não tinha nenhum destino. Então, D. Pedro II fez uma autêntica reforma agrária: a Alemanha e a Itália viviam uma época de praticamente miséria; italianos e alemães estavam passando fome, autenticamente, naquela região no século XIX e foi-lhes feita a proposta de virem para o Brasil e receberam uma porção de terra, com sacos de sementes, uma pá, um enxada e alguma coisa a mais. E a eles foi entregue o mono, árvores, sem uma estrada, sem um bico de luz, sem absolutamente nada, e aí se operou o chamado milagre da montanha.

Hoje, a nossa zona sul e a nossa fronteira vivem um regime muito duro de dificuldade, e essa região de colonização alemã e de colonização italiana é uma das regiões mais prósperas de todo o Brasil.

A Festa da Uva é a festa tradicional, que, na Europa, sempre existiu; é a festa da colheita. Depois da luta, do trabalho, do plantio, na hora em que se começa a colher, dá-se graças a Deus pelo êxito, pela prosperidade. A Festa da Uva foi isso. Começou pequena, singela, em meados de 1930, e foi crescendo, foi crescendo. Hoje é Festa da Uva, é Festa do Vinho, é uma festa de um dos maiores polos metais mecânicos do Brasil, que é Caxias do Sul. É uma grande festa, e tradicionalmente os Presidentes da República lá estão na inauguração.

Eu agradeço à Presidente Dilma por lá ter estado, ela que inicia, hoje, um período de descanso justo. Ela o interrompeu e, ao invés de começar ontem o seu descanso, foi a Caxias, inaugurou a festa e só hoje vai iniciar o seu descanso.

Muito obrigado, Dona Dilma.

Eu gostaria de estar lá, mas eu achei que deveria ficar em Brasília, porque ontem era o dia em que o Supremo definiria a ficha limpa, como definiu, numa votação, mais do que se imaginava.

Ontem, foi decidido. Ontem foi um grande dia. Ontem foi um dia que marcou o início de uma nova realidade.

A Presidente Dilma poderá, a partir de hoje, marcar um novo Brasil.

Nos meus 82 anos, desde criança, aprendi no colégio e, desde estudante, aprendi com o meu líder, Senador Alberto Pasqualini, que nada é pior para o mundo, para uma sociedade organizada, do que as leis não serem cumpridas, valerem para uns e não valerem para outros. É a impunidade. Ontem, em tese, ela terminou.

Não há uma diferença do Brasil para a Europa com relação a essa legislação: Mas tudo pode mudar se a Presidente Dilma seguir a proposta que será levada ao seu gabinete pelo seu Ministro chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, e assinar um decreto que estabelece a obrigatoriedade da ficha limpa nos cargos que forem designados pelo Poder Executivo. O cidadão, para ser nomeado, tem que mostrar a sua ficha, a sua biografia – ficha limpa e competência para o cargo que for exercitar. O Supremo Tribunal Federal teve coragem, já decidiu que o Conselho Superior da Magistratura tem autonomia. A Corregedora Geral pode iniciar o processo sem depender do corregedor regional, porque como diz o ex-Presidente do Supremo, até as pedras sabem que ninguém faz fiscalização contra seus pares.

Poucos imaginariam que o projeto de iniciativa popular Ficha Limpa passaria por imensa maioria na Câmara e por unanimidade no Senado. Mas, acabou passando também no Supremo Tribunal Federal e com o voto sensacional da ilustre ministra Rosa Weber, do Rio Grande do Sul, quando diz: “O povo está dizendo aos três Poderes: Basta!”. E o seu voto foi nesse sentido.

O julgamento da Lei da Ficha Limpa estava empatado, na sessão do STF e quando se designou que a ilustre ministra daria o seu voto de desempate, houve uma interrogação. Muita gente achou que ela deveria pedir vistas do processo, afinal ela recém tinha ingressado na Corte. Todos os outros ministros tinham meses, anos, discutindo, debatendo a matéria e ela recém tinha entrado. Se pedisse vista, o assunto morria

para esta eleição. Não pediu. E o argumento dela foi de que o assunto era por demais conhecido e ela se julgava em condições de votar, e votou. E votou como a gente esperava.

A lei passou no Supremo e a bola está com a Presidente.

Saiu nos jornais que a Presidente da República vai trocar membros da Comissão de Ética Pública por causa de uma decisão de investigar a vida de não sei quem. Mas duvido que a Presidente vá fazer uma coisa dessas. Não sei de onde que tiraram isso. Aliás, até agora, não vi e nem ouvi nada que venha de sua boca. Apenas dizem isso. Não vi e duvido. Ela não vai tirar.

Agora, o que ela pode fazer é chamar o ministro Hage, da CGU, que está com o estudo pronto, que só não levou à Presidenta porque a matéria estava sendo julgada no Supremo e pareceria uma intervenção da Presidenta no Supremo – o que foi absolutamente correto.

Agora, não. Agora, a Presidente pode fazer, pode assinar o decreto e dizer: no meu Governo, para nomear, eu quero a biografia, eu quero primeiro a ficha limpa do indicado e, segundo, a competência para exercer o cargo.

Olha, eu peço: Presidente Dilma, faça isso, faça logo. V. Ex^a estará dando um passo definitivo, porque aí serão três a zero: Legislativo, Judiciário e Executivo decidindo por um novo Brasil. A lei passou no Congresso, o Supremo julgou e aprovou, e agora o decreto que V. Ex^a poderá assinar. Alguns partidos têm feito indicações e a Presidenta tem dito: não serve, porque a ficha não é limpa. Ela já está fazendo isso. Mas bota no papel! Bota no papel!

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, o senhor, há pouco, disse que, para véspera de Carnaval, eu estava sério demais. Então, eu vou, talvez, assustá-lo ainda mais. Eu creio que, agora que a lei foi aprovada – e eu sempre estive ao seu lado nessa luta –, não era hora de levantar qualquer preocupação com ela antes de ela ser totalmente aprovada. Vale a pena alertar para alguns problemas que poderemos ter adiante. A minha preocupação, Senador Aloysio, é no sentido de quem vai dar ficha limpa, quem decide quem é ficha suja. Nós corremos o risco de ocorrer algumas injustiças no cenário político brasileiro. Por mais respeito que eu tenha – e tenho – à Justiça brasileira, a gente sabe, pela história recente, que há momentos em que há influências políticas nas decisões e nas condenações. Em alguns momentos, poderá ser possível – e acredito que será muito raro – que, em alguns casos de julgamento de alguma maneira sem muita firmeza, terminem eliminando, da vida

pública, diversas pessoas. Ontem, eu estava lendo um jornal em que falava que o Senador Roberto Requião foi condenado por causa do uso da televisão. Se houver uma intenção deliberada de alguns juizes – não é tão fácil, é verdade –, pode ser que isso elimine ele e outros na justiça. Quem passou por cargos executivos dificilmente escapa de ter alguns processos por erros, erros cometidos. Mas, no fim, no fim, erro ou crime chama-se improbidade. E é a mesma palavra para dizer um erro administrativo ou um crime de roubo, de apropriação de dinheiro. E creio que os dois casos implicam em ficha suja. Mesmo assim, quero dizer que, mesmo que aconteçam injustiças, a gente precisava dessa lei; mesmo que algumas pessoas, que não deveriam sair. Aliás, lembro aqui: não há pessoa, a meu ver, sinceramente, que eu ponha mais no topo da honestidade do que Luiza Erundina. A Luiza Erundina foi condenada não só em segunda instância. Ela foi condenada em todas as instâncias necessárias e teve que pagar uma indenização. Não vejo como considerar Luiza Erundina uma ficha suja, mas pela legalidade talvez sim. Então, tenho a impressão de que a gente precisa aperfeiçoá-la, agora que ela está aprovada, agora que está em vigor, felizmente; agora que a gente sabe que, mesmo com pequenas injustiças, podemos contar com um instrumento de moralização. Isso foi uma grande conquista. O senhor não diminui nada, quando diz que foi uma das maiores coisas que a história brasileira já fez. Eu diria que, como foi para as finanças a responsabilidade fiscal, para a política é a ficha suja. Mas a gente precisa tomar alguns cuidados, com base nesta pergunta: quem dá ficha limpa para quem, quem decide quem é ficha suja?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador Cristovam, V. Ex^a sabe, e vou recordar mais uma vez: não foi fácil aprovar o projeto.

Não é fácil aprovar matéria que nos atinge nesta Casa. Eu estou aqui já vai fazer 32 anos. Um dos primeiros projetos que apresentei dizia respeito a uma situação injusta que me machucava. Na época, o Senador ou o Deputado podia matar, roubar, fazer o que quisesse e tinha imunidade total – podia matar aqui, no próprio plenário. O Procurador pedia ao Supremo para processar, o Supremo mandava o pedido para o Senado, no caso de um Senador, ou para a Câmara, no caso de um Deputado, e o pedido ficava na gaveta do Presidente, anos a fio na gaveta do Presidente. Assassino, ladrão, vigarista: na gaveta do Presidente.

Apresentei o primeiro projeto eliminando esse privilégio, apresentei o segundo, apresentei o terceiro. Foram vinte anos de luta. Vinte anos! Até que ele foi aprovado. Hoje, nós podemos dizer de boca cheia: nós já cassamos Deputado e Senador. Se o resto não

foi feito, se não foi punido como devia ser punido, foi porque o Supremo não quis; porque processados eles foram, licença do Congresso não precisa. Desculpem-me, mas, primeiro, durante oito anos, ficou na gaveta do Procurador-Geral, Dr. Brindeiro, que era chamado de “engavetadorgeral”; e, depois, ficou na gaveta do Supremo. Os Procuradores, os últimos três, denunciaram, mas ficava na gaveta do Supremo.

O projeto Ficha Limpa foi mais ou menos por aí. Vários Senadores, entre os quais me incluo, apresentaram projetos iguais ou melhores até do que esse. Não houve jeito de tramitar. Quando veio esse, de iniciativa popular, ele conseguiu crescer, crescer, crescer. A Câmara votou. Mas vamos nós três (Nota: havia três senadores presentes à sessão, Simon, Aloysio Nunes, do PSDB/SP e Cristovam) – e, modéstia à parte, embora 78 ausentes, nós temos competência, autoridade e responsabilidade para falar com seriedade dessa matéria. A Câmara votou, para vir ao Senado na certeza de que, quando voltasse para a Câmara, ela fria engavetaria. Ela ia engavetar. E voltou cheia de equívocos, e veio para esta Casa.

Todos nós, inclusive eu, apresentamos uma série de emendas. V. Ex^a se lembra. Aí veio o dia da votação. Eu fui um dos muitos que veio à tribuna e disse: retiro as minhas emendas. Retiro as minhas emendas e peço aos companheiros que retirem as suas emendas, porque a Câmara está preparada para receber o nosso projeto e engavetar. Vamos votar. Está com erro. V. Ex^a tem razão, tem equívoco, tem que ser modificado, mas é a maneira de aprovar. Aprovamos, vai para o Supremo, e nós temos compromisso. Agora é sentar à mesa, discutir e ver essas questões que V. Ex^{as} estão levantando. Eu concordo.

E, agora, nós temos tranquilidade para fazer isso, porque a lei já existe, já está em vigor. Agora, é sanear as coisas que estão equivocadas. Concordo com V. Ex^a Mas V. Ex^a concorda comigo de que era a única maneira que tínhamos. Era isso ou nada. Era isso ou nada. Ninguém acreditou. Aprovamos por unanimidade, unanimidade do Senado. Todo mundo retirou as emendas, reconhecendo: é agora ou nunca. Acho que foi uma das páginas mais bonitas da história deste Senado. Se tivesse voltado para a Câmara, ficava na Câmara o resto da vida.

Agora, tem razão o Senador Cristovam: a lei tem equívoco. Mas, agora, vamos acenar com tranquilidade, vamos conversar com serenidade, vamos falar até com membros do Supremo Tribunal. E, aí, com absoluta tranquilidade, vamos fazer com que os equívocos sejam sanados, porque a lei já está em vigor. O princípio já está absolutamente adotado. Essa é a questão.

V. Ex^a tem razão, mas volto a lhe dizer que existe o compromisso de sanear essas coisas que V. Ex^a está suscitando com absoluta tranquilidade.

Repito: eu vejo com muita simpatia essas atitudes da Presidente Dama. Houve um momento em que nós aqui criamos um grupo, porque, quando a Presidente Dilma começou a tomar posições, houve uma reação no Congresso, no sentido de dar a resposta e rejeitar os projetos do Executivo, dar o troco. Foi aí que a gente fez uma movimentação, inclusive na Bancada do PMDB: “Presidenta, a senhora pode fazer, que nós vamos dar cobertura. Não queremos nada, apenas que V. Ex^a continue nesse caminho de seriedade”. Mas é difícil o trabalho dela.

Olha, eu fui Ministro do Governo Sarney — indicado por Tancredo, vamos esclarecer. Eu fui Líder do Governo de Itamar. Eu comecei o Governo como Líder do Governo Fernando Henrique, era para continuar. Aliás, nós, o Governo Itamar, é que formamos a candidatura do Fernando Henrique e ganhamos. E eu continuei na Liderança. Não acertei o estilo de Governo de Fernando Henrique, e saí. O meu Vice-Líder, um belo companheiro, assumiu a Liderança.

Eu acompanhei o Governo Lula. Cá entre nós, há uma palavra bonita na política mundial, que é símbolo de política com pê maiúsculo, que se chama governabilidade. Principalmente, em governos parlamentaristas, isso é necessário, entendimento e diálogo. Mas as páginas mais interessantes da história dos últimos tempos são as do parlamentarismo na Itália, onde o Partido Comunista tinha maioria; tinha maioria para governar e não aceitou ir para o poder. Eu era Deputado Estadual e estive lá debatendo. Participei de uma reunião deles. Eu não entendia. O argumento era esse — havia o Muro de Berlim, o mundo estava dividido entre o lado de lá e o lado de cá: se eles fossem para o Governo, o que eles poderiam fazer? Do lado da Rússia, a Itália não receberia nada, não receberia coisa nenhuma. E com eles, na oposição, seria fácil o papel deles, combater, brigar: os Estados Unidos estão fazendo isso, estão sendo injustos, etc. e tal. Mas, no governo, o que eles iriam fazer? Romper com o americano, romper com a OTAN, romper com a Europa Ocidental e se aproximar da Rússia, não recebendo coisa nenhuma? E a Rússia estava tratando duramente suas unidades satélite, que terminaram inclusive implodindo com a União Soviética.

Então, é uma coisa interessante. O comunismo, com maioria, com condições de governar, e não foi para o governo.

Governabilidade é um termo bonito. Mas, no, Brasil ficou um termo desmoralizado. A governabilidade no Brasil é pegar cargo aqui, trocar por emenda, não

sei mais o quê, não sei mais o quê; caso a caso, para ser aprovado.

Veja V. Ex^a, nós terminamos de ler uma medida provisória. Essa medida provisória, o normal do Presidente do Senado seria devolver. Devolve. É um mundo dentro de uma medida provisória, é um mundo de coisas que estão ali dentro de uma medida provisória. Mandava devolver. Então, essa é a governabilidade.

Um exemplo é o fato do Ministro da Agricultura indicar um nome de primeira qualidade para um dos órgãos mais delicados do Ministério da Agricultura, um dos mais delicados. E a Presidente não pode indicar, porque o PTB exige o cargo. Meu Deus do céu, essa governabilidade não pode continuar assim!

Por isso, a Presidente deve aceitar a proposta do seu Ministro da CGU e estabelecer Ficha Limpa no seu Governo como obrigatoriedade, porque aí ninguém pode cobrar dela. É algo que existe e que está sendo feito.

Matéria de hoje, na imprensa mundial: “Acusado de corrupção, presidente da Alemanha renuncia. Christian Wulff é acusado de favorecimento político; presidente nega.” Então, o Presidente nega, mas renuncia. Feita a denúncia e recém aberta uma comissão para fazer a investigação, ele sentiu que deixava mal a Primeira-Ministra e renunciou. Isso é governabilidade.

Isso é governabilidade. Isso é um país onde existe a punição e onde Presidente da República vai para a cadeia; como o Primeiro-Ministro do Japão vai para a cadeia, ou como o Presidente da Fiat, da maior empresa da Itália, foi para a cadeia. Isso é um exemplo. Presidente da República! Abriu inquérito e renunciou, não esperou nem apurar.

Esse é o caminho que temos que trilhar. Esse é o caminho que nós temos que caminhar: a Presidente governar com os responsáveis, com os mais dignos.

Eu agradeço à Presidência a visita à minha cidade. Peço desculpa aos meus irmãos de Caxias, mas eles sabem que, normalmente, eu não vou à abertura. Prefiro ir ao desfile, mais tranquilo, quando só tem o povo, mais ninguém, e o assisto em meio à festividade. Mas levo ao grande Prefeito de Caxias, José Ivo Sartori, meu abraço, meu carinho e meu afeto. E envio ao Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, que lá esteve, o meu carinho.

Como caxiense, muito obrigado, Presidente, pela sua presença. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência defere a solicitação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2012

Requeiro, nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pela Mesa do Senado Federal, o seguinte pedido de informações ao Ministro de Estado dos Transportes:

A presidente Dilma prometeu no dia 19 de agosto de 2011, na cidade de São José do Rio Preto, que faria a obra de duplicação dos 17 quilômetros do trecho urbano da BR-153: "A BR-153, pode ter certeza que vamos dar início a ela. O mais rápido possível. Mas R\$ 180 milhões não é assim que se libera. É preciso ter projeto. Tem projeto básico e não executivo. Tem de fazer complementação do projeto executivo. Nós iremos fazer a BR-153. Eu asseguro a vocês", afirmou Dilma.

O senhor Rinaldo Félix da Costa, superintendente interino do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit), no dia 4 de fevereiro, do corrente, afirmou que a duplicação do trecho urbano da BR-153 está condicionada a um novo estudo técnico que comprove a necessidade da obra.

Considerando que vários estudos já foram feitos e há discrepância entre o compromisso da Presidente da República com as informações, do Dnit, requeiro informações sobre a data de início das obras, conforme prometido pela Presidência da República, a dotação orçamentária alocada, os valores pagos e o estágio do andamento desta obra.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2012.


SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA

ANEXO

BR-153

Dinheiro do governo federal para a duplicação da rodovia ameaçado de ser cortado do orçamento e obra está em risco.

Destaque fatídico

Reportagem da TV TEM exibida anteontem no Jornal Nacional sobre o perigo dos trevos da rodovia BR-153 já movimentou deputados da região. O risco de corte de verba de R\$ 55 milhões para duplicar a estrada atíca a oposição. "Se o corte ocorrer, temos de ir todo dia a tribuna e dizer que Dilma é mentirosa", conclama Vaz de Lima (PSDB).

Para o PAC

Dilma disse que faria a obra na BR-153 em visita a Rio Preto no ano passado. A promessa é o escudo de Valdomiro quando o assunto é a rodovia da morte. "Acredito na palavra dela", costuma dizer o prefeito. Valdomiro tem uma nova estratégia para tentar impedir corte de verba para a BR. Tenta incluir a duplicação no PAC, que sempre é preservado no fecho do orçamento.

BR é 'terra de ninguém' em Rio Preto

Corredor para a duplicação e a melhoria urbana da malha viária são início das obras, criadas em 2011, também de início da duplicação em 2011

O Rio Preto é uma cidade com uma malha viária que não acompanha o crescimento da cidade. A duplicação da BR-163 é uma das obras mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

Golês duplicou sem cobrança de pedágio

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

A duplicação da BR-163 é uma obra que tem sido discutida há muito tempo. A obra é considerada uma das mais importantes para a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.

BR DE NINGUÉM

Indefinição sobre de quem é a responsabilidade em relação à parte da rodovia que atravessa Rio Preto pode atrasar ainda mais a duplicação **P2 e P3**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2012

Requer a realização de Sessão Especial em homenagem ao centenário de Janary Nunes.

Requeremos, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e §5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 01 de junho de 2012, destinada a celebrar o centenário de Janary Nunes, pioneiro e primeiro Governador do Amapá.

JUSTIFICAÇÃO

Janary Nunes foi o primeiro Governador do Amapá, o tendo governado por quase 12 anos. No seu governo, deu-se a construção do Amapá.

Nascido em Alenquer em 1º de junho de 1912, foi redator da Revista da Escola Militar no período compreendido entre 1933 e 1934, chegando ao cargo de diretor. Em 29 de dezembro de 1934 é declarado aspirante a oficial. Mais tarde é promovido a Segundo Tenente, Capitão e Major, servindo no 26º BC em Belém, no Destacamento. Em 1938 ele está no comando do Pelotão de Fuzileiros de Oiapoque, e em seguida no 15º BC em Florianópolis (SC), e na 1ª Companhia Independente de Metralhadoras, no Rio.

Foi nomeado Governador do Território Federal do Amapá em 27 de dezembro de 1943, e empossado em 29 de dezembro do mesmo ano. A primeira etapa de transformação do Amapá em Território Federal, foi de autoria de Janary que, em 1944, após criação dos territórios, é nomeado

governador, o primeiro. No período de setembro a outubro de 1954, foi substituído por Theodoro Arthou, voltando em 1955, e permanecendo até 1956.

De 1956 a 1959, exerceu a presidência da Petrobrás, colaborando no Plano de Desenvolvimento e Ampliação da empresa, no período de governo de Juscelino Kubitschek. Em 1960 é nomeado embaixador plenipotenciário e extraordinário do Brasil na Turquia.

Esta Sessão Especial tem a finalidade de prestar a justa homenagem desta Casa a este audacioso pioneiro do Amapá.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

[Handwritten signatures and notes over the printed name]
CUSTO ANO 10

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 89, DE 2012

Nos termos da alínea “e”, do inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que seja oficiado voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, do advogado João de Borba, ex-presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, ocorrido na manhã do dia 20 de fevereiro do corrente ano, em Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Justificação

Nascido em Blumenau, no Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1926, filho de João Manuel de Borba e de Elisabeth de Borba, João de Borba graduou-se em Direito pela Universidade de Santa Catarina, dando início a uma carreira promissora e vitoriosa.

Borba foi presidente do TER/SC de 1976 a 1978 e do Tribunal de Justiça TJ/SC de 1978 a 1980, destacando-se como um magistrado sereno, estudioso e dedicado.

Além de presidente desses Tribunais, João de Borba foi professor da Universidade de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

O advogado deixa esposa, quatro filhos, nove netos e um bisneto. Dois de seus filhos estão engajados no meio jurídico, seguindo os passos do pai na advocacia. Paulo Roberto de Borba atualmente é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC) e Jorge Luís de Borba é presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC).

João de Borba deixa legado ao mundo da magistratura que orgulha a todo o povo catarinense.

Sala das Sessões, de 2012. – Senador **Paulo Bauer**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada em definitivo do Projeto de Lei do Senado nº

298, de 2008, que “Acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências”, de minha autoria. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência defere a solicitação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, por regular, entre seus dispositivos, assuntos atinentes ao interesse da defesa do consumidor. – Senador **Sérgio Souza**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o Senador Renan falar...

Sr. Presidente, então, não vai haver mais votação nominal hoje? Votação das autoridades?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Hoje está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está encerrada a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos ver se amanhã já teremos o nosso painel recuperado. Se não tivermos, havendo necessidade de votação nominal, faremos pelo método antigo das nossas cabines secretas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no dia de ontem o Presidente do Senado, Senador José Sarney, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Maia, e os líderes partidários tivemos uma produtiva

reunião com os governadores, que nos trouxeram ponderações defensáveis para resgatar a capacidade de investimento dos Estados brasileiros.

As apreensões, Sr. Presidente e Srs. Senadores, incluem a votação dos *royalties*, da partilha dos *royalties* – já aprovada no Senado Federal e aguardando a Câmara dos Deputados –, o aperfeiçoamento do piso salarial dos professores e uma atenção maior quanto às discussões das questões federativas.

Outro ponto igualmente relevante para os Estados foi levantado hoje pela Bancada do PMDB no Senado. Durante o encontro dos Senadores do PMDB com a Presidenta Dilma – e nunca é demais lembrar isso –, o Partido, por unanimidade, defendeu a necessidade de renegociar novos parâmetros para as dívidas dos Estados com a União. O atual indexador da dívida, IGP-DI, Índice Geral de Preços, é desproporcional e incompatível com a atual realidade do Brasil e com a capacidade de pagamento dos Estados.

O PMDB subscreveu o projeto de lei de iniciativa do Senador Eduardo Braga mudando, substituindo o indexador. O projeto do PMDB propõe exatamente substituir o indexador das dívidas.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que essa proposta, para a qual pedimos hoje, mais uma vez, ao Senador Delcídio Amaral a designação do relator, pode e vai decisivamente colaborar para resgatar a capacidade de investimento dos Estados, encontrando-se outro indexador que não asfixie as Unidades da Federação.

Quero também aproveitar a oportunidade para comunicar à Casa que, ainda hoje, na reunião da Bancada do PMDB, além dessa decisão prioritária de encampar, como bandeira política da bancada, levar adiante e fazer mobilização em torno disso, a substituição do indexador das dívidas, o PMDB decidiu também começar a discussão do Projeto de Resolução nº 72.

Hoje mesmo, já que os líderes decidiram na reunião da semana que passou com o Presidente José Sarney uma tramitação conjunta pelo menos em três Comissões, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, decidiu a realização, nos dias 20 e 22, de audiências públicas fundamentais para que possamos ter esse calendário.

Há um compromisso com o Brasil. Não podemos permitir a continuidade da desindustrialização. O Brasil não pode, nesse momento de crise econômica mundial, continuar incentivando a importação. Precisamos ter como alternativa a decisão urgente, urgentíssima de um calendário, que precisamos, a partir dessas audiências públicas, aprovar.

A Bancada do PMDB, hoje reunida – e essas são as comunicações que eu gostaria de fazer à Casa –, decidiu, em primeiro lugar, dar prioridade à tramitação

da proposta legislativa que propõe a substituição do indexador da dívida dos Estados. Os governadores estão apavorados com o aumento da perda de capacidade de investimento dos Estados brasileiros, que administram uma dívida de acordo com um modelo absurdo: quanto mais se paga mais continua a dever.

E pedir, Sr. Presidente, o calendário para que tenhamos a decisão com relação ao dia da votação do Projeto de Resolução nº 72, que também vai resolver, definitivamente, essa coisa de continuarmos incentivando as importações num momento em que precisamos proteger a indústria nacional e o emprego do povo brasileiro.

Eram essas as comunicações que eu gostaria de fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto o Senador Wellington Dias se desloca, eu gostaria de pedir que V. Exª me inscrevesse pela Liderança do Governo, para fazer uma breve comunicação, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o orador já está na tribuna. Eu pedi a V. Exª para ler um pequeno requerimento, mas, em respeito ao orador que está na tribuna, vou esperar que S. Exª fale. Logo após, V. Exª, se possível, conceda-me uns segundinhos só para ler este requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª será atendido.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu querido Senador Renan Calheiros, quero dizer aqui que a decisão do PMDB, creio que ela tem sustentação, permita-me dizer isto aqui, na ampla maioria dos parlamentares com que dialogamos no dia a dia, nesta Casa.

Além da Comissão de Constituição e Justiça, discute o pacto federativo a Comissão de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Assuntos Econômicos. Isso é da pauta do Fórum dos Governadores do País, de todos os partidos que estiveram inclusive aqui esta semana, da pauta dos Municípios do Brasil.

E, sem nenhuma dúvida, ouvimos aqui, ontem, na fala do Senador Armando Monteiro, também da pauta do setor empresarial e – estive presente também – da classe trabalhadora.

Quero dizer, com essas palavras, que acho que há um sentimento no Brasil, pelo menos nos mais amplos setores, de que o Brasil precisa realmente tomar um conjunto de medidas mais profundas para o momento que vivemos no Planeta, para esse momento no Planeta.

O Presidente José Sarney, alguns dias atrás... Aliás, é bom dizer, quando votamos aqui a proposta do pré-sal, no ano passado, já foi dito ali a necessidade de termos uma pauta que levasse em conta – chamamos de pacto federativo – mas que levasse em conta não apenas a condição da viabilidade dos Estados e dos Municípios, como também de fazer a economia crescer.

Por essa razão, acredito, tivemos, ano passado, um momento que considero importantíssimo, entre tantos aqui no Parlamento, quando traçamos as condições de discutir o Código Florestal, um tema complexo para a Câmara e o Senado, e tratando aqui no Senado de forma célere e com amplo debate em três comissões permanentes, com grupos de trabalho em três comissões permanentes: na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura, com três relatores conduzindo de forma conjunta. O Senador Eduardo Braga participou decisivamente desse trabalho.

Quero aqui dizer que essa sistemática, na minha visão, é um modelo perfeito para tratar de um tema de abrangência como esse do pacto federativo.

Senão, vejamos aqui. A posição do PMDB é também a do meu partido: é impossível o Brasil não olhar para a forma como tratamos da taxa dos encargos da dívida. Aliás, eu posso dizer isso aqui, conversava muito com o Presidente Lula, lembrando quantas vezes a gente não criticou, tinha até a bandeira do PT “Fora FMI”, com vários outros movimentos sociais, e uma das coisas que defendíamos, até que tivemos realmente o FMI fora do Brasil, permitindo a autonomia do Brasil – fico muito triste em ver a Grécia, por exemplo, vivendo esse drama agora – era a forma como se tratava a dívida, em que o Fundo Monetário que dizia qual seria a taxa que o Brasil pagava.

Então, vejam, não pode o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda tratar os Estados com taxas de 18%, 20%; mesmo com todo juro alto que temos hoje; ou seja, a Selic, para dar um exemplo, é metade daquilo que o Brasil cobra de Estados e Municípios. Então, é inaceitável. Não há nada que justifique isso. Não acredito que o Governo brasileiro queira entender que mudar uma regra como essa vai resultar qualquer

efeito colateral no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não acredito. Sinceramente, não acredito. E foi o argumento sustentado até agora.

E isso significa – ouvimos aqui quem participou do Fórum dos Governadores – que Estados estão pagando 10%, 12%, 15%, da sua receita corrente líquida de juro anual. O meu Estado está agora tendo de tomar um empréstimo do Banco Mundial para poder pagar o Governo brasileiro e poder ter uma taxa decente. Como é que a gente pode negociar uma taxa com o Banco Mundial e não podemos discutir com o BNDES, com o Tesouro, com aquilo que é da Nação brasileira?

Acredito, meu querido Eduardo Braga, que também foi governador, que essa é uma pauta do Brasil, porque não estamos tirando dos Estados, como ser abstrato; nós estamos tirando, meu querido Benedito de Lira, de dinheiro de gente que, lá em Alagoas, precisa. Certamente, o Governador Teotônio Vilela e o Governador Wilson Martins, do meu Estado, enfim, os governadores dos Estados brasileiros e o do próprio Distrito Federal, com a redução de uma taxa, cobrando algo lógico, algo que tenha pelo menos alguma coisa de racional, vai significar maior capacidade de investimento do Poder Público. E essa capacidade de investimento é essencial no momento em que vivemos, para poder alavancar o próprio setor privado. Acredito que é uma pauta do Brasil.

A outra colocada aqui é o Projeto de Resolução nº 72. Não tem como, a gente não dá conta de dar solução para Santa Catarina, para o Espírito Santo. Ou seja, qualquer que seja o valor que se tenha de trabalhar de compensação para esses dois Estados, ou mais algum outro que venha a ter prejuízo, que justifique não implantar uma pauta que permita as condições de termos o crescimento do Brasil. Não podemos, meu querido líder do Governo, ter o Brasil na contramão.

Nesse caso, quero dar um testemunho. O Ministro da Fazenda quer essa pauta; o Governo da Presidente Dilma quer o Congresso, compreende que a aprovação do Projeto de Resolução nº 72 é uma pauta necessária para o crescimento econômico.

Então, vejam, há esses dois itens, mas até quero adiantar outros aqui. Este ano, até por imposição do Supremo Tribunal Federal, temos de discutir Fundo de Participação, um tema também complexo. Na pauta dos governadores, mais uma vez, comércio eletrônico.

Como é que o Brasil vai ficar, como uma área tão importante, que ganha uma força econômica tão grande a cada ano... Não sei mais quantos bilhões se movimentam em 2011. Não tenho dados, mas, já em 2009, era de US\$9 bilhões o movimento nesta área relacionada ao comércio eletrônico, meu querido Benedito de Lira.

Um Estado como o de Alagoas, com economia semelhante à do Piauí, deve consumir, entre R\$12 e R\$15 bilhões de produtos de outros Estados. Esses produtos que entram hoje em Alagoas têm bitributação, enfim, tudo o que se possa imaginar por conta da regra atual, mas, mais do que isso, Alagoas é quem mais perde.

O povo de Alagoas paga mais, e o Estado fica sem o principal dessa receita. O que é que se deseja? É que se tenha um parâmetro que possa permitir ao consumidor comprar mais barato, às empresas voltarem a ter competitividade, evitar que importados venham a consumir empregos e empresas do nosso País. Como é que a gente não aprova um projeto como este?

Então, quero aqui dizer que comércio eletrônico, Fundo de Participação, dívidas, encargos da dívida... Além disso, hoje mesmo, discutimos com o Ministro Aloizio Mercadante a respeito do Fundeb. Não tem cabimento uma regra que não considere, na hora da distribuição, a proporção de alunos na rede pública e proporção de alunos na rede privada.

No Amazonas, na maior parte dos Municípios, a única alternativa para estudar é na rede pública. Ou seja, os Estados que têm a população mais necessitada, normalmente, são obrigados a trabalhar com 90% na rede pública; no máximo, 10% na rede privada. Quanto mais baixa a renda, maior a proporção de alunos na rede pública.

Portanto, é diferente de outro Estado que, porque a população teve uma renda mais ampliada, tem ali uma proporção de alunos na rede pública menor. Há Estados brasileiros em que apenas metade dos alunos está na rede pública, a outra metade está na rede privada.

Então, vejam, hoje os Estados de mais dificuldades de receitas são os que mais transferem proporcionalmente recursos via Fundeb para os seus Municípios.

Há uma ideia, no Brasil, Senador Armando, de que o Fundeb é um fundo federal. O Fundeb é um fundo estadual onde aproximadamente 60% a 65% são dos Estados, mais ou menos 30% são dos Municípios e 10% são da União.

De R\$104 bilhões este ano, são R\$10 bilhões da União, e o restante, aproximadamente R\$60 bilhões a R\$70 bilhões, são dos Estados.

O meu Estado, por exemplo, colocou no Fundeb R\$800 milhões o ano passado, e recebe de volta R\$400 milhões, a outra metade é transferida.

Você tem ideia do que faz falta, num Estado como o Piauí, R\$400 milhões? Isso é mais do que a capacidade atual de pagamento. A mesma coisa no Acre, a mesma coisa no Espírito Santo, a mesma coisa nos Estados que têm uma base, repito, populacional.

Porque quando foi feito o Fundef, lá atrás, ele levava em conta a realidade dos Estados mais desenvolvidos.

Querem ver outra situação? O *per capita*/SUS. O valor repassado pelo SUS por habitante. Pasmem: quanto mais desenvolvido é o Estado, maior é o *per capita*/SUS. Por quê? Porque a lógica é da resolatividade, e não do *per capita* como deveria ser.

Querem ver mais uma? Salário-educação.

Aliás, do *per capita*/SUS, vou dar um exemplo. Enquanto no meu Estado 95% da população precisa do Sistema Único de Saúde, não têm alternativa, outro Estado – não vou citar o nome, é um Estado hipotético, que é verdadeiro, só para não dar o nome, para não causar problema – um outro Estado em que 40% da população tem plano de saúde, tem alternativa de pagar o setor privado na hora que precisa da saúde, exceto em casos esporádicos, esse Estado recebe R\$180 ou R\$170 de *per capita*/SUS. O nosso recebe R\$120 ou R\$130. O que mais precisa de recurso é que recebe menos.

Então, o sistema, além de vários problemas, tem também esse.

Nós temos de debater.

Querem ver mais um problema ainda? Na área do salário-educação.

O salário-educação é descontado na folha de pagamento. Para não falar dos outros, vou falar da minha empresa: sou da Caixa Econômica Federal.

Na folha de pagamento da Caixa Econômica Federal, que é uma empresa, mas de qualquer empresa pública ou privada, no Brasil, é descontado pela folha de pagamento... Nas agências da Caixa lá de Alagoas, para dar a V. Ex^a um exemplo, é descontado na folha de pagamento um valor relativo ao salário-educação.

As agências da Caixa lá de Alagoas, para dar a V. Ex^a um exemplo, é descontado na folha de pagamento um valor relativo ao salário-educação.

Pois bem, pela regra atual, esse dinheiro é repassado para onde está a matriz da empresa. Como a maior parte das empresas do Brasil têm em três, quatro, cinco Estados as suas matrizes, um Estado – eu vou ter de dizer – como São Paulo fica com 60% de todo salário-educação do Brasil, embora tenha apenas 16% dos alunos.

Ou seja, o salário-educação que, pela intenção do legislador, é para ter um repasse proporcional ao número de alunos, como a regra tem essa vertente de ter um bolo vinculado à matriz, e não à receita nacional, ela dá uma distorção como essa.

Posso colocar ainda sobre a Lei Kandir. Os Estados brasileiros confiaram na Lei Kandir, abrindo mão de tributos para facilitar a exportação. Ficou de ter uma

compensação. Não é feita, convenhamos. Todo ano têm de andar de pires na mão. Nesse caso, o meu Estado não é nem tanto prejudicado. Temos baixa exportação, mas Estados exportadores são prejudicados.

Então, eu quero dizer aqui, com essas palavras e exemplos, Senador Monteiro, que essa é a pauta do Brasil, não é a pauta apenas de tributos. É preciso ter regras incentivadoras do empreendedorismo, da indústria, do comércio da geração de renda. E não podemos fugir dessa pauta.

Qual foi a idéia de que tratei hoje aqui com Líderes de alguns Partidos? Marcamos, inclusive, para amanhã dialogarmos com o Presidente José Sarney. O Presidente Sarney tinha uma idéia, que S. Ex^a apresentou, de criar uma comissão de notáveis.

Eu quero aqui dizer que podemos ter um formato em que essas três comissões que já estão trabalhando: Comissão do Desenvolvimento Regional – isso é tratar de desenvolvimento regional; Comissão de Assuntos Econômicos, porque tem tudo a ver com a economia do nosso País; e a Comissão de Constituição e Justiça, que vai tratar da legalidade desses temas.

Essas três comissões podem estar atuando de forma conjunta, assegurando um debate sobre as propostas que estão tramitando nas duas Casas. Nós podemos, inclusive, tratar das sugestões que temos nas duas Casas, dos projetos em tramitação. Quais são as propostas para fundo de participação? Qual é a que vamos pegar como eixo?

Nessa hora, o que eu compreendo, Senador Eduardo Braga, é que podemos, Senadora Ana Rita, saber: o Espírito Santo tem impacto, por exemplo, no pré-sal? Qual é o impacto? Tem impacto em relação ao Projeto de Resolução nº 72? Qual é o impacto? Tem impacto na área da tributação de importação? Na Lei Kandir? no Fundeb? E faz-se um mais e menos a partir de uma proposta-eixo para cada item. Vamos verificar que Estados que vão perder, por um lado... Cito o exemplo aqui do pré-sal Rio de Janeiro, que na expectativa, pelo projeto que aprovamos aqui, tem redução. Na área do Projeto de Resolução nº 72, tem ganho; é o Estado que mais ganha; ganha cerca de cinco, seis bilhões de reais por ano. Então, na hora em que fizermos o mais e menos, vamos verificar que o saldo de quem tem perda não é tão grande; não é tão grande em relação à importância desses temas para o Brasil.

E aí, qual é a sugestão que tenho sustentado? O Brasil, até para proteger empresas internas, tem se valido do IOF e de alguns outros tributos, taxando a importação de alguns produtos, com o cuidado, sempre, disso não causar problemas à população. Mas com esse olhar... Veículos, para dar o exemplo, a área têxtil, agora, e várias outras áreas. Pois bem. O que eu

penso é que essa receita nova pode, perfeitamente, ser um fundo de equalização.

Participei, como Governador, dos debates em que o atual Secretário do Tesouro, Arno Augustin, apresentava um pacote nessa área, que chamamos de reforma fiscal, para que pudéssemos aprovar. E ali, naquele instante, o Governo brasileiro tinha essa disposição de criar um fundo de equalização. Como não havia uma fonte palpável definida, criou-se uma insegurança por conta das consequências da Lei Kandir. Essa insegurança da Lei Kandir... Inclusive, nessas horas, cria-se insegurança porque, se não estiver amarrado, exatamente, qual é o fundo... Pode até esse fundo sobrar – sobrar dinheiro –, mas não pode faltar, porque senão desequilibra esse ou aquele Estado.

Então, quero dizer que o Senado Federal é a Casa para puxar esse debate. Nós somos parte, pelo voto do povo brasileiro majoritário dos nossos Estados, para representar a Federação. Aqui o Estado mais populoso tem três; aqui o Estado menos populoso tem três Senadores e Senadoras; aqui, independente do tamanho do PIB, os Estados têm o mesmo número de votos. Então, esta é a Casa para tratarmos desse tema.

Quero, com o maior prazer, ouvir o Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco/PTB – PE) – Meu caro Senador Wellington quero me congratular com o seu pronunciamento e todos que vêm acompanhando o debate nesta Casa sabe que V. Ex^a tem se destacado no trato dessa ampla agenda que hoje afeta o pacto federativo do Brasil. Há tensões na federação brasileira decorrente de uma série de problemas que se acumularam ao longo do tempo, e V. Ex^a tem tratado destas questões de forma muito equilibrada nesta Casa e aporta a discussão de tudo isso, o seu conhecimento, o conhecimento que V. Ex^a acumulou ao longo da sua trajetória inclusive como Governador do seu Estado. Conhece V. Ex^a bem essa situação. Quero tratar hoje não mais da Resolução nº 72 que afeta de forma direta o interesse do setor produtivo nacional que vive um momento delicado como V. Ex^a sabe, especialmente, a indústria de transformação. Mas eu queria falar – e essa minha modéstia contribuição – sobre a questão da renegociação da dívida dos Estados, que V. Ex^a tratou muito bem e de forma muito oportuna. Eu terei a responsabilidade – e esse tema é muito caro ao Presidente da sessão, o eminente Senador Eduardo Braga – de relatar essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e tenho certeza que nós vamos, com função da vontade desta Casa construir um novo marco nesta questão. Não é possível imaginar que os Estados brasileiros possam ser financiados nas condições atuais. Isso é inaceitável! O

Brasil mudou, o mundo mudou nesse tempo, as condições macroeconômicas são diferentes. Portanto, não tem sentido penalizar os Estados com esse problema dos indexadores. Veja V. Ex^a que o IGPDI, quando nós confrontamos com o IPCA, ao longo desses últimos anos, há um enorme desequilíbrio, por outro lado, as taxas de juros que estão sendo aplicadas nesses contratos, fique V. Ex^a certo de que estaremos nesta condição de Relator muito atentos a essa questão e espero poder e tenho certeza que contaremos com a sua sempre lúcida contribuição. Congratulo mais uma vez com o pronunciamento de V. Ex^a

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a, e devo dizer, Senador Armando Monteiro, da minha tranquilidade e satisfação, e vou mais além, da minha animação em tê-lo como Relator desta matéria, porque sei do compromisso de V. Ex^a em buscar alternativa e estaremos juntos.

Quero finalizar, Sr. Presidente, apenas colocando um ponto: há necessidade de termos, paralela a essa discussão, uma política de desenvolvimento que permita o desenvolvimento chegar aonde nunca chegou. Cito apenas para dizer num período em que o Brasil tinha bem menos condição. Nos anos 50, 60, 70, nós tínhamos fundos de desenvolvimento, tínhamos as nossas superintendências de desenvolvimento regional, tínhamos os nossos bancos com regras para os investimentos.

Quem não se lembra? Um Município de baixa renda *per capita*, esse tem um incentivo fiscal maior, tem participação maior na montagem de uma empresa. Na hora da instalação de uma empresa, uma empresa que vai ter um investimento de cem milhões, em algumas regiões, chegava a 49% a participação pública para poder viabilizar aquela empresa em regiões menos desenvolvidas. A taxa de juros chegava a ser negativa quanto mais baixa fosse a renda da região. Hoje temos um modelo...

(interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...praticamente estamos colocando incentivo para regiões desenvolvidas, convenhamos aqui. Então, isso é inaceitável. Tem que ter uma lógica. Como brasileiro, eu quero o desenvolvimento das regiões do Brasil lá na fronteira com a Venezuela, com o Peru, porque esta é uma fórmula, inclusive, de a gente proteger a Nação brasileira: ter em regiões de baixa renda, em regiões de baixo IDH...

Precisamos tratar, junto com esse pacto federativo, as condições de desenvolvimento das regiões não desenvolvidas.

Então, eu quero aqui, com essas palavras, dizer que, da minha parte, estou pronto. E o sentimento que eu tenho – é isso que eu quero dizer aqui – é que este é o melhor momento para fazer isso. Tem o ano de eleição? Tem, mas eu acho que a gente pode avançar muito ainda este semestre.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Com a palavra...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Presidente. Quero apenas fazer a leitura de um requerimento que estou encaminhando ao Ministro da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha:

Confiante da competência e constante vigilância desse Ministério, dirijo-me a V. Ex^a para encarecer-lhe as medidas necessárias no sentido de proceder a uma investigação geral nos hospitais abaixo relacionados no meu querido Estado do Pará.

Em virtude do alto índice de infecção hospitalar ali verificado, inclusive com óbitos, conforme denúncias que constantemente me são encaminhadas.

São os hospitais: Hospital Frei Daniel Samarate, de Salinópolis, Pará; e o Hospital Porto Dias, localizado na Grande Belém.

Em dezembro de 2011, oito hospitais da região metropolitana de Belém, acatando recomendação do Ministério Público Federal do Pará, comprometeram-se a criar comissões de controle de infecção hospitalar. Dos hospitais notificados, o Hospital Porto Dias sequer apresentou resposta ao Ministério Público Federal. Isso denota um total descaso com a saúde da população paraense, pondo em risco a vida de pacientes e dos próprios funcionários das unidades de saúde.

Conto com a sua valiosa e imprescindível atenção, Sr. Ministro, no sentido de determinar uma ampla investigação nos referidos estabelecimentos e junto aos pacientes atingidos, estabelecendo o quanto possível medidas para contenção dos casos de infecção, de forma a proporcionar maior tranquilidade para a comunidade daqueles Municípios, Belém e Salinópolis.

Com agradecimentos antecipados pelas providências que virão a ser adotadas, preveleço-me da

ocasião para reafirmar meus protestos de cordial estima e apreço.

Presidente, muito obrigado pela tolerância desses minutos. Só informando ao Brasil e ao meu Estado que o País perde cem mil brasileiros por ano – esse é o número, Presidente, cem mil por ano! – atingidos por infecção hospitalar. Esta é uma das causas da minha preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A preocupação de V. Ex^a é também a preocupação desta Casa. Portanto, o requerimento de V. Ex^a é absolutamente pertinente.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, na condição de Líder, para falar por vinte minutos.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o Brasil há muito tempo fez uma opção sábia pela democracia, e os pilares da democracia todos nós conhecemos de cor: a livre iniciativa, o livre mercado, o Estado de Direito, o direito à propriedade, as liberdades individuais – este é o mais precioso pilar da democracia deste País e de toda parte do mundo.

Mas, Sr. Presidente, todos aplaudem a democracia e os seus pilares. Às vezes, apenas da boca para fora. Às vezes, só quando lhes convêm. Às vezes, praticam o livre mercado e a livre iniciativa com uma mão única, de uma via só. Quando é para ser de duas vias, esquece a democracia, esquece o livre mercado, o Estado de Direito e o direito, inclusive, de propriedade.

Estou falando, Sr. Presidente, de mais uma investida dos nobres frigoríficos deste País que querem agora taxar a exportação de boi em pé. Querem taxar a exportação de boi em pé em 30%, e o argumento deles chega até ser emocionante.

Esses frigoríficos, representados pela Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), pela Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos) e pela Uniec (União Nacional da Indústria e Empresas da Carne), uniram-se, meia dúzia de frigoríficos, foram até o Ministro do Desenvolvimento pedindo para taxar um rebanho que representa 200 milhões de cabeças neste País.

Dos cinco milhões de produtores rurais, Sr. Presidente, dois milhões e meio são pecuaristas, de todos os tamanhos, a grande maioria pequenos pecuaristas e médios pecuaristas, que são em torno de 82% desses dois milhões e meio. Eles querem praticar mais uma vez a reserva de mercado, Sr. Presidente, com um lindo argumento de que vai faltar abastecimento no País, e todos já sabem de cor e salteado que, de toda a produção de carne do Brasil, o consumo inter-

no é abastecido com 80% de toda carne produzida. Apenas 20% da carne no Brasil é exportada. Os brasileiros são nossos preciosos consumidores. E, assim, sempre se utilizam dessas ameaças para a sociedade, de que comida vai faltar, de que o preço vai subir, se os produtos primários forem exportados. Só que eles se esquecem, quando fazem a conta dos bois exportados, de dizerem também que, nessas exportações, nós estamos exportando boi em pé PO, de qualidade, puro de origem, que servem como reprodutores e que não estão indo para abate. Muito pelo contrário: é o *know-how* do Brasil, que não é só especialista em produção de grãos, mas especialista em tecnologia pecuária de altíssimo nível.

Eles são, Sr. Presidente, aqueles defensores da agregação de valores. Dizem que o Brasil precisa agregar valores, que o Brasil não pode exportar matéria-prima porque isso vai tirar o emprego.

Sr. Presidente, eles querem de verdade é criar reserva de mercado, abaixar o preço do boi aqui dentro, aumentar os seus lucros, para esconder não só os seus ganhos, mas às vezes até a sua incompetência.

Já estamos cansados de ver frigoríficos por aí que quebram de fachada, devem a produtores rurais; mas, no dia seguinte começam a comprar boi à vista porque perdem o crédito para vender a prazo. Se ele quebrou, como é que começa a comprar boi à vista? Com que dinheiro, Senador Jayme Campos? De onde será que vem esse dinheiro para comprar boi à vista? Justamente um frigorífico que quebra de fachada, como estamos acostumados a ver todos os dias no País. Pesam o nosso boi no frigorífico, não aceitam pesar o boi na fazenda e ainda não nos dão garantia nenhuma de um aval de um banco sequer se vão nos pagar depois de 30 dias. E nós ficamos com o boi cinco ou seis anos até ele chegar na hora final. Os mais tecnológicos às vezes chegam em dois anos e meio, três, uma pequena elite deste País, mas o grosso, a grande maioria dos pecuaristas deste País ainda não tem a grande tecnologia para ser aplicada e, portanto, ficam anos até chegar à finalização do seu boi para depois vender para um frigorífico e não receber! Lá no meu Estado, a gente chama isso, Senador, calote.

Agora, o que acontece? Nos últimos cinco anos, tivemos uma queda abrupta nos preços da pecuária, os produtores tiveram prejuízos incalculáveis, ficaram deprimidos, mataram fêmeas, mataram vacas! Esses frigoríficos agora estão tomando o amargo veneno que eles próprios colocaram no País, porque, lá atrás, quando os preços foram deprimidos, naquele tempo, aí sim: “é lei de mercado, é a oferta e a procura”. Nesta hora, vale a democracia com o livre mercado, a livre iniciativa, o direito de propriedade, quando o preço está

baixo! Quando o preço começa a se restabelecer: “não, nós precisamos de uma reserva em favor da proteção do abastecimento brasileiro”.

Sr. Presidente, é muito cinismo para quem ainda se apropria de grande parte do dinheiro subsidiado, subvencionado do BNDES, financiando meia dúzia de empresas escolhidas a dedo para que possam se colocar no País. Quem dera pegar esses milhões e milhões, comprar um frigorífico apenas, R\$7 bilhões, e emprestar para que os pecuaristas mantivessem as suas matrizes, para que não as vendessem para sustentar o preço, sustentar a sua renda! Mas um dia eles disseminam o veneno; outro dia bebem desse próprio veneno, porque, lá atrás, quando o preço estava deprimido, excesso de boi na praça, em vez de eles cuidarem da cadeia e pagar um pouco mais aos produtores rurais, não, pisaram nos produtores, que tiveram que matar vacas. O que aconteceu agora? É óbvio que o rebanho diminuiu! Agora é a nossa vez, agora é a vez de o preço subir! Eles deixaram os produtores matarem as suas fêmeas porque não quiseram pagar o preço justo!

E agora têm a coragem, com o dinheiro do BNDES no bolso, dinheiro da população brasileira, de se dirigir ao Ministério do Desenvolvimento e pedir que taxe o boi em pé, minúsculo mercado, um nicho de mercado. Não passa de 400 mil cabeças; nós temos 200 milhões de cabeças neste País. Isso se escoa, praticamente, pelo porto do Pará – Barcarena –, 96% de quatrocentas e vinte e poucas mil cabeças por um porto só, para a Venezuela. Quase 80% desses bois vão para a Venezuela e mais um pouquinho – 18% – para o Líbano.

Que risco é esse? São dois países. Um só consome 79% e outro, o Líbano, 18% e ficam apenas 3% para outros países.

Sr. Presidente, ali está o Pará, ali está o Tocantins, ali está o Maranhão, ali está o Piauí, Estados que ainda não têm autorização para exportar para a Europa, porque não estão livres da aftosa sem vacinação, com vacinação. E é a Europa que paga os preços melhores.

Quando esses produtores, com toda dificuldade, acham um nicho de mercado para acudi-los... Porque ainda existe a questão ambiental, que não foi solucionada. O Código Florestal não foi votado. Esses produtores não têm reserva legal, mas não é porque são criminosos, mas porque a reserva legal lá atrás era 50% e depois passou para 80%. Quando eles, pobres mortais, conseguem um nicho de mercado ali na Venezuela, correndo alto risco de não receber – vocês sabem muito bem por quê – os senhores grandes frigoríficos do País querem que taxem em 30% o boi gordo. Eles querem o beneplácito do Estado na hora de se

sustentarem com financiamento público barato, subvencionado pela sociedade, e depois querem esmagar uma cadeia de pobres, que não têm renda, e querem que o Governo os proteja, colocando 30% de imposto.

Ah, Sr. Presidente, faça-me o favor!

Há horas em que eu fico cansada, sinceramente cansada, de ver tanta hipocrisia e tanta coragem desses senhores de irem até o Ministério do Desenvolvimento e pedirem que seja feita uma reserva de mercado para eles.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos, o México, a União Europeia, todos, exportam boi em pé porque lá praticam o livre mercado com mão dupla, não é de uma mão só não.

Tanto não aceito taxar e não concordo com que taxem o boi em pé, como também não concordo que taxem a indústria. Temos de ter coerência, Sr. Presidente: nem só para o mar nem só para a terra. Eles estão reclamando dos impostos, mas querem que tributem o setor primário brasileiro.

Não, Sr. Presidente! Com o meu silêncio, não!

Tenho certeza absoluta de que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento deste País não vão permitir esse retrocesso, porque, se tiver que taxar o boi, vai ter que taxar a soja, o algodão, o café, o minério, vai ter que taxar tudo. Só boi, não! Eles foram escolhidos, os premiados para serem financiados pelo BNDES. Agora querem escolher aquela categoria ao contrário. Querem fazer uma lista negativa daqueles que não podem exportar sem impostos. Ah, faça-me o favor! Nós moramos no Brasil e os Senadores da República e os Deputados Federais têm responsabilidade para com o País, assim como o Governo Federal.

Senador Jayme Campos, do nosso Mato Grosso.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento na tarde de hoje, tendo em vista que, lamentavelmente, o que está ocorrendo é de deixar perplexo, pois, pelo que estou acompanhando, querem taxar agora a exportação de boi em pé. Isso é uma vergonha! Entretanto, Senadora Kátia, V. Ex^a é muito precisa. O que está ocorrendo no setor da pecuária, sobretudo em nossa região do Brasil, é pernicioso, tendo em vista que nos últimos tempos está havendo uma cartelização em relação aos frigoríficos. Particularmente em Mato Grosso, para que V. Ex^a e os demais Senadores tenham conhecimento, 75% de todo o abate, meu caro Presidente, Senador Eduardo Braga, está concentrado nas mãos de apenas um grupo da indústria frigorífica. Ora, para se ter uma noção, minha cara Senadora Kátia, em Mato Grosso houve uma queda nos preços da carne, ou seja, a arroba do boi despencou algo em torno de R\$9,00 ou

R\$10,00, sobretudo sujeitando as escalas. Hoje, estão tendo a primazia de dizer: “Olha, eu posso abater o seu boi daqui a quinze ou vinte dias”. O que ocorre? Nós chegamos agora a ser reféns, lamentavelmente, de dois grupos frigoríficos em nosso Estado. Se não bastasse isso, há os frigoríficos que quebram de manhã e no dia seguinte já estão comprando à vista, sobretudo frigoríficos que foram financiados pelo BNDES. Alguns receberam financiamento no mês de dezembro e, em janeiro, simplesmente entraram em recuperação judicial. Isso é uma vergonha! Trabalham com dinheiro dos impostos que nós pagamos, tendo em vista que o próprio BNDES recebe aporte de recursos do Tesouro Nacional e agora, lamentavelmente, quebram e não pagam ao sofrido pecuarista. De tal forma que, quando a senhora vem à tribuna para defender esse tão importante segmento da economia nacional, nós temos que nos associar e dizer que vamos travar aqui uma verdadeira luta no sentido de que fatos como esse não venham nem a ser propostos por setores, como é o caso da Abiec e outros, que representam propondo a taxação na medida em que o boi sai em pé para exportação. É uma nova fonte, é a única saída que temos hoje, Senadora Kátia. Nós estamos chegando ao ponto de ficarmos numa situação crítica. Se não bastasse isso, Senadora Kátia, em Mato Grosso, na última semana, o governo estadual taxou... Se a senhora vende um bezerro ou uma vaca para o João, a senhora paga 17%; se o João vender esse mesmo bezerro ou essa mesma vaca para o Manuel, depois de dez dias, mais 17%. Paga-se o imposto do boi no final, ou seja, quando vai ao abate. Em Mato Grosso, agora, estão tão ávidos para arrecadar que, além de taxar a venda do boi em pé, a venda do bezerro ou da vaca, taxaram também o sofrido transportador, aquele caminhoneiro que tinha um caminhão velho, em 11% pelo transporte. Quem vai pagar? É o pecuarista. Então, chegamos ao fundo do poço, Senadora Kátia Abreu. Realmente, para nós, é um momento de tristeza que estamos vivendo na pecuária, além, como a senhora bem disse, da questão da política ambiental. De quem não tiver a CAR, de quem não tiver a LAU, de quem não tiver o mapa da fazenda para mandar para o frigorífico, eles não compram. Eles querem indicar onde é a sua propriedade. De forma que quero cumprimentá-la e dizer que a senhora não está nessa luta sozinha. Muito pelo contrário. A senhora tem o nosso apoio e certamente de mais Senadores que têm compromisso com essa atividade econômica tão importante para a nossa Nação. Muito obrigada.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Ainda quero lembrar a V. Exª a naturalidade com que eles fazem listaS de excluídos, para que possam ficar fora do mercado; eles entregam para as ONGs, para ficarem bonito na foto, mas não têm a menor dificuldade em comprar boi de uma determinada pessoa, mesmo sabendo que se está tendo uma terceirização daquelas fazendas que estão proibidas de vender. É um cinismo instalado no País.

Então, vão para a imprensa e entregam três mil fazendas que praticam crimes ambientais, sem transitar em julgado. Um dos pilares da democracia é o Estado de direito, em que, até que seja julgado em última instância, o cidadão tem direito à defesa. Eles se acham os donos da verdade, os donos do abastecimento, os donos do meio ambiente, amigos das ONGs, mas, na hora do vamos ver, quando o preço começa a apertar, aí, o livre mercado, nessa hora, não vale nada.

Eles começam a alegar que, com esses bois exportados, estão exportando junto 42 mil empregos. Eu quero mostrar e dizer a esses senhores que eles estão equivocados, porque o setor agropecuário – não é o agronegócio, não –, apenas as fazendas do País, emprega não 42 mil pessoas, mas 15 milhões de trabalhadores de carteira assinada neste País, Sr. Presidente.

Portanto, eu ainda quero lembrar que a Argentina cometeu este crime: taxar as suas exportações. E nós estamos vendo o que está vivendo o povo argentino hoje. É isso que nós queremos para o Brasil? Nós vamos repetir um exemplo equivocado, um exemplo distorcido e transferir renda de produtor rural que trabalha de sol a sol para dono de frigorífico ficar no ar condicionado?

Não! Transferência de renda na marra, via imposto, de produtor rural para dono de frigorífico, não, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos a V. Exª, Senadora Kátia Abreu.

Gostaria de colocar em votação o **Requerimento Nº 85, de 2012** da Senadora Lídice da Mata, que solicita autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência, como representante do Senado na Feira ITB Berlim 2012, no período de 5 a 11 de março do corrente, em Berlim, Alemanha.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Passo a Presidência para o Senador Benedito de Lira, para que possamos, em permuta com o Senador Flexa Ribeiro, fazer uso da palavra.

O Sr. Eduardo Braga deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela nossa Rádio Senado, bem como os participantes das redes sociais, gostaria de iniciar a nossa participação no dia de hoje destacando o compromisso que o PMDB manifestou hoje, na tribuna desta Casa, sobre um projeto de nossa autoria cujo Relator é o Senador Armando Monteiro, que trata exatamente da redução da indexação da dívida pública dos Estados e dos Municípios em relação ao Governo Federal.

Sr. Presidente, essa é uma questão de absoluta justiça para com os Estados brasileiros, que estão sendo, neste momento, penalizados por um custo de financiamento da dívida absolutamente inapropriado com relação ao custo de mercado.

Isso não tem impacto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, trata-se de uma outra lei ordinária que indexou a dívida pública.

No caso do Amazonas, só para que V. Ex^a tenha uma dimensão dessa questão, o Estado acabou de aprovar, no dia de ontem, nesta Casa, um empréstimo de US\$280 milhões, a um custo de 2,46% de juros ao ano! Sr. Presidente, para que V. Ex^{as}, Senador Armando Monteiro, tenham uma ideia, o Estado do Amazonas aprovou ontem aqui, com os votos de V. Ex^a e dos demais Senadores e Senadoras, um empréstimo cujo custo será de 2,46% ao ano!

O Estado do Amazonas está pagando hoje, na dívida pública interna do Brasil, quase 14% de juros ao ano, numa demonstração de que é absolutamente inadequado e injusto o custeio da dívida pública para com os Estados e os Municípios. Não cabe mais a indexação como proposta à altura em que a lei foi feita, lá atrás. Era uma outra realidade. O custo do financiamento era outro, e, neste momento, isso causa grandes prejuízos.

Para que V. Ex^{as} possam ter uma ideia, no caso do Amazonas, isso aumentará a capacidade de investimento do Estado em R\$500 milhões, meio bilhão de reais!

Agora, o que é injusto é que em um Estado que está pagando meio bilhão de reais a mais de juros pela dívida pública, no relatório apresentado hoje pelo Ministro da Educação, aqui no Senado da República, mostrou-se a grande desigualdade que há quanto ao analfabetismo infantil no Brasil. Média nacional: 15,5%.

Os Estados do Norte e do Nordeste possuem de 10% a 12% a mais, portanto quase o dobro; em alguns casos, quase o triplo da média nacional de analfabetismo infantil.

Enquanto isso, esses Estados – como acabamos de ouvir aqui no discurso do Senador Wellington Dias, que já foi Governador do importante Estado Piauí – estão sendo penalizados. Não dá para compreender essa questão.

Essa é uma matéria que já tramita nesta Casa há algum tempo. Há uma discussão, inclusive, com o próprio Governo Federal. É importante dizer que há simpatia da Presidenta da República sobre o tema. Foi dito aqui pelo Senador Wellington Dias que o próprio Ministro da Fazenda entende que é importante fazer essa ação. É hora, portanto, Sr. Presidente... E aqui, Senador Armando Monteiro, é extremamente importante que nós, que somos membros da CAE, possamos, na Comissão de Assuntos Econômicos – que tem tanta preocupação com a capacidade de investimento deste País e a capacidade de investimento dos Estados e dos Municípios – tomar uma decisão importante.

Creio que o PMDB, ao fechar questão sobre essa matéria, na reunião de bancada no dia de hoje, juntamente com o Presidente Sarney, toma uma importante decisão para todos os Estados brasileiros, mas de forma muito especial àqueles que são mais pobres, àqueles que precisam de mais receita e que precisam de mais investimentos, até para diminuir as desigualdades regionais que existem no nosso País.

O Estado de V. Ex^a, o Estado de Alagoas, é um dos Estados mais penalizados pelo custo do endividamento e do alto endividamento do Estado de Alagoas. Portanto, essa é uma questão sobre a qual não há o que se discutir.

Quero também abordar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão da Resolução nº 72, que trata do corredor de importação, com incentivo de ICMS para bens estrangeiros. É preciso dizer que, no momento em que vivemos uma crise mundial, o mercado doméstico brasileiro é alvo de ataque permanente dos países exportadores, principalmente países como a China, que tinham exatamente no mercado europeu, no mercado americano a grande alavanca para suas exportações e que financiavam o seu crescimento. Agora, incentivar bens finais, bens de consumo com isenção de ICMS é efetivamente exportar empregos, é efetivamente desempregar brasileiros e exportar empregos para a China, para a Coreia, para Taiwan, para o Vietnã, para a Tailândia, para outros países.

Portanto, é preciso estabelecer uma discussão que seja criteriosa. É bem verdade: não podemos tratar as situações de forma igualitária ou de forma radical.

Veja, Senador Armando Monteiro, V. Ex^a que tão brilhantemente presidiu a CNI: o Brasil exporta minério de ferro *in natura* para a China, e exporta dando isenção de ICMS. Depois nós importamos o aço, dando incentivos fiscais de novo, para geração de emprego, mais uma vez, no exterior, sobre recursos naturais não renováveis brasileiros! Ora, há algo de errado nessa política!

Agora, temos que ter também a consciência de que precisamos fazer um debate e uma graduação com relação a isso por quê? O aço tem impacto na construção civil. Tem impacto, portanto, no Programa Minha Casa, Minha Vida. Tem impacto, portanto, na inflação brasileira, que precisa também ter um equilíbrio. É preciso, portanto, onerar os bens que competem com bens finais de consumo fabricados no Brasil e estabelecer um equilíbrio com relação aos bens e insumos que ajudam a competitividade da indústria da construção civil, que ajudam a competitividade de outras indústrias que dependem de insumos; insumos esses que são fundamentais até para manter o centro da meta da inflação e para manter a nossa economia aquecida com geração de emprego e renda dentro do nosso País.

Eu creio que esses pontos são pontos importantes que hoje na reunião da bancada do PMDB foram discutidas e sobre os quais tiramos um grande entendimento. E, obviamente, tiramos uma conclusão importante de um partido que tem um papel a desempenhar nesta Casa.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Armando Monteiro sobre o tema.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Senador Eduardo Braga, eu me congratulo com V. Ex^a. Sua palavra é importante nesta Casa, V. Ex^a tem sintonia com essa agenda, sobretudo essa agenda que diz respeito ao equilíbrio federativo do Brasil, e conheço bem as preocupações que V. Ex^a tem com a questão do desenvolvimento regional, com a necessidade do Brasil de realizar um desenvolvimento espacialmente equilibrado. E sabe V. Ex^a que, infelizmente, esse modelo de incentivos terminou produzindo situações absolutamente distorcidas como essas que V. Ex^a tão bem retrata aqui, esse paradoxo de o Brasil exportar matéria-prima, sem que isso proporcione nenhuma receita aos Estados de origem, e, ao mesmo tempo, através de um modelo de incentivos equivocado, criar esses corredores de importação que, ao final, significam exportar empregos. Porque nós já temos uma realidade cambial que desfavorece a competitividade do produto nacional e, além disso, ainda concedemos incentivos a produtos importados. Portanto, acho muito importante que a bancada do PMDB, através da deci-

são que foi tomada hoje, se alinhe claramente, alinhe uma posição clara na defesa dessas posições. E quero também dizer a V. Ex^a que, sobre a renegociação da dívida dos Estados, tenho certeza de que vamos construir uma solução equilibrada, negociando com o Governo Federal. V. Ex^a bem sabe que o Governo é sensível nessa questão. Mas não podemos aceitar, de forma alguma, a manutenção dessas condições, que penalizam os Estados de forma drástica, subtraindo recursos preciosos que podiam estar sendo investidos na resolução desse passivo social que os Estados acumulam e ainda para a ampliação da própria infraestrutura física, já que os Estados teriam acrescida a sua capacidade de investimento. Então, congratulo-me com V. Ex^a e quero dizer que estou absolutamente alinhado, em que pese não integrar a sua bancada, mas eu me sinto, nesses temas e em outros, um liderado de V. Ex^a aqui nesta Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Eu quero dizer a V. Ex^a que eu integro a sua bancada, porque a sua bancada é aquela que quer ver a diminuição das desigualdades regionais, é aquela que quer ver a diminuição das desigualdades econômicas e sociais neste País, quer ver a geração de emprego e renda, o desenvolvimento, o progresso do nosso País. E tenho efetivas esperanças, Senador Armando Monteiro, de que nós vamos, seguramente, encontrar um caminho, e um caminho que não demore mais, porque, V. Ex^a bem sabe, como empresário bem-sucedido que é: nós não podemos mais aguardar. Nós estamos aproximadamente há um ano negociando com o Governo Federal a questão do indexador da dívida pública dos Estados. V. Ex^a se lembra de que, no final do ano passado, estive com V. Ex^a conversando sobre o tema; estamos reiniciando o ano, estamos praticamente no mês de março, e eu não tenho dúvidas de que nós haveremos de encontrar uma solução no curto prazo, sendo V. Ex^a o relator desse projeto de nossa autoria, que vai trazer aos brasileiros que vivem nesses Estados uma capacidade de investimento que vai melhorar o crescimento econômico do Brasil num momento de crise internacional no segundo semestre. Isso tem impacto imediato no Estado de Pernambuco, no Estado do Amazonas, no Estado de Alagoas, no Estado do Espírito Santo, em todos os Estados brasileiros, porque esses recursos existem. Só que hoje são canalizados para o pagamento de juros da dívida pública, que não deveriam ser pagos, porque o mercado não cobra mais esses juros e, portanto, esses juros precisariam ser efetivamente revistos.

A minha esperança é enorme em função da posição e do compromisso de V. Ex^a

Eu ouço a Senadora Vanessa Grazziotin, com muito prazer.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Eduardo. Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. De fato, essa é uma questão que nós precisamos enfrentar. Ontem, numa conversa com o Presidente Sarney e vários outros Senadores e Senadoras, o Presidente Sarney, Senador Armando, relatava algo que ele considera inédito. Recebeu ontem, em seu gabinete, representantes dos trabalhadores e do empresariado exatamente pedindo celeridade do Senado para a votação da Resolução 72. E nenhum Estado talvez seja tão atingido como o nosso Amazonas. Nenhum Estado. Porque isso faz com que os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus percam mercado, em uma concorrência desleal, uma concorrência predatória. Então, eu quero cumprimentá-lo e aqui dar o meu testemunho de como V. Ex^a, de como o senhor tem se dedicado muito a esse tema. Eu tenho convicção plena de que nós teremos condições, ainda neste primeiro semestre, Senador Eduardo Braga, de debater essa questão. Agora, o que me preocupa – e nós já debatemos muito na Comissão de Assuntos Econômicos – é o fato de se iniciar uma reforma tributária assim. A pior coisa, o pior dos mundos é uma reforma tributária fatiada. Acho que nós precisamos também convencer o Governo de que o Brasil é a junção de 27 unidades, e que nós precisamos encontrar o equilíbrio, sem que nenhuma das unidades perca. E o nosso caso é especial. O Amazonas é especial, porque tem um regime especial. E um regime que contribui muito para o desenvolvimento nacional e para a questão ambiental. Aliás, o Brasil tem sido destaque internacionalmente, e, em grande parte, nós somos responsáveis por isso. V. Ex^a, como governador, encomendou um estudo muito importante. Hoje não é discurso de Senador ou de Deputado, ou de Senadora ou de Deputada: é algo comprovado. A Zona Franca efetivamente ajuda na preservação da maior riqueza que o Brasil tem, que é a sua diversidade biológica. Então, parabéns pelo pronunciamento, e, mais do que isso, pelos seus encaminhamentos, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a, dizendo que V. Ex^a tem toda a razão. Veja a questão, por exemplo, das motonetas, e chamaria a atenção do Senador Armando Monteiro para essa situação.

Senador, preste bem atenção: no polo industrial de Manaus, fabricamos motocicletas, motonetas. Praticamente 100% da indústria da América do Sul está baseada no polo industrial. Graças a esses corredores de importação, com benefício dessa maneira, estamos perdendo a competitividade em motocicletas de 50

até 80 cilindradas, porque essas motocicletas entram pelos portos dos Estados que dão esse benefício e acabam desempregando manauaras, manauaras esses que acabam tendo que se deslocar para o interior da floresta, pressionando o quê? O desmatamento, o desenvolvimento sustentável, em uma demonstração inequívoca de que o polo industrial de Manaus é o mais bem-sucedido modelo de desenvolvimento sustentável deste País. Portanto, o caminho é por aí.

Gostaria, Sr. Presidente, no tempo que me resta, de registrar mais duas situações. Uma é que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, no dia de hoje, fizemos uma audiência pública com portadores de necessidades especiais para tratar questões de telefonia móvel para esses portadores de necessidades especiais ou com deficiência visual ou auditiva, bem como a questão do acesso à banda larga. Está tramitando no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, a MP nº 549. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: damos desoneração fiscal para importação de bens que vão concorrer com a nossa indústria e desempregar os brasileiros e cobramos imposto dos portadores de necessidades especiais para que eles possam ter acesso às novas tecnologias de comunicação e transmissão de dados! Isso é absolutamente injusto, quando a justiça tributária é uma das ferramentas mais importantes que a questão tributária possui na sua política de desenvolvimento e de equilíbrio das desigualdades.

Apresentei um requerimento à nossa bancada, Sr. Presidente, pedindo a indicação para a relatoria dessa matéria, por entender ser de justiça e de direito humanitário dar a essa parcela de brasileiros portadores de necessidades especiais incentivos fiscais para que possam se comunicar, para que possam trabalhar, para que possam estar inseridos na acessibilidade de um mundo moderno, no qual o Brasil está inserido.

Por fim, e não menos importante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Amazonas vem enfrentando, tal qual o Estado do Acre, uma enchente que está a preocupar todos nós no Amazonas.

Estive hoje com a Ministra Ideli Salvatti, levando um pleito do Governador Omar Aziz, governador do Estado do Amazonas, para que o Governo Federal possa, a exemplo do que já aconteceu, Senadora Vanessa, em 2009, fortalecer uma das ações em que o Amazonas foi, mais uma vez, inspirador de uma política nacional, porque o Amazonas implementou, pela primeira vez, quando eu estava no governo, o SOS Enchente, que era um cartão em que levávamos recursos para que as pessoas pudessem, com rapidez, se mobilizar, comprando as suas necessidades de acordo com as suas peculiaridades. Tivemos a oportunidade

de apresentar o pleito do governador à Ministra Ideli, que o está tratando com a Sr^a Presidenta da República, nossa querida Presidenta Dilma Rousseff.

E quero aqui, da tribuna do Senado, fazer um apelo à Presidenta Dilma Rousseff para que nos ajude com uma bolsa do SOS Solidariedade, do SOS Enchente, para 30 mil famílias no Estado do Amazonas, no valor de R\$400,00. Assim, estaremos ajudando a minorar o sofrimento daqueles que estão enfrentando uma das maiores enchentes da história do rio Purus e do rio Juruá, no Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência aos oradores inscritos, concedo a palavra à eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Benedito de Lira, que preside a sessão neste momento e que, com muita competência, preside também a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa. Comissão essa que realizou ano passado, e este ano deverá realizar ainda mais, inúmeras atividades importantes no que diz respeito a manter viva na Ordem do Dia, na pauta, a necessidade de aprofundarmos as políticas que buscam a diminuição das desigualdades regionais no País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, infelizmente venho à tribuna, neste dia, para abordar dois assuntos que considero da mais extrema gravidade. Um deles refere-se a um acidente ocorrido no dia de ontem, na cidade de Manaus, aproximadamente às 6h30min, onde caiu um avião e morreu um piloto. O avião caiu na Torquato, conforme matéria em todos os jornais, capa de todos os jornais da cidade. Torquato Tapajós, Sr. Presidente, é a maior avenida que tem na cidade de Manaus, é a avenida que liga o aeroporto da cidade ao centro. O avião caiu minutos após ter decolado do aeroporto, conhecido como Aeroporto do Aeroclube; na época em que foi construído era um local distante do grande centro, não havia a ocupação urbana que tem hoje. Infelizmente, esse acidente tirou a vida do comandante que estava se deslocando do Aeroclube ao Aeroporto Eduardo Gomes, para abastecer a aeronave que partiria no dia seguinte para uma viagem ao interior do Estado. O piloto do avião, Antonio José de Almeida Lima, conhecido como Comandante Almeida, um senhor de mais de 50 anos de idade, com muita experiência em aviação regional, perdeu a vida nesse acidente.

Então, primeiramente, quero me solidarizar com a família do piloto, com os amigos, com os empresários que coordenam o CTA, que é uma importante

empresa de taxi aéreo na região. CTA é Cleiton Taxi Aéreo, cujos aviões eu utilizo com muita frequência, não apenas eu, mas Deputados Federais, Deputados Estaduais, Senadores e membros do Governo do Estado do Amazonas.

Além de me solidarizar com eles, Sr. Presidente, quero trazer para este Plenário uma questão que está sendo muito debatida na cidade de Manaus. Em 2010, um avião dessa mesma empresa de taxi aéreo teve um acidente muito grave, em que morreram cinco pessoas carbonizadas, entre elas a então Secretária de Educação do Estado do Amazonas e vários servidores da Seduc, que é a Secretaria de Estado de Educação. Têm-se tornado não diria muito frequente, mas em um espaço muito curto os acidentes ocorridos com aeronaves que partem ou que chegam do aeroclube.

A polêmica a que me refiro diz respeito à localização do aeroclube, que, conforme disse, quando foi inaugurado, há muito tempo, ficava numa área distante do centro urbano. Não havia residências, não havia casas naquela proximidade. Hoje, não; hoje, toda a área está tomada.

Para o senhor ter ideia, Senador Inácio Arruda, o avião caiu na avenida, exatamente no terreno de uma distribuidora, em um galpão de um depósito de uma grande loja da cidade de Manaus. Ele passou, segundo relatos de pessoas que assistiram, a cinco metros da avenida por onde transitam pessoas, por onde transitam automóveis; bateu na fiação e caiu naquele terreno.

Em 2006, Sr. Presidente, segundo as informações, a própria Agência Nacional de Aviação Civil, Anac, produziu um relatório pedindo que fosse feita a transferência do aeroclube, que fica localizado num centro da cidade de Manaus, para uma outra localidade. Infelizmente, de lá para cá, nada aconteceu.

Penso que é importante o deslocamento o mais rápido possível de diretores; não só dos técnicos, mas de diretores da Anac, para analisar, com mais critério e com a urgência que o caso merece, a situação desse aeroporto, que é o aeroclube, porque é uma movimentação intensa de aeronaves, aeronaves de pequeno porte, que se deslocam para o interior do Estado do Amazonas. E a se manter essa situação, não apenas vidas de passageiros, mas muitas vidas de pessoas que residem em conjuntos muito próximos daquela área podem também estar em risco.

Então, faço desta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um apelo. Estou formalizando isso à Anac para que proceda imediatamente a um estudo profundo que envolva a comunidade, não apenas os dirigentes do aeroclube. Tenho certeza absoluta de que eles não gostariam de ser transferidos para outros lugares. Entretanto, é preciso uma análise, um estudo

mais criterioso, para ver mesmo o perigo a que a população está sendo exposta a se manter o aeroporto naquele local.

Sr. Presidente, também tomei conhecimento, no dia de hoje, que o Ministério Público Federal está investigando a movimentação de passageiros no aeroclube, porque não há qualquer tipo de controle da movimentação de pessoas naquele terminal.

Então, é importante – repito – para a segurança dos amazonenses, dos manauaras, principalmente daqueles que residem e trabalham nas proximidades do aeroclube que a Anac aja com urgência, com celeridade e com responsabilidade, no sentido de determinar, ou diga que há sim total segurança naquele aeroclube para a movimentação de aeronaves, ou ainda, que seja transferida para outra localidade a pista de pouso, porque não podemos achar que deve permanecer ali por uma questão de conforto para os passageiros.

Acho que conforto para o passageiro é quando ele tem uma situação de máxima segurança. Muito mais importante do que o conforto é a possibilidade de o passageiro estar em um aeroporto que ofereça segurança para ele e para os moradores da região.

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito ao incêndio ocorrido há poucos dias na estação de geração de energia do Centro de Pesquisa Brasileiro da Antártida. Quero dizer que já tive a oportunidade, como muitos Parlamentares, Deputados e Senadores, de fazer uma visita àquele centro de pesquisa.

Estive lá há alguns anos, na década de 90, quando era Deputada Federal. De lá para cá, tenho, com certa frequência, apresentado emendas ao Orçamento da União, destinando recursos, para que aquele centro de pesquisa continue trabalhando e desenvolvendo pesquisas tão importantes.

Primeiro quero dizer o seguinte: nada de positivo podemos extrair desse episódio. Entretanto, fiquei grata, por outro lado, ao ver que todas as matérias jornalísticas, todas as matérias divulgadas, veiculadas, pelas televisões, pelas rádios articulistas, pelos jornalistas, dando opinião, absolutamente todos – não vi nenhuma opinião contrária, Deputado Carimbão, que visita o Senado neste momento –, falaram a respeito da importância das pesquisas desenvolvidas pelo Brasil naquele continente, que não é propriedade de país, que deve ser usado e compartilhado com todos os países que assinaram o Tratado da Antártida.

O Brasil, Rússia, Estados Unidos, Chile, Argentina e vários outros países mantêm uma base de pesquisa muito importante.

Eu aqui destacaria as pesquisas que dizem respeito às mudanças climáticas. Nós sabemos que o

nível de resfriamento, de gelo ou de degelo dos polos influência, sem dúvida nenhuma, na questão da segurança e do clima em vários países, inclusive no nosso País. Agora mesmo, tivemos as cheias vividas no Estado do Amazonas e no Estado do Acre, uma cheia que não acabou e que para nós do Amazonas está apenas começando. Então isso é devido à interferência, sem dúvida nenhuma, com o degelo nas cordilheiras, com o degelo dos polos e com a convergência dos ventos que de lá chegam das mais longínquas regiões, Sr. Presidente.

Por isso acho que primeiro devemos destacar a importância e a necessidade de o Governo Brasileiro manter e fortalecer o programa de pesquisa desenvolvido na Antártica. Por diversas instituições de pesquisas do Brasil, não é apenas uma universidade ou duas, são várias universidades que tiveram os seus projetos de pesquisa selecionados e trabalham na Antártida.

Dizer que me preocupou muito uma matéria publicada num jornal, no dia de ontem. Trata-se de uma matéria publicada no Correio Braziliense, que retrata a opinião de um Oficial da Reserva da Marinha, chamado Antônio Sepúlveda.

Segundo a matéria da imprensa, o Oficial de Reserva da Marinha, Antônio Sepúlveda, teria alertado em artigo escrito, publicado na imprensa brasileira, sobre o estado de severa degradação em que se encontrava a estação. Por exemplo, o sistema elétrico defeituoso, além de vários outros problemas, Sr. Presidente. Ou seja, desde 2006 a situação estava caótica na base de pesquisa Comandante Ferraz, na Antártida.

De acordo com o texto da época, em 2006, publicado no Jornal do Comércio, Sepúlveda afirmou que a estação não recebia manutenção adequada e que seu orçamento começou a sofrer cortes desde a década de 90. “Alguns sistemas vitais se encontram comprometidos, rede de esgoto, proteção contra incêndios e transferência de energia elétrica.”

De acordo com o militar, em 2006, três tanques desabaram por conta de bases apodrecidas, o que poderia ter causado, ainda naquela época, um derramamento de óleo, e já naquela época, em 2006, um acidente ou um desastre conforme o ocorrido neste último final de semana, Sr. Presidente.

De acordo com as análises feitas da evolução orçamentária, ano a ano, percebe-se que, entre o ano de 2011 e este ano, os recursos previstos – só estou pegando os anos de 2011 e 2012 – no Orçamento da União para a Missão Antártida caíram, Sr. Presidente, de 75 milhões para 19,9 milhões, ou seja, para aproximadamente 20 milhões de reais.

Ontem, dois dias após a tragédia, o Ministro da Ciência e Tecnologia Marco Antonio Raupp afirmou

que irá reverter os recursos destinados à pesquisa na Estação Comandante Ferraz.

Aqui, Sr. Presidente, eu me lembro como se fosse ontem: em dezembro, ainda quando votávamos o Orçamento da União no Congresso Nacional, quantas vezes o Senador Cristovam Buarque, que preside a Frente Parlamentar Mista de apoio ao projeto de pesquisa brasileira na Antártida, juntamente com a Deputada Jô Moraes, que é a vice-presidente dessa Frente Parlamentar, quantas vezes vieram a este plenário à busca de um diálogo com o Líder do Governo para ampliar o orçamento da Antártida. Eu participei dessas conversas inúmeras vezes. E não conseguimos sensibilizar o Governo Federal!

Ora, Sr. Presidente, será necessário que aconteçam acidentes para se anunciar, eu não diria aumento de verba, mas um mínimo necessário para dar continuidade a pesquisas tão importantes? E a segurança daquelas pessoas, pesquisadores e militares que lá estão? Duas vidas se perderam, Sr. Presidente!

Então, quero dizer que a frente parlamentar de apoio à Antártida, da qual faço parte – e, repito, tenho feito nos últimos anos com certa frequência emendas para contribuir com a Marinha brasileira na manutenção desse projeto tão importante para os brasileiros e as brasileiras e para a humanidade –, está mobilizada. Ela realizou há pouco uma reunião muito importante. O nosso objetivo é fazer com que em vez de os nossos recursos serem decrescentes, que caminhem em uma crescente, porque, afinal de contas, o Brasil está às vésperas de sediar o mais importante evento ambiental, a Rio+20.

É bom que se diga: em 1992, quando da realização da conferência ambiental no Rio de Janeiro, aquela conferência foi e é vista ainda como que um marco na mudança de paradigmas e na mudança de procedimentos sobre o desenvolvimento. A Rio+20, que vai acontecer agora no mês de junho, no Rio de Janeiro, tem como lema principal o desenvolvimento sustentável, não só do Brasil, mas do Planeta, e não há desenvolvimento sustentável sem um forte investimento em pesquisa, em inovação, em desenvolvimento tecnológico. As pesquisas relativas às mudanças climáticas são fundamentais, Sr. Presidente, e é exatamente isso que se faz na Antártida. O Brasil faz isso, a Rússia faz isso, o Chile faz isso, enfim, vários países do mundo fazem isso, do porte do nosso.

O Brasil é uma das nações mais poderosas, economicamente, do Planeta, sem falar que é uma das que tem maior população; é um país G1 na questão ambiental, então não é possível que a gente assista a um acidente tão grave como esse, sabendo que ele

poderia ter sido evitado, caso houvesse um investimento maior.

Por isso eu quero dizer que a Frente Parlamentar da Antártida – com o Senador Cristovam na coordenação, e a Deputada Federal Jô Moraes na vice-coordenação – continuará na luta, Senador Jayme Campos. Acho que nós fizemos tudo que poderia ter sido feito. Talvez devêssemos ter sido mais duros em relação a essa questão do aporte de recursos para o projeto de pesquisa na Antártida. As vidas que se foram não voltam mais, não há mais como recuperá-las. Agora, tantas outras vidas podem ser preservadas se o Governo Brasileiro entender que esse é um projeto prioritário e destinar recursos suficientes para o bom desenvolvimento dos projetos de pesquisa e para a segurança daqueles que lá estão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Cumprindo o que estabelece o Regimento e por permuta entre os Líderes Inácio e Jucá, concedo a palavra ao Líder Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Inácio Arruda a gentileza de permutar comigo a condição de falar neste momento. Tenho um jantar com o Vice-Presidente Michel Temer, e, portanto, se não fosse a gentileza e a grandeza de espírito do Senador Inácio Arruda, eu não poderia usar da palavra, já que minha vez estaria mais à frente.

Mas pedi a palavra para fazer um registro importante esta semana, que foi exatamente a reunião com o Presidente Sarney e líderes partidários de todos os segmentos das confederações de trabalhadores e, também, de entidades empresariais, no sentido de apoiar e pedir agilidade na votação da Resolução 72, de minha autoria, que prevê a uniformização da alíquota de ICMS de produtos importados, numa discussão econômica em torno de 4%.

Eu gostaria de registrar aqui, hoje, que tivemos uma reunião da Bancada do PMDB, discutimos essa matéria na Bancada do PMDB e definimos na Bancada do PMDB que iríamos fazer, no dia 20 e no dia 22, duas audiências públicas, exatamente para debater essa matéria que é de extrema importância para o País. Nessas audiências públicas, esperamos construir alternativas, inclusive, para atender e buscar caminhos para o Estado do Espírito Santo e para o Estado de Santa Catarina.

O Governo tem urgência de votar essas matérias, mas nós não poderíamos deixar de fazer essas audiências públicas. Foi um entendimento da Liderança

do Governo com diversos Senadores, inclusive com o Senador Ricardo Ferraço, que está aqui presente. E, portanto, com o Senador Eunício Oliveira e com o Senador Delcídio Amaral, nós estamos combinando para os dias 20 e 22 duas audiências públicas, Sr. Presidente, que vão trazer governadores, ministros, representantes sindicais, representantes de entidades patronais e técnicos, exatamente para debater essa matéria e tentar construir uma alternativa que viabilize a rápida votação desse entendimento, dessa resolução.

Nós sabemos que não podemos mais conceder incentivo fiscal a produtos importados. Nós estamos gerando emprego no exterior e deixando de gerar empregos aqui no Brasil, fechando até postos de trabalho. Portanto, nós temos que construir uma alternativa que valorize o produto brasileiro perante o mercado nacional. Então, vamos ter essas audiências públicas.

Quero registrar, também que a Senadora foi parte do entendimento de fazermos as audiências públicas, de buscarmos construir caminhos que atendam ao Estado do Espírito Santo e ao Estado de Santa Catarina. Nós entendemos a situação desses dois Estados. Sabemos da dificuldade que o Estado passará, se for aprovado o projeto da forma como está proposto. Portanto, o Governo, através da área econômica, discute um programa de compensação para exatamente construirmos a alternativa a esta questão.

Concedo o aparte ao Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Romero Jucá, não apenas para testemunhar, mas também reconhecer o esforço de V. Ex^a, o esforço do Senador Renan Calheiros e, também, o esforço do Senador José Sarney, na dimensão de fortalecermos as nossas comissões permanentes, porque é lá que se dá o contraditório, é lá que se dá o debate democrático. É exatamente na nossa Comissão de Justiça, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos que nós poderemos receber autoridades, receber os nossos governadores, a equipe econômica do Governo Federal, para que ali possamos estabelecer um contraditório. Eu tenho um juízo, enfim, de valor muito bem firmado. Nós não podemos, a todo e a qualquer custo, demonizar as importações. Nós precisamos proteger a indústria nacional, mas existem importações que são absolutamente imprescindíveis à modernização, à busca da eficiência, da produtividade e da competitividade. Eu acho que, lembrando um jargão norte-americano, nós temos que jogar a água fora, a água suja da banheira, mas precisamos preservar o bebê, preservar o neném. Eu tenho muita expectativa de que, neste debate, confirmado pelo Senador Eunício Oliveira, que foi peça fundamental na construção dessa articulação, nós possamos, sim, na Comissão de Justiça e

na Comissão de Assuntos Econômicos, estabelecer o debate. Mas o que desejo mesmo é agradecer a V. Ex^a pelo papel de conciliação, pelo *aggiornamento* que fez nos ajudando e contribuindo para que o debate democrático pudesse se firmar, aqui no Senado, num tema tão relevante como esse, que tem a ver com a estabilidade da Federação brasileira. Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço. Tenho certeza de que, do debate, surgirão propostas que encaminharão solução que não seja traumática para o Estado do Espírito Santo. Eu acredito nisso. É isso que estamos trabalhando e buscando, Sr. Presidente.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer na noite de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Líder Romero Jucá pela manifestação de V. Ex^a e pelas informações que traz ao Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao eminente Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de forma geral, o Parlamento brasileiro tem se esforçado para garantir segurança e qualidade no atendimento médico para pacientes tanto da rede pública quanto da área privada. Na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, órgão que tenho o privilégio de presidir, nós procuramos constantemente aperfeiçoar os marcos jurídicos que assegurem aos usuários do sistema de saúde, o respeito e a dignidade que merece qualquer ser humano.

Aliás, a essência de nosso trabalho é justamente proteger o indivíduo, facultando a ele o direito de opinar, reivindicar e corrigir os lapsos no relacionamento entre o segurado e os planos de assistência médico-hospitalar.

Mas, lamentavelmente, as carências de nossa população no atendimento de saúde vão muito além da própria capacidade do Estado regular o setor. Não são raras as informações de que esta ou aquela empresa não cumpre totalmente suas obrigações contratuais, ensejando disputas na justiça e até mesmo o infortúnio e a morte de alguns pacientes.

Agora mesmo, em Mato Grosso, os servidores estaduais vivem momentos de apreensão e angústia por conta da situação pré-falimentar do plano de assistência médica mantido por eles, o MT Saúde. Há no mercado um sentimento unânime de descrédito desta entidade, em função de atrasos no pagamento dos profissionais cooperados, dos laboratórios, hospitais

e fornecedores. Estas pendências se arrastam desde o ano passado, conforme denunciam os funcionários.

A situação caótica nas contas do organismo leva a maioria dos médicos, hospitais e laboratórios conveniados a recusarem a prestação do atendimento aos usuários do MT Saúde. Portanto, quando precisam destes serviços, os funcionários estaduais são obrigados a recorrer ao setor privado ou às filas do SUS.

O balanço fiscal da instituição, Sr^{as} e Srs. Senadores, aponta gastos anuais girando em torno de 95 milhões, dos quais 32 milhões são subsidiados pelo governo estadual, sendo o restante recolhido do vencimento dos próprios servidores.

Ao todo, o plano conta com 54 mil usuários, sendo 17 mil titulares. Sendo assim, Sr. Presidente, 70% do total da verba para manter os serviços advém dos funcionários. Ou seja, o correspondente a 6,5 milhões por mês.

O próprio Tribunal de Contas de Mato Grosso estranhou a natureza dos gastos do MT Saúde, confrontando seu orçamento com as projeções feitas pela Unimed/Cuiabá, que atende 140 mil cooperados e tem o custo estimado em R\$30 milhões. De qualquer forma, o que se discute neste momento é a ineficiência na gestão do plano, que não consegue atender os seus conveniados.

Hoje mesmo, dia 29/2, um grupo de deputados estaduais, liderado pelo médico Guilherme Maluf, reuniu-se na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para buscar soluções para o caso. A primeira iniciativa adotada por eles foi a convocação do presidente da entidade para prestar esclarecimentos e abrir as contas do plano de saúde.

Outro aspecto que me causa preocupação é o fato de a entidade ser gerida por uma administradora privada, que foi contratada de forma emergencial por seis meses, sem licitação, estando o acordo prestes a expirar e, até agora, o governo estadual não ofereceu alternativas para a continuação dos serviços, com o risco de o MT Saúde, na prática, deixar de existir.

Os servidores estaduais, neste momento, se mobilizam em busca de uma participação efetiva na gestão do plano. O presidente do Sindicato dos Agentes Policiais e Prisionais de Mato Grosso, Gledson Gonçalves da Silva, reivindica a presença de servidores na diretoria do MT Saúde e lastima que, mesmo arcando com a maior parte da arrecadação, os usuários não têm acesso à planilha de receita e despesas do órgão.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicitei à minha assessoria um estudo detalhado com vistas a alterar a legislação dos contratos de cobertura em grupo e examinar a possibilidade da criação de conselhos gestores paritários entre os entes

públicos e os cooperados na administração de planos de saúde que envolvam a contribuição de servidores públicos e a contrapartida de recursos do Erário.

Precisamos encontrar uma solução no sentido de aprimorar as salvaguardas e garantir ao usuário a não interrupção dos serviços.

A reivindicação dos servidores é justa e moral, pois a fiscalização e o controle são os princípios basilares da eficiência e da honradez. Só a gestão transparente e compartilhada poderá garantir, tanto aos usuários quanto aos contribuintes, uma aplicação mais correta e austera do dinheiro arrecadado.

Saúde, meu caro Senador Benedito de Lira que preside esta sessão, saúde é um direito inalienável do cidadão. É a janela pela qual a luz da dignidade nos torna humanos.

Tive a honra de ser Governador do Estado de Mato Grosso e, naquela oportunidade, tínhamos um instituto, o antigo IPMAT, que fazia a parte do atendimento médico. Funcionava perfeitamente bem. Todavia, com o decorrer do tempo, hoje nós temos o MT Saúde, o que é de se lastimar porque, infelizmente, não tem cumprido com o seu papel. Ou seja, o servidor paga, o Estado também contribui, mas a prestação do serviço é das mais precárias possíveis. O cidadão, além de contribuir, não tem um bom atendimento e vai para as filas intermináveis do SUS.

Dessa forma, quero dizer ao servidor público de Mato Grosso que conte com o apoio do Senador Jayme Campos no sentido de melhorarmos o atendimento àqueles que pagam às vezes com muito sacrifício esse plano de saúde. Lamentavelmente o que se percebe é que o MT Saúde não tem compromisso com aqueles que contribuem todos os meses aportando recursos e que ali a gestão é das piores possíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, nobre Senador Jayme Campos.

Dando sequência, concedo a palavra ao eminente Senador pela Liderança do PC do B Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero primeiro cumprimentar o novo Ministro da Presidenta Dilma Rousseff, nosso bispo e Senador Marcelo Crivella, que assume um dos Ministérios mais importantes do Governo, o Ministério da Pesca.

O nosso País tem um vasto litoral, uma riqueza sem igual, que ainda estamos estudando – o Senador Crivella sabe bem disso –, com uma capacidade de produção pesqueira na área continental, nos nossos rios, nos nossos lagos. Imaginem a bacia amazônica, o Pantanal, as barragens que fizemos. Há pouco eu

comentava com o Senador Crivella que no Ceará temos um dos mais destacados líderes nessa área, que foi Deputado Federal junto conosco, Deputado Flávio Bezerra, que hoje é o Secretário da Pesca do Estado do Ceará, do partido de V. Ex^a, pastor, como V. Ex^a foi, estiveram, os dois, na África. Então, conhecem demais esse importante setor da atividade econômica brasileira.

O conhecimento que V. Ex^a tem do País, que tem percorrido, e o conhecimento na área da Engenharia e do Parlamento – porque aqui é uma Casa do diálogo permanente – vão permitir a V. Ex^a conduzir o Ministério da Pesca, elevando-o, sem prejuízo daqueles que construíram esse Ministério, porque os que vieram atrás tiveram essa tarefa de construir as primeiras bases do Ministério da Pesca. V. Ex^a vai ter as condições e o nosso apoio no Congresso Nacional para transformar o Ministério da Pesca em um dos mais importantes do País. Tem tudo para isso. Vai ter o apoio da Presidenta e vai ter o nosso apoio também.

O senhor pode contar com o Partido Comunista do Brasil. É muito importante o nosso partido apoiar um bispo no Ministério. Então, V. Ex^a conta com o apoio do PCdoB.

Eu já me desculpo porque não poderei estar na posse de V. Ex^a, na sexta-feira, porque estarei no Ceará, discutindo outro tema, da área da cultura, por que tenho responsabilidade, pois participo dessa frente. O Presidente da Ancine vai estar no Ceará e eu vou ter estar lá, ao lado dele. Por isso, quero abraçar V. Ex^a, cumprimentá-lo e também o seu partido pela ascensão ao Ministério da Pesca.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, às 10 horas, na sala de audiências da Presidência, o Senado Federal vai lançar uma campanha publicitária para enfatizar uma lei que teve origem nesta Casa pelas mãos de um Senador do Distrito Federal, um destacado Senador, que nasceu lá na Redenção, no Estado do Ceará, mas que fez carreira política no Distrito Federal: o Senador Pompeu de Sousa.

Pompeu de Sousa tomou a iniciativa de regulamentar um dos capítulos mais importantes da Constituição brasileira, exatamente o capítulo de política urbana. Não se pode discutir projeto de desenvolvimento do Brasil, não se pode pensar em projeto nacional sem tratar da questão urbana brasileira.

Vejamos o déficit na área habitacional. Só de moradias, nosso déficit continua beirando os sete milhões de moradias. Isso para quem precisa da primeira moradia, do primeiro lugar. Não estamos falando do déficit de moradias que estão caindo aos pedaços. Não estamos falando das reformas necessárias nas moradias. Estamos falando apenas do déficit absoluto, que é aquele da primeira moradia do cidadão que casou,

precisa de um lugar para morar e não tem esse lugar. Então, você tem aí só na área da moradia um espaço gigantesco para discussão urbana.

Não é possível um projeto de desenvolvimento do Brasil sem pensarmos o sistema viário das cidades brasileiras, que, na sua grande maioria, salvo raríssimas exceções, de cidades mais jovens, de cidades brasileiras mais novas, que tiveram um planejamento, um desenho arquitetônico feito com uma concepção mais nova, mais moderna. Fora essas cidades, que a gente conta nos dedos de uma mão, todas as outras são cidades que foram criadas, pensadas e organizadas, umas no século XVIII, outras no século XIX, e a sua maioria esmagadora está muito distante das necessidades urbanas de hoje para um sistema viário adequado de escoamento de trânsito, num momento em que os brasileiros passaram a ter o direito de ter um automóvel, de ter uma motocicleta, de ter uma bicicleta, para se locomoverem nas cidades que passaram a crescer bastante no nosso País.

Não há como discutir plano nacional, projeto nacional, sem ter um programa que garanta cem por cento de água para as populações que estão nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas. Não há como discutir um projeto de desenvolvimento sem discutir as regiões metropolitanas, que são as grandes cidades que estão ligadas principalmente às capitais nos nossos Estados.

Não há como discutir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um projeto de desenvolvimento para o nosso País se não olharmos para São Paulo e enxergarmos que aquela que é a maior cidade do Brasil, a maior da América do Sul, que tem a maior população, que tem o maior PIB, que tem o terceiro orçamento da República, ainda não tem 50% dos esgotos tratados. Não tem como discutir a questão nacional e um projeto de desenvolvimento sem discutir um sistema de metrô, um sistema de construção de metrô em grande escala para as grandes cidades brasileiras. Uma cidade com mais de 2,5 milhões de habitantes ou com 1,5 milhão de habitantes tem de ter um sistema de transporte público de massa adequado.

Isso é engajar as cidades brasileiras, as cidades do nosso País num projeto nacional de desenvolvimento. Isso gera emprego, isso gera oportunidades, isso eleva a qualidade de vida, isso melhora o padrão de vida do nosso povo, isso coloca as nossas cidades em outro patamar, que é o que precisamos fazer de forma ousada.

Amanhã, o Senado da República lança um programa publicitário, com peças publicitárias, divulgando a lei chamada Estatuto das Cidades, que começou aqui com Pompeu de Souza e encerrou-se aqui,

com o Senador Miranda, do Estado de Goiás, que foi o último relator. A matéria foi para a Câmara e, ali, eu tive oportunidade, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, de relatar o Estatuto das Cidades. Foi uma produção a quatro mãos, porque discutimos com todos, discutimos com a Câmara Brasileira da Construção Civil, discutimos com o setor de loteamento, discutimos com os moradores de bairros e favelas, discutimos com os cortiços, discutimos com os advogados, discutimos com os geólogos, discutimos com os arquitetos, discutimos com os engenheiros... Não teve um setor com que nós não sentássemos para discutir. Realizamos audiências públicas no Brasil e, ao final, realizamos a 1ª Conferência de Cidades na Câmara dos Deputados, quando votamos a lei que hoje é o Estatuto das Cidades. Essa lei completa dez anos e, na oportunidade do seu aniversário de dez anos, o Senado da República realiza uma campanha para chamar atenção das cidades, para chamar atenção dos gestores e para colocar a questão das cidades e do planejamento urbano como uma questão fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

É nesse sentido que o Senado realiza essa campanha publicitária e que se associa ao Ministério das Cidades, que é filho desse projeto. O Ministério das Cidades nasce do Estatuto das Cidades. O Ministério das Cidades nasce do debate no Congresso Nacional entre Deputados, Senadores e o movimento social organizado no Fórum de Reforma Urbana, que estabelece, digamos assim, os primeiros traços do que seria hoje o Ministério das Cidades, que tem a responsabilidade de tocar grandes projetos de infraestrutura urbana do nosso Brasil.

Agora mesmo, na segunda-feira que passou, a Presidenta Dilma lançou o que é para nós o maior programa de investimento em política urbana de todos os tempos no Estado do Ceará. Aliás, é o maior investimento feito no Estado do Ceará pelo Governo Federal. São R\$2 bilhões de investimento em uma linha de doze quilômetros de metrô. Se você olhar para uma cidade do tamanho de Fortaleza poderá dizer: não são nada doze quilômetros de metrô. Mas, para quem não tinha metrô todo subterrâneo, um metrô moderno, avançado, com alta tecnologia, é uma obra de grande porte para nós, ali no Estado do Ceará.

Então, quero agradecer ao Senado da República, ao nosso Presidente José Sarney, a todo o setor de comunicação do Senado da República, que produziu as peças publicitárias, os vídeos, à turma da TV, à turma que está lá na Internet, à turma que está produzindo na Gráfica, a esse povo todo aqui do Senado que são funcionários públicos e a outros que são contratados do Senado, que produziram peças de grande valor para

dar vazão a um debate público sobre uma lei muito importante, que se associa ao esforço desenvolvido pela Caixa Econômica Federal e também pelo Ministério das Cidades.

Quero, Sr. Presidente, fazer este registro, porque, ao mesmo tempo, trata-se de uma campanha publicitária, mas é um debate sobre o projeto de desenvolvimento do País. Discutem-se no planejamento urbano as áreas de risco, discute-se no planejamento a proteção dos mananciais, discute-se no planejamento urbano o sistema viário de transporte, as vias públicas, o trânsito enlouquecido das cidades brasileiras. E não podemos tirar o direito de cada cidadão ter o seu transporte. Então, é uma realidade.

Eu vejo desta maneira. Nós temos uma oportunidade de discutir o planejamento urbano das cidades brasileiras.

Digo isso porque na minha cidade, Fortaleza, deixou-se de planejar. Havia uma instituição de planejamento, mas ela foi fechada em 1997 e até hoje não a retomamos.

Não é possível tocar uma cidade de grande porte, uma capital, com uma população de 2,5 milhões de habitantes, com um entorno de mais 1,5 milhão, quase a metade da população de um Estado como o Ceará, se não houver uma estratégia de planejamento. Que esse planejamento seja articulado como um todo, para a cidade, que haja diálogo com a região metropolitana, que se discuta com a região metropolitana.

Há pouco vi aqui a nossa querida Deputada Manuela D'Ávila dialogando com o Senador Paim, com certeza pensando no futuro da cidade de Porto Alegre. Não é possível pensar Porto Alegre sem discutir Canoas, sem ver a região metropolitana, terra muito querida de V. Ex^a, ali vizinha à cidade de Porto Alegre. Não é possível discutir Vitória sem discutir Vila Velha. Não é possível. Não é possível discutir a cidade do Rio de Janeiro sem discutir a Baixada e todos os Municípios que ali estão. É possível discutir o Rio de Janeiro sem tratar Niterói? Não é possível. Nem São Paulo sem Guarulhos, sem o ABC. Não é possível discutir, hoje, Natal sem Parnamirim, nem Recife sem Olinda, muito menos discutir Belo Horizonte sem Confins.

Então, vejamos, estamos diante de um projeto de planejamento urbano instituído por uma lei fruto do debate popular e previsto na Constituição e que o Senado vai buscar enfatizar para chamar, no ano da eleição, a atenção dos candidatos, dos gestores para uma questão estratégica: planejamento.

Planejamento não como peça burocrática, para ter direito aos programas federais que são acessados a partir da existência de um plano diretor da cidade. Desse ponto de vista, a lei é um êxito, porque mais de

50% das cidades brasileiras têm plano diretor. Então, é uma vitória. De quase 5.570 Municípios, já temos mais de três mil com plano diretor.

A lei é vitoriosa, é uma conquista, desse ponto de vista, mas o plano diretor não pode ser uma peça burocrática. O planejamento urbano não é peça burocrática. O planejamento urbano existe para fazer com que a cidade se desenvolva, permitindo crescer a qualidade de vida do conjunto da população.

Sr. Presidente, eu queria enfatizar esse debate. Nós poderíamos, no Senado, inclusive, entrar mais na discussão do projeto de desenvolvimento urbano. Nós poderíamos citar cinco ou seis questões centrais para a vida do povo, nos dias de hoje, que estão ligadas à questão urbana, mas vamos voltar ao tema brevemente. A discussão da cidade vai ferver no Brasil este ano. E encerro agradecendo ao Senado Federal e a toda a equipe do Senado Federal na sua área de comunicação por mais essa campanha de divulgação de uma lei tão importante para o nosso País, que é o Estatuto das Cidades.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Benedito de Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Inácio Arruda, quero primeiro cumprimentar V. Ex^a e dizer que, de fato, eu me reuni hoje com a Deputada Manuela, a grande articuladora do Estatuto da Juventude, e me preocupei porque pediram para jogar para outra comissão. Espero que não seja para retardar a votação. Nós vamos entrar com requerimento de urgência aqui no Plenário para que seja votado de imediato.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Benedito de Lira, que permutou com o Senador Eduardo Braga.

Em seguida falará como Líder o Senador Jorge Viana.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na manhã de hoje, na Comissão de Educação, compareceu o Ministro da Educação para trazer a esta Casa o plano de ação que está sendo desenvolvido, que está sendo planejado, que está sendo montado para a educação nacional. O Ministro Mercadante fez uma bela exposição, mostrando exatamente o que vai acontecer na educação nacional.

O sistema educacional brasileiro, a meu ver, precisa passar por uma série de alterações, e é exatamente o que está fazendo a equipe técnica já na antiga ad-

ministração do Ministro Haddad e, agora, com a continuidade do trabalho através do Ministro Mercadante.

Mas, Sr. Presidente, eu me lembro e agora faço uma retrospectiva ao passado quando da minha infância, meu caro Senador Ferraço. Na minha infância tive toda a minha aprendizagem, a minha formação, através da escola pública. Naquela época, a escola pública brasileira, o ensino público valia a pena. Havia uma luta muito grande para se ter um lugar, uma vaga na escola pública. Eu digo isso, eminente Senador Ferraço e meu querido Senador Armando Monteiro, porque somos de um Estado vizinho: Pernambuco e Alagoas, e no meu Estado tem um colégio estadual que era uma luta terrível para se conseguir uma vaga para se matricular. Hoje é uma coisa diferente: a modernidade trouxe, na minha observação, uma deterioração do ensino público.

Nobre Senador Paim, eu tenho visto isso com muita tristeza, particularmente no meu Estado de Alagoas, quando crianças já na idade escolar, fazendo a sua 7^a, 8^a série pelo ensino atual, ensino básico, que, lamentavelmente, não sabem ler. Acabou aquela época em que você aprendia. E a pessoa pode dizer: mas isso é um histórico do passado. A informática é a modernidade.

Hoje o estudante é mais digital do que convencional. Naquela época em que eu estudei tinha tabuada, onde você aprendia a fazer as quatro operações com absoluta facilidade. Hoje você usa uma máquina. Eu não posso compreender que possa haver avanço nesse sistema de educação. O aluno hoje não mais se preocupa em ter livros, em ler, porque ele vai buscar alguma coisa que precisa na Internet. Isso foi demonstrado hoje pelo Ministro da Educação, mas espero que a educação brasileira possa ter melhoria na qualidade. Temos o Enem, por exemplo, que é um sistema nacional de avaliação, e que hoje foram feitas algumas observações pelo Senador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, quando ele dizia, prontamente, para o Ministro que não é um fato isolado da Paraíba, mas é um fato do Nordeste com especialidade.

Vou dar um exemplo aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o vestibular de medicina, que hoje é nacional, ou os vestibulares, melhor dizendo, nas universidades públicas. No Estado de Alagoas, por exemplo, este ano, segundo informações que nos chegaram da Faculdade de Medicina do meu Estado, que tem 60 vagas para médicos, 10% dessas vagas foram ocupadas por estudantes de Alagoas e 90% por estudantes de fora: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul... menos de Alagoas e menos do Nordeste.

O que é isso? É que, infelizmente, amanhã se formarão médicos que não ficarão em Alagoas, voltarão para os seus Estados de origem, e nós vamos continuar tendo a deficiência de médico para atender os habitantes do interior do Estado. É preciso rever isso. Se querem continuar com o Enem, deverão fazer o Enem regional, porque o estudante de São Paulo faz o seu vestibular em São Paulo; o estudante de Alagoas faz em Alagoas, para que amanhã os formandos permaneçam em seus Estados, prestando serviços à sociedade.

Eu talvez seja leigo neste assunto, mas com a experiência do dia a dia, da vida, a gente chega a essas evidências.

Por isso, Sr. Presidente, trago aqui algumas anotações no que diz respeito à educação nacional:

O Brasil caminha a passos largos para se transformar em uma moderna sociedade de classe média, em que cada cidadão terá acesso ampliado à educação. Nesse novo Brasil não haverá lugar para o analfabetismo. Uma nação que se preza terá que ter a responsabilidade de fazer com que sua população seja alfabetizada, porque é através da educação que poderemos ter prosperidade. Infelizmente, nós ainda convivemos com a triste chaga, ainda presente em nossa realidade.

A história dos países mais avançados demonstra que as políticas educacionais representam a mais poderosa ferramenta para a edificação de um futuro mais justo e igualitário para os cidadãos. Inspirado nos melhores exemplos internacionais, o Brasil deve reproduzir o ciclo virtuoso de investimento para a formação de sua sociedade.

Somos, a um só tempo, um país moderno, dinâmico, rico, mas que se mostra ainda atrasado em alguns aspectos, como o número relativamente elevado de analfabetos, sobretudo nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. E nós temos aqui, frequentemente, não só eu, como Senador do Nordeste, como a totalidade dos meus companheiros, feito reiteradas manifestações no que diz respeito à continuidade da distância entre as regiões.

A cada dia nós pedimos para que diminuamos essas desigualdades, e quando se faz um levantamento de números, nós chegamos à evidente conclusão triste de que ainda estamos muito distantes, eminente Senador Armando Monteiro.

Precisamos fazer investimentos pesados nas regiões mais pobres do País. É preciso que haja a solidariedade das regiões mais ricas, daquelas que mais prosperaram, porque, na verdade, ocorreram maiores volumes de investimentos, quer da iniciativa privada, quer do Poder Público.

Quantas e quantas vezes temos visto aqui, principalmente eu ouvi muito aqui, no momento em que

estávamos discutindo aqui, a divisão igualitária ou equânime com relação aos *royalties*.

Ouvimos aqui, do Rio de Janeiro, por exemplo... Nada contra, muito pelo contrário, é um belíssimo Estado, e que precisa ter, realmente, um volume muito grande nos seus investimentos, mas muito também em não fazer com que ajam em detrimento de outras regiões. Então, é exatamente isso. Ao longo do tempo, da história deste País, fizeram concentrações de volumes de recursos, inclusive incentivando a iniciativa privada a se estabelecer nas regiões Sul e Sudeste do País, em detrimento do Norte e do Nordeste.

Pois bem, Sr. Presidente, a erradicação do analfabetismo, portanto, figura entre as mais importantes metas de futuro do Brasil, que deve se esforçar para que, no mais curto prazo, seus índices de alfabetização coincidam com aqueles dos países mais prósperos e bem educados do mundo.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Constituição da República inaugurou nova fase histórica em nosso País, em que o arbítrio cedeu lugar à ampla democratização da sociedade e do próprio Estado. Nossa Carta Magna consagra o valor e o papel da educação para o Brasil, ao estabelecer, em seu artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O art. 214 da Constituição da República enumera, em seus incisos, as metas precípuas dos sucessivos planos nacionais de educação, entre as quais figuram a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Feliz o dia 5 de outubro de 1988, em que se promulgou a vigente Constituição da República, demarcando o início de um novo tempo, em que se aprofundou a atuação do Poder Público ao lado da sociedade brasileira, em favor da redução do analfabetismo em nosso País. De fato, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, ano após ano, a taxa de analfabetismo da população com idade igual ou superior a 15 anos vem decrescendo: de elevados 20%, em 1986, para 14,7%, em 1997.

Números ainda mais recentes da Pnad revelam que o índice de analfabetismo, em franca diminuição, era de 11,5% em 2004 e decresceu até o patamar de 9,7% no ano de 2009. A estatística revela inegáveis avanços, porém é necessário ter em conta que, em face

do imenso contingente humano que forma a Nação brasileira, esse percentual, aparentemente baixo, na verdade, significa que existem nada menos que 14,1 milhões de cidadãos ainda analfabetos em nosso País.

Em um mundo fortemente calcado em linguagem simbólica, a condição de analfabeto equivale a uma rude crueldade, a uma verdadeira violência contra o indivíduo. Nesse mundo tão permeado de linguagem simbólica, nossos concidadãos, desprovidos das ferramentas cerebrais mínimas para a boa compreensão do seu entorno, não conseguem reconhecer o seu ônibus ou entender a prescrição em sua receita médica, ou a bula do remédio que estão tomando.

A Pnad esclarece que a taxa de analfabetismo diminuiu apenas 1,4% entre os anos de 2004 e 2009, entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. A meta do atual Governo, tal como definida em consonância com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é que esse importante indicador decresça até 6,7%, em 2015.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, devemos levar em conta que, além de ainda elevado, o analfabetismo no Brasil é também desigualmente distribuído no território, e o Nordeste infelizmente apresenta as piores estatísticas nacionais. A boa notícia é que nossa região também obteve a maior queda na taxa de analfabetismo nos últimos anos: em 2004, 22,4% dos nordestinos com 15 anos de idade ou mais eram analfabetos, contra 18,7% em 2009.

Consideramos esse percentual excessivo, se levarmos em conta que, em 2009, o índice era de 5,5% na região Sul; de 5,7% no Sudeste; de 8% no Centro-Oeste; e de 10,6% na região Norte.

A despeito das diferenças regionais, entendemos ser do interesse de todo o País o aumento significativo dos investimentos em educação. Vale ressaltar, nesse sentido, que um estudo feito por organizações internacionais revela que o Brasil investe, no ensino fundamental, cerca de um quinto do que é aplicado, anualmente, pelos países mais ricos, todos integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

No ano de 2007, entre os Estados-membros da OCDE, instituição de que fazem parte os países da Europa, os Estados Unidos, o Chile, o México e o Japão, investiu-se pouco mais de US\$94.500 por estudante para todo o ciclo do ensino fundamental, enquanto que, no Brasil, o investimento foi pouco superior a US\$19.500 por educando.

O cálculo englobou dispêndios com salários de professores, capacitações de aprendizagem, materiais e instalações de ensino e o número total de matriculados no sistema educacional.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a despeito de algumas dificuldades operacionais, identificamos, na consistente redução do analfabetismo brasileiro, no curso das últimas décadas, uma tendência de enorme importância para o futuro do nosso País, resultante dos esforços conjuntos da sociedade civil e do Estado.

Nesse sentido, o Ministério da Educação desenvolve, desde o ano de 2003, o programa Brasil Alfabetizado na totalidade do território nacional e que tem por foco a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O referido programa visa ao atendimento prioritário de 1.928 Municípios, que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Vale ressaltar que aproximadamente 90% desse total dos Municípios estão localizados na região Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, Senador Viana e Ana Rita, que representamos os Estados do Nordeste e do Norte brasileiro, precisamos lutar mais, brigar mais, brigar no bom sentido, reivindicar mais, posicionar-nos nesta Casa da Federação para que o Nordeste brasileiro e o Norte saiam dessa situação humilhante. Ao longo de tantos e tantos séculos, continuaremos sendo ainda um país, uma região de miseráveis? Não é possível que isso possa continuar acontecendo! Um país que dentro de mais alguns anos poderá ser a quinta economia do mundo! Como poderá ser a quinta economia do mundo se temos um contingente de mais de 18 milhões de brasileiros passando por dificuldades de miseráveis?

Isso não é possível. Não pode mais, Sr. Presidente, esta Casa se manter alheia a esses tipos de ações. Nobre Senadora, V. Ex^a que tem sido uma guerreira nesta Casa, nós teremos que ser muito mais, mas muito mais mesmo, independentemente de qualquer outra coisa que posso imaginar. Precisamos defender com intransigência, com absoluta intransigência, o desenvolvimento das regiões mais pobres deste País, para que possamos dizer que temos um Brasil que vive com dignidade, todos os brasileiros. Nós temos condições de fazer isso, é preciso apenas que tenhamos políticas próprias, sérias, nobre Senador, V. Ex^a que é um dos grandes Senadores desta Casa, que defende com veemência o social, a igualdade para todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Por isso, nobre Senador Paim, esta Casa, por meio desse novo pacto federativo, anunciado aqui ano passado pelo Presidente Sarney... E quero dizer aqui, da tribuna da Casa: não precisa criar comissão de extraordinárias pessoas, vamos criar condições aqui nesta Casa. Os notáveis estão aqui, aqueles que disputaram os votos majoritários dos Estados e vieram para esta Casa. Então, é preciso que tenhamos de tirar, entre nós, Senadores e Senadoras capazes

de analisar com absoluta responsabilidade as ações para desenvolver este País, para que a gente possa, realmente, ter igualdade de distribuição de renda, logicamente que obedecendo a determinados critérios, mas que também não possamos colocar tanto para lá e um quanto para cá. Teremos de fazer essas análises, nobre Senador.

E hoje eu me comprometia com o Senador Wellington Dias e recebi uma comunicação do Presidente Sarney, porque existem, tramitando na comissão que presido, projetos que tratam da distribuição do FPM, e temos até o final deste ano, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou a lei atual inconstitucional, para que esta Casa possa estabelecer as regras para a distribuição do Fundo de Participação. Então, além dessa, outras ações terão de ser tratadas nesta Casa, pelos Senadores que representam os Estados brasileiros na Casa do Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de, ao encerrar, agradecer a V. Ex^a pela tolerância e aos meus pares e dizer que nós teremos, cada dia mais, cada um de nós, independentemente do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, pois todos nós somos brasileiros, graças a Deus... E observemos que esse é talvez um dos únicos países do mundo em que, com sua extensão territorial, com mais de 200 milhões de habitantes, falamos a mesma língua; a mesma língua no Rio Grande do Sul, como a mesma língua numa das cidades mais pobres do Estado de Alagoas.

Daí por que, Sr. Presidente, temos o compromisso, nesta Casa, de fazer com que as coisas possam acontecer no País, minimizando as dificuldades que ainda existem, inúmeras e muitas, em diversos segmentos dos setores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Benedito de Lira, pelo seu pronunciamento, defendendo a educação e igualdade de oportunidade e direitos para todos, no viés do novo pacto federativo. Parabéns a V. Ex^a!

De imediato, chamamos, como Líder, o Senador Jorge Viana, do bloco de apoio ao Governo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, estive agora em uma audiência com a Ministra Izabella; daqui a um pouco, tenho uma audiência com o Ministro Guido Mantega, e venho à tribuna do Senado Federal, primeiro, para agradecer o envolvimento de muitos colegas da Casa, do Senado, do Presidente, de todos, pelo gesto de solidariedade com a situação que uma parcela importante do povo acriano enfrenta, que é a calamidade pública decretada na capital do Acre, Rio Branco, também

no Município de Brasiléia e a situação de emergência em 6 outros Municípios. O Acre tem 22 Municípios e nós temos 8 Municípios enfrentando uma situação da maior gravidade.

Hoje, agora à noite, a medição do rio mostra que o rio baixou dos 16m, então, já tivemos uma diminuição das águas em 1,5m.

Essa é uma etapa que, graças a Deus, estamos vencendo, mas agora começa a se agravar a outra situação, que é organizar a volta para casa de milhares de famílias.

Graças ao empenho, ao envolvimento do Prefeito Angelim, do Governador Tião Viana, do apoio do Ministério da Defesa, do Exército, do Comando Militar da Amazônia, da Força Aérea Brasileira e também do Ministério da Integração com a Defesa Civil Nacional, a situação no Acre não saiu do controle.

Mas, de ontem para cá, a bancada acriana resolveu agir conjuntamente. Tivemos, hoje à tarde, uma reunião com a Ministra Ideli, no Palácio do Planalto. Pela primeira vez, toda a Bancada do Acre unida, três Senadores e oito Deputados Federais. Mas, antes da reunião, fiz uma ligação para o Governador Tião Viana, Presidente Paim, para o Prefeito Raimundo Angelim e conversei com a administração de Brasiléia, que é dirigida pela Prefeita Leila. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, até o dia de hoje, apenas R\$1 milhão chegou de ajuda para o Acre, para a Prefeitura de Rio Branco.

Isso demonstra, claramente, que o Congresso Nacional tem de reestruturar a Defesa Civil.

Fui Presidente de uma Comissão Temporária de Defesa Civil, que teve como Relator o Senador Casildo Maldaner e como Vice-Presidente o Senador Inácio Arruda, andamos o Brasil inteiro, preparamos uma proposta, está na Comissão de Constituição e Justiça, o Congresso aprecia hoje uma medida provisória que procura mudar a Lei do Sistema Nacional de Defesa Civil, e a realidade se impõe.

Dois ministros foram no Acre e assumiram um compromisso. O Ministro Fernando Bezerra, o Ministro das Cidades. Foram lá e assumiram o compromisso do socorro com o Governador Tião Viana e com o Prefeito Raimundo Angelim, e o lamentável é que, com o compromisso assumido, funcionários inclusive do próprio Ministério da Integração, como o Secretário Executivo e o próprio Ministro, empenhados, mas a burocracia impede que a ajuda chegue.

Falei para a Ministra Ideli: o Governador pediu 12 milhões de socorro para emergência, para comida, para água, para assistência, que o Estado está dando, porque o Governo do Estado não está medindo esforços. O Prefeito Angelim pediu 9 milhões, ou seja, R\$21 milhões para socorrer e apenas R\$1 milhão chegou!

A Ministra Ideli, que nos acolheu muito bem, assumiu de tomar providências. Mas, como ex-prefeito, como ex-governador, por já haver enfrentado situações parecidas com essa, mas nada igual, porque esse é o maior desastre natural da história do Acre, eu lamento que o Brasil ainda trate com certo descaso o problema da Defesa Civil.

E o pior: os instrumentos que são criados não funcionam no momento que deles se precisa! Tem um cartão da Defesa Civil. O Prefeito Angelim, de Rio Branco hoje me falava sobre o cartão. Agora, para se dar transparência, há o cartão da Defesa Civil. O prefeito vai assumindo os compromissos, usando aquele cartão do tal 1 milhão.

Mas, diferente do nosso cartão de usuário, não há débito nesse cartão; é apenas crédito. E aí você está no interior da Amazônia, vivendo o problema da situação de calamidade, onde o Banco do Brasil não funciona, onde nenhuma agência dos Correios ou agência bancária funciona, e você tem que andar com o cartão para fazer os pagamentos para o dono do caminhão, alugado para fazer mudanças!

Essa é uma situação... Parece uma ilha da fantasia. Faz-se algo no País pensando-se no Sul e no Sudeste, é uma outra realidade. O prefeito me dizia hoje que alugou seis caminhões de pessoas proprietárias. Agora, um deles tem que conseguir uma máquina de cartão de crédito para receber o dinheiro em nome dos seis.

Então, são situações que nós, parlamentares, legisladores, podemos, devemos mudar. Há boa vontade, há até decisão tomada, mas as coisas não acontecem. Se o Governador Tião Viana, o Prefeito Raimundo Angelim, a Prefeita Leila estivessem esperando os recursos para começar a socorrer, o milagre que estamos vivendo no Acre não teria acontecido. Mais de 100 mil pessoas afetadas em Rio Branco e nenhum óbito ligado diretamente à subida das águas.

Lamentavelmente, perdemos a vida de um jovem voluntário que estava atendendo, entregando cestas básicas, e morreu eletrocutado pela irresponsabilidade de pessoas que, ilegalmente, faziam ligações clandestinas de casa. É uma fatalidade!

Mas eu gostaria de encerrar as minhas palavras dizendo que a própria cobertura da imprensa nacional não tem sido adequada com o Acre. Eu agradeço àqueles que se manifestam, mas a grande imprensa está tratando o maior desastre natural da história do Acre, que afetou milhares de vidas de pessoas que não terão jeito... São pessoas que perderam tudo! O pouco que tinham foi perdido. Quando há problemas em outras regiões, há solidariedade de toda parte, a imprensa reservando espaço para mobilizar, e la-

mentavelmente nós tivemos, ontem mesmo, no Jornal Nacional, uma lamentável cobertura do que está ocorrendo em Rio Branco; lamentável sob todos os aspectos a cobertura do Jornal Nacional. E eu espero que a imprensa brasileira, que é tão importante como instrumento de mobilização, de informação e até de questionamento, principalmente de questionamento dos próprios governos, possa colaborar com uma população que passa por dificuldades, pois só a união de todos pode diminuir o sofrimento dessas famílias.

O Governador Tião Viana está se dedicando, de manhã, à tarde e à noite, para bem conduzir esse problema. O Prefeito Raimundo Angelim também. As forças que trabalham na área de segurança, todo o pessoal da defesa civil, inclusive federal, também estão empenhadas, mas nós temos de fazer correções imediatas. A bancada federal está unida, oferecendo, inclusive, as emendas todas de bancada e pessoais para serem convertidas em ações imediatas para socorrer as famílias. Mas eu venho aqui, à tribuna do Senado, para pedir, como já fiz para a Ministra Ideli, que haja uma atenção diferenciada para a situação de sofrimento da população acriana. É muito importante. O Governador Tião Viana precisa de recursos, de apoio para seguir conduzindo bem esse drama que uma parcela enorme do povo acriano enfrenta. O Prefeito Raimundo Angelim precisa desse apoio. E eu, como ex-prefeito, como ex-governador e como Senador, não posso me calar diante dessa necessidade.

Estou indo para Rio Branco amanhã e espero, sinceramente, levar boas notícias para os gestores dessa crise por esse grande desastre natural que ocorreu no Acre com a cheia do rio Acre.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado. Que a sensibilidade possa tocar o coração de todos para ajudarem e serem solidários com as dificuldades que o povo acriano enfrenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossa total solidariedade, Senador Jorge Viana. Leve um abraço ao nosso amigo, ex-Senador Tião Viana e também ao Prefeito Angelim.

Tenho certeza de que, no que depender desta Casa, estaremos caminhando juntos hoje e sempre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí.

Dispõe V. Ex^a do tempo regimental para o seu pronunciamento com a devida tolerância sempre desta Presidência com o seu discurso.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana anterior ao Carnaval nós estivemos aqui registrando alguns fatos do Estado do Piauí e eu coloquei uma cobrança em cima de uma mensagem oficial do Governo do Estado, lida na abertura do ano Legislativo, na Assembléia legislativa do Piauí. E ao buscar as informações corretas, nós vimos dados bem diferentes da realidade, onde lá eu destacava principalmente a área que nós definimos como prioritária e temos tido uma atuação aqui no Senado em relação à educação, onde fazemos parte, desde que chegamos aqui, como membro da Comissão de Educação do Senado, um dado que se fosse verdadeiro, seria um dado que nós tínhamos que conhecer *in loco*, conhecer esse modelo tão exitoso de educação do Estado. Onde lá o que nos despertou foi que o Estado tinha saltado de 2010 – quando o ex-Governador, hoje Senador Wellington Dias, havia deixado o Estado para se disputar o Senado – de 19 escolas de tempo integral para 181 escolas. Era um dado impressionante, porque se em oito anos um governo tinha conseguido implementar apenas 19 escolas, 2,4 escolas/ano; o outro que assumiu, em um tinha feito 162 escolas. É um resultado que, sendo verdadeiro, deveria ser coberto de aplauso.

Mas buscando esses dados nós vimos que nem era 19, porque o MEC tem registrado um número maior, porque no MEC há um registro de 40 escolas de tempo integral, nem a realidade de hoje que é 181. E esse tema e essa cobrança geraram uma polêmica muito grande que tomou todos os jornais, todos os canais de televisão, todos os portais. E foi uma cobrança tão forte que obrigou o governo a divulgar uma lista de onde estavam implementadas essas 181 escolas de tempo integral.

Mas, de lá para cá, começa a tentar justificar todos esses dados com outros programas implementados pelo Ministério de Educação, como é um programa de ampliação de jornada, que em algumas escolas turmas são acrescidas em mais duas horas e meia de aula em um contra turno escolar e que se chama Programa Mais Educação.

Hoje, nós não sabemos, nós não conseguimos identificar, de uma maneira clara, qual a escola de tempo integral no Piauí e quais as escolas que estão implementadas nesse Programa Mais Educação, do Ministério da Educação.

Começamos todo um trabalho em cima dessa lista divulgada pelo governo do Estado de uma equipe, não só nos, mas a própria imprensa de verificar *in loco* para não sermos levianos ao fazermos qualquer crítica ou cobrança administrativa em um área que nós

entendemos que é mais importante para um Estado pobre economicamente, mas rico em recursos naturais, que é o Estado do Piauí alavancar o seu verdadeiro desenvolvimento e transformar a realidade econômica e social do nosso Estado, sem ter como base firme, em dados concretos, de estatística confiáveis, porque é por meio das estatísticas, Presidente Paim, que conhecemos a realidade do nosso Estado, das nossas comunidades, seja ela na saúde, seja na educação, seja nos programas sociais, seja na qualidade de vida. E aí nós continuamos a ver e nos surpreendemos e continuarmos fazendo esse levantamento, de escolas. Colocamos até um grupo técnico para acompanhá-las, ainda hoje nós vemos portais de Teresina fazer aqui também acompanhamentos e lançar a matéria, como aqui o portal GPI, ontem a TV Cidade Verde fez uma reportagem de escolas que estão nas listas, mas que há seis meses estão fechadas.

Mas eu fico muito triste, Senador Paulo Paim, porque essa escola é até de um gaúcho, que é o nosso Presidente Vargas. Presidente e fundador do PTB, lá de São Borja. Essa escola infelizmente não funciona.

Aqui tem depoimento de uma diretora, Escola Anicota Burlamaqui, que inclusive diz que a escola já teve até o registro na Receita Federal cancelado, mas consta da lista das escolas de tempo integral. E os alunos que existiam nessa escola foram absorvidos – a diretora é a Sr^a Deusa Silva – por essa outra escola que consta da lista. Encontramos outras distorções. Aqui encontramos, está aqui na reportagem, a Escola Vaz da Costa, em que o Diretor Titular Gilvan Cabral diz que a escola fica prejudicada em receber recursos até de outros programas de educação, porque ela até hoje não tem a regularização fundiária da escola. Quer dizer, a titularidade da propriedade ainda não é do Estado do Piauí.

Então, são dados como esses, Presidente Paim: escolas que constam da lista que estão hoje transferidas para Municípios; escolas sem estrutura física, como no interior do Estado, na cidade de Valença, com um contingente de quase 400 alunos, sendo que 150 são colocados como turma de tempo integral, escolas que possuem banheiro sem porta, sem chuveiro. Como esses alunos passam o dia na escola, sem condição de tomar um banho para revigorar suas energias para o contraturno escolar à tarde? Escolas sem estrutura acadêmica. Nós vimos – e isso foi reportagem e denúncia até na *Folha de S. Paulo* – professores que passam para lecionar História e hoje estão lecionando Física. Não sei como funciona isso.

É uma gama de distorções, de absurdos.

Nós estivemos, na semana passada, Senador Ricardo Ferraço, na zona leste de Teresina, bem central,

na Escola Darcy de Araújo. Uma obra em uma escola dessas de tempo integral foi paralisada, e o construtor, revoltado, colocou uma placa: "Paramos a obra por falta de pagamento do Estado".

É por isso, Presidente Paulo Paim, que nós temos que ter aqui – e eu sempre pautei minha conduta e minha postura no Senado de fazer cobranças em cima de dados concretos – que a gente possa, em um Estado que sabemos que tem dificuldades a serem suplantadas com muito esforço, com muito trabalho e determinação, como é o nosso valoroso Estado do Piauí, onde deveria iniciar o ano letivo nesta semana... Talvez o Piauí seja um dos últimos Estados a iniciar o ano letivo. Era para começar na segunda-feira agora, dia 6 de março, mas os professores do Estado também deflagraram uma greve.

Então, é o pior dos mundos, é o pior da falta de confiança nos dados que orientam os programas da educação, é o pior da estrutura.

Nós vimos uma reportagem que passou ontem na televisão do nosso Estado, na SBT do Piauí, que mostrou que o Iftet do Estado doou equipamentos para uma escola supostamente de tempo integral, e a escola os recebeu. Os equipamentos estão há mais de um ano no corredor da escola. Ainda estão no corredor da escola. Da mesma maneira que desceram do caminhão foram deixados na escola.

Então, é lamentável. Nós ficamos perplexos.

Soube até do programa extraoficial – não quero ser leviano e dizer que isso aconteceria – do PSB nacional, que deve ir ao ar. O Piauí teria uma exceção nesse programa para mostrar um modelo de escola de tempo integral que existe no Estado do Piauí. É bom, antes de mostrar isso, visitem as escolas de tempo integral no Estado do Piauí, para não cometerem um equívoco, principalmente num partido tão valoroso, de uma história tão bonita. Lembro-me aqui da história de luta do Governador, do líder político Miguel Arraes, que deu ao PSB essa visibilidade exponencial em nível de Brasil.

Fico muito preocupado com ações dessa natureza e tenho recebido diversos *e-mails* de manifestações de professores, de denúncias de situações que agravam muito mais.

Isso me levou, Presidente Paim, a entrar com um requerimento no Senado. De acordo com o Regimento Interno do Senado, requeri que seja solicitado ao Sr. Ministro da Educação Aloizio Mercadante um número grande de informações, até para saber se o Ministério tem conhecimento, como está fiscalizando, como está acompanhando, definindo conceitos desse programa, para que fique claro, porque o secretário disse que estamos compreendendo diferentemente o

programa. Mas eu quero definir conceitos claros. Quero saber quantidade de recursos que já foram transferidos para o Estado do Piauí, se esses recursos estão sendo acompanhados, a sua aplicação, a previsão de recursos para o futuro, que deverão ser aplicados. Inclusive, incluí aqui mais um assunto que eu acho de suma importância que é informações sobre o programa Saúde na Escola. É outro tema que nós vamos tratar.

Nós vamos tratar do tema da Campanha da Fraternidade deste ano, a saúde pública, para uma saúde mais justa, humana, resoluta, que atenda à população na resolução dos seus problemas maiores. Então, é um requerimento que encaminhamos. Temos certeza de que o Ministro nos dará essas informações para que tenhamos um quadro real e para saber se o Ministério da Educação tem acompanhado o verdadeiro quadro na implantação dessas escolas, tanto das escolas de tempo integral no Estado do Piauí, quanto na implantação deste programa da Presidente Dilma, Mais Educação.

Presidente Paim, aproveitando esta oportunidade, quero fazer alguns registros. Quero dar entrada num voto de pesar.

Esta semana faleceu em Teresina o professor Eli Batista. O professor Eli Batista iniciou seus estudos em dança há pouco mais de 40 anos no Teatro Municipal de São Paulo. Em seguida, voltou a Teresina, onde fundou a escola de dança. Mas o mais importante do trabalho pela cultura no Estado, primeiro, é o trabalho comunitário que ele realizava na cidade. Ele faleceu de infarto fulminante, mas era um homem de coração muito bom, grande, que deixou... Eu estive no seu velório e vi a comoção de pessoas, de alunos e ex-alunos que prestavam sua solidariedade.

Eu quero aqui dar entrada neste requerimento e que seja extensivo a sua família, aos filhos, à Tamires e ao Eli Junior, a sua mãe, com o reconhecimento do trabalho, principalmente comunitário, que o professor Eli Batista desenvolveu no Estado do Piauí.

Quero registrar também, Presidente Paim, que hoje estivemos no lançamento de suma importância do livro *Brasil em Dados Comparativos das Unidas Federadas*, de autoria do Deputado Júlio César Lima, do PSD do Estado do Piauí. Ele é um estudioso. Nesse livro, tenho certeza, temos diversos Brasis e temos que lutar para que sejamos um único Brasil, justo, como aqui foi bem colocado, por meio da educação, pelo Senador Benedito de Lira, mas aqui mostra as diferenças que temos na economia, nos recursos, nos investimentos e os desafios que temos. É um livro completo. O Deputado Júlio César é muito criterioso, que estuda muito bem essa radiografia dos números, das estatísticas de todo o Brasil.

Para finalizar, Presidente Paim, eu teria mais um discurso sobre seguro safrá, mas vou deixá-lo para outra oportunidade. Entretanto, queria pedir que, conforme o Regimento, ficasse registrado um discurso que eu devia ter feito há algumas semanas sobre saúde pública. Quero pedir que ele seja registrado nos Anais da Casa, pois esse é um tema de que vamos tratar muito neste ano. Vamos tratar, inclusive, da saúde pública no Estado do Piauí, tema de suma importância.

Tenho certeza de que as vezes em que tivemos audiência com a Presidente Dilma, do olho clínico, da preocupação que a Presidente Dilma tem com a saúde pública, assim como da liderança e da competência que o Ministro Padilha tem à frente do Ministério da Saúde. Pelas suas ações e pelo trabalho que vem desenvolvendo, acredito que ele ficará na História como um grande Ministro da Saúde do Brasil. É um tema sobre o qual vamos discutir, mas queria que ficasse, conforme o Regimento do Senado, esse discurso.

Por fim, quero dizer que estão assistindo à sessão nesta noite, até esta hora, quase 20h50min, o Vereador de Teresina, Olésio Coutinho, do PTB, Líder do Prefeito Elmano Férrer na Câmara Municipal, a Secretária do Cerimonial da Prefeitura, a quem, carinhosamente, chamamos “Dona Rosarinha”, e o Secretário Geral do PTB no Estado do Piauí, Sr. Rossini Lima.

Agradeço a tolerância da Mesa.

Esses são os fatos que eu queria registrar a respeito do nosso Piauí.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB/PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje gostaria de me manifestar sobre um tema que certamente trará um debate acalorado para o Plenário desta Casa. Estou me referindo ao projeto de regulamentação da emenda constitucional nº 29, de 2000, de autoria do estimado ex senador Tião Vianna, atual Governador do Estado do Acre, que foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados e que está novamente tramitando no Senado.

Neste ponto acredito ser importante fazer alguns comentários sobre este projeto, o PLS 121/07 Complementar – Sr. Presidente, estou fazendo todas estas referências porque gostaria, com esse pronunciamento, de passar o máximo de informações aos brasileiros e brasileiras que acompanham diariamente os trabalhos do Congresso Nacional e, com isso, trazer a população, por intermédio de seus representantes, para a discussão e votação desta importante matéria.

Para os que não possuem acesso à internet, farei um pequeno resumo do que estamos tratando aqui: A emenda constitucional nº 29 foi promulgada em 2000, mais precisamente no dia 13 de setembro daquele ano, e a partir de então Estados e Municípios passaram a ser obrigados a aplicar, respectivamente, 12% e 15% de suas arrecadações tributárias na manutenção da saúde pública. Na época, foi a solução encontrada para garantir investimentos mínimos para a saúde.

Todavia, Sras. e Srs. Senadores, o que era para ser uma fonte fiel de recursos para a saúde pública acabou por ser transformar em uma fonte alternativa para gastos do administrador público. Com os recursos da emenda nº 29 estão sendo pagos despesas com merenda escolar, despesas com ações de saneamento e, até mesmo, para pagamento de serviços de coleta de lixo público, dentre outros. Tais ações, certamente, são importantes para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, mas este recurso, o proveniente da emenda nº 29, não tinha esta destinação.

Para por fim a essa distorção, o ex senador e médico Tião Vianna apresentou em 2007 um projeto para regulamentar como poderiam ser gastos os recursos destinados pela emenda nº 29. Como o próprio autor definiu em seu projeto, as ações e serviços públicos de saúde são implementadas de modo a impedir que atividades alheias à área sejam financiadas com recursos da saúde e que a população fique desassistida.

Sr. Presidente, praticamente todos os dias vemos algumas autoridades do governo brasileiro falarem sobre a necessidade de criação de um novo imposto para a saúde, a Contribuição Social para a Saúde -CSS, uma espécie de CPMF – aquele imposto sobre movimentações financeiras que foi criado com o objetivo de arrecadar mais recursos para a saúde, se levarmos em consideração o principal entrave para uma saúde mais eficiente, e xxxxx é o seu financiamento.

O Governo não conseguiu implementar a CSS no momento em que apreciou o projeto que regulamenta a emenda nº 29 na Câmara dos Deputados. E agora, no Senado, essa alteração não pode prosperar. De antemão, informo meu posicionamento contrário a criação de um novo imposto para a saúde. Acredito que o problema não seja apenas falta de recursos, e sim a má gestão destes. E o problema da saúde pública não é um problema recente no Brasil.

Não podíamos falar em saúde no Brasil nos tempos de colônia. Naquelas épocas, em caso de enfermidade, o doente somente poderia recorrer a um pajé, que entoaria cantos e usaria ervas para promover a “cura” do seu paciente, ou então aguardar a visita de um boticário, que eram os profissionais de saúde, tidos como experts no uso de fármacos e medicamentos,

que viajavam pelo Brasil Colônia vendendo os seus produtos. Estas foram as únicas formas de assistência médica no Brasil à época.

As coisas somente começaram a mudar em nosso País com a chegada da família real portuguesa, em 1808. Para atender as necessidades da corte recém instalada no Brasil foram criadas as 2 primeiras escolas de medicina, já que nesta época existiam apenas 4 médicos na cidade do Rio de Janeiro. E nada mais foi feito no Brasil até a República. As primeiras medidas sanitárias no Brasil foram promovidas pelo médico Oswaldo Cruz, nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves nos anos de 1902. Oswaldo Cruz foi designado para dar uma solução para os problemas de saúde do antigo Rio de Janeiro, dada a ausência de saneamento básico na cidade e as várias doenças que se espalhavam facilmente. A população não entendeu bem as medidas adotadas pelo médico sanitário o que resultou na Revolta das Vacinas.

Muita coisa ainda se passou até a chegada do Serviço Único de Saúde – SUS, oriundo da Constituição de 1988, e que tinha como conceito básico a universalização do atendimento à saúde.

Sr. Presidente, nesta situação onde estamos discutindo quais serão os destinos para os recursos oriundos do pré sal, e ouvimos, quase que diariamente, senadores fluminenses falando sobre os prejuízos que o Estado do Rio de Janeiro poderá sofrer com a divisão dos royalties do pré sal com estados não produtores, gostaria de fazer algumas ponderações com o objetivo de aprofundar um pouco este debate. Tenho ouvido atentamente aos pronunciamentos onde são comparados números do meu Estado, o Piauí, e números do Estado do Rio de Janeiro.

Vamos, então, aos números referentes ao ano de 2010, que tiveram como fonte o IBGE, SIAFI, Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria do Tesouro Nacional, todos dados públicos e acessíveis aos cidadãos.

Comparando índices per capita e tendo em vista que a população do Piauí corresponde a 1,64% da população nacional, enquanto a população do Rio de Janeiro corresponde a 8,39%, temos que a média nacional é de R\$ 2.509, a renda per capita do Estado do Piauí é de apenas R\$ 1.676; já a do Estado do Rio de Janeiro é de R\$ 3.052, quase 40% a mais do que a média nacional.

Vamos avançar mais um pouco. Enquanto apenas 13,48% da população é considerada pobre no Estado do Rio de Janeiro, este percentual eleva-se para 38,59% da população no Piauí, sendo que a média nacional é de 21,42%. Ou seja, o Rio de Janeiro tem uma população considerada pobre abaixo da média

nacional. Com relação à expectativa de vida, a média nacional é de 73,09 anos. No Rio de Janeiro é superior, quase 74 anos. Já no Piauí a expectativa de vida não chega a 70 anos. Mortalidade infantil, outro dado relevante: média nacional 22,5 mortos por mil nascimentos; No Piauí essa média é bem superior. De cada 1000 crianças que nascem 26,2 vão a óbito. No Rio de Janeiro esse número é inferior a média nacional, de 18,3 mortes por mil nascimentos.

Já que meu pronunciamento é sobre saúde, vamos a dados sobre a saúde: enquanto a média nacional dos recursos per capita aplicados pelo SUS é de R\$ 153, no Rio de Janeiro este valor chega a R\$ 215. Já no Piauí o valor é de apenas R\$ 139, portanto abaixo da média. Sobre os recursos per capita aplicados para a assistência farmacêutica e insumos estratégicos temos como média nacional R\$ 30. O valor destinado para esta finalidade no Piauí é de apenas R\$ 19 enquanto o Rio de Janeiro recebe R\$ 41.

Por estas razões, e por acreditar que o petróleo do pré sal é um patrimônio do Brasil, que estamos lutando por uma distribuição mais igualitária dos recursos que advirão do fundo do mar, na costa brasileira, e não de parte o território de um ou outro estado, dito produtor. Recursos que poderão financiar a educação e a saúde, requisitos imprescindíveis para o avanço do nosso País.

É óbvio que evoluímos no trato à saúde pública, mas ainda vivenciamos graves problemas, desde falta de médicos e medicamentos até problemas de infraestrutura nas unidades de saúde, que em muitas vezes são inadequadas e desprovidas de recursos elementares para as ações de saúde que são neles previstas. Mas, no meu entender Sr. Presidente, o maior problema para a questão da saúde pública no Brasil é a má gestão dos recursos. E por esta razão sou totalmente contrário a criação de um novo imposto com esta finalidade.

Vejamos, a Organização Mundial da Saúde – OMS divulgou recentemente seu relatório anual, e os dados são alarmantes. Das 192 nações avaliadas pela OMS, apenas 41 têm um índice mais preocupante que o do Brasil.

Segundo a OMS, a prioridade política do governo em relação à saúde é mensurada pela quantidade de recursos do orçamento nacional que é destinada ao tema. A parcela do Orçamento do governo brasileiro destinada à saúde é de apenas 6%. Para se ter uma idéia comparativa sobre esse valor, a média africana é de 9,6%.

O Brasil está entre os 24 países que menos destinam recursos de seu Orçamento para o setor. O nosso índice é menos da metade da média mundial, de 13,9%.

Além disso, os dados da OMS apontam que 56% dos gastos com a saúde são financiados pelo “bolso do cidadão”, e que os 44% restantes são arcados pelo Governo. Com isso, o custo médio da saúde ao bolso de um brasileiro é superior ao da média mundial.

Gostaria de fazer uma pergunta àqueles que defendem a criação da CSS: se a saúde é vista como o problema número um do Brasil., por que ainda gastamos mais em outros setores do que em saúde?

Antes de falar na criação de um novo imposto deveríamos trabalhar para que fossem criados meios que permitissem a melhoria da gestão dos recursos já existentes para a saúde pública. Um perfeito exemplo disso seria o Conselho de Gestão Fiscal para os recursos da Saúde que ainda não está em vigor apenas por falta de regulamentação.

Aprimorar a gestão da saúde pública significa basicamente melhorar a aplicação dos recursos, combatendo o desperdício e, principalmente, os desvios nos órgãos públicos.

Mas, Sr. Presidente, também precisamos entender que para melhorar as condições de saúde para a população brasileira serão necessárias várias medidas. Não podemos tratar a questão da saúde pontualmente. Se nós investirmos mais recursos na educação estaremos promovendo melhorias para a saúde pública; também precisamos investir mais recursos em políticas de saneamento básico; da mesma forma, mais recursos em programas sociais de combate à miséria; mais investimentos em habitação e urbanização; precisamos promover políticas públicas que promovam a criação de novos postos de trabalho, e, conseqüentemente, em um aumento de renda; todas são ações imprescindíveis para promovermos, mesmo que indiretamente, para a melhoria da qualidade de vida, com mais saúde e com menos gastos.

Sras. e Srs. Senadores, podemos perceber a conexão entre todas essas ações. Com mais educação, mais trabalho e renda, melhores condições de moradia e uma melhor qualidade de vida refletirão em menos problemas de saúde. A filosofia chinesa adotou uma ordem de prioridade para a aplicação de recursos em seu governo.

Em primeiro lugar vinha a aplicação de recursos para alimentação do povo. Em segundo, a aplicação de recursos para a construção e melhoria das habitações para moradia. Depois, em terceiro lugar, vinham os gastos para a educação. No quarto lugar figurava gastos com transporte e investimentos na geração de trabalho. Somente em quinto lugar que apareceria gastos com saúde da lista de prioridades. E qual a razão para a saúde aparecer somente em quinto lugar? Porque se acreditava, e concordo plenamente com esse

pensamento, que uma pessoa que estivesse bem alimentada, que morasse em um lugar digno, que tivesse uma boa formação educacional, que tivesse acesso a meios de transporte e a um trabalho estaria menos propensa a ter problemas de saúde.

Sras. e Srs. Senadores, de tudo o que foi dito aqui, acredito que seja a corrupção o pior problema da saúde pública no Brasil. Somente entre 2002 e 2011 a Controladoria Geral da União -- CGU verificou que 2,3 bilhões de reais se esvaíram pelos ralos da corrupção no Brasil. A saúde, sozinha, responde por mais de um terço de todo o dinheiro perdido pela União com corrupção neste período. Mais de 6,8 bilhões de reais foram desviados, dinheiro que deveria ser usado em prol da população brasileira.

2,3 bilhões de reais, Sr. Presidente. Estou falando isso porque, como disse anteriormente, quero trazer a população para o debate sobre a criação de um novo imposto para a saúde.

Sras. e Srs. Senadores, vamos piorar um pouco mais a situação: esse número reflete apenas 3.205 fraudes ou outras irregularidades que foram identificadas pela CGU ou pelo Ministério da Saúde do número total de contratos e convênios firmados no período de 2002 a 2011. Imaginem o número de irregularidades que permaneceram encobertas e obscuras, e o montante de recursos decorrentes destas operações e que, infelizmente, não puderam ser descobertas pelo eficiente trabalho de nossos órgãos controladores. Isto porque a estrutura de controle dos recursos da saúde é mínima se comparado com os recursos que ela deve auditar. Por exemplo, para o controle dos recursos do SUS existem cerca de 500 auditores na ativa, e o número mínimo estimado pela própria União Nacional dos Auditores do SUS seria em torno de 1500 servidores.

Nos últimos quatro anos a CGU apontou desvios de R\$ 662,2 milhões no Fundo Nacional de Saúde. Somente esse valor permitiria a construção de 1.439 unidades básicas de saúde e de 24 Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), além de pagar os salários de um ano inteiro, com 13º salário, de 1.156 equipes do Saúde da Família.

São vários os exemplos dos desvios praticados. As fraudes mais comuns incluem compras e pagamentos irregulares, superfaturamentos, desperdício com construção de hospitais que não entram em funcionamento.

Apenas entre janeiro e junho de 2011, foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União 193 processos que versavam sobre a má aplicação de recursos para a saúde e que totalizavam um passivo de mais de 562 milhões de reais.

No Piauí os problemas da saúde pública deixaram o patamar da tolerabilidade para alcançar limites

inaceitáveis. A questão da saúde pública no meu Estado que já estava na UTI, em uma situação crítica, está agora entrando em uma fase terminal. Enquanto a maior parcela da população não dispõe de acesso a um serviço público de saúde de qualidade em todo o Estado, já que os postos de saúde não tem funcionado a contento, desencadeando um sério problema para a nossa capital, Teresina, que é obrigada a atender pacientes vindo de outros municípios, inclusive de outros estados, como do Maranhão.

Sr. Presidente, todos sabemos da importância de um Hospital Universitário para uma cidade. Ao mesmo tempo em que promove o ensino e o aperfeiçoamento dos estudantes que no futuro irão se tornar profissionais de saúde, permite que parcela da população – geralmente a mais carente e desprovida de recursos para financiar os elevados custos de um tratamento para suas mazelas – tenha um atendimento médico. No Piauí, o Hospital Universitário de Teresina está em obras há mais de 20 anos. Da mesma maneira ocorreu com o Hospital de Urgência de Teresina que demorou mais de 20 anos para ser concluído. Sr. Presidente, parece-me que o prazo médio para conclusão de uma obra hospitalar no meu Estado é de 20 anos, pelo menos. Não Consigo compreender isso. Mas retomando meu pensamento, depois de concluída a obra o Hospital de Urgência de Teresina, no momento de entrega à população desta nova e importante estrutura de saúde, já ficou evidenciado que o hospital estava sub dimensionado, dada a elevada carência de leitos hospitalares.

Agora surge uma nova luta neste debate, que é a construção de um Centro Materno Infantil, pois a nossa maternidade em Teresina está com a sua operacionalização comprometida. Na semana passada cinco bebês vieram a óbito na maternidade Evangelina Rosa, principal maternidade do Piauí e onde nascem em média 40 bebês por dia. Será que temos que passar novamente mais 20 anos para resolver este problema?

Dentre os desvios verificados no Estado do Piauí chegamos ao ponto de termos um servidor com uma carga de trabalho diária de 34 horas. Esse médico psiquiatra, do município de Cocai do Piauí possui nada mais, nada menos, do que 16 vínculos com o SUS. Fico imaginando como ele consegue cumprir uma carga de 34 horas de trabalho se o dia tem somente 24 horas. Ontem tive a oportunidade de falar sobre o Professor Antônio Cardoso do Amaral, do município de Cocai dos Alves, que também alcançou as manchetes dos jornais, porém por um motivo meritório, qual seja, levar educação de qualidade aos seus alunos. Impressionante o afastamento moral entre esses dois profissionais, um buscando o melhor para seus alunos, e o outro procurando o melhor para seu bolso.

Picos, também no meu Estado, em tese não deveria ter problemas com saúde pública. O Hospital Regional Justino Luz conta com 11 leitos de UTI e 123 médicos, segundo informações cadastradas no Ministério da Saúde. Da mesma forma, o Hospital Regional Cândido Ferraz, de São Raimundo Nonato, que funcionaria com 64 médicos e outros 60 profissionais; Hospital Regional Chagas Rodrigues, de Piripiri, com quadro funcional composto por 41 médicos e outros 159 profissionais. Há informações de postos de saúde que estão recebendo recursos para a saúde, mas que só funcionam no papel, ou melhor, no cadastro do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, acredito que os problemas da saúde pública no Brasil não serão resolvidos com a implementação da CSS. Gostaria de reiterar meu apelo para que a população participe deste importante processo, buscando informações, questionando os seus representantes, participando efetivamente das decisões que irão definir como serão aplicados os recursos para a saúde pública. Também temos que encontrar meios de fortalecer os mecanismos de controle e gestão dos recursos públicos, bem como aprimorar os métodos de publicidade, dando mais transparência à gestão.

Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, conheço sua grande competência, seu grande poder de execução e, principalmente, sua capacidade de articulação política. V. Exa. entende a realidade da saúde brasileira, uma vez que tem viajado Brasil afora em busca de soluções para o caos em que se encontra a saúde pública.

Parafraseando Santo Agostinho, concluo minhas palavras dizendo que: “A esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.”

Desta forma, finalizo conclamando os demais parlamentares que compõem a bancada do Piauí para que juntos possamos buscar soluções eficazes, com o intuito de elevar o patamar de qualidade da saúde pública do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador João Vicente Claudino, pelo seu pronunciamento, enfocando educação, saúde.

Todos os requerimentos apresentados por V. Ex^a serão encaminhados na forma do Regimento. Naturalmente, o voto de pesar também tem toda a nossa solidariedade.

Quanto aos seus convidados, sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Permita-me dizer que eu tenho uma bela parceria com o PTB lá no meu Estado pela liderança do meu grande amigo Senador Zambiasi, um Senador impecável no tempo em que esteve aqui. Digo de público que ele não é Senador porque não quis; se quisesse, ele teria sido imbatível nas eleições que passaram, mas deve voltar como Deputado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2011

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do professor de Dança e Empresário Helly Batista.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor de Dança e empresário Helly Batista, aos 56 anos, vítima de infarto fulminante ocorrido no último sábado, dia 25 de fevereiro de 2012, no Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Berta Batista, sua mãe, e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao professor de Dança e Empresário Helly Batista.

Helly Batista iniciou seus estudos de Ballet há pouco mais de 40 anos no Teatro Municipal de São Paulo-SP. Em seguida voltou a Teresina, onde fundou a Escola de Ballet Helly Batista, que no último ano de 2011 completou 30 anos de fundação.

O prof. Helly Batista deixa uma grande lacuna na cultura piauiense. Batalhador incansável, realizou inúmeros espetáculos de ballet, muitas das vezes sem qualquer ajuda pública, enfrentando inúmeras dificuldades, mas o fazia por puro amor à arte, à dança e à cultura. Ele foi responsável pela formação de diversas gerações de bailarinos e bailarinas do nosso Estado para o mundo, dentre elas podemos citar a Bailarina Mara Barros, vencedora de diversos prêmios e bolsas de estudos internacionais.

Atualmente dividia seu tempo além de sua escola de Ballet com a Fundação Municipal Monsenhor Chaves, em Teresina-PI, onde exercia o cargo de Diretor de Dança. Sua última aparição em público foi na passeata do Corso de Teresina no último dia 11 de fevereiro.

O Prof. Helly, deixa dois filhos, Tamires Batista e Helly Batista Júnior, este último que seguiu os passos do pai assumindo a direção de sua escola de Ballet além da profissão de bailarino.

Por estas razões, o Professor de Dança e Empresário Helly Batista é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2012. – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR.PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

De imediato, depois do brilhante pronunciamento do Senador João Vicente Claudino, passamos a palavra à Vice-Presidente da Comissão de direitos Humanos, Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, nosso querido companheiro de Bancada, que muito nos orgulha nesta Casa e que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem prestado um belíssimo serviço à sociedade brasileira. Parabéns, Senador!

Quero também cumprimentar os nossos colegas Senadores e Senadoras que aqui ainda se fazem presentes, os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado e dizer que ocupo a tribuna desta Casa, hoje, para fazer um breve balanço da participação do nosso mandato na reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas, o Comitê Cedaw.

Senador Ricardo Ferraço, nosso companheiro do Estado do Espírito Santo, que luta muito em defesa do nosso Estado, quero aproveitar esta oportunidade para fazer este relato que considero de fundamental importância.

A reunião do Comitê Cedaw ocorreu de 13 a 17 de fevereiro, em Genebra, na Suíça. Pelo Senado, além de mim, também esteve presente a Senadora Angela Portela.

A Comitê brasileira foi chefiada pela Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menecucci, e contou, ainda, com a participação da coordenadora da bancada feminina na Câmara Federal, Deputada Janete Pietá, e das Deputadas Aline Corrêa, Cida Borghetti e Gorete Pereira e servidoras da SPM, além de representantes do Conselho Nacional da Mulher, Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Previdência Social e da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra.

A semana que passamos nas Nações Unidas foi muito proveitosa. Tratamos de temas relacionados aos direitos das mulheres e políticas públicas desenvolvidas

pelo governo brasileiro para as mulheres. O relatório apresentado pelo nosso País foi acompanhado com grande expectativa por representantes de 23 países que compõem o Comitê.

A receptividade foi positiva e, ao mesmo tempo, desafiante, principalmente por causa da nova realidade do Brasil, com políticas públicas específicas para as questões da mulher, reforçadas no Governo da Presidenta Dilma Rousseff e com a mais recente vitória no STF que confirmou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha.

Além do relatório, a comitiva brasileira teve de responder a uma série de perguntas sobre as políticas públicas para o combate às diversas formas de violência contra as mulheres no País, como a miséria e a dificuldade de acesso à educação, à saúde pública e às demais políticas sociais.

A baixa representatividade das mulheres no Congresso Nacional chamou a atenção na reunião do Comitê Cedaw. A representante do Brasil nos organismos internacionais em Genebra, a Embaixadora Maria Nazareth Farani, destacou que o número de Deputadas e Senadoras é muito baixo, apesar de as mulheres serem a maioria da população. Precisamos reconhecer que, nesse tema, o Brasil não conseguiu avançar muito. Podemos avaliar que conseguimos um avanço em termos qualitativos, mas ao em termos quantitativos, que também é importante para aumentar a representação política das mulheres. E foi nessa linha que, ao falar nas Nações Unidas, Senador Paim, eu defendi uma reforma política que assegure maior participação das mulheres nos espaços de poder. Disse que, apesar de o Brasil ter mulheres em pontos-chave da administração federal, além da Presidenta Dilma e das dez ministras que fazem parte do governo, a atual bancada feminina na Câmara Federal representa apenas 8,77% do total da Casa, com 45 Deputadas Federais. No Senado, aqui, eram 12 Senadoras – hoje, o número se reduziu para nove, considerando que algumas saíram para ocupar outras funções fora daqui –, mas somos muito poucas dentre os 81 lugares e precisamos, com certeza, avançar.

Também destaquei como estamos conduzindo aqui, no Senado, a proposta de reforma política e julguei, naquele momento, adequados a lista pré-ordenada nas eleições proporcionais, o financiamento público de campanha e a paridade nas candidaturas entre mulheres e homens.

Destaco que o tema foi motivo de cobrança das peritas e do perito que fazem parte do Comitê Cedaw que questionaram a participação das mulheres nos espaços de poder, durante a exposição do relatório pelo Governo brasileiro, apresentado pela Ministra da

Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

No Comitê, há o sentimento de que o Brasil conseguiu criar políticas públicas durante todo esse tempo de diálogo com os organismos internacionais. A preocupação agora é de que essas políticas realmente funcionem, que cheguem até as mulheres mais pobres e as que mais precisam de ajuda.

Durante a apresentação do relatório, deu para perceber que o Comitê está muito atento ao que se passa no Brasil, principalmente nos casos de violência física contra as mulheres. O Comitê acompanha esses casos que vêm sendo apurados e se os culpados estão sendo realmente punidos.

A efetiva implementação da Lei Maria da Penha, que depende de equipamentos públicos como casas-abrigo, delegacias equipadas, além de profissionais capacitados para lidar com a questão da mulher, também foi abordada pelo Comitê.

O relatório brasileiro apontou ainda a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, o STF, que colocou no âmbito público a decisão de abrir processo em caso de violência doméstica e de gênero. Essa foi uma decisão histórica que fará com que a Lei Maria da Penha seja realmente colocada em prática.

O Brasil, ao se tornar signatário do Cedaw, assumiu uma série de compromissos para o combate à violência contra a mulher, Senador Ricardo Ferraço. É importante fazer esse destaque. Entre as suas funções, o Comitê deve examinar os relatórios dos países participantes; formular sugestões e recomendações; instaurar inquéritos e atender mulheres vítimas de violação dos seus direitos.

No tocante à recente vitória que tivemos no STF, quero aproveitar este meu pronunciamento para elogiar a atuação da Deputada Federal e também minha companheira Iriny Lopes. A decisão do STF – não tenho a menor dúvida, Senador Paim – coroou a gestão da Ministra Iriny Lopes na SPM. O balanço da sua passagem pela Secretaria é extremamente positivo. A Ministra assumiu em um momento de grande conquista das mulheres brasileiras, junto com a primeira mulher Presidenta do Brasil, e imediatamente tomou a decisão de alinhar as políticas da Secretaria à pauta proposta pelo Governo Dilma, a erradicação da miséria, que envolve também a mulher no mundo do trabalho.

Alinhada ao eixo principal, a Ministra Iriny elegeu como prioridades em 2011 a autonomia econômica e social das mulheres e o avanço na consolidação dos programas de enfrentamento à violência.

Durante todo o ano de 2011, a SPM se dedicou a consolidar o programa de enfrentamento à violência contra a mulher e a construir um programa de autono-

mia econômica. Este programa foi ratificado no final do ano, com a realização da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em que o eixo proposto de discussão foi a autonomia econômica. O resultado da conferência foi extremamente positivo.

Eu tive oportunidade de acompanhar, em meu Estado, o Espírito Santo, as Conferências Municipais, em alguns Municípios, a Conferência Estadual e estive também aqui na Conferência Nacional.

Esse programa de autonomia econômica representa tratar da questão da mulher no mundo do trabalho e a defesa da igualdade entre mulheres e homens.

Temos hoje o Projeto de lei nº 6.653, de 2009, o chamado PL da Igualdade, que cria mecanismos para prever e coibir a discriminação contra a mulher nas relações do trabalho.

Seria importante, com certeza, a aprovação desse projeto, na Câmara Federal, até o dia 8 de março deste ano. Ele representará um grande avanço, e essa é a nossa expectativa.

Hoje, as mulheres estudam mais tempo que os homens, mas ganham menos, além de ocuparem, em menor proporção, cargos de comando e chefia.

A questão de autonomia econômica, por si só, não resolve todos os problemas de uma mulher, mas, quando tem autonomia econômica, ela se sente, com certeza, mais fortalecida para enfrentar a violência. Quando se empodera economicamente uma mulher, quando garantimos a ela um programa de autonomia que prevê a construção de mais creches e mais equipamentos sociais, ela sabe que tem condições de sair da situação de dependência e criar os seus filhos longe do seu parceiro, que a violentou, que cometeu atos de violência.

Na SPM, a atuação da Ministra para garantir direitos às mulheres no mundo do trabalho e a participação na centésima Conferência da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, foram fundamentais.

A Secretaria integrou a delegação brasileira, composta também por representantes dos sindicatos de trabalhadoras domésticas e abriu articulações para a ratificação da Convenção nº 189, que trata da igualdade de direitos trabalhistas entre as empregadas e os empregados domésticos. Um dos passos considerados essenciais para a ratificação é a votação pelo Congresso Nacional da Proposta de emenda à constituição, a PEC 789/2010. Desde já, faço aqui um apelo para que votemos a favor dessa PEC e do PL da Igualdade, pois os avanços previstos nela podem beneficiar milhões de empregadas e empregados domésticos em nosso País.

Outra ação que julgo fundamental, construída na gestão da Ministra Iriny, é a que garante a repactuação

da violência contra as mulheres nos Estados. Quando a Ministra Iriny Lopes assumiu, havia apenas um Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Paim, o seu Estado, que não havia assinado o pacto. Com a eleição do Governador Tarso Genro, o Estado assumiu os compromissos do pacto. Na gestão da Ministra, tivemos também um novo olhar sobre aqueles Estados que, embora já tivessem assinado o pacto, o enfrentamento não se dava de maneira adequada.

No final de 2011, a Ministra repactuou, por exemplo, os Estados do Amazonas e do Espírito Santo, para que tivessem um trabalho mais específico nesta área. Isso sem citar a ampliação da Central de Atendimento à Mulher, o 180 internacional. Hoje, as mulheres brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e na Itália têm um número que podem ligar e ter orientação sobre vários serviços e ajuda de nosso Governo para saírem da situação de violência em que se encontram.

Para mim, no entanto, uma das grandes, maiores qualidades da gestão da Ministra na SPM foi o imenso potencial de articulação política que hoje resulta, por exemplo, em avanços significativos na área do enfrentamento à violência. Do diálogo com os Poderes constituídos chegamos ao pacto para enfrentar a impunidade dos casos de violência assinado pela SPM, Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, tribunais de justiça, colegiados de Procuradores de Justiça e Defensorias Públicas.

A capacidade de articulação política da Ministra ficou muito evidenciada e foi confirmada aos olhos de todas e todos na semana do seu desligamento da SPM com a grande vitória no Supremo Tribunal Federal. A Ministra foi a grande responsável por articular a garantia da constitucionalidade da Lei Maria da Penha na Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada pelo STF, onde foi questionada a legislação. Também negociou junto ao Judiciário, ao Movimento de Mulheres, ao Movimento Social, outro direito fundamental, que é de um vizinho, de qualquer pessoa da família, de um parente, do Ministério Público ou de qualquer outra pessoa poder denunciar o agressor nos casos de violência doméstica contra a mulher, mesmo que a vítima não apresente queixa contra quem a agrediu – isso é um grande avanço, Senador Paim. A gente sabe que não é fácil para uma mulher denunciar o seu parceiro, denunciar muitas vezes o pai dos seus filhos e se mostrar para a sociedade como vítima de uma violência. Agora, com a decisão do STF essa pessoa, essa mulher, ou qualquer pessoa que fizer a denúncia no lugar dela, passa a ser uma responsabilidade de toda a sociedade.

Indiscutivelmente, a Iriny teve papel central de grande articuladora para essas vitórias. São vitórias,

evidentemente, que não são somente dela, mas de todas as mulheres brasileiras, pelas quais a Ministra trabalhou como ninguém. O legado da gestão Iriny para a atual gestão, especificamente neste ponto, faz toda a diferença no julgamento daqui para frente dos casos de violência contra as mulheres. A confirmação da lei e a possibilidade de qualquer pessoa denunciar o agressor ajuda a evitar a violência, salvar vidas e punir como se deve o agressor. E é exatamente pelo trabalho da Ministra a frente da SPM que faço questão de citá-la neste pronunciamento.

Parabéns, Iriny, pelo trabalho e bem-vida ao Congresso Nacional, onde retoma a luta pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres e dos pobres e oprimidos.

Sr. Presidente, eu não poderia concluir este meu pronunciamento sem citar o Dia Internacional da Mulher, que vamos comemorar na próxima quinta-feira, dia 8 de março. A data é mais um momento de tomada de consciência de que a igualdade entre homens e mulheres é um processo em permanente construção em nossa sociedade. É um dia de reafirmar a necessidade de políticas públicas, como a construção de mais creches. É data, também, de exigir que uma vida livre de violência é um direito de toda mulher. O Espírito Santo ainda é o Estado brasileiro onde mais mulheres são mortas.

Para combater tamanha violência criamos aqui no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a violência contra a mulher e vai sugerir políticas públicas de enfrentamento a essa trágica realidade. Se o conjunto de leis que protege as mulheres não é cumprido, nosso dever é lutar pela sua correta aplicabilidade. Sou relatora desta Comissão e não vou permitir que a proteção às mulheres continue a ser negligenciada.

Entre avanços e vitórias seguimos! A trajetória e a coragem das mulheres são exemplos de luta e de sadia transgressão, num mundo que ainda privilegia os homens em muitos aspectos.

Aproveito a ocasião para parabenizar a atual gestão do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo e destacar que entre as atividades em comemoração ao Dia da Mulher no meu Estado, no dia 8 de março, está previsto um ato público e atividades culturais, na Praça Costa Pereira, a partir das duas horas da tarde. Possivelmente, também nesse dia, teremos a posse do Conselho Estadual das Mulheres. É isso que nós esperamos. Ocorrerão atividades organizadas pela Via Campesina, em São Mateus, Município do norte do Estado, ao longo da próxima semana.

Aqui em Brasília, na noite do dia 8 de março, teremos um ato público seguido de *show* da cantora Maria Bethânia, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O tema adotado para comemorar a data pela SPM e Governo Federal é a Autonomia Econômica das Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável. O tema é muito apropriado já que o nosso País sediará este ano a Rio+20. A autonomia das mulheres é um elemento indispensável para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

Entendo que um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil deve ocorrer com a participação de setores tradicionalmente excluídos e as mulheres também têm um papel fundamental nesse sentido.

Por fim, encerro o meu pronunciamento, homenageando todas as lutadoras, em especial, as mulheres capixabas que ajudam na construção de um mundo melhor e acreditam que ousar e sonhar é possível para a transformação social que queremos. Aproveito, ainda, para saudar o movimento feminista e social do meu Estado e do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, para o momento.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Ana Rita, que fez um belo pronunciamento, levantando dados e números sobre a luta das mulheres, principalmente amparadas na Lei Maria da Penha. Lembro aqui o trabalho da ex-Ministra Iriny Lopes, que volta agora à Câmara, e enfatiza com muita força o dia 8 de março, que é a próxima quinta-feira, o Dia Internacional das Mulheres. Parabéns pelo conjunto do seu pronunciamento.

Passo, de imediato, a palavra ao nobre Senador, também do Espírito Santo, Ricardo Ferraço, do PMDB.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, eu não tive o prazer e o privilégio de estar presente no plenário do Senado quando V. Ex^a fez aqui um registro que, à distância, eu acompanhei, do fundo do seu coração, carregado de muita emoção pela homenagem que recebeu no Rio Grande do Sul, durante o Carnaval, uma festa de extraordinário valor cultural e popular para os brasileiros.

A minha convicção e a minha impressão é de que essa homenagem se justifica por uma vida e uma jornada devotada ao trabalho que V. Ex^a desenvolve no Senado. Tenho tido a honra de compartilhar com V. Ex^a do exercício do mandato, mas muito antes já o admirava pela coerência, pela forma combativa, pela forma firme como V. Ex^a defende as suas convicções, defende o Brasil e defende o glorioso Estado do Rio Grande do Sul. De modo que quero cumprimentar V.

Ex^a por mais essa homenagem que V. Ex^a recebeu dos seus conterrâneos do Rio Grande do Sul.

De igual forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

Mas me permita também, porque ontem houve a posse da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, eu estive lá e fiz questão de destacar a aprovação do projeto que V. Ex^a relatou, que regulamentou a profissão do comerciante no Brasil e que está na Câmara dos Deputados.

Parabéns a V. Ex^a e obrigado pelas considerações bondosas ao meu trabalho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas, meu caro Senador Paulo Paim, minha caríssima Senadora Ana Rita, colega de bancada que acabou de fazer uso da tribuna do Senado, justificando a importância de sua presença, da presença, enfim, de V. Ex^a nessa importante reunião em Genebra, V. Ex^a fez aqui um balanço da importância dessa reunião, dos avanços alcançados e de tantos outros avanços e desafios que precisam ser alcançados. Cumprimento V. Ex^a pela manifestação, pelo pronunciamento, pelo mandato que exerce aqui no Senado, que, para mim, não é surpresa alguma, até porque já convivia com V. Ex^a no Espírito Santo, não apenas como militante política, como militante do movimento social, como assistente social, representando, contribuindo e compartilhando com nós todos aqui da representação do nosso queridíssimo Estado do Espírito Santo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago para registro nesta noite artigo disponível na Internet e nas redes sociais do economista Ivan Ramalho.

O economista Ivan Ramalho foi ex-Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e é Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Comércio Exterior e fez, a meu juízo, uma pertinente, tempestiva e oportuna reflexão acerca de um debate que estamos travando nesta Casa. Ontem, inclusive, recebemos um conjunto relevante de entidades patronais, de centrais sindicais. E o movimento faz todo sentido porque todos nós precisamos estar engajados, e convergentemente engajados, na defesa e na luta da indústria brasileira, na geração de empregos na indústria nacional.

Evidentemente, nos preocupa o fato de a indústria brasileira estar perdendo participação na construção do nosso produto interno bruto. Há alguns anos, a indústria chegou a representar 25% do conjunto das riquezas que os empreendedores e os trabalhadores produziam em nosso País. O que era 25% se transformou em 16%, em 17%. É preciso que tenhamos muito cuidado com o que vamos fazer.

Falo isso não apenas como Senador que representa aqui o Espírito Santo. Falo também isso na condição

de relator do Projeto de Resolução nº 72, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e que, em seguida, estará tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos. Já dizia meu avô que caldo de galinha e prudência é muito importante para que as nossas decisões possam estar marcadas pela cautela e pela consequência, porque temo sinceramente que aquilo que se deseja não se alcance em função dos fundamentos econômicos.

Ou seja, o que está promovendo essa escalada de importações é a valorização do real em relação ao dólar. É a necessidade de importarmos insumos, máquinas e equipamentos para mantermos o crescimento da nossa base industrial brasileira. É isso que aborda o economista Ivan Ramalho, um homem experiente, ex-Secretário Executivo, ex-Ministro do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

Diz o economista Ivan Ramalho:

A balança comercial brasileira apresentou um excelente resultado no ano passado. O saldo de quase US\$30 bilhões, o melhor em quatro anos, foi obtido com exportações de US\$256 bilhões e importações de US\$226 bilhões, um recorde histórico.

Mas um dos pontos que merecem destaque nesse desempenho – e que muitas vezes não é percebido pelos analistas – é o extraordinário valor das importações que entram pelo Estado de São Paulo. As compras externas de São Paulo registraram uma diferença abissal em relação às importações dos demais Estados Federados.

As importações de São Paulo, destaca o economista Ivan Ramalho, alcançaram US\$82 bilhões em 2011, de um total de US\$226 bilhões, o que corresponde a 36% do total das importações em nosso País. O Estado do Rio de Janeiro, o segundo colocado, importou apenas US\$18 bilhões, quando nós comparamos com aquilo que importou o Estado de São Paulo. E o Estado de São Paulo não incentiva importação. Já os demais Estados brasileiros registraram importações em níveis bastante modestos.

Esses números comprovam que continua existindo uma enorme concentração das importações brasileiras no Estado de São Paulo. Isso se deve em grande parte à evolução das compras de insumos industriais, cujo crescimento no ano passado chegou a 41%, superando em muito as importações de bens de consumo do próprio Estado, cujo aumento foi de apenas 12%.

Ou seja, o valoroso Estado de São Paulo, que tantas contribuições deu e dá ao desenvolvimento nacional, tem esse peso em suas importações para alimentar o seu parque industrial com insumos, que são

absolutamente imprescindíveis para que São Paulo continue produzindo e contribuindo com o Brasil.

Mas o mesmo não ocorreu com as importações no Estado de São Paulo, no ano passado, que chegaram a US\$60 bilhões, ou seja, importou US\$82 bilhões e exportou US\$60 bilhões. O crescimento foi substancialmente inferior, de apenas 14%, quando comparada à expansão média das exportações brasileiras, em média 27%. O déficit comercial de São Paulo, de US\$22 bilhões, não impediu que, no primeiro ano de Governo da Presidente Dilma, o Brasil ainda assim encerrasse o ano com expressivo saldo comercial de US\$30 bilhões, naturalmente devido ao desempenho altamente superavitário do conjunto dos demais Estados brasileiros.

O resultado deficitário da balança comercial de São Paulo decorre fundamentalmente das pesadas importações de máquinas e equipamentos, bem como de componentes e insumos voltados ao processo produtivo dada à vocação eminentemente industrial do Estado de São Paulo.

Em meio a esse cenário, trava-se atualmente um grande debate acerca dos incentivos estaduais na importação, aplicado por alguns Estados do País, e que são objeto do Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010. Esse projeto originalmente tem como objetivo implantar a alíquota zero para o ICMS, incidente sobre o comércio interestadual de mercadorias importadas.

É notório que existe um robusto movimento do empresariado paulista para impedir a concessão dos atuais benefícios fiscais. Esses incentivos têm desempenhado um papel importante e buscam a promoção do desenvolvimento econômico e social das demais unidades federadas, ao estimular o desembarque de mercadorias em suas instalações portuárias. Quando você importa, gera uma escala, você gera uma competitividade para que você possa contribuir também com o movimento inverso, que é o movimento exportador.

Os incentivos colaboram decisivamente para a descentralização das importações. Note-se que a imensa concentração das importações no Estado de São Paulo foi sendo construída ao longo dos anos, mesmo em plena vigência dos incentivos fiscais concedidos por vários Estados, ou seja, para além dos incentivos que foram concedidos, ainda assim as importações no Estado de São Paulo subiram muito acima da curva e da média nacional, independentemente dos Estados que incentivaram importações para movimentar e dinamizar sua base econômica.

Não é demais reiterar que os incentivos estaduais não provocam um crescimento das importações brasileiras, como bem foi demonstrado em estudo da consultoria Rosenberg & Associados, encomendado pela Associação Brasileira de Empresas de Comércio

Exterior (Abece), amplamente divulgado no ano passado. Leia-se empresas que participam não só do esforço importador, mas também do esforço exportador.

O levantamento da Rosenberg destaca que os incentivos estaduais têm influência residual no aumento das importações. Segundo a consultoria, o crescimento das importações é causado, quase totalmente, pela expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e pela valorização da taxa real de câmbio. Todos os demais fatores somados, ou seja, somados à expansão do Produto Interno Bruto e à valorização da taxa real do câmbio, respondem por menos de 1% do comportamento das importações.

O estudo não identifica efeito depreciativo dos incentivos, portanto, sobre a geração do emprego em nosso país, a produção e a renda para o Brasil. Ao contrário, há evidência de impactos extremamente positivos, pois um dos pontos mais relevantes do estudo diz respeito ao desenvolvimento regional: em todos os Estados que concedem incentivos fiscais foram verificados aumentos contínuos a partir de 1995 na arrecadação do ICMS, no aumento no IDH, no crescimento do PIB em ritmo maior que a média nacional e considerável aumento do número de empregos.

A interrupção desse processo, com o fim dos incentivos sugerido pelo projeto no Senado, além de ter um impacto negativo sobre a economia dos Estados atingidos, fará com que se avolumem ainda mais, ainda muito mais importações pelo Estado de São Paulo, majoritariamente destinadas ao porto de Santos. Sem dúvida, isso levará a um agravamento das condições logísticas já saturadas e conseqüências também negativas nas demais malhas viárias do Estado.

Não faz sentido que isso ocorra justamente no momento em que as empresas que operam no comércio exterior e o próprio Governo Federal estão preocupados em efetuar novos investimentos nos vários portos brasileiros, buscando aprimorar a logística e reduzir custos, e assim alcançar ganhos em produtividade e em competitividade.

O exemplo dado pelas exportações brasileiras, em 2011, quando as regiões Norte e Centro-Oeste se destacaram com crescimento em níveis superiores a média brasileira, demonstra que a descentralização pode proporcionar muito benefícios para a economia brasileira como um todo, além de atenuar o grande, imenso desequilíbrio regional com qual convivemos há décadas em nosso País.

Digo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na expectativa de que nós possamos, ao longo das próximas semanas, de que nós possamos, ao longo dos próximos meses, debater, debater com calendário, mas debater. Sem a pressa e sem o açodamento.

Hoje, nós fizemos uma memorável reunião em minha bancada, a bancada do PMDB, e nós decidimos coletivamente que esse tema será discutido, será debatido, contando com o apoio do conjunto maciço das lideranças partidárias nesta Casa. Consideramos que temas federativos como esse, que tem uma enorme capacidade de impactarem os estados federados, não podem e não devem ser debatidos de forma açodada em regime de urgência, até porque somos nós Senadores os responsáveis pela unidade federativa, os guardiões dela.

De modo que, a partir do dia 20, vamos inaugurar um ciclo de audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos, e ali teremos a oportunidade de fazer o exercício do contraditório e poderemos, à luz do que interessa ao País e à luz daquilo que não é incoerente ou contraditório com o que interessa aos nossos Estados, produzir uma legislação que possa fazer com que o Brasil continue nessa mesma direção, que é a direção e a construção da prosperidade compartilhada.

Ouçó, com prazer, a minha queridíssima Senadora Ana Rita, mas antes registro, com alegria, a presença do Deputado César Colnago no nosso plenário.

A Srª Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Senador Ricardo Ferraço, quero aqui primeiro agradecer as palavras que V. Exª dirigiu ao nosso mandato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – São palavras sinceras e merecidas.

A Srª Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada!

Quero agradecer profundamente e dizer que tenho um profundo respeito pelo seu mandato, pelo trabalho que V. Exª tem realizado na defesa intransigente dos interesses do nosso Estado do Espírito Santo. Quero dizer que, como Governador do Estado do Espírito Santo, V. Exª se empenhou muito para que o nosso Estado pudesse avançar e se tornar, de fato, um Estado hoje melhor do que era alguns anos atrás. V. Exª implementou políticas e atuou no sentido de garantir que o Estado realmente crescesse e se desenvolvesse. Então, V. Exª tem um histórico político que engrandece o povo capixaba. Quero aqui aproveitar para me solidarizar e dizer que estamos compartilhando esse pronunciamento, porque esse tema do ICMS, assim como o dos *royalties* do petróleo, têm nos pautado nesses últimos tempos, desde o ano passado. E, neste ano, percebemos que, se não formos firmes no sentido de, juntos, com toda a bancada do Estado do Espírito Santo – agora, recebemos a visita do Deputado César Colnago –, se não formos firmes e intransigentes, não conseguiremos reverter possivelmente o que está previsto. Mas o que V. Exª relata, essas audiências públicas que teremos, com certeza, são fruto de todo um

trabalho que a bancada tem feito juntamente com V. Exª e os Deputados Federais, para que, de fato, esse tema seja debatido. Nós não podemos, em uma questão tão importante como essa, que, com certeza, vai comprometer o futuro de nossos Estados – do Rio de Janeiro e, particularmente, do Espírito Santo –, permitir que isso seja votado sem um debate com maior profundidade aqui nesta Casa. Parabênz V. Exª pelo pronunciamento. Quero dizer que estamos felizes com a sua atuação, que muito nos ajuda no encaminhamento dessas questões tão importantes para o Espírito Santo. Parabéns e obrigada pelo espaço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu tenho e exerço a plena convicção de que, com a manutenção do debate, nós teremos oportunidade para um aprofundamento dessa que é uma decisão extremamente complexa que estaremos tomando, porque hoje tenho o juízo firmado de que nós poderemos não ajudar o Brasil e poderemos desorganizar a economia de vários Estados.

Em lugar de nós desconcentrarmos o desenvolvimento econômico – sim, porque precisamos que os Estados tenham autonomia para produzirem as suas políticas industriais –, se eventualmente existem alguns arranjos econômicos que precisem de alguma alteração, de alguma retificação, vamos fazê-lo; mas não podemos condenar, não podemos demonizar a importação como se ela fosse um mal em si mesmo. Não é! Em muitos casos, a importação é necessária para que possamos dar um choque de competitividade, para que possamos incorporar tecnologias ao processo industrial.

Muitos países, a exemplo da Coreia, que é um exemplo sempre muito referenciado, jamais impôs regras restritivas ou protecionistas àquilo que era importante para o desenvolvimento da sua indústria. Não faz sentido nós incentivarmos bens de consumo, mas faz todo o sentido incentivarmos bens como máquinas e equipamentos, insumos que possam, de alguma forma, contribuir para a melhoria da produtividade e da competitividade da indústria brasileira.

É a manifestação que trago, Sr. Presidente, nesta noite de quarta-feira aqui no Senado, tendo em vista que o dia foi extremamente exitoso, porque conseguimos, no consenso, no debate, com o apoio do Líder Romero Jucá, com o apoio do Líder Renan Calheiros, com o apoio do nosso Presidente José Sarney, estabelecer que o rito, que o leito natural é o do fortalecimento das nossas comissões permanentes, porque o regime de urgência desvaloriza, desidrata, esvazia o debate nas comissões permanentes. Tudo o que precisamos é valorizar as comissões permanentes, onde

temos a oportunidade de estabelecer um debate com muita franqueza, onde o contraditório pode se estabelecer em uma Casa democrática e política como esta.

Muito obrigado, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Ricardo Ferraço, brilhante como sempre, fazendo um grande pronunciamento em defesa, eu diria, do parque nacional, da indústria nacional, do seu Estado e do Brasil, e ainda assumindo a relatoria do Projeto de Resolução nº 72, que foi o eixo da reunião que tivemos com o Presidente Sarney, com a presença de representantes de empresários, de centrais sindicais, de confederações de todo o Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

Quero render a V. Ex^a as homenagens que V. Ex^a tão gentilmente rendeu tanto à Senadora Ana Rita como a este Senador. Não é de graça que seu nome já foi lembrado para ser Ministro da nossa querida Presidenta Dilma. Parabéns a V. Ex^a.

Meus cumprimentos também ao Deputado César Colnago, do PSDB, do Espírito Santo, que aqui acompanhou os brilhantes pronunciamentos dos dois Senadores do seu Estado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 318 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Dr. Amilcar da Silva Pereira, ex-governador do Estado do Amapá e, nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências a sua família e ao Estado do Amapá.

Justificação

O Estado do Amapá encontra-se em luto pela perda do seu ex-governador, Dr. Amilcar da Silva Pereira, ocorrida no dia 27 de fevereiro passado, aos 93 anos.

Amilcar da Silva Pereira nasceu em 16 de fevereiro de 1919, em Bragança – PA, filho de Antônio Manoel Pereira e Argentina da Silva Pereira. Em 1945, diplomou-se em medicina pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Mais tarde, especializou-se em Pediatria e em Medicina do Trabalho. Foi membro da Associação Médica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Pediatria. Em 1946, foi contratado para assumir o cargo de diretor do posto médico do Município de Oiapoque, tendo sido prefeito de novembro de 1946 até 1949, quando se mudou para Macapá com a família.

O Dr. Amilcar Pereira exerceu a medicina em diversas unidades de saúde existentes em Macapá à época, destacando-se o cargo de chefe do Serviço de Pediatria do Hospital Geral de Macapá e Diretor do Posto de Puericultura Iracema Carvão Nunes. Como pesquisador e estudioso da pediatria, publicou a obra “A Mortalidade Infantil em Macapá”, em 1949. Também exerceu o magistério como professor e diretor no Colégio Amapaense.

No período de 1952 a 1956, ocupou os cargos de Secretário de Saúde e Secretário Geral do Estado do Amapá (então ex-território federal).

Em 2 de fevereiro de 1956, assumiu o cargo de Governador do então Território Federal do Amapá, permanecendo até fevereiro de 1958, em substituição ao seu 1º governador, Capitão Janary Gentil Nunes, que fora nomeado para a presidência da Petrobras. Dentre as ações ocorridas durante seu governo, obras indeléveis permanecem até hoje a serviço da população do estado, tais como: a Companhia de Eletricidade do Amapá e o Porto de Santana. Também durante o seu mandato, foi criado o atual Município de Calçoene, em 25 de janeiro de 1957.

O Dr. Amilcar Pereira chegou à Câmara Federal em 7 de julho de 1958 em substituição ao Deputado Federal Coaracy Nunes, que falecera em acidente aéreo que vitimara também o seu suplente Hildemar Maia e o piloto Hamilton Silva.

Nas eleições de outubro de 1958, candidatou-se e foi eleito Deputado Federal, tendo tomado posse em 1º de fevereiro de 1959 e exercido o mandato na legislatura de 1959-1963. Foi membro das Comissões de Saúde e de Valorização Econômica da Amazônia, tendo sido seu Presidente.

Ao término do seu mandato como Deputado Federal e após uma longa folha de serviços prestados ao Amapá por quase 20 anos, o Dr. Amilcar Pereira se radicou no Rio de Janeiro, onde continuou prestando serviços à população como médico num posto do então INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), no Instituto Fernandes Figueiras e depois na Fundação Oswaldo Cruz.

O Dr. Amilcar Pereira foi casado com a Professora Oneide Cruz da Silva Pereira, com a qual teve dois filhos: a médica Telma Ruth Cruz Pereira e o Engenheiro Civil Paulo Cezar Cruz Pereira.

Assim, pelo seu pioneirismo e pela sua história de relevantes serviços prestados ao Amapá e ao seu povo, requeiro ao Senado da República as homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Amilcar Pereira,

encaminhando condolências a sua família e ao Estado do Amapá. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 5, de 2012**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, encaminhando o **Aviso nº 1.818, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, acompanhado de cópia do Acórdão nº 2.594/ 2011, e da respectiva instrução técnica, prolatado nos autos de Representação acerca de indícios de irregularidade na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional no Tocantins – Incra/TO e diversas entidades localizadas naquele Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentados do Programa de Reforma Agrária (TC 024.516/2007-0).

É o seguinte o Ofício:

ACÓRDÃO Nº 2594/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 552/2011-TCU-Plenário, prolatado em 2 de março de 2011 quando da apreciação destes autos de Representação, imputou multa ao Sr. José Cardoso, ex-Superintendente Regional do Incra/TO, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e autorizou o parcelamento do montante em até 24 (vinte e quatro) vezes, caso fosse requerido pelo responsável;

Considerando que o Sr. José Cardoso, em 6 de junho de 2011, apresentou a esta Corte expediente em que requereu o parcelamento da multa acima referenciada em 24 (vinte e quatro) vezes;

Considerando que, no citado aresto, previamente à suspensão cautelar da execução dos Convênios Siasi 632.156, 636.889 e 637.545, proposta pela Secex/TO, foi determinada a realização de oitiva da Incra a respeito das irregularidades identificadas;

Considerando, ainda, que no subitem 9.5 do mesmo decisum, foi determinado ao Incra/TO que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da notificação, informasse a este Tribunal o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas de convênios e termo de parceria e, caso necessário, instaurasse as devidas tomadas de contas especiais;

Considerando que a unidade técnica, ao analisar as respostas da oitiva do Incra/TO, entendeu que o órgão apenas reiterara os argumentos e as justificativas já apresentadas nos autos, concluindo que as oitivas apresentadas nada acrescentaram quanto às irregularidades já constatadas nos autos;

Considerando que, apesar de as oitivas não terem elidido as irregularidades constatadas nos autos, a Secex/TO entendeu que o grande lapso temporal decorrido entre a realização dos trabalhos de fiscalização, a instrução destes autos e a prolação das deliberações do TCU torna desarrazoada a efetivação da medida acautelatória de retenção de repasse de recursos anteriormente proposta, tendo em vista a disponibilização da quase totalidade dos recursos dos convênios;

Considerando que, em relação à determinação contida no subitem 9.5 do citado Acórdão 552/2011-TCU-Plenário, foi autuado o TC-015.265/2011-0 para acompanhar o cumprimento da referida determinação;

Considerando que, com relação às impropriedades levantadas pelos auditores desta unidade técnica, as quais foram objeto da oitiva do órgão, é recomendável que seja dada ciência ao Incra/TO, uma vez que se constituem em falhas formais e/ou descumprimento de leis, normas e jurisprudências, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segex n° 13/2011;

Considerando que não existe outra providência processual a ser adotada nos presentes autos que não seja o acompanhamento do adimplemento da multa aplicada ao Sr. José Cardoso;

OF. Nº 5/2012-CRA

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para leitura e autuação o Aviso nº 1.818 – TCU, do Ministro Raimundo Carreiro, na Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC-024.516/2007-0, acompanhado da respectiva instrução técnica.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Aviso nº 1.818/GP/TCU

Brasília, 27 de dezembro de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para o conhecimento e providências cabíveis, cópia do Acórdão nº 2.594/2011 (acompanhado da respectiva instrução técnica) prolatado por esse Tribunal, na Sessão Plenária de 28-9-2011, ao apreciar o processo nº TC-024.516/2007-0, que trata de Representação.

Atenciosamente, – Ministro **Raimundo Carreiro**, Presidente.

Considerando, dessa forma, que o sobrestamento do feito até o pagamento de todas as parcelas ou até o vencimento antecipado dessas por falta de pagamento de uma delas revela-se como a medida processual mais adequada à presente situação;

Considerando que, em decorrência do Acórdão 2237/2010-TCU-2ª Câmara, houve o apensamento a estes autos do TC-010.683/2010-0, que trata de documentação encaminhada a esta Casa pelo Tribunal de Contas do Estado de Tocantins acerca de matéria conexa a do presente feito, sendo oportuna a remessa de cópia da deliberação ora tomada ao TCE/TO;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em sobrestar os presentes autos até o adimplemento das 24 (vinte e quatro) parcelas da multa imputada ao Sr. José Cardoso por meio do Acórdão 552/2011-TCJ-Plenário ou até o vencimento antecipado do montante por falta de pagamento de uma delas, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.516/2007-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC-010.683/2010-0 (REPRESENTAÇÃO) e TC-025.199/2009-2 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Responsáveis: José Cardoso (CPF 590.921.228-15); José Roberto Ribeiro Forzani (CPF 411.388.566-49); Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Aesca (CNPJ 02.718.706/0001-19); Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência e Extensão Rural - Cooter (CNPJ 02.003.277/0001-01); Cooperativa dos Profissionais Liberais do Vale do Araguaia - Coopvag (CNPJ 02.059.774/0001-13); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins (CNPJ 01.785.997/0001-03); Fundação Universidade do Tocantins - Unitins (CNPJ 01.637.536/0001-85); Instituto Brasil Ásia - IBA (CNPJ 05.610.862/0001-50); e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins (CNPJ 25.052.507/0001-10).

1.3. Interessada: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).

1.4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Tocantins/Incrá-TO - MDA.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/TO que:

1.7.1. dê ciência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Tocantins - Incra/TO sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1.1. a deficiência na fiscalização a cargo do Incra/TO, especialmente dos serviços de articulação e de prestação de serviços de ATES afronta o art. 23 da IN/STN nº 1/1997, e a Norma de Execução/ Incra nº 39/2004;

1.7.1.2. a inclusão em cláusulas de convênios celebrados para execução de serviços de ATES de cláusulas que continham a imposição de subcontratar, por inexigibilidade de licitação, outras entidades contraria a Lei nº 8.666/1993, art. 3º, § 1º, inciso I, o Manual Operacional de ATES, subitem 3.2.1 - MDA/ Incra/2004 e a Lei nº 10.406/2002;

1.7.1.3. a celebração de convênios para execução de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Incra afronta os seguintes normativos: Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 5º, § 2º, inciso IV, alíneas "a" a "i" e art. 10 - caput; Manual Operacional de ATES - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA; art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.271/1997; Lei nº 11.090/2005 - Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Incra; Lei nº 10.550/2002; Acórdão 170/2006-TCU-1ª Câmara, Portaria Conjunta MDA/Incrá nº 10, em 2005, Diretrizes Estratégicas do Incra;

1.7.1.4. a celebração de termos de parceria (ou instrumentos afins) com entidades que não atendiam aos requisitos básicos para a prestação dos serviços de ATES, sem a comprovação da adequada avaliação prévia sobre as condições técnicas e operacionais das entidades convenientes para a execução dos objetos pactuados afronta a IN STN nº 1/1997, art. 4º, § 1º; art. 4º, inciso I a IV, a Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 11, incisos I e II;

1.7.1.5. a celebração de convênios com entidades privadas, sem a prevalência de interesses comuns e coincidentes, caracterizando a contraprestação de serviços; contraria o art. 3º da Lei nº 5.764/71, a IN STN nº 1/1997, a Portaria Interministerial nº 127/2008, art. 1º, § 2º, a Decisão 194/1999- TCU-Plenário; Acórdão 2261/2005-TCU-Plenário;

1.7.1.6. a celebração de convênios sem que as metas dos cronogramas de execução estivessem suficientemente descritas (projetos básico e plano de trabalho com descrição genérica do objeto pactuado, em prejuízo às ações de fiscalização) afronta a Lei nº 8.666/1993, art. 55, inciso IV, e art. 116, incisos II, III, VI, a IN STN nº 1/1997, art. 2º, incisos III, IV, o Acórdão 2261/2005-TCU-Plenário;

1.7.1.7. convênios celebrados ante a inexistência de análises detalhadas de custos dos objetos conveniados afronta o disposto no Acórdão 2261/2005-TCU-Plenário, no art. 116 da Lei nº 8.666/1993;

1.7.1.8. a não comprovação sobre o cumprimento dos objetivos do programa de ATES nos convênios firmados nem do alcance detalhado dos objetos delineados para os mesmos convênios; contraria o disposto no art. 116, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 31, § 1º, inciso II, e § 3º, c/c o art. 21, § 4º, inciso I, da IN STN nº 1/1997;

1.7.2. envie cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 464/467, à Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ao Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Superintendência Regional do Incra no Tocantins, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins e à 8ª Secretaria de Controle Externo do TCU, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Dados da Sessão:

Ata nº 40/2011 – Plenário

Data: 28/9/2011 – Ordinária

Relator: Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência: Ministro AUGUSTO NARDES

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

TCU, em 28 de setembro de 2011.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS

TC 024.516/2007-0

Apensos: TC 025.199/2009-2 e TC 010.683/2010-0

Natureza: REPRESENTAÇÃO

Órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional no Tocantins – INCRA – TO.

Trata-se de representação autuada pela Secretaria de Controle Externo no Tocantins – Secex/TO acerca de indícios de irregularidade na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Tocantins – Incra/TO e diversas entidades localizadas no aludido Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentados do Programa de Reforma Agrária.

2. Em decisão de 02/3/2011, este Tribunal decidiu, entre outros, pela imputação de multa ao Sr. José Cardoso, ex-gestor do Incra/TO, e pela realização de oitiva prévia do Incra/TO sobre as seguintes ocorrências (item 9.4.1 do Acórdão nº 552/2011 – TCU - Plenário):

a) deficiência na fiscalização a cargo do Incra/TO, especialmente dos serviços de articulação e de prestação de serviços de ATES; base legal: art. 23 da IN/STN nº 1/1997; Norma de Execução/ Incra nº 39/2004;

b) inclusão em cláusulas de convênios celebrados para execução de serviços de ATES de cláusulas que continham a imposição de subcontratar, por inexigibilidade de licitação, outras entidades; base legal: Lei nº 8.666/1993, art. 3º, § 1º, inciso I; Manual Operacional de ATES, Item 3.2.1 - MDA/ Incra/2004; Lei nº 10.406/2002;

c) celebração de convênios para execução de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Incra; base legal: Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 5º, § 2º, inciso IV, alíneas "a" a "i" e art. 10 - caput; Manual Operacional de ATES - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA; art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.271/1997; Lei nº 11.090/2005 - Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Incra; Lei nº 10.550/2002; Acórdão 170/2006-1ª Câmara, Portaria Conjunta MDA/Incra nº 10, em 2005, Diretrizes Estratégicas do Incra;

d) celebração de termos de parceria (ou instrumentos afins) com entidades que não atendiam aos requisitos básicos para a prestação dos serviços de ATES, sem a comprovação da adequada avaliação prévia sobre as condições técnicas e operacionais das entidades convenientes para a execução dos objetos pactuados; base legal: IN STN nº 1/1997, art. 4º, § 1º; art. 4º, inciso I a IV; Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 11, incisos I e II;

e) celebração de convênios com entidades privadas, sem a prevalência de interesses comuns e coincidentes, caracterizando a contraprestação de serviços; base legal: art. 3º da Lei nº 5.764/71; IN STN nº 1/1997; Portaria Interministerial nº 127/2008, art. 1º, § 2º; Decisão 194/1999-TCU-Plenário; Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário;

f) celebração de convênios sem que as metas dos cronogramas de execução estivessem suficientemente descritas (projetos básico e plano de trabalho com descrição genérica do objeto pactuado, em prejuízo às ações de fiscalização); base legal: Lei nº 8.666/1993, art. 55, IV; art. 116, II, III, VI; IN STN nº 1/1997, art. 2º, III, IV; Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário;

g) convênios celebrados ante a inexistência de análises detalhadas de custos dos objetos conveniados; base legal: Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário; art. 116 da Lei nº 8.666/1993;

h) não comprovação sobre o cumprimento dos objetivos do programa de ATES nos convênios firmados nem do alcance detalhado dos objetos delineados para os mesmos convênios; base legal: art. 116, § 3º, I, da Lei nº 8.666/1993, e do art. 31, § 1º, II, e § 3º, c/c o art. 21, § 4º, inciso I, da IN STN nº 1/1997.

3. Ao analisar as respostas da oitiva realizada ao Incra/TO, o Auditor desta Regional, às fls. 443/454, entendeu que o órgão apenas reiterara os argumentos e as justificativas já apresentadas nos autos, concluindo que as oitivas apresentadas nada acrescentaram a este momento processual.

4. Conclui também o AUFC-CE que, considerando o grande lapso temporal decorrido entre a realização dos trabalhos de fiscalização, a instrução destes autos e a prolação das deliberações do TCU, faz com que a proposta de efetivação de medida acautelatória de retenção de repasse de recursos não tenha mais razão, tendo em vista a disponibilização de quase totalidade dos recursos dos convênios, tendo proposto o arquivamento dos presentes autos.

5. Em decorrência do Acórdão nº 1.638/2010 - TCU - 2ª Câmara, de 20/4/2010, o TC 025.199/2009-2, encaminhado pela 8ª Secex, que trata de irregularidades no Convênio CNV/TO/nº 16.000/2008 - celebrado entre a Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins e a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER, foi apensado aos autos por tratar-se de matéria conexa a este processo.

6. Também, em decorrência do Acórdão 2.237/2010-TCU-2ª Câmara, houve o apensamento a estes autos do TC 010.683/2010-0, que trata de documentação encaminhada a esta Casa pelo Tribunal de Contas do Estado de Tocantins acerca de matéria conexa a do presente feito (irregularidades em convênios firmados entre o Incra/TO e o Ruraltins), sendo necessária a remessa de cópia da deliberação ora tomada àquela Corte de Contas, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

7. Quanto à determinação contida no item 9.5 do citado acórdão, informamos que foi aberto o processo TC 015.265/2011-0 (Monitoramento) para acompanhar o cumprimento da referida determinação.

7. Na essência, concordamos com as conclusões a que chegou o auditor instrutor destes autos. No entanto, deixamos de acompanhar a proposta de encaminhamento feita por ele, tendo em vista que o Acórdão nº 552/2011 – TCU – Plenário aplicou multa ao ex-superintendente do Incra/TO, Sr. José Cardoso (item 9.6 do acórdão), tendo autorizado o parcelamento da dívida em até 24 parcelas (item 9.7) o que foi requerido pelo responsável.

8. Com relação as impropriedades levantadas pelos auditores desta unidade técnica, as quais foram objeto de oitiva do órgão (item 9.4.1 do referido acórdão), entendemos que deva ser dado ciência ao Incra/TO, uma vez que se tratam de falhas formais e/ou descumprimento de leis, normas e jurisprudências, nos termos do art. 4º, da Portaria-Segecex nº 13/2011.

9. Com o intuito de aperfeiçoar o acompanhamento dos processos desta Secretaria, principalmente no que se refere às metas estabelecidas para este exercício de 2011, entendemos que referido processo deva ser sobrestado até o pagamento de todas as parcelas de que trata o item 9.6 do Acórdão nº 552/2011 – Plenário ou até o vencimento antecipado dessas por falta de pagamento de uma delas.

10. Diante do exposto, somos pelo encaminhamento dos presentes autos ao Gabinete do Relator, Exmo Ministro André Luis de Carvalho, com as seguintes propostas:

10.1) Dar ciência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Tocantins – Incra/TO sobre as seguintes impropriedades:

a) a deficiência na fiscalização a cargo do Incra/TO, especialmente dos serviços de articulação e de prestação de serviços de ATES afronta o art. 23 da IN/STN nº 1/1997, e a Norma de Execução/ Incra nº 39/2004;

b) a inclusão em cláusulas de convênios celebrados para execução de serviços de ATES de cláusulas que continham a imposição de subcontratar, por inexigibilidade de licitação, outras entidades contraria Lei nº 8.666/1993, art. 3º, § 1º, inciso I, o Manual Operacional de ATES, Item 3.2.1 - MDA/ Incra/2004 e a Lei nº 10.406/2002;

c) a celebração de convênios para execução de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Incra afronta os seguintes normativos: Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 5º, § 2º, inciso IV, alíneas “a” a “i” e art. 10 - **caput**; Manual Operacional de ATES - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/MDA; art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.271/1997; Lei nº 11.090/2005 - Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Incra; Lei nº 10.550/2002; Acórdão 170/2006-1ª Câmara, Portaria Conjunta MDA/Incra nº 10, em 2005, Diretrizes Estratégicas do Incra;

d) a celebração de termos de parceria (ou instrumentos afins) com entidades que não atendiam aos requisitos básicos para a prestação dos serviços de ATES, sem a comprovação da adequada avaliação prévia sobre as condições técnicas e operacionais das entidades convenientes para a execução dos objetos pactuados afronta a IN STN nº 1/1997, art. 4º, § 1º; art. 4º, inciso I a IV, a Norma Técnica - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/MDA - Norma de Execução nº 39/2004, art. 11, incisos I e II;

e) a celebração de convênios com entidades privadas, sem a prevalência de interesses comuns e coincidentes, caracterizando a contraprestação de serviços; contraria o art. 3º da Lei nº 5.764/71, a IN STN nº 1/1997, a Portaria Interministerial nº 127/2008, art. 1º, § 2º, a Decisão 194/1999-TCU-Plenário; Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário;

f) a celebração de convênios sem que as metas dos cronogramas de execução estivessem suficientemente descritas (projetos básico e plano de trabalho com descrição genérica do objeto pactuado, em prejuízo às ações de fiscalização) afronta a Lei nº 8.666/1993, art. 55, IV; art. 116, II, III, VI, a IN STN nº 1/1997, art. 2º, III, IV, o Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário;

g) convênios celebrados ante a inexistência de análises detalhadas de custos dos objetos conveniados afronta o disposto no Acórdão 2.261/2005-TCU-Plenário, no art. 116 da Lei nº 8.666/1993;

h) a não comprovação sobre o cumprimento dos objetivos do programa de ATES nos convênios firmados nem do alcance detalhado dos objetos delineados para os mesmos convênios; contraria o disposto no art. 116, § 3º, I, da Lei nº 8.666/1993, e do art. 31, § 1º, II, e § 3º, c/c o art. 21, § 4º, inciso I, da IN STN nº 1/1997.

10.2. enviar cópia da decisão a ser tomada por este Tribunal à Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Ministério do Desenvolvimento Agrária – MDA, ao Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Superintendência Regional do Incra no Tocantins, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins e à 8ª Secretaria de Controle Externo do TCU, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis;

10.3. sobrestar o julgamento do presente processo, nos termos do artigo 11 da Lei 8.443/92, até o pagamento de todas as parcelas de que trata o item 9.6 do Acórdão nº 552/2011 – Plenário ou até o vencimento antecipado dessas por falta de pagamento de uma delas.

À superior consideração.

Secex/TO, em Palmas/TO, 25 de agosto de 2011.

(Assinado eletronicamente)
Ana Célia Vasconcelos Chaves Ribeiro
Diretora

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Ofício nº 5, de 2012-CRA**, será juntado ao processado do Aviso nº 37, de 2011, e retorna à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 85, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR "AD HOC": Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

O projeto em discussão pretende alterar os arts. 40 e 250 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tornar obrigatório o acionamento dos faróis baixos dos veículos automotores durante o dia nas rodovias e nos túneis providos de iluminação. As regras permanecem inalteradas para a circulação durante a noite e em vias iluminadas. O projeto estipula um prazo de cem dias a partir da publicação da norma para sua entrada em vigor.

O autor da proposição esclarece que o uso de faróis acesos no período diurno é um elemento fundamental para a segurança do trânsito, porquanto antecipa a visualização do veículo a uma distância maior, alertando o motorista sobre situações de risco e permitindo-lhe agir preventivamente para evitar acidentes.

Adotado como norma nos países escandinavos desde a década de 1970, o uso de faróis durante o dia já é recomendado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), conforme determina a Resolução nº 18, de 1998. Entende o autor, porém, que medida de tal importância não pode ser relegada ao plano das recomendações, devendo constituir norma legal.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, não tendo sido registrado recebimento de emenda.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 303, de 2011, foi distribuído com exclusividade à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, razão pela qual lhe compete o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além da análise do mérito.

O projeto versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. O projeto observa também os ditames da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao se referir expressamente à Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

No que tange ao mérito, concordamos com o autor da proposta no sentido de que o acendimento dos faróis durante o dia permite redução efetiva no número de acidentes, especialmente quanto a colisões frontais. Ademais, trata-se de medida de simples aplicação e de baixo custo, mas que pode se revelar eficaz na redução dos acidentes.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, com a seguinte emenda, que objetiva deixar mais clara ainda a intenção do autor do projeto, no sentido de promover maior segurança ao trânsito de veículos automotores nas vias públicas do nosso País:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O inciso I do art. 40 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 40.

I – o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública, durante o dia e durante a noite;

.....” (NR).

Sala da Comissão, 15 de fevereiro de 2012.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

 Marcos, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: 925 Nº 303 DE 2011****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/02/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATORIA AD HOC: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPICY
MARTA SUPICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 303, DE 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLYCY	X			
MARTA SUPLYCY					2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES	X				3 - ANIBAL DINIZ				
JORGE VIANA					4 - ACR GURGACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 - LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA	X				6 - RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					7 - HUMBERTO COSTA				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (PRESIDENTE (AUTOR))			X		1 - ROBERTO REQUIÃO				
PEDRO SIMON					2 - VALDIR RAUPP	X			
ROMERO JUCA	X				3 - EDUARDO BRAGA				
VITAL DO RÉGO					4 - RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS	X				5 - LOBÃO FILHO				
LUIZ HENRIQUE	X				6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - BENEDITO DE LIRA				
SÉRGIO PETECÃO	X				8 - LAURO ANTONIO				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES					1 - LÚCIA VÂNIA	X			
ALOYSIO NUNES FERREIRA					2 - FLEXA RIBEIRO	X			
ALVARO DIAS	X				3 - CICERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR DO PROJETO)	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					1 - CIRIO NOGUEIRA				
GIM ARGELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA					1 - CLÉSIO ANDRADE				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES					1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 02 / 2012

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
PresidenteO VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
(anulado em 28/12/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1 - CCJ AO
PROPOSIÇÃO: PLV Nº 303, DE 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLICY	X			
MARTA SUPLICY					2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES	X				3 - ANÍBAL DINIZ				
JORGE VIANA					4 - ACIR GURGACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 - LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA	X				6 - RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					7 - HUMBERTO COSTA				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (PRESIDENTE)					1 - ROBERTO REQUIÃO				
PEDRO SIMON					2 - VALDIR RAUPP	X			
ROMERO JUCA	X				3 - EDUARDO BRAGA				
VITAL DO RÊGO					4 - RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS	X				5 - LOBÃO FILHO				
LUIZ HENRIQUE	X				6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - BENEDITO DE LIRA				
SÉRGIO PETECÃO	X				8 - LAURO ANTONIO				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES					1 - LÚCIA VÂNIA	X			
ALOYSIO NUNES FERREIRA					2 - FLEXA RIBEIRO	X			
ALVARO DIAS	X				3 - CIGERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES (PL. 40 - AUT. F. 40)			X		4 - JOSÉ AGRIPINO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					1 - CIRO NOGUEIRA				
GIM ARGELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA					1 - CLÉSIO ANDRADE				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES					1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 02 / 2012

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (atualizado em 28/12/2011).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2011
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 40 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.....
I – o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública, durante o dia e durante a noite;
..... (NR)”

Art. 2º O inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 250.
I –
.....
b) de dia, nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública;
..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após cem dias a contar da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de fevereiro de 2012


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 40. O uso de luzes em veículo obedecerá às seguintes determinações:

I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública;

II - nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo;

III - a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam no sentido contrário;

IV - o condutor manterá acesas pelo menos as luzes de posição do veículo quando sob chuva forte, neblina ou cerração;

V - O condutor utilizará o pisca-alerta nas seguintes situações:

a) em immobilizações ou situações de emergência;

b) quando a regulamentação da via assim o determinar;

VI - durante a noite, em circulação, o condutor manterá acesa a luz de placa;

VII - o condutor manterá acesas, à noite, as luzes de posição quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.

Parágrafo único. Os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e a noite.

Art. 250. Quando o veículo estiver em movimento:

I - deixar de manter acesa a luz baixa:

a) durante a noite;

RESOLUÇÃO Nº 18/98 do CONTRAN

Recomenda o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia, e dá outras providências.

Ofício nº 008/12–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica", de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

O projeto em discussão pretende alterar os arts. 40 e 250 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tornar obrigatório o acionamento dos faróis baixos dos veículos automotores durante o dia nas rodovias e nos túneis providos de iluminação. As regras permanecem inalteradas para a circulação durante a noite e em vias iluminadas. O projeto estipula um prazo de cem dias a partir da publicação da norma para sua entrada em vigor.

O autor da proposição esclarece que o uso de faróis acesos no período diurno é um elemento fundamental para a segurança do trânsito, porquanto antecipa a visualização do veículo a uma distância maior, alertando o motorista sobre situações de risco e permitindo-lhe agir preventivamente para evitar acidentes.

Adotado como norma nos países escandinavos desde a década de 1970, o uso de faróis durante o dia já é recomendado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), conforme determina a Resolução nº 18, de 1998. Entende o autor, porém, que medida de tal importância não pode ser relegada ao plano das recomendações, devendo constituir norma legal.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, não tendo sido registrado recebimento de emenda.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 303, de 2011, foi distribuído com exclusividade à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, razão pela qual lhe compete o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além da análise do mérito.

O projeto versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. O projeto observa também os ditames da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao se referir expressamente à Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

No que tange ao mérito, concordamos com o autor da proposta no sentido de que o acendimento dos faróis durante o dia permite redução efetiva no número de acidentes, especialmente quanto a colisões frontais. Ademais, trata-se de medida de simples aplicação e de baixo custo, mas que pode se revelar eficaz na redução dos acidentes.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER

Nº 86, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, que dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2011, que tem por primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, e visa inserir o Capítulo IV e o art. 144-A ao Título V da Constituição Federal.

A Proposta contém dois artigos. O primeiro deles estabelece que o Título V da Constituição será acrescido do Capítulo IV e do art. 144-A. Segundo a redação proposta para o *caput* do novo artigo da Constituição, art. 144-A, “o sistema nacional de defesa civil, estruturado por lei federal, terá por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil no território nacional, compreendidas como o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social”.

O parágrafo único do art. 144-A determina que “lei federal disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O segundo artigo da PEC contém a cláusula de vigência.

Na justificação da Proposta, argumenta-se que, diante de eventos climáticos cada vez mais extremos, causadores de mortes e prejuízos econômicos, o Brasil não está preparado para enfrentar de forma adequada as situações de emergência e calamidade pública. Isso seria devido a décadas de desatenção para com as atividades de defesa civil em todos os Estados da Federação. Em função dessa desatenção, as atividades de prevenção, preparação, resposta e reconstrução não seriam adequadas às necessidades dos cidadãos atingidos pelas calamidades. A solução desses problemas passaria, então, pela estruturação de um sistema de defesa civil eficiente em âmbito nacional, tendo como base legislação federal.

A previsão constitucional para o tema, ainda de acordo com a justificação, contribuiria para tornar perene o planejamento e a coordenação das ações de defesa civil em todo o território nacional. Para isso, seria fundamental a criação da carreira de agente civil, prevista pela PEC, a ser regulada por lei federal.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União.

Do ponto de vista de admissibilidade, nada tenho a objetar. A proposição atende às normas do art. 60 da Constituição Federal, pois está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa (inciso I) e obedece ao § 1º do referido artigo, que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de sítio. Ademais, não versa sobre matéria de proposta de emenda já rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (§ 5º).

Não há pretensão de abolir a forma federativa de Estado ou as demais cláusulas pétreas: o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais (§ 4º).

No que diz respeito à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Embora a Constituição não preveja um sistema nacional de defesa civil, seus arts. 21, inciso XVIII, e 22, inciso XXVIII, preveem que as ações de defesa civil e prevenção e de remediação de calamidades é tarefa da União. Não sem razão, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, criou o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujos objetivos, segundo seu art. 1º, são: planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

A criação do SINDEC por meio de lei ordinária não retira o mérito da PEC sob análise. É louvável o fato de a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, institucionalizar, por meio de previsão constitucional, um sistema nacional de defesa civil, cujo objetivo será planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil. A previsão constitucional, como bem argumenta a justificação, dará perenidade às ações de defesa civil.

Essa perenidade e o tratamento da defesa civil como um problema nacional são ações necessárias em face da maior frequência dos desastres naturais geradores de estado de calamidade pública e de sua ocorrência em todas as regiões brasileiras. No tocante à abrangência nacional do problema, ressalte-se que em março de 2011, 217 municípios, em onze Estados, estavam em situação de emergência ou em estado de calamidade pública. Naqueles municípios, mais de 134 mil pessoas estavam desabrigadas ou desalojadas. Enfim, o problema atinge todas as regiões brasileiras, sendo que os grupos sociais menos afortunados são os mais prejudicados, dado que dependem mais do auxílio do Poder Público para reconstruir suas vidas.

No que se refere à frequência, segundo estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi atingido por sessenta catástrofes

naturais entre 2000 e 2010, número considerado alto para os padrões internacionais, que deixaram 1,2 mil mortos e causaram prejuízos econômicos físicos e psicológicos a 7,5 milhões de pessoas. Segundo o estudo da ONU, os prejuízos causados pelos desastres naturais foram potencializados pela desarticulação da defesa civil no Brasil na última década. Como, ainda de acordo com a ONU, as catástrofes naturais tendem a aumentar, é preciso investir ainda mais na estruturação do Sistema Nacional de Defesa Civil. A constitucionalização do tema sinalizaria para a sociedade brasileira que a questão será prioritária entre as políticas públicas.

Conclui-se, portanto, que a Proposta de Emenda à Constituição é meritória.

No entanto, há uma questão que deve ser discutida. Em primeiro lugar, não fica claro na Proposta se a carreira dos agentes de defesa civil será nacional ou se os Estados, o Distrito Federal e Municípios poderão estruturar suas próprias carreiras. O ideal é que os entes federativos possam estruturar suas carreiras de agente de defesa civil, dada a extensão geográfica do País e os diferentes problemas enfrentados por eles.

Em função disso, proponho algumas alterações no texto da Proposta de Emenda Constitucional, de modo a deixar claro que cada ente da Federação possa estruturar sua carreira de agente de defesa civil a partir de leis locais.

III – VOTO

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, quanto ao mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º O Título V da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de Capítulo IV e art. 144-A, com a seguinte redação:

.....
Art. 144-A.

Parágrafo único. Lei federal, estadual, distrital e municipal, disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sala da Comissão,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**


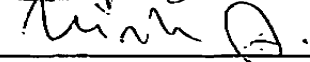
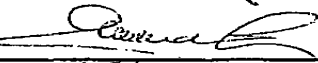
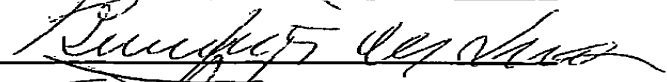
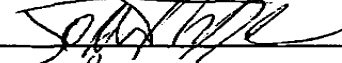
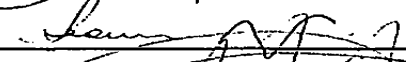

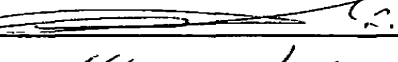
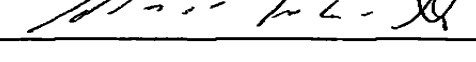
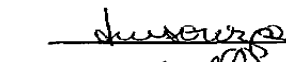
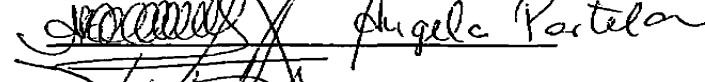

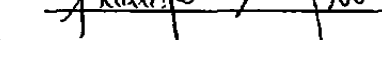
, Presidente

  , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: PEC Nº 10 DE 2011****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/02/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: <u>Sen. EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Sen. LUIZ HENRIQUE</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCA	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

Atualizada em: 28/12/2011

1- 
2- 
3- 
4- 
5- 
6- 
7- 
8- 
9- 
10- 
11- 
12- 
13- 

1- Casildo Maldaner

2- Cristovam Buarque

3- Ana Amélia

4- Benedito de Lira

5- João Ribeiro

6- Lauro Antonio

7- Sérgio Souza

8 - Mozarildo Cavalcanti

9- Lobão Filho

10- Lídice da Mata

11-Angela Portela

12- José Agripino

13 - Ricardo Ferraço

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 21. Compete à União:

.....
XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

.....
Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....
§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

.....
§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

~~§ 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:~~

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

~~III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;~~

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

~~§ 2º - A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.~~

~~§ 3º - A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.~~

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

Art. 1º O Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC tem como objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como defesa civil o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2011, que tem por primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, e visa inserir o Capítulo IV e o art. 144-A ao Título V da Constituição Federal.

A Proposta contém dois artigos. O primeiro deles estabelece que o Título V da Constituição será acrescido do Capítulo IV e do art. 144-A. Segundo a redação proposta para o *caput* do novo artigo da Constituição, art. 144-A, “o sistema nacional de defesa civil, estruturado por lei federal, terá por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil no território nacional, compreendidas como o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social”.

O parágrafo único do art. 144-A determina que “lei federal disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O segundo artigo da PEC contém a cláusula de vigência.

Na justificção da Proposta, argumenta-se que, diante de eventos climáticos cada vez mais extremos, causadores de mortes e prejuízos econômicos, o Brasil não está preparado para enfrentar de forma adequada as situações de emergência e calamidade pública. Isso seria devido a décadas de desatenção para com as atividades de defesa civil em todos os Estados da Federação. Em função dessa desatenção, as atividades de prevenção, preparação, resposta e reconstrução não seriam adequadas às necessidades dos cidadãos atingidos pelas calamidades. A solução desses problemas passaria, então, pela estruturação de um sistema de defesa civil eficiente em âmbito nacional, tendo como base legislação federal.

A previsão constitucional para o tema, ainda de acordo com a justificção, contribuiria para tornar perene o planejamento e a coordenação das ações de defesa civil em todo o território nacional. Para isso, seria fundamental a criação da carreira de agente civil, prevista pela PEC, a ser regulada por lei federal.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União.

Do ponto de vista de admissibilidade, nada tenho a objetar. A proposição atende às normas do art. 60 da Constituição Federal, pois está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa (inciso I) e obedece ao § 1º do referido artigo, que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de sítio. Ademais, não versa sobre matéria de proposta de emenda já rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (§ 5º).

Não há pretensão de abolir a forma federativa de Estado ou as demais cláusulas pétreas: o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais (§ 4º).

No que diz respeito à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Embora a Constituição não preveja um sistema nacional de defesa civil, seus arts. 21, inciso XVIII, e 22, inciso XXVIII, preveem que as ações de defesa civil e prevenção e de remediação de calamidades é tarefa da União. Não sem razão, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, criou o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujos objetivos, segundo seu art. 1º, são: planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

A criação do SINDEC por meio de lei ordinária não retira o mérito da PEC sob análise. É louvável o fato de a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, institucionalizar, por meio de previsão constitucional, um sistema nacional de defesa civil, cujo objetivo será planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil. A previsão constitucional, como bem argumenta a justificação, dará perenidade às ações de defesa civil.

Essa perenidade e o tratamento da defesa civil como um problema nacional são ações necessárias em face da maior frequência dos desastres naturais geradores de estado de calamidade pública e de sua ocorrência em todas as regiões brasileiras. No tocante à abrangência nacional do problema, ressalte-se que em março de 2011, 217 municípios, em onze Estados, estavam em situação de emergência ou em estado de calamidade pública. Naqueles municípios, mais de 134 mil pessoas estavam desabrigadas ou desalojadas. Enfim, o problema atinge todas as regiões brasileiras, sendo que os grupos sociais menos afortunados são os mais prejudicados, dado que dependem mais do auxílio do Poder Público para reconstruir suas vidas.

No que se refere à frequência, segundo estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi atingido por sessenta catástrofes naturais entre 2000 e 2010, número considerado alto para os padrões internacionais, que deixaram 1,2 mil mortos e causaram prejuízos econômicos físicos e psicológicos a 7,5 milhões de pessoas. Segundo o estudo da ONU, os prejuízos causados pelos desastres naturais foram potencializados pela desarticulação da defesa civil no Brasil na última década. Como, ainda de acordo com a ONU, as catástrofes naturais tendem a aumentar, é preciso investir ainda mais na estruturação do Sistema Nacional de Defesa Civil. A constitucionalização do tema sinalizaria para a sociedade brasileira que a questão será prioritária entre as políticas públicas.

III – VOTO

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, quanto ao mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 8, de 2012**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 8/12-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

Assunto: **decisão terminativa**.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatorieda-

de do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica”, de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 8, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2012** (nº 48/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010*.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 59, DE 2012

(nº 48/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA LIBÉRIA SOBRE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Libéria
(doravante denominados as "Partes"),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional;

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige nova visão para a promoção da excelência de seus recursos humanos; e

Desejosos de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, com vistas a reforçar as relações de amizade entre o Brasil e Libéria,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

As Partes promoverão a cooperação na área educacional com vistas a contribuir para o desenvolvimento mútuo em todos os níveis e modalidades de ensino, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais.

Artigo II

Os objetivos do presente Acordo, sem prejuízo de atos firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, em conformidade com as respectivas legislações nacionais de cada Parte, são:

- a) fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária;
- b) troca de informações e experiências, especialmente aquelas relacionadas ao aprimoramento da qualidade da educação; e
- c) formação e aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores.

Artigo III

As Partes envidarão esforços para atingir os objetivos estabelecidos no Artigo II do presente Acordo por meio da promoção de atividades de cooperação em diversos níveis e modalidades de ensino, incluindo:

- a) intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas para que participem de cursos de graduação e/ou pós-graduação em instituições de educação superior e técnica;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;
- c) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas pelas Partes; e
- d) intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministros da Educação de ambas as Partes, especialmente aqueles com foco na melhoria da qualidade da educação.

Artigo IV

As Partes estabelecerão sistemas de bolsas e/ou benefícios para estudantes e pesquisadores com vistas a promover o aperfeiçoamento acadêmico e profissional, em conformidade com condições previamente acordadas entre instituições acadêmicas de ambos os países e com as respectivas legislações de cada Parte.

Artigo V

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada Parte.
2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas e aos procedimentos de seleção estabelecidos por esses instrumentos.

Artigo VI

O reconhecimento e/ou revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra estará sujeito à legislação nacional correspondente da Parte responsável pelo reconhecimento e/ou revalidação de diplomas e títulos.

Artigo VII

As Partes encorajarão a difusão e o ensino de suas línguas e culturas em ambos os territórios.

Artigo VIII

As Partes acordarão, por meio de instrumentos adequados, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais e disponibilidades orçamentárias, as modalidades de financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo.

Artigo IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação pela qual uma Parte informa a outra do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.

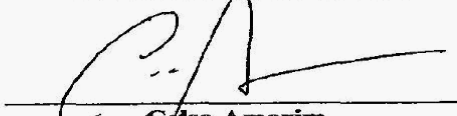
2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará a conclusão das atividades em curso, salvo se acordado em contrário entre Partes.

3. Este Acordo poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 1 do presente Artigo.

4. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Acordo será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

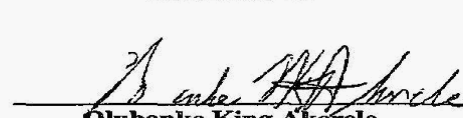
Feito em Brasília, em 7 de abril de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA LIBÉRIA



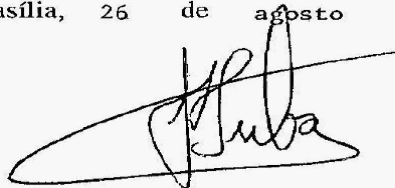
Olubanke King Akerele
Ministra dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 508, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Brasília, 26 de agosto de 2010.



EM No 00272 MRE

Brasília, 15 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Olubanke King Akerele.

2. O referido Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

3. A cooperação poderá incluir, de forma não exaustiva, o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as Partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas.

4. A assinatura do referido Acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, da promoção da língua portuguesa, e da aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial no Oriente Médio.

5. O Ministério da Educação participou da elaboração do texto do Acordo em apreço e aprovou sua versão final.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeito

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2012**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 10, de 2012** (nº 152/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 351/2012-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 9/2011, do Senado Federal (TC 019.723/2011-3).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 10, DE 2012

Aviso nº 152-Seses-TCU-Plenário

Brasília – DF, 15 de fevereiro de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.200-SF, de 15-7-2011, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-019.723/2011-3, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 15-2-2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

TC 019.723/2011-3

ACÓRDÃO 351/2012 – TCU – Plenário

1. Processo TC 019.723/2011-3
2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Unidade: Estado do Rio de Janeiro
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag.
8. Advogado: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional de acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Rio de Janeiro/RJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 9/2011, no valor de até US\$ 112.000.000,00, para financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Produtur Nacional – Rio de Janeiro”.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fulcro no caput do art. 2º da Instrução Normativa TCU 59/2009, informar, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo, em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/RJ e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.4. considerar a solicitação do Senado Federal integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com base no § 3º, do art. 2º, da Instrução Normativa TCU 59/2009.

10. Ata nº 5/2012 – Plenário.
11. Data da Sessão: 15/2/2012 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0351-05/12-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carneiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 019.723/2011-3

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Unidade: Estado do Rio de Janeiro

Interessado: Senado Federal

Advogado: não há

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO COM GARANTIA DA UNIÃO FIRMADA ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). CONHECIMENTO. VERIFICAÇÃO, QUANTO AOS ASPECTOS LEGAIS, DA ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CONTRATAÇÃO E A GARANTIA DA UNIÃO. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DA DELIBERAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução do auditor federal de controle externo da Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag (peça 6):

“Introdução

Tratam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal (peça 1) recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Rio de Janeiro/RJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 9/2011, no valor de até US\$ 112.000.000,00.

2. No que tange à recomendação do Senado Federal, deve-se registrar que o Tribunal proferiu Acórdão 2.328/2008-Plenário, no qual esclarece, em seu item 9.2.2, que:

a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal.

3. A presente análise foi desenvolvida com base na documentação relativa à operação de crédito em tela, disponível no site do Senado Federal.

Análise

4. O montante decorrente da operação de crédito destina-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro”, razão da Exposição de Motivos 91/2011-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda (peça 4, p. 2).

5. A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (1) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix); (2) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício; (3) Fluxo Financeiro; (4) Condições Financeiras; (5) Requisitos Legais e Normativos, compreendendo: (5.1) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (5.2) Inclusão no Plano Plurianual; (5.3) Previsão Orçamentária; (5.4) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (5.5) Limites para Concessão de Garantia da União; (5.6) Capacidade

de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (5.7) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (5.8) Situação de Adimplência e Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (5.9) Alcance das Obrigações Contratuais; (5.10) Demais Exigências da Resolução SF 48/2007 e da Lei Complementar 101/2000.

6. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o Programa submetido à análise da Cofex, que por meio da Recomendação 1.030, de 13/6/2008, recomendou a preparação do Programa (peça 4, p. 15).

7. A Lei Estadual 5.857/2011 dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro/RJ para o período de 2008/2011, relativamente às ações previstas para o Programa em tela.

8. Quanto à análise da capacidade de pagamento consignada na Nota 511 - COREM/STN, de 15/6/2011 (citada no Parecer 739/2011, peça 4, p. 18), o Estado do Rio de Janeiro/RJ foi classificado na categoria "B", considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25/4/1997.

9. Mediante Ofício da Sefaz, de 15/6/2011 (citado na peça 4, p. 19), o Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro/RJ informa que estão incluídos no Cadastro Único de Convênios (Cauc) todos os CNPJs da administração direta do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

10. Referente à situação de adimplência, informou a STN no Parecer 739/2011-COPEM/STN, de 20/6/2011, que em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (Sisbacen/Cadip), tendo por base a lista de CNPJ constante do Cauc. Face ao mandamento legal supracitado, verificou-se que o Estado do Rio de Janeiro/RJ encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sisbacen/Cadip, realizada em 20/6/2011 (peça 4, p. 19).

11. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cauc, por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal 48/2007 (peça 4, p. 19).

12. Por outro lado, procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi), citado no Parecer 739/2011 - COPEM, constatou que o Estado do Rio de Janeiro/RJ encontra-se adimplente por força de decisão judicial (peça 4, p. 19).

13. O Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro/RJ está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas (peça 4, p. 18).

14. Conforme consulta à Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem/STN), o Estado do Rio de Janeiro/RJ cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste de Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução 43/2001-SF (peça 4, p. 18). A operação produzirá compromissos financeiros ao Estado até 2036 e o estudo foi projetado até 2019 (peça 4, p. 19). Contudo, nada indica que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

15. Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos arts. 198 e 212 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/RJ, mediante Certidão, atestou o cumprimento destes dispositivos legais no exercício financeiro de 2010 (peça 4, p. 20).

16. Em conformidade com o Parecer 739/2011-COPEM/STN, de 20/6/2011 (peça 4, p. 22), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - Copem se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/RJ nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal 43/2001, desde que, previamente à assinatura dos respectivos termos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda: (i) o cumprimento substancial das condicionalidades mencionadas no parágrafo 26 do mencionado parecer (peça 4, p. 19-20); (ii) a adimplência do ente com a União; e (iii) a formalização do respectivo contrato de contragarantia.

17. O Secretário do Tesouro Nacional manifestou concordância com a proposta da Copem (peça 4, p. 22).

18. A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inciso II do art. 23 da Resolução do Senado Federal 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - COF/PGFN, em seu Parecer PGFN/COF 1.194/2011 (peça 4, p. 3-11), ressaltando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, devem ser verificados o

cumprimento substancial das condições de primeiro desembolso, a adimplência do Ente com a União, assim como formalizado o contrato de contragarantia.

19. Mediante Resolução 9/2011 (peça 1, p. 2-3), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Conclusão

20. À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, e 48/2007, e ainda as disposições do art. 32, caput e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar 101/2000.

21. No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa 59/2009, estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. O § 3º do art. 2º dessa instrução normativa dispõe:

Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no caput, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.

22. Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa TCU 59/2009.

23. A mesma Instrução Normativa 59/2009, no art. 4º, dispõe:

Art. 4º. Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I - comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II - divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo:

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.

24. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º, da mencionada instrução normativa.

Proposta de Encaminhamento

25. Diante do exposto, propõe-se, à consideração superior:

- I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992;
- II) informar, com fulcro no caput do art. 2º da Instrução Normativa TCU 59/2009, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;
- III) encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentarem, à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/RJ e à Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV) considerar a solicitação do Senado Federal integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa TCU 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008."

2. O diretor da 1ª Diretoria Técnica (peça 7) e o secretário da Semag (peça 8) acompanharam a proposta de encaminhamento.

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Rio de Janeiro/RJ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 9/2011, no valor de até US\$ 112.000.000,00, para financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro”, razão da Exposição de Motivos 91/2011-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

2. Cabe destacar que a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e ao controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, *caput*, da Constituição Federal, de conformidade com o item 9.2.2, do acórdão 2.328/2008-Plenário.

3. No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa 59/2009 estabeleceu normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União.

4. Preliminarmente, no tocante aos requisitos de admissibilidade da solicitação ora em exame, verifico nos autos a legitimidade do solicitante, no caso, o Presidente do Senado Federal, consoante o estabelecido no inciso I, do art. 232, do Regimento Interno desta Casa, e a competência deste Tribunal para examinar a matéria, em conformidade com o inciso VII, do art. 71, da Constituição Federal e com o inciso II, do art. 38, da Lei 8.443/1992.

5. Desse modo, preenchidos os requisitos de admissibilidade, sou de opinião de que a presente solicitação deve ser conhecida.

6. No mérito, acolho a análise da Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, que adoto como razões de decidir.

7. A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observados os ditames legais, realizaram as avaliações abrangendo: (1) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix); (2) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício; (3) Fluxo Financeiro; (4) Condições Financeiras; (5) Requisitos Legais e Normativos, compreendendo: (5.1) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (5.2) Inclusão no Plano Plurianual; (5.3) Previsão Orçamentária; (5.4) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (5.5) Limites para Concessão de Garantia da União; (5.6) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (5.7) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (5.8) Situação de Adimplência e Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (5.9) Alcance das Obrigações Contratuais; (5.10) Demais Exigências da Resolução SF 48/2007 e da Lei Complementar 101/2000.

8. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, incluídos, dentre outros: a demonstração da capacidade de pagamento, sendo que o Estado do Rio de Janeiro/RJ foi classificado na categoria “B”, considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25/4/1997; a comprovação da situação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional; a autorização ao Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro/RJ para vincular como contragarantias à garantia da União as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas; o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ajuste de Reestruturação Fiscal, em

conformidade com o disposto na Resolução 43/2001-SF; e o pleno exercício da competência tributária do Estado.

9. A operação de crédito em comento recebeu pareceres favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, sendo que este último ressaltou que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o cumprimento substancial das condições de primeiro desembolso, a adimplência do Ente com a União e a formalização do contrato de contragarantia.

10. O Senado Federal, por intermédio da Resolução 9/2011, autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

11. À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, e 48/2007, e ainda as disposições do art. 32, *caput* e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar 101/2000.

12. Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que os autos deverão ser arquivados, com fulcro no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa TCU 59/2009.

13. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições a ela conferidas pelo art. 3º da mencionada instrução normativa.

Ante o exposto, acompanhando os pareceres coincidentes lançados no âmbito da Semag, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2012.

ANA ARRAES
Relatora

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 10, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado dos Transportes:

- **Nº 25, de 27 de fevereiro de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.137, de 2011, de informações, de autoria do Senador Sérgio Petecão;
- **Nº 27, de 27 de fevereiro de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.339, de 2011, de informações, de autoria do Senador Jorge Viana;
- **Nº 28, de 28 de fevereiro de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 927, de 2011, de informações, de autoria do Senador Sérgio Petecão.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente desta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro a missão dolorosa de comunicar a esta Casa o falecimento, no final da tarde da última terça-feira, do ex-governador de Sergipe Seixas Dória, que neste mês de fevereiro completaria 95 anos.

Nascido em Própria, em 23 de fevereiro de 1917, Seixas Dória começou sua vida pública como secretário da Prefeitura de Aracaju, foi deputado estadual por duas vezes, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), com sua primeira eleição no ano de 1946. Exerceu o mandato de deputado federal também por duas vezes, sendo sua primeira eleição em 1954 e a segunda em 1958. Defensor da democracia, Seixas Dória ladeou o então candidato Jânio Quadros na disputa pela Presidência da República, em 1960.

Seixas Dória foi governador de Sergipe no período em que se iniciou a ditadura militar sendo deposto pelo regime de exceção. No dia seguinte à eclosão da revolução, foi retirado do Palácio do Governo à força e levado para a prisão, no arquipélago de Fernando de Noronha. Perdeu os Direitos Políticos. Teve, assim, sua voz silenciada, mas não desistiu, deixou a prisão após quatro meses de detenção, devido a concessão de um habeas corpus.

O Ato institucional nº2 provocou a cassação dos seus direitos políticos em 1966, por um período de dez anos. Enquanto estava com os direitos políticos cassados, publicou o livro que se tornaria uma refe-

rência histórica do período da ditadura brasileira, “Eu, réu sem crime”, onde relata sua vivência na prisão em Fernando de Noronha, ao lado do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Além da longa carreira política – deputado estadual, deputado federal e governador –, Seixas era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói e membro da academia de letras local, autor também de “Sílvia Romero, jurista” e hoje pertence ao rol dos imortais da Academia Sergipana de Letras.

Enquanto governador de Sergipe, defendia os mesmos ideais do então presidente, João Goulart, tendo participado ativamente do bloco que defendia as mudanças em prol da melhoria da vida do povo brasileiro. Em 13 de março de 1964, Seixas Dória discursou no célebre comício da Central do Brasil, em que os maiores nomes da política progressista estavam ao lado do presidente Goulart.

Seixas Dória fez da UDN uma voz solidária, criando com outros parlamentares a Frente Parlamentar Nacionalista, que ampliou no Brasil o discurso denunciando manobras internacionais, formando uma opinião pública para cobrar do Governo ações de proteção e defesa da riqueza nacional. Pequeno de estatura, franzino, frágil, Seixas Dória agigantava-se na luta em favor do Brasil e do futuro dos brasileiros. Referência do nacionalismo, sem radicalizações, Dória integrou, com outros políticos, a “Bossa Nova da UDN”, conquistando simpatia da mídia e aplausos da população.

Assim, iluminou o Brasil com suas orações patrióticas, dando consciência aos brasileiros para o que ocorria no País, após a II Guerra Mundial. O Brasil, que participou do campo de batalha, possuía muitas e variadas riquezas minerais, cobiçadas pelos Estados Unidos e por outros países aliados, segundo as denúncias que fez Seixas Dória, nos auditórios universitários, nas tribunas do Parlamento, nos artigos de jornais e nas entrevistas que mobilizaram a atenção dos brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro neste momento os nossos mais sentidos pêsames a todos os seus familiares, a sua esposa Dona Meire Dória e ao povo de Sergipe, que tanto o respeitava e admirava, pela perda desse ilustre homem público, que deixou uma saudade enorme no coração de cada sergipano.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**Item único****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2012**
(Proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012, que *altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia: 17-02-2012)

Relator Revisor: Senador Eunício Oliveira
(Sobrestando a pauta a partir de: 14-11-2011)

Prazo final prorrogado: 08-03-2012

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 35 minutos.*)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
29-2-2012
quinta-feira

12h – Recebe o Senhor Clovis Brigagão, cientista político

Sala de Audiências

12h30 – Recebe a Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais e a Banda do Amapá

Sala de Audiência

16h – Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

S/PARTIDO - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(15,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(2,12)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO) ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,27)	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro ⁽²⁷⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL

Kátia Abreu (PSD) (35,38)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **.. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,16)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹²⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(9,13)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(18,19)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(19,20)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁵⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,31)
Ivo Cassol (PP) ^(10,11,21,22)	6. Lauro Antonio (PR) ^(7,27,28,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(6,8)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(17,25,26)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁵⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,23)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL	
	1. ⁽³³⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
8. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
9. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
10. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
11. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
12. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
13. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
14. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
17. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
19. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
20. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
21. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
26. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,3,6,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (11)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (10)	2. Waldemir Moka (PMDB) (7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,32)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,30)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,26)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade (S/PARTIDO) ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSD/PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³²⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³¹⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(11,13)
João Capiberibe (PSB) ^(9,10,18)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,12)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,14,15)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁶⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,17)	1. João Ribeiro ⁽¹⁷⁾
PSD PSOL	
	1. ⁽¹⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
19. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
20. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽⁸⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(16,18)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)
PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾

PVPaulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 240 páginas
(OS: 10480/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

